

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	27
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	28
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	31
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	32
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	33
1.10 Informações de sociedade de economia mista	35
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	36
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	37
1.13 Acordos de acionistas	40
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	41
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	42
1.16 Outras informações relevantes	43
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	46
2.2 Resultados operacional e financeiro	54
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	59
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	60
2.5 Medições não contábeis	61
2.6 Eventos subsequentes as DFs	63
2.7 Destinação de resultados	64
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	66
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	67
2.10 Planos de negócios	68
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	73
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	74
3.2 Acompanhamento das projeções	75

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	76
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	90
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	91
4.4 Processos não sigilosos relevantes	95
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	117
4.6 Processos sigilosos relevantes	118
4.7 Outras contingências relevantes	119
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	120
5.2 Descrição dos controles internos	126
5.3 Programa de integridade	128
5.4 Alterações significativas	132
5.5 Outras informações relevantes	133
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	134
6.3 Distribuição de capital	192
6.4 Participação em sociedades	193
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	195
6.6 Outras informações relevantes	197
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	198
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	205
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	206
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	208
7.4 Composição dos comitês	231
7.5 Relações familiares	248
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	250
7.7 Acordos/seguros de administradores	256
7.8 Outras informações relevantes	257
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	259

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	263
8.3 Remuneração variável	267
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	269
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	274
8.6 Outorga de opções de compra de ações	275
8.7 Opções em aberto	276
8.8 Opções exercidas e ações entregues	277
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	278
8.10 Outorga de ações	279
8.11 Ações entregues	280
8.12 Precificação das ações/opções	281
8.13 Participações detidas por órgão	283
8.14 Planos de previdência	284
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	285
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	287
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	288
8.18 Remuneração - Outras funções	289
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	290
8.20 Outras informações relevantes	291
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	292
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	294
9.4 Outras informações relevantes	295
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	296
10.2 Alterações relevantes	298
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	299
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	302
10.5 Outras informações relevantes	304
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	306

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	307
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	314
11.3 Outras informações relevantes	315
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	316
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	317
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	318
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	323
12.5 Mercados de negociação no Brasil	324
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	325
12.7 Títulos emitidos no exterior	326
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	327
12.9 Outras informações relevantes	328
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	353
13.1 Declaração do diretor presidente	354
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	355
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

A história da Dexco se inicia ainda na década de 50. Fundada em 1951 e listada desde junho deste ano na Bolsa de Valores de São Paulo, a então Duratex S.A. Indústria e Comércio teve seu início a partir de uma operação inédita no Brasil, com a fabricação de chapas de fibra de madeira. A primeira fábrica entrou em operação no município de Jundiaí (SP), em 1954.

Já na década de 70, a Dexco adquiriu uma grande área florestal no município de Lençóis Paulista (SP) para o abastecimento de matéria-prima e uma nova fábrica de Painéis em Taquari (RS), somando duas unidades industriais. Outro passo importante na trajetória da Companhia até então foi a inauguração de um escritório nos Estados Unidos, ampliando a capilaridade de clientes.

Em 1972, a Deca foi incorporada à empresa que passou a atuar nos segmentos de metais e louças sanitárias, com a primeira fábrica na capital paulista. A Deca iniciou suas atividades em 1947, com o nome Artefatos de Metais Deca. A empresa fabricava chaves, parafusos, crucifixos e outras pequenas peças. Após a fusão com a Metalúrgica Enka, em 1956, também passou a produzir torneiras, misturadores e chuveiros. Em 1967, adquiriu a Válvulas Hydra S.A., um investimento que garantiu sua liderança no setor de produtos sanitários. No ano seguinte, incorporou a Companhia Cerâmica Jundiaense, pioneira na fabricação de louças sanitárias no Brasil.

A Companhia finalizou a década de 70 com quatro unidades fabris na sua então Divisão Madeira, após a aquisição de uma fábrica em Botucatu (SP) e Uberaba (MG), e 2 fábricas da então Divisão Deca, ambas em São Paulo, uma na cidade de Jundiaí e a outra na capital. Em 1981 adquirimos mais uma fábrica de Louças, esta em São Leopoldo (RS), investindo na automatização e fabricação de louças sanitárias, ampliando a capacidade produtiva.

Na metade da década de 80, a Companhia ingressou na produção de MDP, através da aquisição das unidades industriais de Itapetininga (SP) e de Gravataí (RS) do Grupo Peixoto de Castro. Em 1988, a Dexco adquiriu as unidades industriais de madeira e reservas florestais pertencentes ao Grupo Freudenberg localizadas em Agudos (SP). Pioneira no segmento, nesta mesma unidade, a Companhia inaugurou em 1997, a primeira linha de MDF do Brasil e em 1998, a linha de piso laminado de alta resistência, sendo a primeira a fabricar esse produto no Brasil. Ainda, no final da década de 80, a Companhia construiu sua segunda unidade de louças e metais sanitários, totalizando quatro unidades da Divisão Deca.

A década de 90 chegou com ampliação nas operações internacionais, principalmente Argentina e Estados Unidos, com o fortalecimento da marca Deca, que completava 50 anos e com o reconhecimento internacional de manejo ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável de nossas florestas, nos tornando a primeira empresa da América do Sul com certificação internacional.

No início dos anos 2000 fortalecemos nossa presença no exterior com a exportação de produtos para a Europa e o México e consolidamos a Divisão Madeira com seis unidades fabris após a construção de uma nova fábrica na unidade de Botucatu (SP) – que resultou na desativação da unidade de Gravataí (RS), com redirecionamento da produção para Itapetininga (SP).

Seguindo com a governança da empresa, em 2005 Aderimos ao Nível 1 do Índice de Governança Corporativa da antiga BM&FBovespa, hoje B3, reforçando nosso compromisso com investidores e agentes de mercado de capitais em relação à transparência e à equidade na divulgação de informações, consolidando, em 2008, a Companhia como integrante do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), participação assegurada até os dias de hoje, quando completamos 15 anos na carteira do índice.

Ainda em 2008 adquirimos duas empresas no segmento de louças sanitárias: a Ideal Standard, com fábricas em Jundiaí (SP) e Queimados (RJ), e a Cerâmica Monte Carlo, localizada em Cabo de Santo Agostinho (PE), totalizando sete unidades na Divisão Deca. Com o investimento, consagramo-nos como única marca do setor a possuir fábricas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país

2009 foi um ano marcante para a empresa, pois foi o ano que nos associamos a Satipel e criamos a maior indústria de painéis de madeira do Hemisfério Sul. A Satipel Industrial S.A. iniciou suas atividades em 1971, no município de Taquari (RS). Até 1996, havia apenas outros dois fabricantes de painéis de MDP no Brasil. A partir de meados da década de 90, a Companhia apresentou um histórico de crescimento progressivo e consistente que, combinada com as operações da Duratex, resultaram na maior operação de painéis do Hemisfério Sul e 8ª do mundo. Neste mesmo ano inauguramos a maior linha de MDF do mundo, na fábrica de

1.1 Histórico do emissor

Agudos (SP), e adquirimos uma nova área florestal em Estrela do Sul. Por fim, desativamos a fábrica de Jundiá, fechando o ano com cinco unidades industriais na Divisão Madeira.

Em 2012, concluímos a compra da Metalúrgica Ipê (Mipel) de válvulas industriais, em Jacareí (SP), totalizando nove unidades industriais na Divisão Deca. Ainda realizamos nosso primeiro investimento na Tablemac, empresa colombiana de produção de painéis de madeira, com a subscrição de 25,0% de participação do capital social. A Companhia seguiu realizando investimentos atingiu a participação total de 99,8% através de Oferta Pública de Aquisição (OPA) para fechamento de capital. Com então capacidade anual de 132,0 mil m³ e duas unidades de MDP com capacidade total de 110,0 mil m³ anuais a Dexco Colômbia possuía, também, áreas florestais próprias e arrendadas, totalizando 7,4 mil hectares de florestas plantadas e 3,8 mil hectares de áreas de conservação e outros usos.

Nos anos que se seguiram a Companhia adquiriu a empresa de chuveiros eletrônicos e aquecedores solares Thermosystem, em Tubarão (SC) (2013), desativou uma das fábricas de Louças na cidade de Jundiá (SP) (2014), anunciou a criação da Caetex Florestal S.A., *joint operation* para a formação 13.500 hectares de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil em parceria da Usina Caeté S.A. e a aquisição Duchas Corona Ltda., tradicional marca de chuveiros, duchas e torneiras elétricas (2015), e reforçou sua presença no mercado peruano com abertura da subsidiária Duratex Andina S.A.C., para ampliar suas exportações de painéis de madeira para a América Latina (2016).

Marcando a sua entrada no setor de Revestimentos Cerâmicos, em outubro de 2017, a Dexco concluiu a aquisição de 99,8% das ações da Cerâmica Urussanga S.A. e a totalidade das quotas sociais da Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda. no valor de R\$ 280,0 milhões. Juntas, essas empresas operavam sob a marca Ceusa, com um modelo de negócio baseado em inovação e alta qualidade em revestimentos cerâmicos. Este ano também marcou o anúncio do propósito da Companhia: Soluções para Melhor Viver. Na prática, começamos a atuar diariamente não só para fabricar produtos com a qualidade e a excelência já conhecidos pelo mercado, mas também para oferecer a cada um de nossos consumidores finais soluções completas que, efetivamente, proporcionem um melhor viver. Reforçando a nova estratégia, foram adquiridas ações da Viva Decora, plataforma que reunia conteúdo segmentado sobre decoração e design de interiores. Com a aquisição, diversificamos ainda mais nossa atuação no mercado e ficamos ainda mais próximos de nossos públicos de interesse.

2018 foi outro ano marcante para a Companhia, uma vez que foi anunciada a criação da *joint venture* com a austríaca Lenzing para criação de uma fábrica de celulose solúvel em Minas Gerais, a LD Celulose. Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de celulose solúvel por ano, localizada no Triângulo Mineiro, a LD Celulose possui um *offtake agreement* com a Lenzing neste projeto, para quem serão destinados 100% do volume vendido. O investimento industrial no projeto foi da ordem de USD 1,38 bilhões, incluindo toda infraestrutura e os tributos incidentes. Vale destacar que tanto o orçamento do projeto quanto o cronograma de obras foram executados dentro das estimativas iniciais. Neste investimento, a Companhia realizou o desembolso financeiro de R\$ 623,6 milhões, além do aporte florestal de 43,0 mil hectares, cujo valor equivale a R\$ 487,0 milhões.

Em um ano marcado pela recuperação da atividade econômica, a então Duratex, seguindo sua estratégia de maximização de produtividade por meio da busca por sinergias industriais, anunciou o encerramento da operação industrial de produção de chuveiros elétricos em Tubarão (SC) e transferência das linhas produtivas para Aracaju (SE); a venda do negócio de chapas de fibras de madeira e o fechamento da unidade de Botucatu e a reabertura da unidade de Itapetininga, ambas no estado de São Paulo.

Buscando a ampliação de seu portfólio, em 2019 foi anunciada a aquisição de 100,0% das ações da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., que passou a integrar os resultados em agosto do mesmo ano. Fundada na década de 1970, a Cecrisa, uma das maiores empresas de revestimentos cerâmicos do Brasil com posicionamento no segmento *premium*, produz e comercializa produtos com as marcas Cecrisa e Portinari. Com capacidade de produção de 20,0 milhões m²/ano, possui três unidades fabris no Brasil, sendo duas em Criciúma (SC) e uma em Santa Luzia (MG). Esta última teve suas operações encerradas e seus ativos transferidos para as unidades localizada em Criciúma em setembro do mesmo ano.

Na Divisão Deca, com o objetivo de aumentar a sua eficiência fabril, a Companhia anunciou, em julho de 2019, o encerramento das operações da unidade de louças de São Leopoldo (RS). Os ativos foram redistribuídos entre as unidades de João Pessoa (PB), Cabo de Santo Agostinho (PE), Queimados (RJ) e Jundiá (SP), não havendo assim impacto na capacidade total de louças da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

Diante da crise advinda da pandemia de COVID-19 iniciada em 2020, a Companhia viveu, assim como todo o mundo, em meio ao cenário de incerteza em decorrência. A empresa se posicionou de forma a proteger seus colaboradores, clientes, parceiros e a continuidade das operações. A criação do Comitê de Crise foi fundamental para lidar com o momento de baixa da demanda e focar na agilidade e assertividade da Companhia no processo de retomada. Diante das restrições sociais impostas pelos órgãos de saúde, foi possível perceber a mudança de percepção dos consumidores em relação a suas residências, possibilitando a Companhia a suprir tais necessidades e, assim, alcançar recordes de resultados.

No mesmo ano, motivada pelas transformações globais em direção a uma economia mais verde, a Dexco redesenhou sua Estratégia de Sustentabilidade para torná-la mais alinhada ao momento global e ao seu propósito como companhia, de levar às pessoas mais que produtos, bem-estar. Esse processo foi impulsionado pelo novo posicionamento como empresa.

Ao completar 70 anos de história, a Duratex mudou, alterando sua denominação social para Dexco. Em 2021 a Duratex, agora Dexco, consolidou a mudança da marca corporativa conjuntamente a um movimento que fez parte de uma jornada de transformação iniciada há alguns anos e simbolizou um novo ciclo de crescimento estratégico. Nesta data também foram anunciados investimentos importantes em diversos projetos em todas as frentes de negócio, no montante de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, com o objetivo de alavancar a capacidade produtiva e aumentar o retorno de suas operações. No plano de investimentos inicial estavam previstos:

- i. Divisão Madeira: desgargalamento fabril, melhora de mix (3 novas linhas de revestimentos de painéis BP) e aumento da base florestal, totalizando um investimento em torno de R\$ 500,0 milhões.
- ii. Divisão Deca: Expansão da capacidade de produção de Metais, em especial nos produtos nobres. Além da expansão da capacidade de produção e automação de Louças, que trará mais eficiência ao processo produtivo do produto. O investimento total será de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão; e
- iii. Divisão Revestimentos Cerâmicos: com um dispêndio de aproximadamente R\$ 620,0 milhões, a Companhia realizará a construção de uma nova unidade fabril em Botucatu (SP) para produção de produtos hiper premium, o que aumentará em cerca de 35,0% a capacidade da Divisão, além da continuidade dos projetos de modernização das linhas existentes.

Em junho do mesmo ano foi anunciada a criação do DX Ventures, fundo de Corporate Venture Capital (CVC), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios. No mesmo ano, por meio do CVC, foram investidos R\$ 30 milhões na Urbem, produtora de madeira engenheirada, um produto para utilizar em edificações, mais sustentável no longo prazo; R\$ 15 milhões na Noah, construtech desenvolvedora de edificações com base na madeira engenheirada, com construções com menor pegada de carbono; e R\$ 74 milhões no Brasil ao Cubo, empresa de Santa Catarina especializada em construção modular com base em estruturas metálicas. Com esses investimentos, a Companhia busca impulsionar seus negócios atuais e o desenvolvimento de negócios relevantes e novas oportunidades de crescimento para a Dexco, que tenham fit estratégico com seu propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver. Em 2021 também foi feito o anúncio de aquisição de 10% de participação na ABC da Construção, uma rede de materiais de construção com 93 lojas e que também oferece consultoria de forma inovadora.

Além disso, em dezembro de 2021 a Dexco anunciou a assinatura de contrato para aquisição da Castelatto Ltda, processo este que foi concluído em março de 2022. A Castelatto é líder no segmento premium de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico, localizada na cidade de Atibaia (SP). A partir da aquisição da Castelatto a então Divisão de Revestimentos Cerâmicos passou a ser denominada apenas Revestimentos, dada a consolidação dos resultados da nova marca advinda de uma matéria-prima diferente.

Com a consolidação de sua nova marca corporativa, em 2022 a Dexco voltou sua atenção para dentro de casa, focando na revisitação de sua cultura corporativa e no início das operações de sua nova Divisão de Celulose Solúvel. Seguindo o orçamento e o cronograma previsto, o *ramp up* da fábrica foi anunciado em abril, fechando o quarto trimestre do ano em plena capacidade. Ainda, buscando otimizar seu portfólio de ativos e cada vez mais a melhoria de seus indicadores de produtividade e eficiência, a Companhia optou por transferir a produção e ativos da planta da Ceusa em Urussanga (SC) para outras operações. Tal planta, inaugurada na década de 1950, além de onerosa, apresentava desempenho energético inferior em relação às modernas e eficientes linhas produtivas atuais. A Companhia também aumentou para 60% sua participação na Caetex, tornando-se assim, acionista majoritário desta *joint venture*.

1.1 Histórico do emissor

Por fim, buscando clarificar os negócios em que está inserida após o início das operações da LD Celulose, a Dexco passou a diferenciar suas frentes de atuação de duas formas, sendo elas: Madeira, que engloba as operações florestais, fabricação de painéis e pisos de madeira reconstituída e Celulose Solúvel; e Acabamentos para Construção, que engloba as divisões de Metais e Louças e a de Revestimentos. Ao final de 2022 a Dexco contava com 19 unidades fabris, sendo 16 no Brasil e 3 na Colômbia, além de 5 unidades florestais, contando com mais de 146 mil hectares de áreas de manejo florestal.

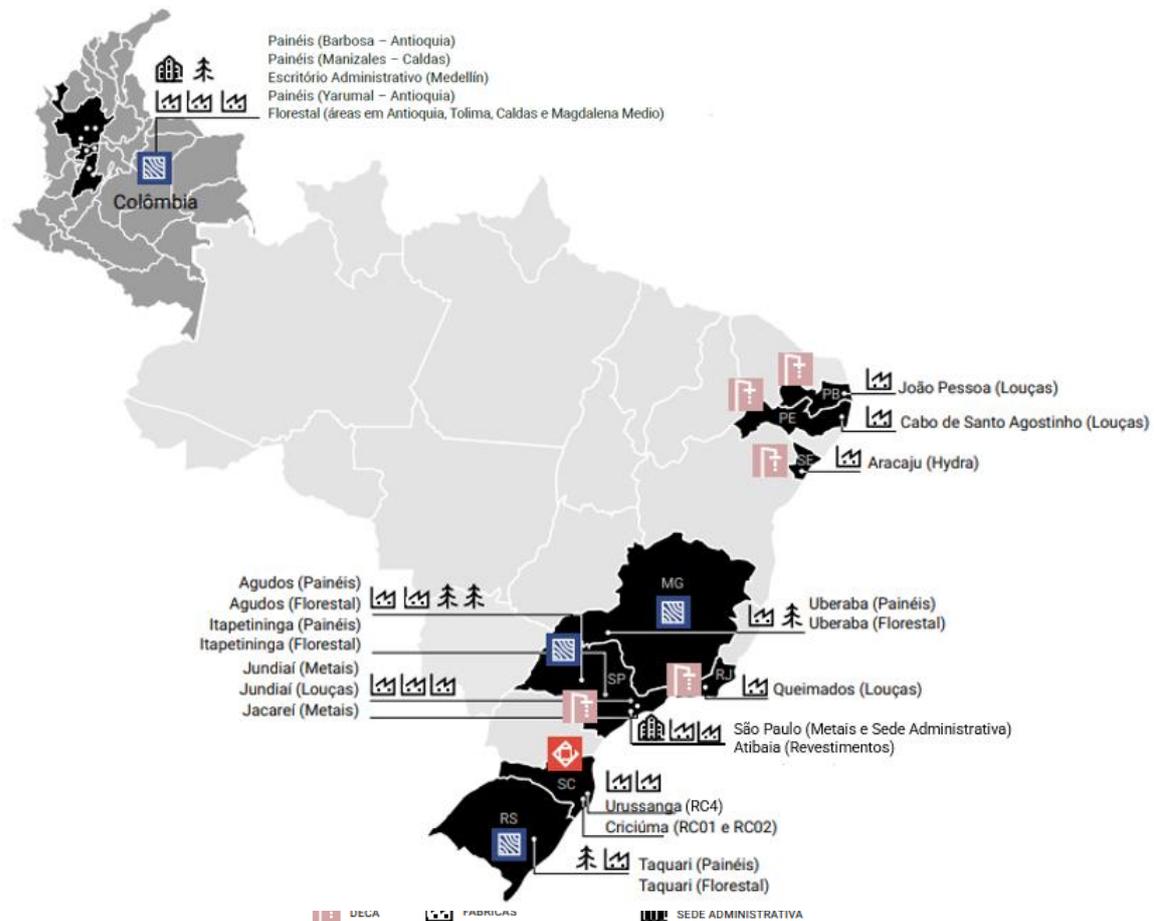
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fundada em 1951, a Dexco é uma empresa brasileira com sede localizada na cidade de São Paulo, sociedade anônima de capital aberto e com ações negociadas na B3 sob o *ticker* DXCO3, integrando desde 2009 o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da bolsa brasileira. O controle da Companhia é detido pelos blocos Itaúsa (Itaúsa S.A. e membros das famílias Setubal e Villela) e Seibel (membros da família Seibel), respectivamente com 40,8% e 20,4% de participação no capital social da Dexco¹.

Com sete décadas de história, é considerada uma das maiores Companhias nos setores nos quais atua, sendo estas voltadas para duas frentes de negócios: Madeira, que engloba as operações florestais, fabricação de painéis e pisos de madeira reconstituída, e Celulose Solúvel; e Acabamentos para Construção, que engloba as divisões de Metais e Louças e a de Revestimentos. A Dexco atua sob as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa, Portinari e Castelatto.

Operações da Dexco por Região



Com sede administrativa em São Paulo, possui unidades industriais e florestais estrategicamente localizadas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, além de três fábricas de painéis na Colômbia. A Dexco também faz parte de duas *joint ventures*: LD Celulose, com o Grupo Lenzing, e da Caetex, criada para o plantio de florestas de eucalipto em Alagoas.

Embora a Companhia atue prioritariamente no Brasil, mantém capilaridade internacional por meio de escritórios comerciais e armazéns, como a Dexco North America (Estados Unidos), a Dexco Andina (Peru), operações

¹ As participações no capital social do Bloco Itaúsa e do Bloco Seibel foram atualizadas em maio de 2023 em decorrência do cancelamento de ações em tesouraria.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

na Argentina e na Bélgica, centros de distribuição no Brasil e em Cartagena (Colômbia), e dos parceiros de cobertura global.

No que tange a participação de cada um dos negócios nos resultados da empresa, considerando o negócio Madeira, que diz respeito a comercialização de painéis e atividades florestais, este tem representado nos últimos anos mais de 60% do resultado da Companhia. Ainda, com o início das operações da LD Celulose em 2022, já foi possível integrar a parte que cabe a Dexco em seus resultados. Com a deterioração do cenário macroeconômico no cenário pós-pandemia, os negócios que possuem uma exposição maior ao setor de varejo – Deca e Revestimentos – tem sofrido com quedas de demanda e piora no mix de seus produtos, o que justifica a redução da participação desses negócios ao analisarmos os resultados consolidados.

Participação no EBITDA Ajustado e Recorrente por Negócio

EBITDA Ajustado e Recorrente ('000)	2020	%	2021	%	2022	%
Madeira	788.249	61%	1.477.636	68%	1.186.345	62%
Deca	306.046	24%	410.579	19%	310.987	16%
Revestimentos	194.011	15%	300.098	14%	234.319	12%
Celulose Solúvel ¹	-	-	-	-	195.217	10%
Total	1.288.306	100%	2.188.313	100%	1.926.868	100%

1 - Considera 49% de participação da Dexco nas operações da LD Celulose, *joint venture* com a austríaca Lenzing, que teve seu primeiro trimestre totalmente operacional no 4T22.

Por fim, conforme descrito em seu Estatuto Social, atualizado em Assembleia Geral Ordinária em 27 de abril de 2023, a Companhia tem por Objeto Social:

- I. a indústria, o comércio, a importação, a exportação, o armazenamento e a distribuição: (i) de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (ii) de produtos químicos, alcoolquímicos, petroquímicos e seus derivados; (iii) de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos naturais e sintéticos, e de outros produtos destinados à construção em geral, bem como de produtos e subprodutos correlatos ou afins; (iv) de produtos eletroeletrônicos, aquecedores solares e elétricos de água, chuveiros e duchas;
- II. o florestamento, o reflorestamento e a extração da respectiva produção, em terras próprias ou de terceiros, para suprimento de suas necessidades industriais;
- III. a geração e a comercialização de energia;
- IV. serviços técnicos e administrativos ligados ao objeto social da Companhia; e
- V. a participação da Companhia em outras empresas, como quotista ou acionista.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. Produtos e serviços comercializados

A Dexco atua em duas grandes frentes de negócio, sendo estas a frente de Madeira e a frente de Acabamentos para Construção. Esta distinção entre os segmentos é feita em razão da particularidade existente entre processos produtivos, tipo de produtos comercializados e canais de distribuição.

Na frente Madeira, estão incluídos os resultados da Divisão Madeira, que concentra as marcas Durafloor, sob a qual são comercializados pisos laminados de madeira e pisos vinílicos, à base de PVC 100% recicláveis; e Duratex, responsável pela manufatura de painéis de MDP e MDF crus e revestidos, com aplicações nas indústrias moveleira e de construção civil e alta capacidade de usinagem, e a Divisão de Celulose Solúvel.

Conforme Fato Relevante divulgado em 21 de junho de 2018, a Dexco anunciou a criação de uma *joint venture* com a Lenzing AG para criação de uma fábrica de Celulose Solúvel em Minas Gerais. O projeto, aprovado no dia 22 de dezembro de 2019 (também de acordo com fato relevante anunciado na mesma data), possui capacidade de produção de até 500,0 mil toneladas de celulose solúvel e contou com investimento total de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões. O início das operações ocorreu no segundo semestre de 2022, com seu primeiro trimestre operacional. Este movimento representa um importante passo da Companhia na gestão de seus ativos e reforça o compromisso da Dexco na maior rentabilização de seus acionistas, reduzindo, ao mesmo tempo, a exposição ao mercado doméstico. Como se trata de um *joint venture*, as Receitas Líquidas desta Divisão não são demonstradas nesta composição, mas apenas a participação cabível à Dexco no Lucro Líquido.

No tocante a frente de Acabamentos para Construção, atuamos na Divisão de Metais e Louças e na Divisão de Revestimentos. A Divisão de Metais e Louças está representada sob as marcas Deca e Hydra e tem seu foco na fabricação de cubas com aplicações em banheiros comerciais e residenciais; cozinhas (cuba de inox); vasos sanitários para banheiros comerciais e residenciais; chuveiros elétricos e a gás; válvulas para acionamento de sistemas de água do vaso sanitário; torneiras para banheiros e cozinhas; entre outros produtos relacionados.

Já a Divisão Revestimentos produz, sob as marcas Ceusa e Portinari, porcelanato polido para aplicação nos ambientes mais secos da casa, como salas, corredores e quartos, ladrilhos para aplicações diversas; e revestimentos especiais, com *designs* exclusivos e tecnologia 3D. Além disso, em 2021 a Companhia anunciou a aquisição da Castelatto, líder no segmento premium de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico, a qual teve seus resultados consolidados a partir de março de 2022.

b. Receita líquida proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida (R\$ '000)	2020	%	2021	%	2022	%
Divisão Madeira	3.251.027	55%	4.762.430	58%	5.205.392	61%
Divisão Metais e Louças	1.717.650	29%	2.250.542	28%	2.136.249	25%
Divisão Revestimentos	910.939	16%	1.157.269	14%	1.145.009	13%
Total	5.879.616	100%	8.170.241	100%	8.486.650	100%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Dexco não calcula o Lucro ou Prejuízo Líquido para cada segmento, no entanto apresenta o Lucro Operacional Antes do Financeiro. Destaca-se que, a partir de 2020, a Companhia passou a considerar os

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

resultados da nova Divisão de Celulose Solúvel, sendo que a fase operacional desta se iniciou em outubro de 2022.

Lucro Operacional (R\$ '000)	2020	%	2021	%	2022	%
Divisão Madeira	427.910	63,70%	1.332.835	70,50%	1.120.350	77,31%
Divisão Deca	168.438	25,10%	429.614	22,70%	155.813	10,75%
Divisão Revestimentos	145.122	21,60%	199.524	10,50%	120.529	8,32%
Divisão Celulose Solúvel	-69.587	-10,40%	-70.581	-3,70%	52.531	3,62%
Lucro Operacional Consolidado (EBIT)	671.883	100,00%	1.891.392	100,00%	1.449.223	100,00%
Lucro Líquido Consolidado	453.983	-	1.725.682	-	764.922	-

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:



a. características do processo de produção

Metais Sanitários

Os produtos usualmente denominados de “Metais Sanitários” se constituem de várias matérias-primas e componentes, que são especificados conforme as propriedades exigidas na sua utilização tais como resistência à corrosão, estanqueidade, acabamento superficial etc. Estes fatores fazem com que o processo produtivo dos Metais Sanitários seja composto de diversas operações que podem ser agrupadas nas categorias de processo, sendo estes:

(a) Formação dos Componentes: Conjunto de processos pelos quais as peças são geradas a partir das matérias-primas básicas. Este grupo abrange os processos de fundição, processamento de barras, estamparia, injeção de plásticos e injeção de zamac.

A fundição consiste na geração de componentes a partir das matérias-primas bronze e latão, que são fundidas e vazadas em moldes que reproduzem o formato da peça. Na geração de peças de bronze são utilizados moldes em areia, e para as peças de latão, moldes metálicos. O bronze é utilizado em peças sem acabamento que normalmente são embutidas nas paredes durante a construção (exemplo: corpos de registros de gaveta, pressão e esfera, corpos de válvulas de descarga). Já o latão é utilizado em peças que passarão por acabamento superficial, como cromação.

No processamento de barras de latão os componentes são gerados através de usinagem em máquinas automáticas ou por forjamento, processo no qual as barras são cortadas e aquecidas, com as peças ganhando forma através de prensagem, o que possibilita a obtenção de uma configuração mais próxima do formato final da peça (exemplo: hastes de mecanismos na usinagem e cruzetas e castelos no forjamento).

Na estamparia os componentes são gerados a partir da prensagem de chapas de latão em matrizes que reproduzem o formato das peças (exemplo: canoplas de misturadores e torneiras de lavatório e cozinha, canoplas de válvulas de descarga).

Na injeção de plásticos os componentes são gerados em máquinas automáticas a partir de diversos tipos de resinas termoplásticas (acetato, polipropileno, nylon etc.) que são fundidas e injetadas em moldes que reproduzem o formato das peças (exemplo: componentes de mecanismos da válvula de descarga).

Na injeção de zamac, os componentes são gerados em máquinas automáticas de fundição sob pressão, que possuem fornos acoplados. Nestes fornos são fundidos lingotes de zamac que, uma vez fundidos, são injetados sob pressão em moldes que reproduzem a geometria das peças (exemplo: cruzetas da linha Aspen).

(b) Processamento Mecânico: As peças fundidas, forjadas ou injetadas em zamac (corpos de bicas, torneiras e registros) seguem para operações de usinagem em tornos, centros de usinagem ou máquinas tipo transfer, onde adquirem a sua configuração final no que diz respeito a furos, rosca, encaixes, perfis etc. com o nível de precisão adequado para possibilitar sua montagem e o funcionamento previsto dos produtos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

São também considerados dentro da categoria Processamento Mecânico os processos de conformação de tubos e solda. Na conformação de tubos os itens são dobrados dando às peças sua configuração funcional (exemplo: bicas altas em misturadores de lavatório e cozinha). Já na soldagem, duas ou mais peças são unidas pela fusão de materiais que após sua solidificação mantém unidas estas peças, formando subconjuntos (exemplo: corpos de misturadores de cozinha e bicas de tubo).

- (c) Acabamento:** Os processos de acabamento têm por objetivo dar aos componentes aparentes do produto processados nas etapas anteriores suas características estéticas de acabamento, cor e textura. Os componentes que devem ter estas características passam por processos de afinação (lixamento) e polimento, que dão às peças um acabamento liso e brilhante. Em seguida, as peças passam por processos químicos de eletrodeposição (galvanoplastia) ou ainda PVD (*physical vapor deposition* - disposição de camada que oferece maior resistência) que lhes dão as características finais de acabamento e cor (exemplo: canoplas, bicas e torneiras fundidas ou de tubo, corpos de chuveiros, acessórios para banheiro).
- (d) Montagem:** Os processos de montagem e teste têm por objetivo gerar, a partir da montagem dos componentes e dos testes de estanqueidade e funcionamento, os produtos com as características funcionais, estéticas e de confiabilidade especificadas (exemplos: registros, torneiras, válvulas de descarga, chuveiros, misturadores, acessórios para banheiro etc.). Após o teste os produtos são embalados e enviados à área de Expedição para destinação aos clientes.

Louças Sanitárias

Os produtos usualmente denominados de “Louças Sanitárias” são formados por um corpo cerâmico resistente ao esforço mecânico e ao ataque químico, e por uma camada superficial de vidro liso e brilhante. A produção da Louça Sanitária envolve os processos de (a) Preparação de Matéria-Prima; (b) Conformação do Produto; (c) Secagem e Esmaltação; (d) Queima; e (e) Inspeção Final, Montagem, Embalagem e Armazenagem. Estas etapas podem ser descritas por:

- (a) Preparação da Matéria-Prima:** Os materiais que compõem a cerâmica são minerais naturais, divididos em dois grupos: os minerais argilosos (argila, caulim, filito) beneficiados por dispersão em água e peneiramento para remoção de contaminantes, e os minerais não argilosos (quartzo, feldspato ou granito), aquele que são beneficiados por moagem até obtenção de material muito fino (menor que 74 micrômetros). Os minerais são, então, misturados em suspensão aquosa. Esta mistura é chamada de “Barbotina”.

Os materiais que compõem o vidro são minerais naturais (quartzo, feldspato, caulim, calcário) e minerais industrializados (carbonato de bário, óxido de zinco, silicato de zircônio). Todos os materiais são moídos em suspensão aquosa até obtenção de material muito fino (menor que 50 micrômetros). Esta mistura é chamada de “Esmalte”.

- (b) Conformação do Produto:** A Barbotina é vazada em moldes porosos. À medida que os moldes absorvem a água da barbotina, o sólido nela contido se deposita na superfície do molde. A barbotina permanece no molde até que a parede depositada tenha a espessura desejada para o produto. A barbotina não depositada é então escoada, e o produto desmoldado. Este processo de conformação é chamado de “Fundição”. O produto recém fundido tem perto de 20,0% de umidade. Ainda úmido o produto sofre acabamento manual, para remoção de rebarbas e outras imperfeições.

A conformação pode se dar em moldes de gesso à pressão ambiente (fundição à baixa pressão) ou em moldes de resina acrílica porosa sob pressão (fundição à alta pressão).

- (c) Secagem e Esmaltação:** Após a fundição e acabamento, o produto passa por um ciclo em estufa de secagem, para redução da umidade à menos que 1,0%. Nesta condição o produto recebe uma fina camada de esmalte (aproximadamente 1,0 milímetro), aplicada com revólver de pintura. A aplicação pode ser manual ou robotizada.
- (d) Queima:** Os produtos esmaltados e secos sofrem tratamento térmico em fornos túneis, contínuos. Em ciclos de 12 a 16 horas, o produto é aquecido a 1.220°C e novamente resfriado a taxas pré-estabelecidas e controladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O tratamento térmico promove a reação dos materiais que compõem a cerâmica para formar uma estrutura mecânica e quimicamente resistente e não porosa. Os materiais que compõem o vidro fundem-se numa camada lisa, brilhante, uniforme e colorida sobre a superfície da cerâmica.

(e) Inspeção Final, Montagem, Embalagem e Armazenagem: Os produtos “queimados” sofrem inspeção estética visual, medições e gabaritação para verificação dimensional e teste hidráulicos e pneumáticos para verificação de funcionamento e vazamentos.

Nas caixas de descargas são montadas as válvulas de entrada, saída e acionamento. Parte dos produtos é embalada em caixas de papelão. Parte dos produtos recebe fita plástica para proteção.

b. características do processo de distribuição

Nas operações de Louças, o processo de expedição é dividido entre 4 unidades, sendo elas localizadas em João Pessoa (PB), Recife (PE), Queimados (RJ) e Jundiaí (SP), sendo a última com o maior volume de expedição em Receita, correspondendo a aproximadamente 70% do negócio.

A expedição das unidades é direcionada para as regiões da seguinte forma:

- Jundiaí (SP) - 51% para o Sudeste, 22% para o Sul, 7% para Exportação e 20% para as demais regiões;
- Recife (PE) - 70% para o Nordeste, 23% para o Norte e 7% para as demais regiões;
- João Pessoa (PB) - 90% do volume da Unidade é destinado a transferência (Abastecimento de outras unidades) e o restante atende as regiões Norte, Nordeste e Exportação.
- Queimados (RJ) - 99% do volume é destinado para o Sudeste, sendo que 80% são destinados ao estado do Rio de Janeiro.

A operação de expedição de Metais ocorre exclusivamente na Unidade de Jundiaí (SP). Essa operação atende a demanda a nível Brasil (97% do volume) e Exportação (3% do volume). O volume de mercado interno é dividido 63% para o Sudeste, 13% para o Sul e o restante é dividido entre as demais regiões.

No que diz respeito ao processo de transporte, Louças e Metais operam com transportador terceiro através de um modelo de entrega CIF (do inglês *Cost, Insurance and Freight*), portanto o processo de entrega é de responsabilidade total do fornecedor, no caso, da Dexco.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Os produtos sob a marca Deca estão presentes em todos os segmentos de classe (econômico, média e alta renda), embora o foco esteja mais direcionado aos segmentos voltados a média/alta renda. Para Metais, a atuação predomina no mercado de produtos classificados como “de base” e acabamentos. Para Louças, a participação é majoritária em produtos classificados como acabados.

Em 2022, de acordo com apurações internas, a participação consolidada de Deca no mercado foi de 34,8% (em volume, sendo 38,4% a de Louças e 33,6% a de Metais. Em valor, metais contribui com 40,3% e Louças com 42,2%). Considerando o faturamento total, o varejo, representado por pequenas lojas e grandes redes distribuidoras de materiais de construção, representa aproximadamente 37,0% do total. Outros 21,0% são lojas especializadas, 16,0% Engenharia – que contempla grande empreendimento imobiliários –, 16,0% Home Center e 9,0% exportação e outros canais.

ii. condições de competição nos mercados

Com relação à Metais, o concorrente mais representativo possui uma grande diversidade produtos com destaque em *design* e modelos. Com o mercado concentrado em dois grandes *players*, o restante acaba sendo mais pulverizado por concorrentes menores e regionais. Louças segue o mesmo raciocínio, com concorrentes de altos níveis, divididos por segmentos distintos. Todos os atuantes no mercado possuem coleções com formatos, cores e texturas diversas, mas com concorrência direta.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. eventual sazonalidade

A produção e comercialização dos produtos não possuem sazonalidade específica, tendo sua volatilidade de oferta e demanda atrelada as condições macroeconômicas, uma vez que seu mercado atendido é diretamente o consumidor final.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos vinculados aos produtos da marca Deca são metais não ferrosos, argilas, embalagens e resinas plásticas. As matérias-primas não ferrosas possuem mercado organizado e têm seus preços atrelados às commodities negociadas na LME (*London Metal Exchange*) e dólar. Os metais não ferrosos (cobre e suas ligas) utilizados na fabricação dos metais sanitários são adquiridos de empresas brasileiras no formato de barras, tubos e fitas. Estas empresas possuem processos metalúrgicos (fundição, conformação, trefilação, extrusão etc.) que as permitem processar os resíduos industriais e matérias-primas compradas com origem comprovada no mercado nacional e internacional.

Já no segmento de Louças Sanitárias, os minerais utilizados na fabricação são obtidos de múltiplos mineradores que podem ter o seu fornecimento afetado por questões climáticas e ambientais. Para este grupo de fornecedores a Dexco realiza um acompanhamento próximo, por meio de visitas frequentes para inspeção, verificação das licenças ambientais e direito de lavra para suas operações, por exemplo.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

De uma maneira geral, não há dependência de fornecedores, porém, entre os setores em que há baixa competitividade ou alta especificidade, como petroquímicos e transformadores metais não ferrosos (cobre e suas ligas) especificamente, pode ser que haja relações mais próximas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de alguns insumos utilizados pela Dexco sofrem volatilidade, sendo estes os a base de metais não ferrosos, polímeros plásticos e derivados da indústria petroquímica. Por se tratar de commodities, estes insumos acompanham as tendências internacionais de preço que variam de acordo com a oferta e demanda dos mercados mundiais e nacional, além disso, estão expostos à variação cambial. Outros insumos são negociados de acordo com as estratégias de abastecimento, podendo ser de curto, médio ou longo prazo e tendem a oscilarem conforme oferta, demanda e cenário macroeconômico.



a. características do processo de produção

Para o processamento dos revestimentos cerâmicos há um longo processo, que envolve desde o recebimento de matérias-primas, até os ensaios de análise do produto acabado.

Os revestimentos cerâmicos são constituídos de uma base cerâmica denominada substrato, que é composta de argilas, feldspatos, caulins, talco, dentre outros materiais, e uma camada superficial de material vidrado (composto de engobe, esmaltes e granilhas) e com sua respectiva decoração, com o intuito de atender as características técnicas, tais como resistência mecânica, ataque químico, desgaste e funcionalidade. No grupo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de revestimentos têm-se várias classificações de acordo com a composição e uso, tais como: pavimentos, porcelanatos (esmaltados e técnico), revestimentos de fachada interna e externa e piscina.

O processo produtivo dos revestimentos cerâmicos envolve as seguintes etapas: Recebimento de matérias-primas, Pesagem, Moagem, Armazenamento da barbotina, Peneiramento, Atomização, Armazenamento do pó atomizado em silos, Prensagem, Secagem, Esmaltação/Decoração, Queima, Polimento (no caso de alguns produtos), Retífica, Classificação do material e Estocagem do produto acabado, de acordo com o fluxograma.

Preparação da Matéria-Prima: os materiais que compõem os revestimentos cerâmicos são minerais naturais selecionados de acordo com a composição do produto desejado (porcelanato técnico, porcelanato, grês, monoporosa). Estes minerais são conhecidos como argilas, caulins, feldspatos, anortositos, argilitos, calcário, granito, filito e talco, além do reaproveitamento de materiais gerados pelo próprio processo produtivo. As matérias-primas são extraídas e caracterizadas de acordo com um padrão pré-estabelecido, sendo direcionados para a fábrica somente o material liberado tecnicamente.

Os materiais que compõem a superfície do produto são denominados vidrados, provenientes de materiais industrializados, ou seja, fritas, caulins, feldspatos etc. As fritas são obtidas a partir da fusão de inúmeras matérias-primas a fim de garantir a homogeneidade e eliminar impurezas presentes nas mesmas em sua forma *in natura*. A composição de cada uma das fritas varia em função da necessidade da característica final do produto (mate, brilhante, acetinado, rústico).

Etapas do Processo Produtivo:

- (a) **Recebimento de matéria-prima:** as matérias-primas de massa são recebidas e alocadas em *box* coberto, aguardando o processo de pesagem para a formação da carga do moinho;
- (b) **Moagem:** de acordo com a composição definida para a tipologia de produto desejada, ocorre a dosagem, através de balanças eletrônicas, das diferentes matérias e a formação da carga para a moagem. Nesse processo de moagem são utilizadas esferas de alta alumina e ágata como corpos moedores e água. Esse processo visa a obtenção de uma barbotina homogênea, com densidade, viscosidade e tamanho de partículas constantes para atender o processo de atomização;
- (c) **Atomização:** neste processo, através da utilização de *spray dryers* (transformação de um fluido (líquido) em um material com características sólidas) elimina-se a água da barbotina, que é de aproximadamente 36,0%, reduzindo-a a índices próximos a 7,0%. Nessa etapa tem-se a formação de grãos esféricos de granulometrias constantes, o qual denomina-se pó atomizado. Sua forma esférica tem o intuito de facilitar o processo de carregamento dos moldes na etapa de prensagem;
- (d) **Conformação do produto:** o produto é definido por seu formato (tamanho e espessura) e sua superfície (lisa ou com relevo). Esta definição ocorre no processo de prensagem, mediante utilização de prensas hidráulicas uniaxiais onde moldes são carregados com o pó atomizado, e na sequência é exercida uma pressão a fim de conferir a peça seu formato e superfície, e, proporcionando a peça uma resistência mecânica suficiente para o transporte para a etapa de secagem e subsequentes;
- (e) **Secagem:** realizada através de secadores com reaproveitamento de calor dos fornos e o complemento, com o uso de gás natural. Nessa etapa, elimina-se 90,0% de água da peça, proporcionando o aumento da resistência mecânica a seco para as etapas de esmaltação, decoração e transporte até a etapa de queima;
- (f) **Esmaltação/Decoração:** etapa de definição do produto quanto a sua textura superficial (mate, brilhante, acetinado, rústico) e ao seu *design*, quando nos referimos a desenhos e cores, através do processo de impressão digital, ou pela coloração dos vidrados utilizados.
- (g) **Queima:** nesse processo são empregados fornos a rolo contínuo, com utilização de gás natural. Nessa etapa o produto sofre sinterização, com temperaturas que podem variar de 1120,0°C a 1240,0°C e com ciclos de queima de 32,0 a 80,0 minutos, de acordo com a tipologia do produto e formato. Essa etapa garante a inertização do produto, além das suas características de resistência mecânica,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

resistência ao desgaste, resistência ao risco, resistência ao ataque químico, além de proporcionar a peça sua textura (acetinado ou rústica, brilho ou mate);

Classificação: nesta fase do processo temos duas classificações distintas:

- Produtos *Bold*: produto vendável, ou seja, após o processo de queima o material pode ser comercializado;
- Produtos Semi-acabados: que são separados para posterior processo de polimento e/ou retífica.

No produto *Bold*, este material apresenta uma variação dimensional oriunda do processo de queima, o qual necessita ser assentado com espaçamento entre peças. Este produto é classificado visualmente (defeitos superficiais) e eletronicamente (calibre e planar) via laser, classificando o revestimento de acordo com suas dimensões e planaridade. Após esta etapa, o material é embalado, paletizado, seguindo para a estocagem.

Para os produtos Semi-acabados, estes são separados em pancones/paletes e destinados as etapas do processo de beneficiamento, que compreendem:

- **Polimento:** alguns produtos com aplicação de granilha ou esmaltes, sofrem um processo de beneficiamento (desbaste na superfície do produto) com o intuito de proporcionar uma superfície mais plana e brilhante, ou então o processo de lapadura, proporcionando ao revestimento cerâmico um efeito de brilho/mate envelhecido;
- **Retífica:** a retífica é responsável pelo desbaste lateral das peças, proporcionando as mesmas um tamanho único, e o mesmo tamanho nominal das peças a cada produção, possibilitando um assentamento mais uniforme e menor junta;
- **Classificação, Embalagem e Armazenagem:** nessa etapa é realizada a avaliação visual de defeitos superficiais e avaliação eletrônica onde se definem o tamanho nominal e a curvatura a laser, de acordo com as normas. Posteriormente, o material é embalado e paletizado de forma automatizada, sendo disponibilizado ao estoque de produto acabado para o posterior faturamento e embarque ao cliente.

Peças especiais com aplicação de Vitrosa, Platina e/ou Ouro são separados após o processo de queima e destinadas ao setor de peças especiais para as referidas aplicações. Estas peças são queimadas em forno a rolo com temperatura de 830,0°C e ciclo de queima de 60,0 min. Após a queima o material é retificado, classificado, embalado e paletizado sendo destinado ao estoque de produto acabado para o posterior faturamento e embarque.

Dentro do processo de produção possuímos a certificação dos porcelanatos de acordo com a ABNT NBR 13.818 e 15.463, certificados pelo CCB/INMETRO, além da busca constante pela melhoria contínua com processos como *Lean Manufacturing*, e o sistema de gestão de qualidade internos.

b. características do processo de distribuição

A operação de expedição em revestimentos cerâmicos é realizada 100% no estado de Santa Catarina, sendo que o volume é distribuído entre 3 Unidades. Duas delas são localizadas na cidade de Criciúma (RC01 e RC02) e outra em Urussanga (RC04). A distribuição do volume é concentrada 53% em RC01, 21% em RC02 e 26% em RC04.

A expedição das unidades é direcionada para as regiões da seguinte forma:

- RC01 (Criciúma) - 41% para o Sudeste, 26% para o Sul, 10% para Exportação e o restante para as demais regiões;
- RC02 (Criciúma) - 38% para o Sudeste, 26% para o Sul, 13% para Exportação e o restante para as demais regiões;
- RC04 (Urussanga) - 41% para o Sudeste, 28% para o Sul e 5% para Exportação e o restante para as demais regiões;

O processo de Transporte de Revestimentos Cerâmicos é realizado no formato FOB (do inglês *Free On Board*), portanto após o faturamento, a responsabilidade de coleta é do cliente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Na divisão revestimentos cerâmicos, as marcas Ceusa e Portinari estão voltadas para o segmento de médio/luxo, ao atuar no mercado caracterizado por produtos produzidos por via úmida (maior valor agregado e qualidade), onde se destacam porcelanatos com baixa absorção de água. Em 2022, a participação consolidada das marcas Ceusa e Portinari no universo de revestimentos cerâmicos foi de 7,8% em volume, sendo distribuídos em 6,5% Portinari e 1,3% Ceusa, com participação distribuída em 34,0% nas Lojas Especializadas, 21,0% para Engenharia, 20,0% para Home Center, 15,0% Varejo, e 10% em Exportação e outros canais.

ii. condições de competição nos mercados

Em 2022 o mercado se manteve em um patamar próximo ao realizado no ano anterior, porém, a partir de meados do mês de setembro até o final do quarto trimestre do ano foi observada uma tendência expressiva de queda. No caso de Revestimentos Cerâmicos, o mercado é bem pulverizado, com muitos concorrentes, sendo que nenhum apresenta dominância consideravelmente mais expressiva que os demais, acirrando a competição nesse cenário.

É necessário destacar que no mercado de competição dos Revestimentos Cerâmicos da Dexco se leva em consideração apenas os *players* que possuem o mesmo tipo de processo produtivo (via úmida). Por ser um procedimento mais complexo, a tecnologia investida nos produtos, qualidade e consequentemente os preços são maiores, o que aumenta o potencial competitivo em relação à sua concorrência.

d. eventual sazonalidade

Na Divisão de Revestimentos Cerâmicos, a demanda diminui no período de novembro a fevereiro em decorrência da redução dos investimentos em obra e reformas, em função, principalmente do final de ano e posterior período de férias, onde o público acaba destinando a renda para outras finalidades. No restante do ano se demonstra mais estável. Importante ressaltar que esta dinâmica se configura uma vez que os produtos possuem uma forte exposição ao setor do varejo.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

Devido a diversidade e especificidade dos produtos e processos industriais a Companhia tem relações com fornecedores dos setores de energia elétrica, petroquímico, papel e celulose, metais, *trading Companies* entre vários outros setores industriais.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Entre os principais insumos de produção estão os minerais, tintas e esmaltes. Os minerais utilizados na fabricação dos revestimentos cerâmicos são obtidos de múltiplos mineradores que podem ter o seu fornecimento afetado por questões climáticas e ambientais. Para este grupo de fornecedores a equipe Dexco realiza acompanhamento próximo por meio de visitas frequentes para inspeção, verificação das licenças ambientais e direito de lavra para suas operações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Em função da grande quantidade de insumos de matérias-primas de massa e esmaltes utilizados na produção de revestimentos cerâmicos, temos alguns casos específicos com relação a minerais e compostos, os quais demandam tempo e pesquisas para uma possível substituição.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de alguns insumos utilizados na fabricação das tintas e esmaltes por parte dos fornecedores sofrem volatilidade. Por se tratar de commodities, estes insumos acompanham as tendências internacionais de preço que variam de acordo com a oferta e demanda dos mercados mundiais e nacional, além disso, estão expostos à variação cambial. Outros insumos são negociados de acordo com as estratégias de abastecimento, podendo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ser de curto, médio ou longo prazo, tendendo a oscilações conforme oferta, demanda e cenário macroeconômico.



a. características do processo de produção

Os produtos usualmente denominados de “Duchas e Torneiras Eletrônicas” se constituem de várias matérias-primas e componentes, que são especificados conforme as propriedades exigidas na sua utilização tais como segurança, controle de temperatura e estanqueidade. Estes fatores fazem com que o processo produtivo de chuveiros e torneiras eletrônicas seja composto de diversas operações que podem ser agrupadas nas categorias de processos conforme descrito a seguir:

(a) Formação dos Componentes: Conjunto de processos pelos quais as peças são geradas a partir das matérias-primas básicas. Este grupo abrange os processos de estamparia, injeção de plásticos, termofusão, metalização, trefilação e extrusão.

- Na **estamparia** os componentes são gerados a partir da prensagem e corte de chapas de latão em matrizes que reproduzem o formato das peças (exemplo: terminais das resistências elétricas das duchas);
- Na **injeção de plásticos** os componentes são gerados em máquinas automáticas a partir de diversos tipos de resinas termoplásticas (elastômeros, polipropileno, nylon etc.) que são fundidas e injetadas em moldes que reproduzem o formato das peças como, por exemplo, a carenagem das duchas e torneiras;
- Na **termofusão** os componentes são gerados a partir do processo de solda de componentes através do derretimento das peças com o auxílio de moldes em alta temperatura as peças são unidas. Neste processo, geralmente, as peças possuem geometria complexa (exemplo: espalhadores, em formato quadrado, dos produtos);
- Na **metalização**, os componentes plásticos passam por uma transformação (processo de pintura), utilizando verniz e deixando esses componentes com um acabamento metálico e espelhado, simulando uma peça metálica polida. Isso é possível a partir da deposição de partículas de metal na superfície das peças. Para isso, as peças passam por uma preparação na superfície, utilizando vernizes, e posteriormente são inseridas em máquinas metalizadoras, que utilizam vácuo e temperatura para pulverizar material na superfície das peças (exemplo: duchas com acabamento metalizado, torneiras metalizadas).
- Na **trefilação** os componentes são gerados a partir da passagem de um fio, por uma matriz (fieira), por meio de uma força de tração, conformando o diâmetro inicial, para o diâmetro final desejado, conferindo-lhe precisão dimensional, melhor qualidade superficial e melhores propriedades mecânicas (exemplo: fios do chicote elétrico e fio do elemento de aquecimento das duchas); e
- Na **extrusão** os componentes são gerados a partir da conformação de polímeros (plásticos) em formatos desejados, de acordo com a matriz aplicada – (exemplo: haste de controle de temperatura e mangueiras das duchas).

(b) Processamento Mecânico: Como processos mecânicos, tem-se processo de conformação de fios de resistência, dando ao elemento de aquecimento sua configuração funcional, (exemplo: os fios da resistência elétrica em formato de mola). O processo de soldagem acontece quando duas ou mais

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

peças são unidas pela fusão de materiais, que após sua solidificação mantém unidas estas peças formando subconjuntos (exemplo: união de fios e componentes às placas eletrônicas).

- (c) Montagem:** Os processos de montagem e teste têm por objetivo gerar, a partir da montagem dos componentes e dos testes de estanqueidade e funcionamento, os produtos com as características funcionais, estéticas e de confiabilidade especificadas. Após o teste, os produtos são embalados e enviados à área de Expedição para destinação aos clientes (exemplos: duchas, torneiras eletrônicas etc.).

Ainda, desde 2013 a Dexco passou a contar com linhas de produtos complementares às suas linhas tradicionais devido a aquisição da Thermosystem Indústria Eletroeletrônica Ltda., como chuveiros e torneiras eletrônicas.

b. características do processo de distribuição

Em Hydra, temos a operação de Expedição dividida em 2 Unidades, sendo uma delas localizada em Aracaju (SE) ao lado da fábrica da Hydra, e outra é um Centro de Distribuição localizado em Tubarão (SC).

O faturamento de Hydra, produzido na unidade Aracaju (SE) é distribuído entre: 63% para o Sudeste, 16% para região Sul, 12% para o Nordeste, 9% para Exportação e o restante para as demais regiões.

No que diz respeito ao processo de transporte, Hydra opera com transportador terceiro através de um modelo de entrega CIF (do inglês *Cost, Insurance and Freight*), portanto o processo de entrega é realizado sem a participação do cliente.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Do faturamento total, o varejo, representado por pequenas lojas e grandes redes distribuidoras de materiais de construção, representa a maior parte do total: aproximadamente 70%. Home Centers tem participação de 19%, Exportação 6% e os demais canais, 4%.

ii. condições de competição nos mercados

O mercado de atuação de Hydra, tendo como ponto de destaque o mercado de chuveiros elétricos, é composto por duas principais marcas, entre elas a Hydra, que juntas compõem a maior parte do mercado, sendo o restante pulverizado por concorrentes menores e regionais. Nesse mercado, a marca concorrente se apresenta como líder.

Em 2022, de acordo com apurações internas, a participação consolidada de Hydra no mercado de atuação foi de 22% em receita e 23% em volume.

O mercado de atuação não possui barreiras de entrada e, portanto, a competição se dá através da dinâmica de oferta e demanda. Ainda, por ser um produto destinado essencialmente a públicos de classe média/baixa, que, mesmo possuindo diferenciações e inovações entre produtos e marcas atuantes no mercado, tem como foco a manutenção da competitividade através do preço praticado.

d. eventual sazonalidade

Nos produtos da marca Hydra, a categoria de chuveiros e torneiras elétricas possui maior sazonalidade no inverno, entre os meses de abril e agosto (período que representa cerca de 60,0% do volume anual), pois os consumidores estão mais propícios a trocar ou adquirir novos produtos.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

No segmento de chuveiros elétricos, as principais matérias-primas são as resinas plásticas derivadas do petróleo, com destaque para o polipropileno, o qual possui única fonte nacional de fornecimento, porém com

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

opções de fabricantes internacionais. Os preços são expostos ao câmbio e oscilam conforme oferta e demanda do mercado.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

O mercado de atuação não possui barreiras de entrada e, portanto, a competição se dá através da dinâmica de oferta e demanda.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de alguns insumos utilizados pela Dexco sofrem alta volatilidade, como, por exemplo os itens a base de ligas de cobre, polímeros plásticos e derivados da indústria petroquímica.



a. características do processo de produção

Painéis MDP (*Medium Density Particleboard*) são produzidos através dos chamados *dry process*, a partir de partículas de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto), às quais adiciona-se resina, ureia formaldeído e através de um processo de prensagem termomecânico contínuo, onde obtém-se o painel final cuja espessura varia de 9,0 mm a 35,0 mm.

O processo de produção do MDP foi desenvolvido na Alemanha na década de 50, onde o produto é denominado *particleboard* (chapas de partículas de madeira). Durante um longo período os processos de produção destas chapas utilizavam o sistema de produção por *batch* (lote) em prensas monopiso ou multi-aberturas, e os quais passaram, a partir do final dos anos 80, a ser substituídos por processos contínuos de alta performance e de grandes volumes de produção, através dos quais obtém-se produtos de qualidade uniforme com propriedades mecânicas superiores e de menor custo. Por se tratar de um produto melhor em relação ao tradicional *particleboard* foi então, no Brasil, criada a denominação MDP.

No processo contínuo, que é o processo utilizado pela Dexco no Brasil, as toras de madeira são transformadas em cavacos que passam, posteriormente, por equipamentos chamados *ring flakers*, gerando partículas de madeira que são, posteriormente, secas em secadores de tambor rotativo e depois submetidas a um processo de classificação em peneiras oscilatórias, gerando partículas para as camadas interna e externa do painel MDP. Um novo conjunto de moinhos reprocessa parte das partículas para adequação da granulometria para as camadas externas do painel, de forma a garantir a qualidade adequada para o produto. Na sequência, as partículas são encoladas com resina tipo ureia-formaldeído ou resinas especiais, dependendo do tipo de produto que se deseja fabricar e, então, enviadas para as formadoras, onde obtém-se o colchão de partículas que, na continuidade do processo, é enviado para a prensa contínua, onde por ação da pressão e temperatura é constituído o painel de partículas de média densidade (MDP). Após a prensa, estes painéis passam por sistema de resfriamento, são climatizados e, posteriormente, recebem o lixamento das superfícies para a regularização da espessura. Depois de classificados /inspeccionados, cortados na medida final, os produtos são embalados, para serem então enviados para o armazém de produtos acabados, para posterior envio aos clientes.

Painéis de MDF e HDF (*Medium e High Density Fiberboard*) são produzidos, em geral a partir de fibras de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto), que recebem a adição/dosagem de resina, ureia-formaldeído e, através de um processo de prensagem termomecânico contínuo, obtém-se estes painéis com espessura desde 2,5 mm até 35,0 mm.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Este processo foi desenvolvido na década de 70 e resultou da combinação do processo de produção de chapas de fibras de madeira e do painel de partículas de madeira, ou seja, aproveitou-se parte das características/propriedades das chapas de fibra, porém, em painéis de maior espessura, o que já era característico dos painéis de madeira aglomerada.

A produção do MDF e HDF na Dexco é feita a partir da transformação de toras de madeira de eucalipto em cavacos que, posteriormente, são pré-aquecidos e desfibrados. As fibras geradas recebem a adição de resina, ureia-formaldeído ou resinas especiais, bem como outros aditivos para performance dependendo do tipo de painel que se deseja produzir. Na sequência, as fibras encoladas passam por um processo de secagem em secador tubular e são enviadas para a formadora, onde então o colchão de fibras é formado e, em seguida, enviado para a prensa contínua que, sob a ação de pressão e temperatura, é obtido o painel de MDF ou HDF. O MDF apresenta geralmente densidade entre 650 e 800 Kg/m³ enquanto o HDF a densidade situa-se entre 800 e 920 kg/m³. Após a prensagem os painéis de MDF ou HDF são resfriados, passam por climatização, lixamento para regularização da espessura e são classificados / inspecionados e cortados nas dimensões finais. Na sequência, são enviados ao armazém de produtos acabados para expedição aos clientes.

Tanto o MDF como o MDP podem ser convertidos em Laminados de Baixa Pressão (conhecidos como “BP” ou revestimento melamínico). São laminados sob o efeito de pressão e temperatura, com folha ou folhas de papéis decorativos impregnados com resina amínicas (ureicas e melamínicas).

Este processo foi desenvolvido na década de 60 e consiste na alimentação dos painéis de madeira em linha de produção juntamente com a aplicação em cada uma das faces de uma folha de papel decorativo em cores lisas, padrões e desenhos madeirados ou ainda fantasias, impregnados com resinas amínicas e que, posteriormente, são enviados à prensa mono-vão de ciclo curto, onde, sob a ação de pressão e temperatura, o filme de papel impregnado é termo fundido na superfície dos painéis, gerando produtos revestidos com padrões e texturas variadas.

O laminado melamínico, dentre suas características físicas, apresenta excelente resistência ao risco e a manchas, ideal para aplicação na indústria moveleira (fabricação de armários, gabinetes de cozinha e escritórios, mesas, racks, balcões, estantes etc.) e ainda para aplicação nos segmentos de construção civil, como painéis divisórios ou ainda no revestimento de paredes. Os painéis melamínicos da Dexco contam também com a proteção antimicrobiana e antiviral Protekto.

b. características do processo de distribuição

No mercado nacional, os painéis são distribuídos principalmente à indústria de móveis, tanto para produções seriadas quanto para projetos personalizados, e o varejo, que por sua vez, tem como foco a comercialização para pequenos e médios distribuidores, que revendem para marceneiros.

Para tanto, a Companhia realiza o atendimento direto aos clientes partir de suas unidades fabris e Centros de Distribuição (Betim (MG) e Cabo de Santo Agostinho (PE)), através de logística rodoviária e hidroviária. Vale destacar que, como forma de otimizar seus níveis de atendimento, para distribuição dos produtos da marca Duratex, a Companhia prioriza ter a localização dos seus pontos de distribuição próximo dos principais polos moveleiros.

No mercado externo, a produção é direcionada, sobretudo, para clientes do varejo de painéis e para alguns clientes da indústria em diversas regiões. A distribuição é realizada via logística rodoviária e marítima. Ainda, a Duratex atende clientes através de seu escritório localizado nos Estados Unidos, assim como de suas unidades fabris da Colômbia.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

O mercado nacional de painéis de madeira possui um *mix* de vendas diversificado, direcionado, principalmente, à indústria moveleira e varejo, conforme comentado anteriormente. A capacidade de produção da Dexco representa aproximadamente 33% do total produzido no Brasil (MDP, MDF, pisos laminados). Considerando o faturamento total de 2022, os clientes da indústria representaram aproximadamente 40%, Varejo 42%, Mercado Externo 16%, e outros 2% de participação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No mercado externo, a Dexco comercializa seus produtos em todos os continentes, contudo, seu principal mercado é a América Latina, com foco principalmente no varejo de painéis.

ii. condições de competição nos mercados

O ambiente concorrencial nacional no segmento de painéis é fragmentado e apresenta 11 empresas compondo quase a totalidade dos volumes produzidos. Pelas características do produto, embora haja concorrentes de maior porte no exterior, o custo do frete e de distribuição dificultam a importação do produto, sendo, basicamente, uma indústria de concorrência local.

No mercado externo, assim como na importação de painéis, a competitividade é muito impactada pelos valores e disponibilidade de fretes marítimos e, nos últimos anos, pela disponibilidade de venda de madeira nos mercados.

d. eventual sazonalidade

De uma maneira geral, o mercado se comporta de forma equilibrada, porém, o primeiro semestre, em razão do menor número de dias úteis decorrentes do grande número de feriados, e redução da demanda em decorrência do aumento de impostos e compras de épocas festivas, apresenta menor ritmo, dependendo de fatores externos como pressões de custos ou ligados a preços.

Ainda, durante o final do ano, são recorrentes os períodos de férias coletivas na indústria moveleira, o que pode por reduzir o nível de demanda deste canal.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis decorativos. Sendo um produto com base em madeira, o ativo florestal da Companhia é a base para a produção dos painéis de madeira. Em 2022, a Dexco possuía mais de 146 mil hectares de florestas plantadas no Brasil e na Colômbia, entre os quais cerca de 46 mil hectares estão destinados à conservação.

O processo de produção do Eucalipto – principal espécie utilizada pela Companhia em seus processos produtivos – leva desde o plantio até a formação final da floresta, quando está apto a ser cortado para a produção de painéis reconstituídos de madeira, um período de 6 a 7 anos.

O plantio das florestas é realizado a partir de mudas produzidas ou adquiridas de viveiros parceiros que são plantadas em solo previamente preparado e adubado. O processo de preparo do solo é denominado de cultivo mínimo e se caracteriza pelo preparo mínimo necessário do solo sem seu revolvimento intensivo. O primeiro ano do processo de produção, chamado de implantação, caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma série de técnicas que, basicamente, visam o fornecimento de nutrientes através de aplicação de adubos, à eliminação de ervas daninhas e ao combate de formigas cortadeiras. A partir do segundo ano até o corte, temos o período de manutenção, onde, inicialmente, ainda se eliminam ervas daninhas, fornecem-se alguns nutrientes e então são dedicados cuidados à proteção da floresta através do combate a formigas cortadeiras, monitoramento de condições fitossanitárias e prevenção ao fogo.

Aos 6/7 anos a floresta é colhida e então, ou ela é substituída por uma nova floresta (novo plantio), ou os brotos que são emitidos dos tocos cortados são manejados para produzirem, nos próximos 6/7 anos, uma nova colheita. Neste caso, o primeiro ano desta área caracteriza-se novamente por técnicas de fornecimento de nutrientes através da aplicação de adubos, à eliminação de ervas daninhas e ao combate de formigas cortadeiras. Ao final deste ano é realizada uma operação de seleção dos melhores brotos e então inicia-se o período de manutenção, com cuidados à proteção da floresta.

Na área florestal, existe relação comercial de parceria com fornecedores de defensivos agrícolas. A legislação vigente, Lei 7.802 de 1989 e Decreto 4.074 de 2002, Lei de Agrotóxicos, atendida por meio da emissão de receituário agrônomo e fiscalização, é de responsabilidade dos órgãos estaduais oficiais de fiscalização da agricultura e do meio ambiente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ainda, sendo a resina um dos principais insumos para a fabricação dos painéis, a Dexco possui uma planta para a produção de resinas e moderno parque de impregnação para a obtenção dos papéis impregnados utilizados nos processos de obtenção dos laminados.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia entende que, de maneira geral, não possui dependência direta com fornecedores nesta Divisão. Porém, é importante salientar que:

- (a) No Rio Grande do Sul, a fábrica de painéis de MDP é abastecida principalmente por madeira proveniente de terceiros, na medida de 80% da sua necessidade. Este abastecimento é feito por produtores ou comerciantes de madeira e subprodutos madeireiros, mantidos sob contratos e não sujeitos ao controle governamental. Parte significativa destes fornecedores faz parte do programa de fomento florestal da Dexco, por meio do qual são fornecidas mudas, insumos e orientações técnicas aos produtores, que em contrapartida têm o compromisso de oferecer à Dexco a preferência na compra da madeira produzida. Em 2022 possuíamos mais de 500 contratos de fomento ativos, contribuindo para a economia regional e reduzindo riscos de dependência de poucos fornecedores. A silvicultura na região atende a legislação específica do estado do Rio Grande do Sul, tendo como órgãos fiscalizadores a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) e a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente);
- (b) O mercado fornecedor de resinas, para o processo de fabricação de painéis, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de commodities. Esta situação pode acarretar períodos de maior dificuldade financeira para o fornecedor podendo colocar em risco o fornecimento do insumo; e
- (c) A estratégia da área de Suprimentos para a aquisição de resinas, categoria de insumo mais relevante para a produção de painéis, passou por uma reestruturação. Historicamente, a Companhia sempre comprou de fornecedores petroquímicos que transformavam ureia e metanol em resina. A partir de 2010, a Dexco passou a produzir parte da resina consumida. Para tanto, diversificou suas operações ingressando na produção deste insumo, por meio da DRI-Resinas Industriais S.A., localizada em Agudos (SP), incorporada à Companhia em abril de 2011, e que abastece a planta de painéis de madeira de Agudos. A unidade de Uberaba (MG) é, desde 2013, abastecida pela GPC (Grupo Peixoto de Castro), onde as matérias-primas (ureia, metanol e melamina) são fornecidas pela Dexco. Em Itapetininga (SP) e Taquari (RS), a compra de resina é feita através de contrato de longo-prazo junto a Hexion Química do Brasil Ltda., subsidiada brasileira da multinacional americana Hexion.

iii. eventual volatilidade em seus preços

O fornecimento de madeira é dependente da produção de florestas, sejam elas próprias ou de terceiros. Diante disso, a distância e o acesso a florestas maduras e disponíveis para o suprimento das operações da Companhia podem impactar significativamente nos custos da Divisão Madeira.

Referente ao fornecimento de papéis, este é feito por empresas nacionais e estrangeiras. O preço deste insumo está atrelado ao preço da celulose internacional e do dióxido de titânio, insumo imprescindível usado no processo de produção de papéis decorativos, cuja produção está concentrada em poucos fabricantes no mundo

Ainda, a Dexco, além de comprar resinas de terceiros, possui uma unidade produtora própria desde 2010. As principais matérias-primas para fabricação destas resinas são a ureia e o metanol que são 100% importadas. Os preços destas matérias-primas são derivados da cotação internacional destas commodities e estão expostos à variação do dólar. A principal aplicação da ureia está na agricultura (fertilizante) e não na indústria de resinas, o que enfraquece o poder de compra da Dexco e dos atuais fornecedores de resinas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

Os pisos laminados de alta resistência, comercializados sob a marca Durafloor, são produzidos pela Dexco a partir de painéis de HDF, aos quais são adicionados na face principal folha de papel impresso em padrões madeirados e/ou fantasias, e impregnada com resinas amínicas, sobre a qual é aplicado um outro filme de proteção chamado overlay também impregnado com resina, porém, contendo óxidos de alumínio o qual confere ao produto resistência à abrasão.

Na face inferior do painel é aplicado um filme de proteção, também constituído de papel impregnado, com a função de balanço e proteção contra umidade.

Na sequência do processo, todo este conjunto é enviado à prensa onde, sob efeito de pressão e temperatura, ocorre a termo fusão dos papéis no substrato de HDF, gerando então os painéis laminados em padrões e texturas variadas que, posteriormente, após resfriamento e climatização, são recortados nas dimensões finais do piso laminado de alta resistência e processado em linhas de usinagem para a confecção do encaixe macho e fêmea, garantindo na aplicação excelente desempenho do produto quanto à estabilidade.

b. características do processo de distribuição

Os pisos laminados de alta resistência têm o perfil de distribuição diversificado, atendendo aos diversos canais de segmentação e perfis de consumidores por intermédio de distribuidores, lojas especializadas, Home Centers da construção, construtoras e hotéis.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A capacidade de produção da Dexco representa aproximadamente 33,0% do total produzido no Brasil (MDP, MDF, pisos laminados). Os produtos da marca Durafloor tem como mercado de atuação pisos laminados e, com menor participação, LVTs (*Luxury Vinyl Tile* - piso vinílico modular). No mercado de pisos laminados, especificamente no mercado interno, apresentou 38% de participação em 2022.

Por se tratar de um produto direcionado para classe baixa/média, tem sua venda direcionada para o canal varejo e engenharia, em que obras com subsídio governamental tem como premissa a entrega com esse tipo de piso, com baixa participação em Lojas Especializadas. Considerando o volume vendido, os clientes do Varejo representam aproximadamente 43%, Engenharia 32%, Home Center 11%, Lojas Especializadas 8% e Mercado Externo e outros 6%.

ii. condições de competição nos mercados

Para Durafloor, o mercado de atuação não possui barreiras de entrada e, portanto, a competição se dá através da dinâmica de oferta e demanda. O mercado é essencialmente dominado por empresas nacionais e, como possui um direcionamento para classe baixa/média em que a competição determinada pelo preço, inviabiliza novos entrantes externos ao se considerar altos custos de frete e disponibilidade.

d. eventual sazonalidade

De uma maneira geral o mercado se comporta de forma equilibrada, mas o primeiro semestre, em razão do menor número de dias úteis decorrentes do grande número de feriados, impostos e compras de épocas

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

festivas, apresenta menor ritmo, dependendo de fatores externos como pressões de custos ou ligados a preços.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis decorativos.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

De uma maneira geral, não há dependência de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Outros insumos são negociados conforme suas estratégias de abastecimento, podendo ser de curto, médio ou longo prazo, e tendem a oscilarem conforme demanda e reajustes inflacionários (quando produção local).



a. características do processo de produção

Os revestimentos de concreto arquitetônico são produzidos utilizando, a partir do cimento industrializado, aditivos químicos e agregados de acordo com as necessidades de coloração e resistência aplicável. Esses produtos são submetidos a um processo de homogeneização mediante a utilização de água, sendo posteriormente dosados e compactados nos moldes de acordo com os produtos desejados. Na sequência, inicia-se o processo de “cura” (evaporação de água) para adquirirem as características de resistência necessárias. Por fim, após a cura, a grande maioria das linha de produtos de concreto arquitetônica ainda recebem um ou mais tratamentos superficiais para adquirira definição de sua aparência/design e características finais.

b. características do processo de distribuição

Por atender a um nicho de mercado específico, os produtos da marca Castelatto são vendidos sob encomenda, através de lojas especializadas parceiras que representam a marca, em B2C. Uma vez recebido o pedido, todo o fluxo de fabricação, embalagem e expedição é personalizado. O produto adquirido é carregado em Atibaia (SP), unidade fabril onde é produzido, e segue via transporte rodoviário até o cliente – considerando as necessidades individuais de transporte e descarga.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

No mercado nacional de pisos e revestimentos de concreto, onde está inserido, a participação estimada dos produtos é de cerca de 50%.

ii. condições de competição nos mercados

No mercado nacional, onde está inserido, os produtos da Castelatto atuam em duas frentes, sendo elas:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (a) Varejo (B2C): além da fabricação/serviço personalizado, possuímos uma tabela de preços nacionalizada e oferecemos opções de pagamento como boletos, empréstimo CDC oferecido por meio de financiamento e parcelamento através de cartão de crédito.
- (b) Grandes Projetos (*Corporate*): fornecemos soluções especialmente para áreas comuns de prédios e condomínios, pisos elevados e permeáveis.

d. eventual sazonalidade

Percebemos uma queda na demanda nos meses em que são registrados períodos de férias escolares e coletivas, como julho, dezembro e janeiro, quando as famílias estão usufruindo de suas casas e o fluxo de obras em andamento é paralisado.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Não há regulação governamental que impacte o fluxo de suprimentos dos produtos. Com relação a fornecedores, estes mantêm relacionamento de longa data, nos quais o volume consumido pela Castelatto não ultrapassa 10% da produção total do fornecedor.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A matéria-prima mais crítica é o cimento branco, pois a cor afeta a estética final do produto.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Historicamente não há volatilidade significativo de preços que tenha impactado a produção.



a. características do processo de produção

O processo de produção de celulose solúvel é bastante similar ao do processo *kraft* convencional (papel fabricado diretamente a partir das fibras da celulose), porém com algumas modificações. Segue abaixo a descrição do processo produtivo.

Pátio de madeira: É o local onde a madeira é recebida, medida, pesada, picada, estocada e preparada para abastecimento dos digestores e para suprimento de Biomassa à caldeira de força.

Cozimento: O processo de cozimento é formado por digestores do tipo “batelada” onde são alimentados os cavacos produzidos no Pátio de Madeira. Para se fazer a individualização das fibras contidas na madeira, ou seja, cozinhá-las, precisa-se ter:

- Temperatura, utilizando-se vapor;
- Pressão;
- Tempo; e
- Reagentes químicos para forçar esta separação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os reagentes químicos utilizados no processo de polpação estão contidos no chamado licor de cozimento, também denominado lixívia branca ou licor branco concentrado. Após o processo de cozimento, a polpa de celulose é então descarregada em tanques de descarga, para ser alimentada à Linha de Fibras.

Linha de fibras: A Linha de Fibras propriamente dita é composta pelas seguintes etapas:

- (a) **Depuração Marrom:** Um processo importante que ocorre na área da depuração é a remoção de impurezas e areia da polpa de celulose através do uso dos Depuradores Pressurizados e Lavagens intermediárias com a utilização de prensas.
- (b) **Deslignificação:** Esta etapa com oxigênio tem como finalidade remover lignina residual presente na polpa de celulose após o cozimento e controlar suas propriedades como alvura e viscosidade. O processo conta com dois reatores e, após estes, a polpa de celulose passa novamente por um processo de lavagem com a utilização de prensas.
- (c) **Branqueamento:** O branqueamento, como o nome já diz, branqueia a polpa de celulose e permite a obtenção da qualidade desejada no produto. A sequência utilizada em nosso processo, totalmente livre de cloro, é: A-Z-P, onde no estágio A se utiliza ácido sulfúrico, no estágio Z o Ozônio e no estágio P o Peróxido de Hidrogênio. Cada estágio possui temperatura, tempo de retenção e pH adequados para promover as reações químicas. Entre os estágios de branqueamento, a polpa de celulose também é lavada com a utilização de prensas. Após o branqueamento, a polpa é estocada nas Torres de Estocagem de Polpa Branqueada, para então alimentar a Máquina de Secagem.

Máquina de Secagem: A Máquina de Secagem tem como objetivo a remoção de água da polpa de celulose.

Após a remoção inicial de água é formada a manta de celulose, que passa por um processo de secagem final para em seguida cortá-la em partes que são os Fardos de Celulose. Os Fardos de Celulose são alimentados às linhas de enfardamento, onde estes são prensados, embalados, amarrados e empilhados. Os fardos estarão então prontos para serem transportados para posterior exportação.

A LD Celulose tem, em sua área fabril, a produção de:

Celulose Solúvel: A polpa de celulose solúvel (*dissolving pulp*) é um tipo de material com alto teor de celulose (> 92-97%), se comparado ao teor de celulose que se encontra em polpas *kraft* convencionais (85-90%) utilizadas para produção de papel, artigos de higiene etc.

Por suas características especiais de alta pureza, baixo nível de contaminantes inorgânicos, adequada alvura e viscosidade - esta celulose possui propriedades técnicas que permitem que ela seja aplicada nos mais diversos produtos. A polpa tem este nome pelo fato de ser dissolvida em uma solução cáustica para formar a viscose, e depois é extrudada em uma fiadeira para formar filamentos de *rayon*.

A polpa de celulose solúvel tem encontrado bastante mercado por conta da queda da produção de algodão, e conseqüentemente o aumento de preço deste tipo de fibra.

Energia Elétrica: Além da fabricação de celulose solúvel, a madeira de eucalipto extraída das nossas florestas também é utilizada como combustível para geração de energia elétrica para a fábrica da LD, garantindo uma fonte renovável de eletricidade para a operação industrial. Mais de 50% dessa energia gerada a partir da biomassa resultante do processo produtivo da fábrica é comercializada e distribuída na rede nacional de distribuição de energia.

Fertilizantes e Corretivos de Solo: Todo o resíduo do processo produtivo de celulose é enviado para a planta de compostagem e volta para a floresta ou vai para agricultura como fertilizante ou corretivo de solo. A LD Celulose produz cinco produtos em sua planta de compostagem. São eles:

- Condicionador de Solo – Classe A;
- Condicionador de Solo – Classe D;
- Fertilizante Orgânico;
- Corretivo de acidez de solo; e
- Corretivo de acidez do solo com Silicato de Magnésio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b. características do processo de distribuição

A celulose produzida pela LD é escoada via ferrovia até o porto no Espírito Santo. Lá ela é carregada em navios e segue rumo a Ásia.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A celulose solúvel produzida pela LD Celulose é destinada especificamente ao mercado têxtil, atendendo a produção da Lenzing, dado o *offtake agreement* para venda dos produtos.

ii. condições de competição nos mercados

As marcas produzidas pela Lenzing se destacam não apenas pela alta qualidade, mas também pela preocupação com o meio ambiente, sendo consumida pelo público interessado em conforto e sustentabilidade.

d. eventual sazonalidade

Como a produção da LD é totalmente destinada a seu acionista majoritário, a única exposição a qual a produção está exposta é a variação do preço das commodities, uma vez que esta segue o que é praticado no mercado.

e. principais insumos e matérias-primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As principais matérias-primas e insumos são adquiridos através de contratos estabelecidos junto aos fornecedores, nacional e internacionalmente. Estas matérias-primas e insumos são, na sua maioria, regidas pelo mercado de commodities internacional, pela variação do dólar e pelos índices nacionais de inflação.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência de fornecedores para a compra de matérias-primas e insumos.

No entanto, para a logística de expedição de produtos acabados, há um contrato de longo prazo para transporte ferroviário, junto à empresa VLI, e armazenagem portuária com a empresa Portocel.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Como dito anteriormente, as matérias primas e insumos são regidos pelo mercado internacional de commodities, dólar e inflação local, logo, sofrem influência da variação destes itens.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente responde por mais de 10,0% da Receita Líquida da Companhia.

No ano de 2022, o maior cliente¹ da Dexco correspondeu por cerca de 2,3% das vendas totais do ano, em comparação a Receita Líquida Consolidada.

Se a análise for feita considerando a Receita gerada por negócio, a maior proporção observada foi de 7,5%, ainda abaixo dos 10,0%.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Uma vez que nenhum cliente responde por mais de 10,0% da Receita Líquida da Companhia, não há segmentos operacionais afetados por receitas provenientes de clientes.

1. Análise feita considerando operações brasileiras, com base de lançamento no sistema SAP.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas às autorizações governamentais de natureza ambiental (licenças de operação), as quais são necessárias para qualquer tipo de atuação industrial, não existindo autorizações específicas para os seus produtos e/ou processos de fabricação. Os requisitos legais para a atividade de silvicultura variam conforme o estado e extensão da área plantada. As florestas da Dexco em São Paulo possuem Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA). Em Minas Gerais, exige-se licença de operação (LO) ou certidão de dispensa de licenciamento ambiental, dependendo do tamanho da área. Abordagem semelhante é utilizada no Rio Grande do Sul, onde exige-se licença de operação (LO) ou cadastro florestal para os casos isentos de licenciamento. Em Alagoas, a atividade de silvicultura requer o cadastramento das florestas por meio do Registro de Plantio. O histórico da obtenção de autorizações junto aos órgãos públicos sempre obedeceu aos procedimentos legais vigentes, não existindo risco para Companhia.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia possui política rigorosa de atendimento à legislação de natureza ambiental, em matéria industrial e florestal, inclusive com a obtenção de certificações internacionais quanto à origem e rastreabilidade de seus insumos florestais e aos procedimentos adotados em suas atividades de reflorestamento.

Todo o compromisso da Companhia é devidamente formalizado em uma política ambiental, que é de pleno conhecimento de todos os colaboradores da Companhia. Dentro do Sistema de Gestão Ambiental da Dexco, presente em nossas unidades industriais, estão previstos rígidos controles operacionais e metas ambientais para emissões atmosféricas, geração de resíduos, redução de consumo de energia e água.

A política ambiental da Dexco, tem como princípio práticas de gestão que possibilitem:

- Utilizar de forma racional e sustentável os recursos naturais, matérias-primas e insumos necessários aos processos de produção;
- Desenvolver e ofertar produtos que possibilitem o uso racional dos recursos naturais;
- Prevenir a poluição e riscos ambientais em suas operações desde a produção à distribuição de seus produtos, com soluções técnicas e inovadoras, mitigando os seus impactos;
- Cumprir a legislação aplicável às suas atividades, produtos e serviços, atender aos compromissos voluntários assumidos pela organização e estabelecer procedimentos para garantir que insumos de origem ilegal não sejam utilizados;
- Proteger a biodiversidade, as nascentes e os cursos de água, bem como conservar o solo cultivado, medidas inerentes ao manejo das plantações florestais, visando à manutenção e/ou melhoria dos serviços ecossistêmicos e valores ambientais.
- Realizar a gestão de resíduos de modo convergente aos conceitos de redução, reciclagem e reuso;
- Avaliar o desempenho ambiental de empresas em caso de fusões e aquisições;
- Atuar na mitigação de suas emissões de gases de efeito estufa e adotar mecanismos de adaptação frente aos impactos das mudanças climáticas.

A Dexco possui certificações que atestam os seus sistemas de gestão ambiental, de qualidade e de segurança, a saber:

- ISO 9001: unidades Painéis Uberaba, Itapetininga, Agudos, Taquari, Yarumal e Barbosa (Divisão Madeira) e Metais São Paulo, Jacareí, Jundiaí, e Hydra Aracajú (Divisão Deca) e Louças João Pessoa.
- ISO 14001: unidades Louças Jundiaí, João Pessoa, Metais Jundiaí, Metais São Paulo (Divisão Deca); unidades de Painéis Itapetininga, Taquari, Uberaba, Agudos e Barbosa (Divisão Madeira).
- ISO 45001: unidades Louças Jundiaí, Louças Queimados, Metais Jundiaí, Metais São Paulo (Divisão Deca); unidades de Painéis Itapetininga, Taquari, Uberaba, Agudos, Barbosa, Yarumal, Florestal Agudos, Itapetininga, Uberaba e Taquari. (Divisão Madeira).

As operações da Dexco estão localizadas na Colômbia e no Brasil, especificamente nos estados de São Paulo,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Alagoas e Santa Catarina e, portanto, estão sujeitas às rígidas leis federais, estaduais e municipais, assim como aos regulamentos e autorizações exigidos no que diz respeito à proteção do meio ambiente e saúde da população. Cumpre também as regulamentações do Ministério do Meio Ambiente, na esfera federal e normas de órgãos regulamentadores estaduais e municipais. Incidem e regulam as atividades da Dexco mais de 500 leis, decretos, instruções técnicas e normativas, resoluções, portarias, normas técnicas, regulamentos técnicos, normas regulamentadoras de natureza ambiental, deliberações de órgãos ambientais etc. Vale destacar que o sistema de gestão ambiental dos negócios dispõe de uma plataforma (Sistema Ambito) que permite o monitoramento e gestão das atualizações de legislações e requisitos legais aplicáveis.

De uma forma resumida, as atividades industriais são licenciadas junto ao órgão estadual em dois níveis distintos, sendo um para instalação, reforma ou ampliação das operações e outro quanto ao pleno funcionamento das atividades propostas ao órgão na oportunidade do pedido de instalação. Tais licenças são renovadas num período médio de cinco anos. Também existem licenciamentos obtidos junto ao órgão municipal, especificamente para a Divisão de Madeira e Hydra Aracaju (Divisão Deca).

Concomitantemente, a Companhia cumpre com as determinações do cadastro nacional de atividade potencialmente poluidoras na esfera federal, coordenado pelo Ibama. Da mesma forma, cumpre leis e normas e regulamentos editados pelos estados, e que de alguma forma interferem na operação da Companhia.

Cabe salientar que a classificação dos resíduos de qualquer natureza, em conformidade com a NBR 10.004 é um dos mais complexos processos, já que envolve uma grande cadeia de fornecedores para a correta destinação desses resíduos. Contamos também com norma interna para homologação de receptores de resíduos, com requisitos avaliados e verificados pelas equipes de meio ambiente da Companhia.

A atuação responsável da Dexco em relação ao meio ambiente já foi reconhecida pela opinião pública e por diversos órgãos dedicados à proteção da natureza. Foi a primeira organização do hemisfério sul a conquistar o certificado FSC® (Forest Stewardship Council®) de manejo florestal em 1995, e mantida desde então. Essa certificação atesta que o manejo florestal é realizado de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Atualmente 94,7% das florestas da Dexco no Brasil e 82,0% das florestas na Colômbia considerando áreas próprias e de terceiros possuem tal certificação (Códigos de licença FSC-C006042; FSC-C109955).

Outro item que merece destaque é a contribuição com entidades do 3º setor, universidades, governos, Companhias e pessoas físicas no desenvolvimento do tema por meio de palestras, seminários e informações disponibilizadas no site corporativo, apoio a projetos de pesquisas. Além disso, a Dexco mantém canal de relacionamento sobre as questões ambientais com o público interessado, por meio do e-mail sustentabilidade@dex.co e canais específicos com os negócios da Companhia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui em suas atividades (fabricação e comercialização de produtos madeira, pisos laminados, louças, metais sanitários, chuveiros elétricos e revestimento cerâmico) qualquer tipo de dependência quanto a patentes, marcas, licenças de terceiros, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Na comercialização dos produtos que fabrica a Companhia adota como prática, conforme determina a legislação em vigor, efetuar o pedido de registro prévio junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de todas as marcas e patentes que utiliza, havendo, portanto, a mitigação de eventuais riscos.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Dexco não realiza contribuições políticas, em conformidade com a Política Anticorrupção, que proíbe gastos e doações a candidatos ou partidos políticos, conforme legislação aplicável. As demais modalidades de doação do Governo somente ocorrerão em caráter excepcional, desde que atendam aos seguintes objetivos e critérios:

- (i) cumprimento de exigências ou determinações legais;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- (ii) preservação dos bens/serviços públicos diretamente afetados pelas atividades operacionais da Companhia, mediante justificativa técnica da administração requerente; e
- (iii) apoiar causas alinhadas às atividades e/ou valores da Companhia. Em qualquer das exceções anteriores, a doação respeitará o disposto na Norma de Doação, atendendo aos requisitos obrigatórios de formalização (ex. Ofício) e mediante análise prévia e parecer favorável da área de Compliance, além da aprovação da Mesa Diretora e Presidente da Dexco.

A Política Anticorrupção da Dexco está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e pode ser acessada através do link <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>.

Relações Institucionais e Governamentais

Para contribuir com o poder público na criação de políticas públicas que promovam os negócios e o ambiente social, a Dexco criou em 2020 uma área de Relações Institucionais e Governamentais, responsável por representar o discurso da Companhia no processo legislativo (federal, estadual e municipal). Esse departamento atua principalmente em conjunto com entidades setoriais conceituadas das quais a Companhia é afiliada (ex. IBÁ, CIESP, ABINEE, ANFACER, entre outras), garantindo uma atuação política impessoal e transparente, sempre pautada por padrões éticos, morais e de acordo com as Leis e a Política Anticorrupção da Dexco.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na Receita Líquida total do emissor

Em 2022, a Receita Líquida proveniente do país sede da Companhia – Brasil – foi de R\$ 6,9 bilhões, ou 81,0% da Receita Líquida Consolidada¹.

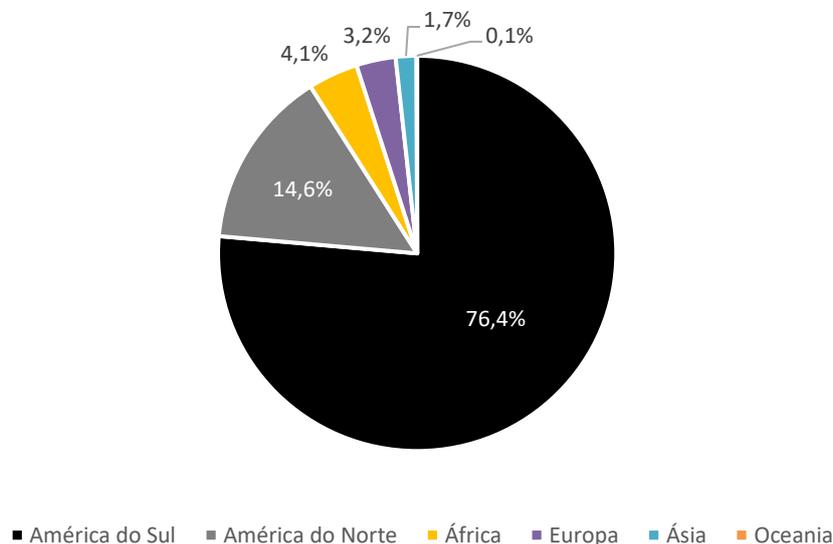
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na Receita Líquida total do emissor

Em 2022, a Receita da Companhia foi proveniente de 62 países, distribuídos entre os 5 continentes. Entre os mercados mais representativos para a Dexco, destacam-se os países das Américas, com 91,0% dos mercados atendidos.

Quando analisados os dez principais mercados em que a Dexco atuou em 2022, este montante representou 89,6% do total das Receitas com Exportação, com destaque para Colômbia, Estados Unidos, Peru e República Dominicana.

Países	%
Colômbia	55,8%
Estados Unidos	6,0%
Peru	5,5%
Rep.Dominicana	4,8%
Bolívia	4,5%
Paraguai	4,1%
Argentina	2,7%
África do Sul	2,5%
Equador	2,2%
Espanha	1,5%
Total	89,6%
Outros	10,4%

Mercados Atendidos



1. Não considera Receitas geradas pela LD Celulose dada a relação societária entre a Dexco e a *joint venture*.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios desse emissor

A Companhia possui sociedades controladas no exterior, que devem atender à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, societária e anticorrupção. As regulações a que tais sociedades controladas se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições, entretanto, não afetam de forma relevante os negócios da Companhia, observado o disposto no item 4.1 (i) do Formulário de Referência. Nossos produtos podem estar sujeitos a tarifas, tratados e diversos acordos comerciais, bem como leis que afetam a importação de bens de consumo. Monitoramos as alterações em tais leis e consideramos estarmos em conformidade material com todas as leis aplicáveis.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Informações de cunho ASG são divulgadas anualmente em Relato Integrado e atualizações sobre o tema podem ser realizadas trimestralmente, em conjunto a Divulgação de Resultados. Há também publicações específicas a respeito da Estratégia de Sustentabilidade da Companhia, além do Portal ESG, página onde a Companhia centraliza suas principais informações desta natureza. Tais informações podem ser acessadas através dos links:

- Relatos Integrados: <https://www.dex.co/esg/relato/>
- Estratégia de Sustentabilidade: <https://www.dex.co/esg-data/estrategia/index.html>
- Portal ESG: <https://www.dex.co/esg/>

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado 2022 da companhia foi elaborado conforme as Normas da Global Reporting Initiative (GRI) 2021, divulgado utilizando o formato de Relato Integrado, seguindo as diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC), pelo quarto ano seguido. O texto também segue os critérios da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). A partir do ciclo referente ao ano de 2022, a Companhia passou também a reportar os indicadores conforme *framework* do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), setores de Produtos de Construção & Móveis e Manejo Florestal.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relato Integrado de 2022 passou por auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes SS Ltda. para verificação da aderência às Normas GRI e às metodologias de Relato Integrado e SASB, além do inventário de gases de efeito estufa (GEE). As demonstrações financeiras foram auditadas pela PwC, enviadas aos órgãos reguladores e estão disponíveis no site de Relações com Investidores: <https://ri.dex.co/>.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Desde 2004 a Dexco publica anualmente Relatórios de Responsabilidade Social e Ambiental em seu portal, onde também é possível localizar o Relato Integrado de 2022: <https://www.dex.co/esg/relato/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Em 2019, no ato da publicação de seu primeiro Relato Integrado, a Dexco elaborou sua primeira matriz de materialidade. A metodologia considerou documentos institucionais (estratégia corporativa, diretrizes de cada divisão de negócio, estratégia de sustentabilidade, entre outros) e estudos setoriais, a partir dos quais foram identificados temas centrais a serem levados para a priorização de investidores, clientes e fornecedores. Os temas prioritários foram ainda apresentados para membros da Diretoria-Executiva e do Conselho de Administração de modo que estes pudessem validá-los, considerando a maturidade de nossos instrumentos de gestão, o contexto setorial em que estamos inseridos e outros elementos de nosso planejamento estratégico.

Em 2022, conforme descrito no Relato Integrado, a matriz de materialidade da Dexco foi revisada, e resultou na seleção de sete temas materiais: Água e efluentes; Cadeia de fornecimento e rastreabilidade; Cultura organizacional e gestão de pessoas; Desenvolvimento comunitário local; Mudanças Climáticas e Pesquisa & Inovação.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- f. **se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

Os ODS prioritários para a Dexco são os de números 8 (Emprego digno e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Combate às Alterações Climáticas) e 15 (Vida sobre a Terra), conforme detalhado ao longo do documento que descreve a Estratégia de Sustentabilidade da Companhia e resumido na pg. 35 do mesmo material (https://www.dex.co/esg-data/estrategia/pdf/dexco_sustentabilidade.pdf). Estas informações também estão disponíveis no Relato Integrado 2022.

- g. **se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Sim, as recomendações do TCFD são levadas em consideração, conforme indicado na pg. 28 do Relato Integrado 2022. A companhia, atualmente, está em processo de elaboração de um material mais detalhado que será publicado em 2023.

- h. **se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Dexco realiza, desde 2012, o inventário de emissões de gases do efeito estufa de suas operações, incluídas, inclusive, em suas Metas de Sustentabilidade 2025. A Companhia publica seu inventário considerando Escopo 1, Escopo 2 e Escopo 3, em uma visão societária, dada a participação da Companhia nas joint ventures LD Celulose e Caetex, que representam 49% e 60% respectivamente. Tais informações são anualmente publicadas no Relato Integrado da Companhia, além de passar por auditoria externa independente.

- i. **explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

Não se aplica, uma vez que a Dexco faz a publicação de extenso material sobre o tema.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, uma vez que a Dexco não se configura como sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social e votante da Castelatto Ltda por Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.

Em 21 de dezembro de 2021 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (empresa integrante do Grupo Dexco), Gabriel Carlos Bertolacci, Fernando Nicolas Azcona e Alejandro Marcos Bruni, para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social e votante da Castelatto Ltda pela Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (“Operação”).

A Castelatto é líder no segmento de revestimentos de concreto arquitetônico, estando sempre atenta às tendências de design do mercado. Seus produtos promovem um visual exclusivo aos espaços e permitem a personalização dos ambientes com diferentes usos de paginações.

Em 02 de março de 2022, ocorreu o fechamento da Operação após o cumprimento de todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação da Operação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Aumento de participação da Duratex Florestal Ltda. na Caetex Florestal S.A.

Em 23 de novembro de 2022, foi celebrado Acordo de Investimentos entre Duratex Florestal Ltda (empresa integrante do Grupo Dexco), Usina Caeté S.A. e Jaraguá Agrícola Ltda para realização de aumento de participação na Caetex Florestal S.A., resultando em mudança de controle em favor da Duratex Florestal Ltda. (“Operação”).

A Caetex Florestal S.A. é um Joint Venture constituída no ano de 2015, com atuação no plantio e cultivo de madeira de reflorestamento, relativo à extração de eucalipto, no Estado de Alagoas.

Em 27 de dezembro de 2022, ocorreu o fechamento da Operação após o cumprimento de todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação da Operação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Evento	Aumento de participação da Duratex Florestal Ltda. na Caetex Florestal S.A.								
Principais condições do negócio	Em 27 de dezembro de 2022, a Duratex Florestal Ltda realizou aumento de participação na Caetex Florestal S.A. ("Companhia"), resultando em mudança de controle da Companhia em favor da Duratex Florestal Ltda.								
Partes envolvidas	Usina Caeté S.A. ("Caeté"); Jaraguá Agrícola Ltda ("Jaraguá" e em conjunto com Caeté, "Bloco Caeté"); Duratex Florestal Ltda.								
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	Aquisição de controle da Companhia pela Duratex Florestal Ltda.								
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:								
	<table border="1" data-bbox="742 947 1481 1032"> <thead> <tr> <th data-bbox="742 947 1150 1032">Acionista</th> <th data-bbox="1150 947 1481 1032">Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="742 1032 1150 1077">Duratex Florestal Ltda</td> <td data-bbox="1150 1032 1481 1077">50%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="742 1077 1150 1122">Bloco Caeté</td> <td data-bbox="1150 1077 1481 1122">50%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="742 1122 1150 1167">TOTAL</td> <td data-bbox="1150 1122 1481 1167">100%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Participação Societária (%)	Duratex Florestal Ltda	50%	Bloco Caeté	50%	TOTAL	100%
	Acionista	Participação Societária (%)							
	Duratex Florestal Ltda	50%							
	Bloco Caeté	50%							
	TOTAL	100%							
Depois da operação:									
<table border="1" data-bbox="742 1256 1481 1344"> <thead> <tr> <th data-bbox="742 1256 1150 1344">Acionista</th> <th data-bbox="1150 1256 1481 1344">Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="742 1344 1150 1388">Duratex Florestal Ltda</td> <td data-bbox="1150 1344 1481 1388">60%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="742 1388 1150 1433">Bloco Caeté</td> <td data-bbox="1150 1388 1481 1433">40%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="742 1433 1150 1478">TOTAL</td> <td data-bbox="1150 1433 1481 1478">100%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Participação Societária (%)	Duratex Florestal Ltda	60%	Bloco Caeté	40%	TOTAL	100%	
Acionista	Participação Societária (%)								
Duratex Florestal Ltda	60%								
Bloco Caeté	40%								
TOTAL	100%								
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Negociação do Acordo de Acionistas da Companhia, cujas disposições estão refletivas em seu Estatuto Social, conforme aplicável.								
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.12.2022, disponível para consulta na Ficha da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de Alagoas.								

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Evento	Aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social e votante da Castelatto Ltda por Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.										
Principais condições do negócio	Em 02 de março de 2022, a Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social e votante da Castelatto Ltda, tornando-se sua única sócia ("Companhia").										
Partes envolvidas	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A; Gabriel Carlos Bertolacci; Fernando Nicolas Azcona; Alejandro Marcos Bruni.										
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	A Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. se tornou a titular de 100% das quotas representativas do capital social e votante da Castelatto Ltda.										
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gabriel Carlos Bertolacci</td> <td>33,33%</td> </tr> <tr> <td>Fernando Nicolas Azcona</td> <td>33,33%</td> </tr> <tr> <td>Alejandro Marcos Bruni</td> <td>33,33%</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Participação Societária (%)	Gabriel Carlos Bertolacci	33,33%	Fernando Nicolas Azcona	33,33%	Alejandro Marcos Bruni	33,33%	TOTAL	100%
	Acionista	Participação Societária (%)									
	Gabriel Carlos Bertolacci	33,33%									
	Fernando Nicolas Azcona	33,33%									
	Alejandro Marcos Bruni	33,33%									
	TOTAL	100%									
	Depois da operação:										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Participação Societária (%)	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	100%	TOTAL	100%					
Acionista	Participação Societária (%)										
Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	100%										
TOTAL	100%										
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a Companhia conta com apenas um sócio.										
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Instrumento de Particular de 10ª Alteração e Consolidação do Contrato Social disponível para consulta na Ficha da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.										

Evento	Aumento de Capital da Dexco S.A, decorrente da bonificação de ações aos acionistas
Principais condições do negócio	Em 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado, o aumento de

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

	capital da Dexco S.A ("Companhia") mediante a bonificação de 10% em ações aos acionistas por meio da capitalização de reservas da Companhia.
Efeitos resultantes da operação	Foram emitidas 76.096.295 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, distribuídas gratuitamente aos acionistas, aumentando o capital social de R\$ R\$2.370.188.626,80 para R\$ 3.370.188.626,80, dividido em 837.059.246 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A cada ação ordinária da Companhia corresponderá 1 (um) voto na Assembleia Geral.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Fato Relevante de 15.12.2022, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e na CVM.

Evento	Aumento de Capital da Duratex Florestal Ltda. em 28.11.2022
Principais condições do negócio	Em 28 de novembro de 2022, a Dexco S.A realizou um aporte de R\$ 600.000.000,00 na Duratex Florestal Ltda.
Efeitos resultantes da operação	Os recursos deste aumento de capital são oriundos de operação de securitização, para investimento pela Duratex Florestal em ativos biológicos, em cumprimento ao termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais da Dexco S.A ("Operação").
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Instrumento de Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social disponível para consulta na Ficha da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Evento	Aumento de Capital da Duratex Florestal Ltda. em 08.12.2022
Principais condições do negócio e efeitos resultantes	Em 08 de dezembro de 2022, a Duratex Florestal Ltda. declarou e pagou juros sobre o capital próprio, relativos aos exercícios de 2019 a 2022, no valor bruto de R\$ 220.000.000,00 resultando em juros líquidos de R\$ 187.000.000,00, imputados aos dividendos de 2022. Em ato contínuo, a Dexco S.A aportou o montante líquido dos juros sobre o capital próprio para subscrição e aumento de capital na Duratex Florestal Ltda.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Instrumento de Particular de Deliberação de JCP e de Alteração e Consolidação do Contrato Social disponível para consulta na Ficha da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

No último exercício social da Companhia não foi celebrado, extinto ou modificado o acordo de acionistas da Companhia, mantendo-se inalterado aquele arquivado no seu website e no da CVM.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não estejam diretamente relacionados com as atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes**1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Informações adicionais ao item 1.12

Evento	Celebração de Instrumento Particular de Promessa de Permuta de Imóveis Rurais (“Contrato”), entre a Duratex Florestal Ltda. e a V.V.C Participações S.A.
Principais condições do negócio	<p>Em 24 de novembro de 2022, a Duratex Florestal Ltda e a V.V.C Participações S.A. celebraram Instrumento Particular de Promessa de Permuta de Imóveis Rurais, por meio do qual a Duratex Florestal Ltda se tornou proprietária e possuidora de imóveis rurais localizados nas cidades de Alambari e Sarapuí, estado de São Paulo (Fazenda Santa Terezinha) e a V.V.C Participações S.A. de imóvel rural localizado em Pilar do Sul, também estado de São Paulo (Fazenda Pilar – Gleba B).</p> <p>A operação descrita acima foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 31 de janeiro de 2023.</p>
Partes envolvidas	Duratex Florestal Ltda e V.V.C Participações S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	N/A
Quadro societário antes e depois da operação	N/A
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Evento	Investimento para aquisição de 19,35% das ações representativas do capital social e votante da Brasil ao Cubo S.A.
Principais condições do negócio	<p>Em 10 de janeiro de 2023 o DX Ventures Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior adquiriu 19,35% das ações representativas do capital social e votante da Brasil ao Cubo S.A. (“Companhia”).</p>
Partes envolvidas	Dexco S.A.; Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.; DX Ventures Fundo de Investimento Em Participações

1.16 Outras informações relevantes

	<p>Multiestatégia Investimento no Exterior; Gerdau Aços Longos S.A.; Douglas Saul Garcia; Enrico do Amaral Ferrari; Felipe Brandi; Gustavo Martin Bellizia; Hebert Mesquita Lacava; Jonathan Albert Degani; Lucas de Arruda Castro; Michel Rodrigues; Michel Volpato Dacoreggio; Murilo Blanco Mello; Ricardo Nunes Mateus; Ricardo Silva Oliveira; Rodrigo Cardoso Botan;</p>																																								
<p>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.</p>	<p>Ingresso dos acionistas DX Ventures Fundo de Investimento Em Participações Multiestatégia Investimento no Exterior e Gerdau Aços Longos S.A., além de a saída dos acionistas Felipe Brandi, Gustavo Martin Bellizia, Lucas de Arruda Castro, Michel Rodrigues, Michel Volpato Dacoreggio e Ricardo Silva Oliveira, conforme tabelas abaixo. Esclarecemos que atualmente não há controle definido na Companhia.</p>																																								
<p>Quadro societário antes e depois da operação</p>	<p style="text-align: center;">Antes da operação:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: black; color: white;"> <th style="text-align: center;">Acionista</th> <th style="text-align: center;">Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td style="text-align: center;">Douglas Saul Garcia</td><td style="text-align: center;">0,5000%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Enrico do Amaral Ferrari</td><td style="text-align: center;">6,5699%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Felipe Brandi</td><td style="text-align: center;">4,2140%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Gustavo Martin Bellizia</td><td style="text-align: center;">5,9388%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Hebert Mesquita Lacava</td><td style="text-align: center;">4,9000%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Jonathan Albert Degani</td><td style="text-align: center;">7,6744%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Lucas de Arruda Castro</td><td style="text-align: center;">0,6000%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Michel Rodrigues</td><td style="text-align: center;">10,7020%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Michel Volpato Dacoreggio</td><td style="text-align: center;">13,6416%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Murilo Blanco Mello</td><td style="text-align: center;">0,2940%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Ricardo Nunes Mateus</td><td style="text-align: center;">36,7433%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Ricardo Silva Oliveira</td><td style="text-align: center;">0,9800%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Rodrigo Cardoso Botan</td><td style="text-align: center;">7,2420%</td></tr> <tr style="background-color: black; color: white;"> <td style="text-align: center;">TOTAL</td> <td style="text-align: center;">100%</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">Depois da operação:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: black; color: white;"> <th style="text-align: center;">Acionista</th> <th style="text-align: center;">Participação Societária (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td style="text-align: center;">FIP DX</td><td style="text-align: center;">19,35%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Gerdau Ações Longos S.A.</td><td style="text-align: center;">44,66%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Douglas Saul Garcia</td><td style="text-align: center;">0,43%</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">Enrico do Amaral Ferrari</td><td style="text-align: center;">3,74%</td></tr> </tbody> </table>	Acionista	Participação Societária (%)	Douglas Saul Garcia	0,5000%	Enrico do Amaral Ferrari	6,5699%	Felipe Brandi	4,2140%	Gustavo Martin Bellizia	5,9388%	Hebert Mesquita Lacava	4,9000%	Jonathan Albert Degani	7,6744%	Lucas de Arruda Castro	0,6000%	Michel Rodrigues	10,7020%	Michel Volpato Dacoreggio	13,6416%	Murilo Blanco Mello	0,2940%	Ricardo Nunes Mateus	36,7433%	Ricardo Silva Oliveira	0,9800%	Rodrigo Cardoso Botan	7,2420%	TOTAL	100%	Acionista	Participação Societária (%)	FIP DX	19,35%	Gerdau Ações Longos S.A.	44,66%	Douglas Saul Garcia	0,43%	Enrico do Amaral Ferrari	3,74%
Acionista	Participação Societária (%)																																								
Douglas Saul Garcia	0,5000%																																								
Enrico do Amaral Ferrari	6,5699%																																								
Felipe Brandi	4,2140%																																								
Gustavo Martin Bellizia	5,9388%																																								
Hebert Mesquita Lacava	4,9000%																																								
Jonathan Albert Degani	7,6744%																																								
Lucas de Arruda Castro	0,6000%																																								
Michel Rodrigues	10,7020%																																								
Michel Volpato Dacoreggio	13,6416%																																								
Murilo Blanco Mello	0,2940%																																								
Ricardo Nunes Mateus	36,7433%																																								
Ricardo Silva Oliveira	0,9800%																																								
Rodrigo Cardoso Botan	7,2420%																																								
TOTAL	100%																																								
Acionista	Participação Societária (%)																																								
FIP DX	19,35%																																								
Gerdau Ações Longos S.A.	44,66%																																								
Douglas Saul Garcia	0,43%																																								
Enrico do Amaral Ferrari	3,74%																																								

1.16 Outras informações relevantes

	Hebert Mesquita Lacava	4,19%
	Jonathan Albert Degani	4,37%
	Murilo Blanco Mello	0,25%
	Ricardo Nunes Mateus	18,87%
	Rodrigo Cardoso Botan	4,13%
	TOTAL	100%
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Negociação do Acordo de Acionistas da Companhia, cujas disposições estão refletidas em seu Estatuto Social, conforme aplicável.	

Evento	Cancelamento parcial de ações em Tesouraria da Dexco S.A (“<u>Dexco</u>”)
Principais condições do negócio	Em 03 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Dexco S.A (“CA”), deliberou e aprovou o cancelamento de 16.493.000 ações ordinárias de emissão própria, mantidas em Tesouraria, e adquiridas por meio do programa de recompra de ações, aprovado pelo CA em 12.01.2022 (“ <u>Programa de Recompra</u> ”).
Efeitos resultantes da operação	O capital social da Dexco de R\$ 3.370.118.626,80, representados por 837.059.246 ações ordinárias, passou a ser representado por 820.566.246 ações ordinárias. A alteração estatutária correspondente será deliberada em Assembleia Geral oportunamente convocada.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cancelamento de ações em Tesouraria adquiridas por meio do Programa de Recompra, de acordo Resolução CVM nº 77/22.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia, que analisam as condições financeiras e patrimoniais dos exercícios findos em, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022. Os saldos apresentados contemplam o novo padrão contábil IFRS em consonância com a Resolução CVM 155/22.

O endividamento bruto consolidado da Companhia apresentou os seguintes saldos ao final dos exercícios de 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022: R\$ 3.205,7 milhões, R\$ 3.869,6 milhões e R\$ 5.809,9 milhões, respectivamente. A evolução do endividamento bruto em 2022 é explicada pelo saque no montante de R\$ 2,5 bilhões, composto principalmente pela linha de financiamento em moeda estrangeira do Scotiabank, com 100% de swap para reais, (R\$ 835,3 milhões); emissão de Notas Comerciais (R\$ 1.100,0 milhões) e Financiamento à exportação do Rabobank (R\$ 400,0 milhões), contratados ao longo de 2022.

O patrimônio líquido por sua vez, em análise dos administradores, tem apresentado crescimento com o passar dos anos: R\$ 5.188,4 milhões, R\$ 5.734,9 milhões e R\$ 5.961,4 milhões para os períodos de 2020, 2021 e 2022 respectivamente. A relação entre o endividamento total e o patrimônio líquido passou de 61,8% e 67,5% em 2020 e 2021, para 97,5% em 2022, dentro dos parâmetros adequados na estratégia de estrutura de capital da Dexco. Em 2022, foram amortizadas dívidas e pagos juros no montante total de R\$ 1.352,2 milhões e contratadas R\$ 2,5 bilhões (valor líquido) em novas dívidas. Havia em caixa, ao final do período, R\$ 1.771,7 milhões, valor este superior ao total do montante do endividamento de curto prazo que somava R\$ 909,6 milhões, indicando capacidade de liquidez dos compromissos com credores no curto prazo. Ao final do ano de 2022, o endividamento líquido, dado por empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo descontado o caixa disponível era de R\$ 4.038,1 milhões, equivalente a 2,3x o EBITDA Ajustado e Recorrente (lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e exaustão), com isso a Companhia mantém sua baixa alavancagem, embora em patamar um pouco acima do valor de 1,1x atingido nos dois anos anteriores (2021 e 2020). A administração entende que, numa situação limite, este indicador poderia ser elevado até 4,0x, sem prejuízo da condição de solvência da Companhia e sem impactar os contratos de dívidas existentes. Adicionalmente, a liquidez corrente em 2022, dada pela razão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, totalizou 1,6 e indica a disponibilidade em R\$(reais) para fazer frente a cada R\$1,00 de obrigações de curto-prazo.

Independente da possibilidade de alavancagem financeira, o próprio desempenho operacional dos segmentos de atuação da Companhia deve proporcionar liquidez suficiente para fazer frente às exigências de curto e médio prazos, além de ser suficiente para a implantação do plano de negócio da Companhia de longo-prazo.

b. estrutura de capital

Uma das práticas no âmbito operacional, é a contratação de linhas de crédito para o financiamento das operações. Atualizada em julho de 2022, a Companhia possui uma política financeira com base na qual se monitora regularmente alguns indicadores de solidez financeira tais como: (i) Dívida / (Dívida + Equity); (ii) endividamento líquido / EBITDA Ajustado e Recorrente.

A tabela abaixo confirma a condição equilibrada de capital, e enquadramento às condições estabelecidas na referida política.

(Consolidado em R\$ '000)	2022	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.771.730	1.421.302	1.728.413
Endividamento de Curto Prazo	909.622	849.252	573.384
Endividamento de Longo Prazo	4.900.248	3.020.396	2.632.337
Endividamento Bruto	5.809.870	3.869.648	3.205.721

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento Líquido	4.038.140	2.448.346	1.477.308
Patrimônio Líquido	5.961.407	5.734.911	5.188.364
EBITDA Ajustado e Recorrente	1.731.651	2.188.313	1.288.306
Dívida / (Dívida + <i>Equity</i>)	49%	40%	38%
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado e Recorrente	2,3	1,1	1,1

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os indicadores de liquidez da Dexco apontam que a Companhia possui capacidade de solvência para fazer frente aos compromissos estabelecidos de curto, médio e longo prazos. Esses indicadores apresentaram melhora significativa, sugerindo a solidez financeira da Dexco, conforme se verifica na seguinte tabela:

Indicadores de Liquidez	2022	2021	2020
Liquidez Corrente	1,6	1,4	1,7
Liquidez Seca	1,1	1,0	1,4
Liquidez Imediata	0,5	0,4	0,7
Liquidez Geral	0,7	0,8	0,8

Da mesma forma, o capital circulante líquido, resultado da diferença do ativo circulante pelo passivo circulante, apresentava um superávit de R\$ 1.909,0 milhões em relação às obrigações de curto-prazo em 2022. Em 2021 o superávit do capital circulante líquido era de R\$ 1.289,7 milhões e em 2020 de R\$ 1.808,2 milhões.

A utilização de capital próprio e de terceiros pode ser encontrada pela razão entre o patrimônio líquido e total do ativo. Este indicador, que vem reduzindo ao longo dos anos, foi de 38,1% ao final do exercício de 2022, enquanto em 2021 era de 42,7%, considerado assim em equilíbrio com os resultados apresentados.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza sua própria geração de caixa operacional como uma de suas principais fontes de financiamento para o capital de giro, além de outras linhas tradicionais obtidas junto aos bancos públicos e privados.

Os investimentos em ativos não-circulantes são financiados por meio de linhas de financiamento específicas (BNDES, Finame, 4131, Nota de Crédito à Exportação, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, dentre outras) e geração de caixa próprio.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui contratada linha de crédito rotativo no valor de R\$ 500,0 milhões para cobrir eventuais necessidades de caixa de curto prazo não previstas. Além disso, a Companhia tem limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro em diversos bancos e que, devido à sua condição de solvência, não se encontram tomadas, como também, caixa próprio para atender demandas de curto prazo e giro dos negócios.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apresentamos tabela com a totalidade das dívidas financeiras contraídas (em R\$'000) de acordo com informação disponível na Nota Explicativa 18 que acompanha os demonstrativos financeiros auditados de 2022.

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2022		31/12/2021	
				CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	5.062	25.605
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	102	595
FINAME DIRETO com Swap	IPCA + 3,8256% até 4,4176% a.a.	Até Fevereiro 2038	Hipoteca e Aval - 67% Itaúsa S.A e 33% Pessoas Físicas	23.627	696.555	17.236	509.409
FINAME	Pré até 3,5% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	299	18	2.984	316
Nota de Crédito Exportação	CDI + 0,91% até 1,45% a.a.	Até Abril de 2025		632.942	400.000	-	546.010
Cédula de Crédito Exportação	CDI + 1,81% a.a.	Maior de 2023	30% de Cessão de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira	40.149	-	96.000	39.733
Nota Comercial	CDI + 1,7055% a.a.	Março de 2028		10.649	298.997	-	-
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032		-	386.327	-	-
Nota Comercial Lastro do CRA	CDI + 0,6% a.a.	Junho 2028		501	200.000	-	-
FINEX 4131	CDI + 0,48% a.a.	Agosto de 2027		16.155	400.000	2.145	400.000
Cédula de Crédito Bancário GIRO	CDI + 1,4495% a.a.	Outubro de 2024		7.464	250.000	4.559	250.000
Total em Moeda Nacional - Controladora				731.786	2.631.897	128.088	1.771.668
Em Moeda Estrangeira - Controladora							
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,2610% até 4,6580% a.a.	Até Janeiro de 2027		6.791	782.655	-	-
TOTAL DA CONTROLADORA				738.577	3.414.552	128.088	1.771.668
Em Moeda Nacional - Controladas							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	6.727	34.074
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	390	2.260
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A.	-	-	699.421	-
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	Aval Dexco	-	194.768	-	-
FNE	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno.	2.703	28.383	1.197	12.347
Total em Moeda Nacional - Controladas				2.703	223.151	707.735	48.681
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	IBR até + 2%	Mensal	Nota Promissória	431	889	454	1.304
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				431	889	454	1.304
TOTAL DAS CONTROLADAS				3.134	224.040	708.189	49.985
TOTAL CONSOLIDADO				741.711	3.638.592	836.277	1.821.653

Os principais contratos de empréstimos e financiamentos vigentes apresentavam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: dívida total era de R\$ 720,2 milhões.

Banco Bradesco: contratos, cujo saldo no final do ano era de R\$ 257,5 milhões.

Caixa Econômica Federal: com saldo em dez/22 de R\$ 40,1 milhões.

Banco Santander: saldo no final do ano de R\$ 416,2 milhões.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil: os contratos junto ao BNB apresentavam saldo ao final de 2022 de R\$ 31,1 milhões.

Banco Itaú: contratos que totalizavam R\$ 622,6 milhões no encerramento de 2022

Rabobank: contratos que totalizavam R\$ 410,4 milhões no final de 2022.

Notas Comerciais lastro para emissão de CRA: contratos junto a EcoAgro e True, cujo saldo agregado no final do ano era de R\$ 781,6 milhões.

1ª Emissão de Nota Comercial: saldo no final do ano de R\$ 309,6 milhões.

Scotiabank: contratos que somavam R\$ 789,4 milhões ao final de 2022.

Além dos financiamentos acima mencionados a Companhia também possui em sua carteira a 2ª emissão de debêntures da Dexco S.A.. As características e saldo da dívida podem ser vistos no quadro abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Forma de Amortização	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	simples não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	De acordo com o prazo da Debênture	20.573	1.200.000	1.220.573	12.975	1.198.743	1.211.718
Subtotal Debêntures									20.573	1.200.000	1.220.573	12.975	1.198.743	1.211.718
Custo da transação									(368)	(889)	(1.257)	(367)	(1.257)	(1.624)
Total da Debêntures									20.205	1.199.111	1.219.316	12.608	1.197.486	1.210.094

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O relacionamento que a Companhia mantém com instituições financeiras é de caráter comercial, em operações de serviços de cobrança de seus títulos, gestão da folha de pagamento de seus colaboradores, Débito Direto Autorizado (DDA), pagamento de títulos a fornecedores, fechamento de operações de câmbio, repasse de empréstimos e contratações de financiamentos. Os principais parceiros comerciais, em 2022, nestas modalidades eram Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco, Safra, Santander, dentre outros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Do endividamento bruto consolidado final dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 nos montantes de R\$ 3.205,7 milhões, R\$ 3.869,6 milhões e R\$ 5.809,9, respectivamente, uma fração equivalente a 0,2%, 13,8% e 12,6%, respectivamente, que corresponde a um saldo no valor de R\$ 6,6 milhões, R\$ 533,9 milhões e R\$ 729,6 milhões, respectivamente, apresentavam garantia real nas modalidades de alienação fiduciária e hipoteca. No caso, estas dívidas foram contraídas para financiamento de máquinas e equipamentos, na modalidade FINAME e FNE, e desta forma, no final do ano, aproximadamente 87,4% da dívida consolidada não apresentava garantia real.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia obriga-se a manter determinados índices de endividamento e de liquidez em seus contratos junto à Caixa Econômica Federal, EcoAgro (Notas Comerciais para lastro de CRA), True (Notas Comerciais para lastro de CRA) e Simplific Pavarini (2ª Emissão de Debentures).

Os índices são apurados anualmente, conforme parâmetros abaixo:

I. Notas Comerciais para lastro de CRA – Ecoagro / True			
Dívida Líquida / Ebitda (CVM 527/12)	<	4,00	1,76
II. DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO - SIMPLIFIC PAVARINI			
Dívida Líquida / Ebitda (CVM 527/12)	<	4,00	1,76
III. Caixa Econômica Federal – Cédula de Crédito à Exportação			
Dívida Líquida / Ebitda (CVM 527/12)	<	4,00	1,76
IV. Scotiabank – Resolução 4131			
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado e Recorrente	<	4,00	2,33

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem linha de financiamento FNE junto ao Banco do Nordeste, que é utilizado para a realização de plantação de florestas, aquisição de máquinas e equipamentos no estado de Alagoas, no valor total de R\$ 31,3 milhões, dos quais R\$ 28,9 milhões já foram liberados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$'000)					
	31/12/2022	Análise vertical	Variação ref. ano anterior	31/12/2021	Análise vertical
Receita Líquida de Vendas	8.486.650	100,0%	3,9%	8.170.241	100,0%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	597.866	7,0%	361,9%	129.444	1,6%
Custo dos produtos vendidos	(6.212.729)	-73,2%	14,4%	(5.429.837)	-66,5%
Lucro Bruto	2.871.787	33,8%	0,1%	2.869.848	35,1%
Despesas com vendas	(1.119.741)	-13,2%	11,3%	(1.006.042)	-12,3%
Despesas gerais e administrativas	(319.075)	-3,8%	12,0%	(284.935)	-3,5%
Honorários da administração	(20.495)	-0,2%	6,5%	(19.236)	-0,2%
Outros resultados operacionais, líquidos	(17.846)	-0,2%	-104,5%	400.367	4,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	54.593	0,6%	-179,6%	(68.610)	-0,8%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	1.449.223	17,1%	-23,4%	1.891.392	23,1%
Receitas financeiras	384.391	4,5%	-4,8%	403.860	4,9%
Despesas financeiras	(916.069)	-10,8%	199,2%	(306.187)	-3,7%
Lucro Operacional Antes do I. Renda e da C. Social	917.545	10,8%	-53,9%	1.989.065	24,3%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(114.212)	-1,3%	-57,8%	(270.430)	-3,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(38.411)	-0,5%	-645,1%	7.047	0,1%
Lucro Líquido do Exercício de Operações Continuadas	764.922	9,0%	-55,7%	1.725.682	21,1%
Lucro Líquido do Exercício	764.922	9,0%	-55,7%	1.725.682	21,1%
Lucro atribuível aos Acionistas da Companhia	755.861	8,9%	-56,2%	1.725.407	21,1%
Lucro atribuído aos Sócios Não Controladores	9.061	0,1%	3194,9%	275	0,0%

Análise Comparativa entre 2022 e 2021

Receita líquida de vendas: Mesmo em meio a um cenário desafiador, a Dexco encerrou o ano com uma Receita Líquida levemente acima (3,9%) em relação ao ano de 2021. O repasse de preços nas Divisão de Acabamentos para Construção, aliado a melhora de mix da Divisão Madeira, foram os principais responsáveis por esta evolução no ano. Na Divisão Deca houve uma redução de 5,1% quando comparada com o ano anterior. No ano, a Deca vendeu 23.397 mil peças, 21,0% a menos do vendido em 2021, sendo este resultado puxado, em grande parte, pela queda de 29,0% notada no quarto trimestre em relação ao 4T21. Este resultado justificou-se predominantemente pela forte retração do mercado, em especial do segmento de alto padrão, onde a Divisão está mais exposta. Em contrapartida, a Deca conseguiu implementar aumentos de preços em linha com sua estratégia de *pricing*. A Divisão Madeira encerrou o ano com aumento de 9,3% na receita líquida quando comparada com o ano anterior, representada por 2.879,5 mil m³ vendidos de painéis, sendo que deste volume aproximadamente 20,0% foram direcionados a operação da Colômbia e mercado externo. Também já foi possível notar os resultados dos investimentos feitos no aumento de capacidade de revestimentos de painéis, anunciado no segundo semestre de 2021, com o aumento de 4,7% das vendas de produtos revestidos no ano de 2022. A Divisão de Revestimentos encerrou o ano com redução de 1,1 % na sua Receita Líquida versus 2021, o que, mesmo em meio a retração nas vendas no 4º trimestre, sustentou os patamares do ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Varição do valor justo dos ativos biológicos: Variação positiva de R\$ 468,5 milhões, impactada tanto pela alteração da taxa de desconto para 8,4%, comparada a 7,12% utilizada em 2021, quanto pelos efeitos da variação do volume de madeira e preços.

Custo dos produtos vendidos: Houve aumento de 14,4% em relação a 2021, que decorreu principalmente da pressão em sua cadeia de suprimentos, em especial em seus insumos dolarizados (como o caso da ureia), os quais em grande parte começaram a dar sinais de arrefecimento no 4T22, justificando assim a queda desses dispêndios na comparação com o trimestre imediatamente anterior. A pressão inflacionária sobre os custos dos principais insumos de produção de painéis, em especial das commodities, marcou o ano de 2022 na Divisão Madeira. A queda na utilização das fábricas, aliada à pressão inflacionária, ocasionou uma menor diluição dos custos fixos e levou a um aumento significativo nos custos da Divisão Deca, tanto na comparação anual quanto na trimestral. Na Divisão de Revestimentos, a suspensão das atividades fabris, aliada aos aumentos no custo de gás natural ocorridos ao longo do ano, impactaram os custos desta divisão.

Despesas com vendas: As despesas com vendas aumentaram em 11,3% no ano de 2022, em relação ao ano anterior, decorrente principalmente dos altos custos de frete nacional e internacional, como também foram influenciadas pela retomada dos eventos presenciais, maiores gastos com viagens e maior dispêndio com marketing.

Despesas gerais e administrativas: Aumento de R\$ 34,1 milhões no ano de 2022. Os reajustes salariais e o foco da Companhia em digitalização e automação de processos foram os principais responsáveis por este aumento. Além disso, o aumento das despesas com viagens, as quais não ocorreram em 2021, também foi relevante para o crescimento destas despesas. Outro fator importante na variação entre os períodos foi o aumento na base salarial dos colaboradores, decorrentes dos dissídios, que impactou diretamente as despesas gerais e administrativas ao longo de 2022, quando comparado ao ano anterior.

Outros resultados operacionais, líquidos (R\$ '000)	31/12/2022	31/12/2021	Varição
Amortização de carteira de clientes	(25.905)	(26.127)	222
Amortização de mais valia de ativos	(9.522)	(3.820)	(5.702)
Participações, Stock Option e ILP	(27.884)	(35.506)	7.622
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	12.245	2.355	9.890
Créditos Prodep - Reintegra	6.181	5.550	631
Reversão de provisão do lcms na base do Pis e da Cofins	-	113.346	(113.346)
Exclusão do lcms na base do Pis e da Cofins	-	392.213	(392.213)
Créditos operacionais com fornecedores	15.830	6.688	9.142
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	11.209	(54.332)	65.541
Total	(17.846)	400.367	(418.213)

Outros resultados operacionais, líquidos: A variação negativa de R\$ 418,2 milhões é demonstrada abaixo:

Resultado de equivalência patrimonial: O saldo positivo de R\$ 54,6 milhões é representado preponderantemente pela participação nos resultados das empresas LD Celulose e LD Florestal.

Receitas financeiras: As receitas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 19,4 milhões em relação a 2021, com as seguintes variações: (i) aumento de R\$ 127,3 milhões de rendimentos de aplicações financeiras; (ii) redução de R\$ 5,2 milhões de variação cambial; (iii) aumento de R\$ 55,6 milhões nas atualizações monetárias; (iv) R\$ 199,4 milhões de atualização da exclusão de ICMS na base do PIS e da COFINS, menor em comparação com a atualização do ano anterior; e (v) aumento de R\$ 2,3 milhões de juros e descontos obtidos.

Despesas financeiras: As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$ 609,9 milhões em relação a 2021, com as seguintes variações: (i) aumento de R\$ 476,9 milhões de encargos sobre financiamentos em moeda nacional; (ii) aumento de R\$ 11,9 milhões de encargos sobre financiamentos em moeda estrangeira;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) aumento de R\$ 49,2 milhões de variação cambial; (iv) aumento de R\$ 66,6 milhões em atualizações monetárias; (v) redução de R\$ 2,3 milhões em operações com derivativos; e (iv) aumento de R\$ 7,6 milhões nas demais despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos: Redução de R\$ 110,7 milhões nesta despesa quando comparada a 2021, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021	Var
Imposto de renda e contrib. social sobre o lucro	(311.965)	(676.282)	364.317
Juros sobre o capital próprio	84.660	241.163	(156.503)
Resultado de equivalência patrimonial	18.561	(23.327)	41.888
Diferença de tributação de empresa controlada	35.241	20.184	15.057
Incentivos fiscais e subvenções governamentais	21.523	47.092	(25.569)
Atualização Selic s/lcms na base do Pis/Cofins	15.374	106.850	(91.476)
Demais adições e exclusões	(16.017)	20.937	(36.954)
Imposto de renda e contribuição social	(152.623)	(263.383)	110.760

Análise Comparativa entre 2022 e 2021

	2022	2021
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	793.690	1.708.383
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.638.478)	(1.068.845)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades financiamentos	1.226.557	(942.352)
Variação cambial sobre disponibilidades	(31.341)	(4.297)
Acréscimos (decrécimo) de caixa e equivalentes de caixa	350.428	(307.111)
Acréscimos (decrécimo) de caixa e equivalentes de caixa	350.428	(307.111)
Saldo Inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.421.302	1.728.413
Saldo Final de caixa e equivalentes de caixa	1.771.730	1.421.302

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 793,7 milhões em 2022, comparado a R\$ 1.708,4 milhões em 2021. A variação negativa de R\$ 914,7 milhões, refletiu a forte pressão nos setores em que a Companhia atua, tendo encerrado o ano com queda nos volumes de todas as suas divisões de negócio, porém mais intensificada na divisão de acabamentos para a construção. No último semestre do ano, em especial no 4T22, uma contração na indústria de materiais de construção aliada ao alto patamar da taxa de juros e incertezas políticas impactaram o varejo, também a busca por novos financiamentos imobiliários.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 1.638,5 milhões em 2022, comparado a uma utilização de R\$ 1.068,8 milhões em 2021. Esse aumento de R\$ 569,7 milhões é representado pela variação de: (i) R\$ 212,6 milhões no aumento de capital da LD Celulose S.A, R\$ 311,1 milhões em 2022 comparado a R\$ 98,5 milhões de 2021, (ii) R\$ 193,1 milhões na aquisição de ativo imobilizado, R\$ 732,4 milhões em 2022, comparado a R\$ 539,3 milhões de 2021; (iii) R\$ 157,4 milhões investidos em ativos biológicos (reservas florestais), R\$ 415,5 milhões em 2022, comparado a R\$ 258,1 milhões em 2021; e (iv) R\$ 6,6 milhões de variação em outros investimentos entre os exercícios de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$ 1.226,6 milhões em 2022, comparado a (R\$ 942,4) milhões em 2021. Essa variação de R\$ 2.169,0 milhões é representada pelas variações líquidas de: (i) (+) R\$ 1.587,2 milhões de variações nas captações de empréstimos, sendo R\$ 2.499,8 em 2022, comparado a R\$ 912,6 em 2021; (ii) (-) R\$ 604,8 milhões de liquidações e amortizações de empréstimos, sendo R\$ 914,1 milhões em 2022, comparado a R\$ 309,3 em 2021; (iii) (+) R\$ 1.393,7 de variação: durante o exercício de 2022 a Companhia deixou de dispender recursos para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, dado que antecipou o correspondente pagamento no mesmo exercício de 2021, ano em que foram declarados. Os juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos obrigatórios e provisionados em 31 de dezembro de 2022, serão pagos até 30 de junho de 2023, conseqüentemente, a variação de valores entre os períodos de 2022 e 2021, refere-se integralmente ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2021; (iv) (-) R\$ 21,2 milhões de variação nos pagamentos do arrendamentos de ativos da Companhia, R\$ 84,1 milhões em 2022, comparado a R\$ 62,9 milhões em 2021; (v) (-) R\$ 185,9 milhões de variação na aquisição de ações em tesouraria, sendo R\$ 274,9 milhões pagos nas aquisições de 2022, comparado a R\$ 89,0 milhões em 2021, para fazer frente aos planos de incentivos de longo prazo oferecidos aos executivos da Companhia, conforme previsto no regulamento do plano de incentivo de longo prazo devidamente aprovado em assembleia geral.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A Receita Líquida Consolidada da Companhia em 2022 totalizou R\$ 8.486.650 mil, ou seja, 3,9% superior ao consolidado do ano de 2021.

Receita Líquida	2022	%	2021	%	2020	%
Madeira	5.205.392	61%	4.762.430	58%	3.251.027	55%
Deca	2.136.248	25%	2.250.542	28%	1.717.650	29%
Revestimentos	1.145.010	13%	1.157.269	14%	910.939	15%
Total	8.486.650	100%	8.170.241	100%	5.879.616	100%

O alto custo do frete internacional, embora em tendência de queda, permanece em patamares altos e fez com que a Companhia desacelerasse as vendas no mercado externo, priorizando clientes cuja relação é de longo prazo e que a rentabilidade é superior. Porém, mesmo com a depreciação do real frente ao dólar, a Companhia manteve a média histórica de 80% da origem da Receita Líquida advinda do mercado interno, conforme apresentado abaixo:

Receita Líquida	2022	%	2021	%	2020	%
Mercado Interno	6.893.156	81%	6.742.416	83%	4.821.876	82%
Mercado Externo	1.593.494	19%	1.427.825	17%	1.057.740	18%
Total	8.486.650	100%	8.170.241	100%	5.879.616	100%

Em decorrência da exposição relevante ao mercado interno, são componentes importantes da receita as condições macro existentes no mercado doméstico como, mas não limitadas a: emprego, renda, taxas de juros, disponibilidade de crédito para o financiamento da aquisição de bens de consumo e imóveis e prazo de financiamento. Além destes, questões ligadas à Companhia como volume de produtos expedidos, preços praticados e *mix* de venda complementam os principais componentes da receita.

Destacamos os seguintes tópicos por área de atuação de cada divisão de negócio:

Madeira: Receita advinda da comercialização de painéis de MDP e MDF (crus e revestidos), pisos laminados e vinílicos, acabamentos, acessórios e rodapés, além de atividades florestais.

A manutenção dos patamares de preços também chamou atenção em 2022, visto que mesmo em meio a queda de volumes, a Receita Líquida finalizou o ano acima do realizado em 2021, recorde histórico da Divisão. Diante disso, a Divisão encerrou o trimestre com EBITDA Ajustado e Recorrente de R\$ 291,0 milhões e de R\$ 1.186,3 milhões no ano, resultado este acima do total realizado pela Dexco em 2019.

Os altos patamares de preços e a melhoria do mix de produtos vendidos levaram a Receita Unitária do ano a alta de 18,4% sobre a divulgada em 2021, o que possibilitou que a Companhia finalizasse o ano com recorde de Receita Líquida, no total de R\$ 5.205,4 milhões. Deste valor, R\$ 1.256,1 milhões foi realizado no 4T22, com aumento de 6,2% da Receita Unitária em relação ao 4T21.

Acabamentos para Construção – Deca: Receita advinda da venda de louças e metais sanitários, torneiras plásticas, chuveiros elétricos, além de válvulas e acabamentos, comercializados sob as marcas Deca e Hydra.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A retração da demanda do mercado afetou diretamente as vendas dos produtos Deca, apesar da bem-sucedida implementação de preços ao longo do ano, fazendo com que a divisão encerrasse o exercício com EBITDA Ajustado e Recorrente de R\$ 311,0 milhões em 2022. Ainda, foi possível implementar aumentos de preços em linha com a estratégia de *pricing* da divisão, com destaque para a melhoria do mix, de forma que a Receita Unitária avançou em 20,2% no ano em relação a 2021. Contudo, os aumentos de preço não foram suficientes para compensar a retração nas vendas, o que fez com que a Receita Líquida da Divisão encerrasse o ano com queda de 5,1% e de 22,8% no 4T22 quando comparado com os mesmos períodos do ano anterior.

Acabamentos para Construção – Revestimento: Receita proveniente da comercialização de revestimentos especiais - cerâmicos e cimentícios – e ladrilhos com aplicações diversas (para ambientes secos ou úmidos), porcelanato polido e telhas.

Assim como a Deca, a Divisão de Revestimentos foi impactada pela retração do mercado. Em 2022, o volume de vendas foi de 19.717,2 mil m² vendidos, 22,1% abaixo de 2021, resultado este levemente abaixo do setor, devido a maior exposição da Divisão no varejo, canal que mais sofreu com vendas no final do ano. Ainda, a Divisão implementou aumentos de preços no segundo semestre com o objetivo de compensar a alta dos custos de insumos (em especial gás natural), o que em meio a forte retração do mercado prejudicou a execução comercial, implicando negativamente na venda de alguns de seus produtos.

A Divisão encerrou o ano com aumento de 27,0% de sua Receita Líquida Unitária versus 2021, o que, mesmo em meio a retração nas vendas, sustentou os patamares de Receita Líquida do período, que encerraram o ano com uma variação de -1,1% versus o ano anterior. Este resultado pode ser explicado pela implementação de preços e aprimoramento do mix de produtos.

Os resultados da LD Celulose não são apresentados nos números divulgados pela Dexco, uma vez que esta é uma *Joint Venture* a qual a Dexco detém 49% de participação e a Lenzing AG, parceira da Dexco neste projeto, detém 51%. Ao final de 2022, após seu primeiro trimestre operando em sua plena capacidade, a Companhia divulgou resultados da LD Celulose, porém, apenas o EBITDA Ajustado e Recorrente Pro-Forma refletia a participação da Dexco neste negócio, totalizando R\$ 1.927 milhões, sendo R\$ 194 milhões referentes ao resultado do negócio de celulose solúvel.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados por aspectos como o nível de utilização das plantas, demandas e preferências dos clientes, inflação dos custos, sazonalidade e concorrência.

No ano de 2022, a Companhia vivenciou uma forte retração de demanda de seus produtos, o que impactou operacionalmente as Divisões de negócios da Dexco. Os impactos sentidos ao longo do ano, por divisão de negócio seguem abaixo:

Madeira: Apesar da piora no cenário macroeconômico, a Divisão Madeira seguiu resiliente, com ganhos relevantes de *market share*. Ponto importante da estratégia adotada pela Companhia é que já foi possível notar o aprimoramento do mix de vendas decorrente dos investimentos em novas linhas de revestimento de painéis, com o aumento de 4,7% na venda de produtos revestidos no ano. Vale destacar que com a retomada da sazonalidade, a Divisão optou por interromper a produção de suas unidades fabris no final de dezembro, em linha com parte da indústria moveleira. Por essa razão, a utilização de capacidade de produção encerrou a 86% no ano de 2022.

Acabamentos para Construção – Deca: A retração da demanda ainda foi fator primordial para a queda na utilização das fábricas da Deca, que encerraram o ano com 59% de capacidade.

Acabamentos para Construção – Revestimento: No terceiro trimestre do ano, a Companhia anunciou o fechamento de uma de suas linhas de produção para retrofit, o que acabou por impactar a utilização de capacidade da divisão naquele período. Porém, sem apresentar de recuperação e sentido a pressão do

2.2 Resultados operacional e financeiro

mercado, a Dexco agiu para controlar seus níveis de estoque, optando por suspender temporariamente as operações de todas as suas linhas fabris no mês de dezembro de 2022, o que levou a operação a encerrar o ano com uma utilização de capacidade de fábrica de 80%.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

- **Câmbio:**

A Receita da Dexco é essencialmente advinda do mercado interno. Esta receita é advinda principalmente da Divisão Madeira e possui aproximadamente 25,0% do seu faturamento em moeda estrangeira. A Divisão Deca e a Divisão de Revestimentos Cerâmicos possuem em torno de 5,0% e 10,0% da receita total referente à exportação, respectivamente.

- **Modificação de preços:**

Considerando a estratégia de *pricing*, a Dexco busca por meio da assertividade na precificação e melhor posicionamento de seus produtos no mercado, garantir a manutenção de suas margens em patamares superiores aos seus concorrentes, mitigando os efeitos da inflação de seus insumos de produção e impacto cambial.

- **Volumes:**

O ano de 2022 foi desafiador para a Companhia no que tange a volumes, pensando, principalmente, pela forte base de comparação em relação ao ano de 2021, que registrou resultados recordes. A Divisão Madeira encerrou o ano com 2.879,5 mil m³ vendidos de painéis, sendo que deste volume aproximadamente 20,0% foram direcionados a operação da Colômbia e mercado externo. Também já foi possível notar os resultados dos investimentos feitos no aumento de capacidade de revestimentos de painéis, anunciado no segundo semestre de 2021, com o aumento de 4,7% das vendas de produtos revestidos no ano de 2022

No ano, a Deca vendeu 23.397 mil peças, 21,0% a menos do vendido em 2021, sendo este resultado puxado em grande parte pela queda de 29,0% notada no quarto trimestre em relação ao 4T21. Este resultado justificou-se predominantemente pela forte retração do mercado, em especial do segmento de alto padrão, onde a Divisão está mais exposta.

Em relação a Divisão de Revestimentos, o volume de vendas foi de 19.717,2 mil m² vendidos, 22,1% abaixo de 2021, resultado este levemente abaixo do setor, devido a maior exposição da Divisão no varejo, canal que mais sofreu com vendas no final do ano. Ainda, a Divisão implementou aumentos de preços no segundo semestre com o objetivo de compensar a alta dos custos de insumos (em especial gás natural), o que em meio a forte retração do mercado prejudicou a execução comercial, implicando negativamente na venda de alguns de seus produtos. Estes fatores também foram os principais responsáveis pela retração de 33,5% das vendas no trimestre quando comparado com o 4T21.

MADEIRA

Volume Expedido (em m ³)	2022	%	2021	%	2020	%
STANDARD (CRU)	1.452.713	50%	1.757.465	56%	1.672.937	59%
REVESTIDOS	1.426.781	50%	1.362.975	44%	1.153.830	41%
Total	2.879.494	100%	3.120.440	100%	2.826.767	100%

2.2 Resultados operacional e financeiro

DECA

Expedição (em '000 peças)	2022	%	2021	%	2020	%
BÁSICOS	8.500	36%	9.604	32%	8.933	33%
ACABADOS	14.897	64%	20.012	68%	18.382	67%
Total	23.397	100%	29.616	100%	27.315	100%

REVESTIMENTOS

Expedição (em m²)	2022	%	2021	%	2020	%
ACABAMENTOS	19.717.188	100%	25.317.685	100%	24.274.772	100%
Total	19.719.210	100%	25.317.685	100%	24.274.772	100%

LD Celulose: No ano de 2022 o volume total expedido já foi 139,7 mil toneladas, sendo 91,5 milhões apenas no quarto trimestre.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- **Resultado operacional: inflação e câmbio no preço dos insumos.**

Receita, Custo e Margem		2022	2021	2020
Madeira	Custo Caixa Unitário (em R\$/m³ expedido)	(1.135,1)	(843,4)	(686,3)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	1.905.366	1.734.466	996.796
	Margem Bruta	36,60%	36,70%	30,70%
	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	1.186.345	1.477.636	788.249
Metais e Louças	Custo Caixa Unitário (em R\$/peça expedida)	(63,4)	(49,5)	(39,4)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	561.939	691.020	550.976
	Margem Bruta	26,30%	30,70%	32,10%
	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	310.987	410.579	306.046
Revestimentos	Custo Caixa Unitário (em R\$/m² expedido)	(34,9)	(26,8)	(23,6)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	404.482	431.398	304.048
	Margem Bruta	35,30%	37,30%	33,40%
	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	234.319	300.098	194.011

Parte das matérias primas de produção da Companhia são vinculadas a commodities internacionais e fixados em moeda estrangeira (dólar), sujeitos a variação cambial do momento. Na Divisão Madeira, as principais commodities são ureia e metanol, insumos primordiais para a fabricação de resina, que corresponde à aproximadamente 28% do custo do produto vendido. Para Metais e Louças, a maior exposição em commodity é ligada a itens de base a liga de cobre e polímeros plásticos. Na Divisão de Revestimentos a maior exposição

2.2 Resultados operacional e financeiro

em custo é sobre gás natural, que chega a representar 24% dos insumos da Divisão. Demais custos fixos para todas as unidades de negócio são majoritariamente atrelados a inflação.

Devido aos efeitos das commodities, assim como de outros insumos importados, a Companhia está exposta à variação cambial sobretudo na Divisão Madeira, com aproximadamente 25,0% dos custos atrelados ao dólar.

- **Resultado financeiro: taxa de juros e câmbio.**

A taxa básica de juros em patamar elevado impactou diretamente os encargos financeiros da Companhia. Ao final de 2022 o prazo médio ponderado da dívida da Dexco era 4,1 anos, resultado de um bem-sucedido processo de alongamento do prazo médio da dívida em 1,1 em comparação ao ano anterior. O custo médio ficou em 107,2% do CDI.

R\$ '000	2022	2021	2020
Receitas Financeiras	384.391	403.860	132.149
Despesas Financeiras	(916.069)	(306.187)	(269.287)
Resultado Financeiro Líquido	(531.678)	97.673	(137.138)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas em 2022, 2021 e 2020.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há opiniões modificadas, ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes, referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2022, 31.12.2021 e 31.12.2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2020, 2021 e 2022 não foi realizada introdução ou alienação de segmento operacional relevante.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Dexco adquiriu a totalidade das ações do capital social da Viva Decora Internet Ltda em 2020, sendo que o investimento não foi representativo em comparação aos demais negócios da Companhia.

A Dexco adquiriu no final de 2021 a totalidade das ações do capital social da Castelatto Ltda, que é líder no segmento premium de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico com capacidade de 7,5 milhões de peças por ano. Como referência em design, esta aquisição é mais um passo da Dexco na materialização de seu propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver, com inovadoras soluções e estilos para seus clientes e consumidores poderem cada vez mais Viver Ambientes. A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em março de 2022.

Em 2022, a controlada Duratex Florestal LTDA aumentou sua participação no capital social da Caetex Florestal S.A., adquirindo 10% das ações do capital social, que somados às ações possuídas anteriormente, totalizou uma participação de 60%. A aquisição do controle ensejou alterações no acordo de acionistas que deixou de ser uma sociedade de controle conjunto (joint operation) para controlada da Dexco, e conseqüentemente, seu balanço passou a ser consolidado integralmente no balanço do grupo. Foram concluídas todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

c. eventos ou operações não usuais

Em 2020, 2021 e 2022 não foram realizados eventos ou operações não usuais relevantes.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis;

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Tendo em vista a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, conforme previsto na Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022, apresentamos, abaixo:

Divulgação do LAJIDA/EBITDA e LAJIR/EBIT (art. 3º da IN CVM 527/12)

LAJIDA (EBITDA) R\$'000	2022	2021	2020
Lucro líquido do exercício	764.922	1.725.682	453.983
Imposto de renda e Contribuição social	152.623	263.383	80.762
Resultado financeiro líquido	531.678	(97.673)	137.138
LAJIR (EBIT)	1.449.223	1.891.392	671.883
Depreciação, amortização, exaustão	845.355	712.293	620.507
LAJIDA (EBITDA) de acordo com a CVM 527/12	2.294.578	2.603.685	1.292.390
Margem LAJIDA (EBITDA)	27,0%	31,9%	22,0%
Variação do valor justo do ativo biológico	(586.447)	(129.444)	(117.270)
Combinação de negócios /outros ajustes	(8.928)	1.723	3.729
LAJIDA (EBITDA) ajustado por eventos não caixa	1.699.203	2.475.964	1.178.849
Eventos de natureza extraordinária	32.448	(287.651)	109.457
LAJIDA (EBITDA) ajustado recorrente	1.731.651	2.188.313	1.288.306
Margem LAJIDA (EBITDA) ajustada recorrente (*)	20,4%	26,8%	21,9%

(*) Para efeito de comparação, foi excluída do cálculo da margem EBITDA ajustado e recorrente.

Para 2022, principalmente pelo impairment de R\$ 27.357 mil, reestruturação Deca e Revestimentos Cerâmicos R\$ 65.080 mil, projeto celulose solúvel (R\$ 52.531 mil).

Para 2021, principalmente pela receita na exclusão do Icms na base do pis e da cofins (R\$ 523.847 mil), impairment de R\$ 57.332 mil, reestruturação de marcas R\$ 27.281 mil, reestruturação Deca e Revestimentos Cerâmicos R\$ 56.814 mil, projeto celulose solúvel R\$ 70.581 mil.

Para 2019, principalmente receita operacional líquida de (R\$ 131.385 mil), relativo à grandes vendas de florestas de contratos eventuais.

Note que, pela característica dos negócios da Dexco, este indicador é ajustado pela variação do valor justo dos ativos biológicos, combinação de negócios, benefícios a empregados e, quando é o caso, por eventos extraordinários.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza como medida não contábil o LAJIDA/EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização ou *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) e LAJIR/EBIT (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido ou *Earnings before interest, and taxes*) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional, que consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações,

2.5 Medições não contábeis

amortizações e exaustão. O LAJIDA/EBITDA é divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

a. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Eficácia da Coisa Julgada Tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023, através do julgamento dos temas 881 e 885, o Supremo Tribunal Federal - STF - determinou a perda dos efeitos da coisa julgada individual a partir da mudança de entendimento da corte, em relações jurídicas de trato continuado de natureza tributária.

Na análise das decisões individuais transitadas em julgado da Companhia e de suas controladas e, considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, não foi identificada nenhuma decisão que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade, considerando os períodos ainda não decaídos.

b. Linha de Crédito de Financiamento

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia obteve uma linha de crédito de financiamento à exportação (FINEX) junto ao Banco Santander S.A, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento previsto para dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social prevê que juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei das S.A. e as disposições seguintes:

- a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no Artigo 29; e
- c) saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas estatutárias (Artigo 30), "ad referendum" da Assembleia Geral.

Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas:

- I. Reserva para Equalização de Dividendos - Será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: (a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., (b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; (c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e, (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipados de dividendos;
- II. Reserva para Reforço de Capital de Giro - Será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.; e
- III. Reserva para Aumento do Capital de Empresas Participadas - Será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A..

Não houve retenção de lucros com base em orçamento de capital no último exercício social.

i. Valores das retenções dos lucros

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 755.861.655,16, acrescido da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 820.727,14, seja destinado conforme segue: (a) R\$ 37.793.082,76 à Reserva Legal; (b) R\$ 40.310.398,31 para Reserva de Incentivos Fiscais, conforme Artigo 195-A da Lei 6.404/76; (c) R\$ 429.578.901,23 às Reservas Estatutárias que serão destinados conforme segue: (i) R\$ 285.965.186,75 à Reserva para Equalização de Dividendos, (ii) R\$ 71.806.857,24 à Reserva para Reforço de Capital de Giro e (iii) R\$ 71.806.857,24 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (d) R\$ 249.000.000,00 de juros sobre o capital próprio, sendo (i) R\$ 203.573.670,00, imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório e; (ii) R\$ 45.426.330,00 complementares ao dividendo mínimo obrigatório, conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados

O lucro líquido acima mencionado, acrescido da realização de reserva de reavaliação, foi destinado: (a) 5% à Reserva Legal; (b) 32,9% de juros sobre o capital próprio declarados, imputado ao valor do dividendo do exercício de 2022 (36,7% do lucro líquido ajustado para o cálculo dos dividendos), conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei nº 9.249/95; (c) 5,3% para Reserva de Incentivos Fiscais, conforme Artigo 195-A da Lei 6.404/76; e (d) 56,8% às Reservas Estatutárias conforme segue: (i) 37,8% à Reserva para Equalização de

2.7 Destinação de resultados

Dividendos, (ii) 9,5% à Reserva para Reforço de Capital de Giro e (iii) 9,5% à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 30% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A. e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Obrigatoriamente uma vez por ano ou em períodos intermediários quando deliberado pelo Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui na Política de Governança Corporativa o item 9.1, que apresenta a política de destinação de resultados. Os temas tratados estão alinhados à lei vigente e ao previsto no Estatuto Social da Companhia no seu capítulo VI, em especial quanto ao dividendo mínimo obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido ajustado no mesmo exercício.

A Política de Governança Corporativa foi aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2022 e está disponibilizada no site de Relações com Investidores da Dexco, através do link: <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iii. contratos de construção não terminada;*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

A Companhia não possui qualquer passivo ou operação não registrada nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações e não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controle sobre as operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem quaisquer outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Em 2021 a Companhia anunciou no seu Dexco Day o projeto de Novo Ciclo de Investimentos (2021-2025) ("Novo Ciclo de Investimentos"), que previa o dispêndio de R\$ 2,5 bilhões no crescimento orgânico da instituição. Os projetos que compunham tal plano de investimentos foram segregados entre as Divisões da Companhia. Especificamente para a Divisão Deca, os investimentos previstos eram de cerca de R\$ 1,1 bilhão, destinados à expansão das unidades de metais e à expansão e automação da produção de louças sanitárias.

Como resultado, no entanto, de ganhos de eficiência no processo de execução do plano de investimentos e de negociações com fornecedores, além da readequação dos ganhos de produtividade buscados, diante das previsões de cenários macroeconômicos, foi possível reduzir o investimento para a Divisão Deca em cerca de R\$ 350 milhões, para aproximadamente R\$ 750 milhões. Como consequência, o total previsto para o plano de investimentos adicionais passou de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões para cerca de R\$ 2,1 bilhões.

Em 2022 os investimentos totais em projetos somaram R\$ 1.268,1 milhões, valor 38% superior ao apresentado no ano de 2021, principalmente em decorrência dos projetos relacionados ao Novo Ciclo de Investimentos, dos quais já foram investidos (2021+2022):

- R\$ 214,6 milhões nos projetos de desgargalamento e melhorias de mix da Divisão Madeira;
- R\$ 159 milhões no projeto de melhoria do mix de Deca, dentre outros; e
- R\$ 191,7 milhões nos projetos de modernização e expansão das fábricas de Revestimentos.

Em adição, do total investido, R\$ 837,8 milhões foram dispendidos em ativos imobilizados e intangíveis e R\$ 430,3 milhões foram direcionados para manutenção dos ativos florestais.

Para 2023 é previsto o investimento total de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 841,1 milhões dedicados à continuidade da operação, com destaque para a compra de madeira em pé que visa reduzir os riscos de aumentos de custo, bem como garantir os insumos para atendimento da demanda.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

A Companhia utiliza-se de dívidas emitidas a mercado de capitais e linhas de financiamento bilaterais de longo prazo para realização de seus investimentos. Através de seu relacionamento com bancos comerciais nacionais e internacionais, assim como agências governamentais e de fomento, a Companhia estrutura suas operações financeiras em modalidades tais quais, mas não se limitando a: FINAME, Nota de Crédito à Exportação, 4131, Certificado de Recebíveis do Agronegócio e Debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Desde 2018 a Companhia vem realizando importantes movimentos relacionados ao plano de reestruturação de sua base de ativos. Estas operações incluíram vendas de terras e ativos florestais, fechamento e reabertura de unidades fabris, além da unificação de operações. Este movimento faz parte da estratégia de crescimento da Dexco e reafirma seu compromisso de entrega de maiores retornos para seus acionistas.

No segundo semestre de 2022 a Dexco suspendeu as atividades da antiga planta da Ceusa (atualmente denominada Dexco Revestimentos S.A.) em Urussanga (SC), com a transferência de ativos para outras

2.10 Planos de negócios

operações. Tal planta, inaugurada na década de 1950, além de onerosa, apresentava desempenho energético inferior frente às modernas e eficientes linhas produtivas atuais. Esta decisão reflete a constante busca por avanços em ecoeficiência nas operações da Dexco.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Celulose Solúvel: em Fato Relevante divulgado em 21 de junho de 2018, a Dexco anunciou joint venture com a Lenzing AG para criação de uma fábrica de celulose solúvel em Minas Gerais. O projeto, aprovado no dia 22 de dezembro de 2019 de acordo com fato relevante anunciado na mesma data, possui capacidade de produção de até 500,0 mil toneladas de celulose solúvel e contou com investimento total de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões. O início das operações foi anunciado em abril de 2022.

Em 2022 o Novo Ciclo de Investimentos comentado no início do capítulo incluiu as seguintes aquisições de ativos:

- Madeira: em consonância às aquisições anunciadas em 2020, os investimentos nas linhas de Baixa Pressão (BP) com foco na melhoria do mix de revestimentos de painéis, além da expansão dos ativos florestais no Nordeste foram todos continuados;
- Deca: aquisição de maquinário para expansão da capacidade de produção de Metais, além da automação da produção de Louças presente nesta unidade de negócio;
- Revestimentos: construção de uma nova unidade fabril em Botucatu (SP) para produção de produtos hiper premium e modernização das linhas já existentes.

Ainda em 2021, foi anunciada a assinatura de contrato para aquisição de 100% do capital social da Castelatto Ltda., que é líder no segmento premium de pisos e revestimentos de concreto arquitetônico com capacidade de 7,5 milhões de peças por ano. Como referência em design, esta aquisição é mais um passo da Dexco na materialização de seu propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver, com inovadoras soluções e estilos para seus clientes e consumidores poderem cada vez mais Viver Ambientes. Já em 2022, efetivou-se ainda no primeiro trimestre a aquisição da Castelatto no montante de R\$ 113 milhões, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

c. novos produtos e serviços, indicando:

Focada na perenidade dos negócios e na manutenção de sua liderança no mercado, a Dexco investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e soluções. As Divisões anualmente estabelecem o plano de desenvolvimento de produtos, no qual define a retirada do mercado de produtos cujo ciclo de vida terminou e ao mesmo tempo quais os novos produtos deverão ser lançados para complementar seu portfólio, em função das necessidades mercadológicas. Estas são elaboradas com base em frequentes pesquisas no mercado nacional e internacional. Do ponto de vista tecnológico, a Companhia participa de simpósios, congressos e eventos técnicos específicos, além de possuir extenso relacionamento com empresas atuantes no seu ramo de negócio, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento e transferir novas tecnologias.

Alinhado à estratégia de digitalização da Companhia, em 2020, foi realizado o lançamento da Loja *online* Deca, importante passo para o entendimento da jornada de consumo do cliente final, reafirmando o compromisso da Companhia em entregar Soluções para Melhor Viver.

Além disso, no campo de serviços existe uma estrutura específica para atender os clientes e consumidores finais, seja na recomendação como na orientação dos usos e aplicações dos produtos da Companhia.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Investimentos em *digital*, voltados à área ambiental na Divisão Revestimentos, através da utilização de tecnologia de monitoramento remoto para tratamento de efluentes líquidos gerados pelo processo, permitindo

2.10 Planos de negócios

garantir maior eficiência do sistema, otimização de químicos e estabilidade no sistema de tratamento para reuso integral dos efluentes líquidos nas operações.

- Investimento voltados a gestão de resíduos sólidos, através da utilização de plataforma digital para emissão de MTR's (Manifesto de Transporte de Resíduos – atendimento legal), controle de perdas e sobre o plano de gerenciamento de resíduos das unidades.

- Para os produtos sob as marcas Deca e Hydra, foram realizadas 24 pesquisas entre consumidores, especificadores e colaboradores, através de 7 canais internos e externos, validando os lançamentos para 2023.

- Foram testadas mais de 20 linhas de produtos das marcas Deca e Hyrda para entender a aceitação, preferência e/ou percepção de valor, trazendo *insights* sobre cores, acabamentos, combinações e embalagens.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Para os fins de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços foram investidos os montantes aproximados de R\$ 12,0 milhões em 2019, R\$ 13,0 milhões em 2020, R\$ 17,3 milhões em 2021 e de R\$ 21,7 milhões em 2022.

Ainda em 2021, foi anunciado o investimento no DX Ventures e na ABC da Construção como forma de mapeamento de oportunidades e inovações do setor de construção civil e reformas. Ambos devidamente já efetivados.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Na Divisão Madeira, como destaque tivemos o investimento em dois novos processos que nos trazem diferenciação no portfólio de produtos, o sistema de cura ultra MATTE que nos trouxe os produtos da linha Acetinatta (característica anti fingerprint), sendo investido um total de R\$ 5,238 milhões de reais. Também investimos em uma nova tecnologia de impressão digital para o negócio painéis com valor total de R\$ 1,85 milhões.

Em 2022, na Divisão Deca, contempladas pelas marcas Deca e Hydra, foram realizados os seguintes lançamentos de produtos que buscavam, além de inovação, o design diferenciado das peças. Entre os produtos, destacam-se as linhas Sense, ID, Smart, e Motion, todas sob a marca Deca. Os produtos tinham como objetivo a sintonia com a busca por momentos sensoriais, de reconexão, composta de cubas Slim, banheiras e acessórios para banheiro, além da utilização de combinação de materiais inusitados, cores e texturas, inclusive em metais. Ainda, a marca teve parcerias estratégica com o lançamento de linhas Assinadas por Arthur Casas e Osvaldo Tenório.

Nos produtos Hydra, além da linha Sense, com lançamento de dispenser eletrônico com acionamento sem toque para álcool gel, detergente ou sabão líquido, também foram feitos investimentos na linha Hydralar Gourmet, para lançamento de torneira multitemperatura com bica flexível e Hydramotion, com torneira de mesa ou parede com movimento de 360°. A marca ainda desenvolveu uma linha de duchas higiênicas versáteis e práticas e chuveiros de linha luxo, com 3 opções de jato e com sistema eletrônico ou digital.

Para a Divisão de Revestimentos, em 2022 a estratégia de fortalecimento do DNA das marcas se manteve de forma a reforçar a diferença entre as propostas de valor, dessa forma, Portinari focou em um lançamento alinhado aos principais movimentos e tendências da arquitetura de interiores destacando padrões com grande abrangência de estilos em formatos já consolidados no portfólio de grandes formatos como 120X120 e 100X100, além de trazer opções de renovação de portfólio nos formatos 60X120 e 20X120. Em peças especiais explorou em formatos pequenos e grandes com técnicas especiais que promoviam diferenciação sem perder a atemporalidade. Esse contexto da atemporalidade foi enfatizado pela coleção desenvolvida em parceria com o Designer Pedro Franco, a coleção Tempo que consiste em uma técnica exclusiva de relevo com técnicas cerâmicas que proporcionam peças inovativas, porém bastante usual.

2.10 Planos de negócios

Sobre Ceusa a aposta foi em seguir com a inspiração no universo da moda e reforçar esta ligação com produtos extremamente criativos e diferenciados, tanto em peças especiais, que exploraram novos formatos e efeitos decorativos inusitados, seja pelo efeito gráfico ou pela técnica utilizada, assim como em produtos de base, que traziam mármore ousados e imponentes. Um outro destaque foi a coleção criada em colaboração com a estilista Isabela Capeto, pela qual disponibilizamos produtos conectados com a forma de composição utilizada na moda.

Os lançamentos foram apresentados ao mercado em 2 momentos, o primeiro em um evento restrito a poucos clientes para antecipar a introdução nos pontos de vendas, e na sequência, em março foram lançados oficialmente na Feira Revestir em exposições exclusivas para cada marca. Ao todo foram 105 skus, 50% para Ceusa e 50% para Portinari.

Ainda, em função da aquisição da unidade Castelatto, no ano de 2022 foi implantado todo o sistema de gestão ambiental adotado pela Companhia na unidade, incluindo as soluções em digital para gerenciamento de resíduos, requisitos legais e gestão de documentos através de plataformas digitais. Além disto, o controle vai desde a identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais, até a adoção das melhores práticas voltadas à conservação do meio ambiente, além de investimentos voltados para melhor performance no tratamento de efluentes, possibilitando otimização de recursos hídricos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme descrito no item 2.10 – c – ii, a Companhia destina em seu planejamento anual, orçamento específico para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos e serviços. No ano de 2022 foram destinados R\$ 21,7 milhões a esta frente de atuação.

Em 2021, foi anunciado o investimento no DX Ventures – fundo de Corporate Venture Capital da Dexco – e na ABC da Construção como forma de mapeamento de oportunidades e inovações do setor de construção civil e reformas. Ambos devidamente já efetivados.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Dexco possui uma Estratégia de Sustentabilidade, que contempla três compromissos estratégicos, a partir dos quais derivam indicadores e metas (com horizonte de atingimento entre 2025 e 2030), refletindo oportunidades de desenvolvimento de temáticas ASG na Companhia. Os três compromissos são: “Facilitar a jornada de construção e reforma”; “Assegurar o crescimento sustentável, mantendo o balanço positivo de carbono” e “Promover saúde e bem-estar nos ambientes”.

Essa Estratégia inclui temas focais ligados às características dos produtos e serviços: “Conforto e Experiência”, “Soluções Ecoeficientes” e “Saúde nos Ambientes”. Com o lançamento da nova marca corporativa “Dexco” em 2021 (substituindo “Duratex”) a estratégia da empresa de se aproximar do consumidor final, mesmo sendo ainda uma empresa predominantemente B2B, ficou mais evidente. Dessa forma, a intenção de melhorar a experiência do consumidor, incluindo maior atenção quanto aos atributos de sustentabilidade dos produtos, está bastante alinhada com o Propósito da empresa de promover “Soluções para Melhor Viver”. Paralelamente, a transformação da nova marca Dexco está alicerçada na transformação digital, cujo progresso é acompanhado por meio de um indicador específico, dentro da Estratégia de Sustentabilidade. A Dexco possui, ainda, a oportunidade de destacar-se no setor da construção civil, tendo em vista que atua no ramo florestal, capturando carbono da atmosfera. Outra ambição relevante é a ampliação da proporção de mulheres em cargos de liderança, de modo a promover um ambiente mais diverso, inclusivo e inovador. Os investimentos já mencionados, ligados ao DX Ventures, também correspondem a uma meta dessa Estratégia de Sustentabilidade.

Exemplo de atuação em sustentabilidade, a Companhia tem efetuado a troca dos materiais das embalagens dos produtos Deca e Hydra, que representam 70% do volume faturado por materiais com menor impacto

2.10 Planos de negócios

ambiental, substituindo o PVC por papel 100% reciclável, sendo a matéria prima utilizada já composta por 60% de material reciclado.

De modo geral outras metas compreendidas na Estratégia de Sustentabilidade da Dexco abrangem a evolução do desenvolvimento da empresa quanto a processos produtivos e produtos mais ecoeficientes, manejo florestal responsável, gestão e desenvolvimento da cadeia de fornecimento em aspectos ASG, compensação de embalagens, por exemplo, além de endereçarem a agenda climática.

Referente ao tema, vale destacar também que em 2022 iniciamos o Programa Socioambiental na Castelatto. O Programa que tem duração de dois anos, estabelece um processo de integração dos novos negócios às diretrizes da Dexco voltadas ao tema, como por exemplo a estratégia de sustentabilidade, mencionada acima. No primeiro ano do programa, tivemos várias ações voltadas a gestão e infraestrutura ambiental, implementadas, como gestão das obrigações legais, indicadores de desempenho e monitoramento ambiental. O Programa segue em 2023 consolidando ações nos seus três pilares de atuação: gestão, fornecedores e comunidade.

Mais detalhes sobre as premissas da Estratégia de Sustentabilidade da Dexco estão disponíveis em https://www.dex.co/esg-data/estrategia/pdf/dexco_sustentabilidade.pdf.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho da Dexco foram comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

a. Objeto da projeção

Em junho de 2021 a Companhia anunciou seu Novo Ciclo de Investimentos, que previa desembolsos entre os anos de 2021 e 2025, com projetos destinados as suas três principais divisões de negócio. O plano previa, inicialmente, o desembolso de R\$ 2,5 bilhões de reais em projetos de automatização, expansão da base florestal e uma nova fábrica de Revestimentos Cerâmicos.

Em outubro de 2022 foi comunicado o ajuste do valor previamente estabelecido, sendo este então ajustado para R\$ 2,1 bilhões. O ajuste foi feito em decorrência de ganhos de eficiência no processo de execução do Plano e de negociações com fornecedores, além da readequação dos ganhos de produtividade buscados diante das previsões de cenários macroeconômicos. A diferença de cerca de R\$ 350 milhões foi reduzida do projeto inicial destinado a Divisão Deca.

Em agosto de 2023, foi comunicado o ajuste do valor estabelecido em outubro de 2022, sendo este então ajustado para R\$1,8 bilhão. O aumento de dispêndio observado na construção da nova fábrica de revestimentos cerâmicos em Botucatu/SP foi compensado parcialmente pelos ganhos nos projetos relativos ao desgargalamento e melhora de mix da Madeira e pela redução dos investimentos previstos para a divisão Deca.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções apresentadas neste item são referentes a atualização anual do Ciclo de Investimentos ora mencionado, válidas para o exercício social de 2023 (janeiro a dezembro).

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções a seguir não constituem promessa de desempenho e seu cumprimento está condicionado ao ritmo de expansão dos mercados de atuação da Companhia, e do ritmo de execução dos projetos previstos. No tocante à aquisição de equipamentos, o tempo entre a solicitação de compra e a entrega, pode impactar no cronograma de pagamento.

Vale ressaltar que a Companhia manterá o mercado e os acionistas informados a respeito de qualquer alteração significativa em suas projeções.

d. Valores dos indicadores que são objetos da previsão

Para o ano de 2023, é previsto o desembolso de cerca de R\$ 1,7 bilhão¹ para o CAPEX total da Companhia. Destes, cerca de R\$ 789 milhões englobam os desembolsos do Novo Ciclo de Investimentos, sendo este o ano com maior desembolso previsto. Ainda, a Companhia prevê que cerca de R\$ 591 milhões sejam destinados à investimentos florestais e mais 375 milhões para a manutenção de suas operações.

Em agosto de 2023, o valor previsto para desembolso de CAPEX total da Companhia em 2023 foi revisado de R\$1,7 bilhão para R\$1,6 bilhão, sendo R\$ 778,0 milhões direcionados para o ciclo de investimentos 2021-2025 e outros projetos, R\$ 485,8 milhões para investimentos florestais e R\$ 378,4 milhões para manutenção. A redução observada se deve principalmente à iniciativas internas de melhorias, junto à uma revisão do cronograma de dispêndio.

1 – Considerando base de março de 2023.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia divulga, desde 2021, sua projeção de investimentos (CAPEX), em linha com o Novo Ciclo de Investimentos anunciado naquele ano. Não houve alteração ou inclusão de novos indicadores desta natureza.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Abaixo estão indicados os valores informados nos três últimos exercícios sociais confrontados com o valor real apurado e os devidos comentários:

2022: projeção de R\$ 1.655 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2022 foi de R\$ 1.268 milhões, abaixo da projeção inicial. Este valor teve como principal/maior investimento aproximadamente R\$ 129 milhões na Expansão de Revestimentos Cerâmicos com a construção da nova unidade em Botucatu.

Em suma, dos quase R\$ 1,3 milhões, foram desembolsados R\$ 430 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 412,7 foram investidos em projetos estratégicos do Novo Ciclo de Investimentos que foi anunciado junto à mudança de marca corporativa em 2021, e outros R\$ 425,3 milhões em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que

2021: projeção de R\$ 794 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2021 foi de R\$ 857,3 milhões, acima da projeção inicial. Este resultado deu-se devido principalmente ao investimento de R\$ 102,3 milhões na ABC da Construção ("ABC"), em uma operação exclusivamente primária, adquirindo uma participação minoritária de aproximadamente 10,0% das ações votantes. Ainda, foram desembolsados R\$ 258,1 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 599,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que R\$ 145,2 foram investidos em projetos estratégicos do Novo Ciclo de Investimentos que foi anunciado junto à mudança de marca corporativa, como: aquisição de equipamento para revestimento de painéis de madeira no total de R\$ 104,2 milhões, além de R\$ 41,0 milhões para o projeto de melhora de mix da Deca;

2020: projeção de R\$ 431,0 milhões de investimentos

O investimento total consolidado em 2019 foi de R\$ 487,4 milhões, acima da previsão inicial. Desse montante, R\$ 185,3 milhões foram desembolsados na formação de ativo biológico e R\$ 302,1 milhões foram investidos em ativos imobilizados e intangíveis, o qual contempla o desembolso investimento de R\$ 5,4 milhões na nova linha de Revestimentos Cerâmicos iniciado em 2019 e R\$ 20,5 milhões referente à aquisição de terras localizadas na região de Itapetininga que possibilitará à Companhia reduzir ainda mais os seus custos de produção de painéis de madeira, dada a redução do raio médio entre floresta e fábrica.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções relativas a períodos ainda em curso apresentadas nesse Formulário de Referência permanecem válidas na data de entrega do formulário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos inerentes aos segmentos em que atuam, que são resultantes de possíveis alterações das condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas que podem prejudicar seus negócios, os resultados das suas operações ou a sua situação financeira. Embora os riscos mencionados a seguir não sejam os únicos que a Companhia e suas controladas possam enfrentar, estes são os com maior grau de relevância e de exposição.

Logo, o investimento em valores mobiliários de emissão da Dexco S.A. envolve, intrinsecamente, a exposição a determinados riscos. Anteriormente à tomada de decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem avaliar meticulosamente todas as informações especificadas neste Formulário de Referência, os riscos citados, as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Para os fins exclusivamente desta seção, a menção ao fato de que um risco poderá incorrer em um “efeito adverso” para a Companhia significa que este poderá ou poderia causar efeito negativo relevante nos seus negócios e, conseqüentemente, no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. emissor

Ataques Cibernéticos

Ataques cibernéticos têm sido frequentemente utilizados como forma de sequestro de dados em troca de recursos financeiros, incluindo criptomoeda, potencializando os riscos do ambiente de Tecnologia da Informação da Companhia, que pode sofrer tentativas de ataques resultando no acesso não autorizado, apropriação indevida de informações, supressão, perda ou modificação de informações financeiras da Companhia, sobre clientes, fornecedores, parceiros, ou interrupção das operações dos negócios da Companhia.

Adicionalmente, o descumprimento de políticas, normas e do Código de Conduta da Companhia pode não permitir à Companhia identificar tempestivamente, prevenir ou ser suficiente para impedir a má conduta ou fraude de colaboradores, parceiros, fornecedores ou de terceiros, podendo não ser, desta maneira, a Companhia capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques, podendo resultar em sanções regulatórias e prejuízo financeiro e/ou à reputação

Segurança da Informação

As operações da Companhia dependem do ininterrupto funcionamento dos sistemas de informação, com acessos e parâmetros adequados de segurança da informação, pois problemas de confiabilidade e/ou violação de informações podem ocasionar paradas temporárias ou parciais de atividades estratégicas da Companhia. O mau funcionamento, manutenção inadequada, ou a falta de atualização destes sistemas poderão afetar o desempenho da Companhia, bem como a confiabilidade dos seus relatórios financeiros, gerando conseqüências como vazamento ou perda de informações críticas e/ou confidenciais, perda de competitividade, ineficiência operacional, morosidade, ineficiência do processo decisório, impacto reputacional e multas por leis vigentes.

Qualquer desses eventos poderia sujeitar a Companhia a processos judiciais, sanções administrativas e prejuízos, e, dessa forma, afetar, de forma adversa, os resultados operacionais, a situação financeira e a imagem da Companhia perante seu público de relacionamento (*stakeholders*).

4.1 Descrição dos fatores de risco

Privacidade e Confidencialidade de Dados

O acesso não autorizado a dados e informações sigilosas ou de dados processados pela Companhia e/ou definição inadequada de parâmetros de segurança, acesso e identidade, e baixa ou ausência de proteção de informações contra divulgação bem como seu vazamento podem afetar adversamente a Companhia.

Ainda, a Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, "LGPD") que, dentre outros, visa proteger os dados pessoais tratados, dando mais transparência ao titular dos dados, detalhando obrigações para as empresas que os tratam diretamente ou através de operadores por ela contratados, com a inclusão de princípios importantes, entre eles, a transparência, segurança, necessidade e adequação ao uso de dados pessoais. Desta forma, a Companhia poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções, caso não cumpra integralmente com as normas descritas na referida lei.

Dessa forma, falhas na proteção e armazenamento de dados pessoais tratados diretamente pela Companhia ou por operadores por ela contratados poderão afetar negativamente sua reputação e resultados.

Gestão de Crises e Continuidade de Negócios

A impossibilidade de recuperação das operações e/ou obtenção de itens essenciais aos processos produtivos podem impactar os resultados da Companhia. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à ocorrência de riscos operacionais, tais como mão de obra não qualificada, mau uso ou funcionamento inadequado de equipamentos, escassez de recursos essenciais ao processo (gestão hídrica e energética), greves, acidentes, incêndios, surtos, epidemias, pandemias e impossibilidade de restauração de dados da Companhia, dentre outros.

Tais eventos podem ocasionar a paralisação, parcial ou temporária das linhas de produção, resultar em avarias graves aos ativos da Dexco, aumentar os custos de produção, causar danos à reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Ademais, outras etapas importantes do processo, como a operação logística, podem ser interrompidas por variáveis não controláveis, como desastres naturais, restrições ao transporte de cargas, manifestações sociais e crises sanitárias. A interrupção de qualquer destas etapas da cadeia produtiva pode resultar em danos materiais sobre o resultado operacional da Companhia.

Em situações de crises sanitárias (como pandemias e crises de saúde pública) é possível que a operação da Companhia sofra interrupções caso seus colaboradores adoeçam e se encontrem incapazes de desempenhar suas funções. Não é possível antecipadamente prever os efeitos e impactos finais deste cenário tendo em vista a indefinição da velocidade da evolução da situação, bem como o impacto nas operações de seus fornecedores ou clientes e da economia em geral, incluindo serviços móveis e de internet.

Ademais, a Companhia mantém apólices de seguros, contra danos patrimoniais, de terceiros e mercadorias, nas modalidades de responsabilidade civil geral, riscos operacionais e para florestas. A contratação das apólices pode ser realizada por obrigação legal, melhores práticas, mapeamento de cenários. A materialização de perdas que não estejam cobertas em função de limitação da apólice, prejuízos superiores aos valores definidos ou outras situações que impeçam o recebimento das verbas indenizatórias, podem ocasionar custos adicionais não previstos. Em função de mudanças de legislação, falta de apetite ou capacidade do mercado Segurador ou Ressegurador, a Companhia não pode garantir a renovação de tais apólices, por ocasião de seu vencimento, nem em que condições as mesmas se darão.

Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais

A Companhia é e poderá ser, no futuro, parte em processos judiciais (esferas cível, tributária e trabalhista), em processos administrativos (perante autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, incluindo termos de compromisso ou termos de ajustamento de condutas, dentre outras) ou, ainda, em processos arbitrais, conforme descrito nos itens 4.4 e 4.7 deste formulário. A Companhia não pode garantir que os resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

destes processos sejam favoráveis, sendo que o provisionamento existente é feito para os passivos classificados como perda provável. Assim, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, contrárias aos interesses da Companhia, que eventualmente (i) impeçam a realização dos seus negócios como inicialmente planejados, (ii) alcancem valores substanciais sem provisionamento adequado, ou, (iii) afetem a reputação da Companhia ou de seus administradores, podem causar efeitos adversos aos seus negócios e a sua situação financeira.

Aderência a Regras e Normativos Internos

Falhas e defeitos nos processos e controles internos e/ou paradas totais ou temporárias dos sistemas operacionais, são inerentes aos respectivos negócios, como consequência de inúmeras circunstâncias que não estão, necessariamente, no controle da Companhia.

Tais fatores podem ser eventualidades externas e internas, como, questões políticas, socioambientais, tecnológicas, erros humanos intencionais ou não, desvio de conduta ética, fraude ou violação de leis, códigos e normativos internos e deficiências operacionais. Ademais, a Companhia não pode assegurar que seus processos de governança, *compliance* e controles internos serão suficientes para evitar riscos de condutas ilícitas ou irregulares e eventual penalização.

Qualquer um desses eventos poderá sujeitar a Companhia a, entre outras coisas, litígios, investigações, despesas, multas, perda de licenças, operacionais impactando negativamente seus resultados, assim como, sua imagem/reputação perante seus públicos de relacionamento.

Arquitetura Tecnológica e Sistemas

A incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, o ambiente concorrencial, a mudança de hábitos de consumo, advento de novos produtos substitutos aos fabricados e comercializados pela Dexco ou o surgimento de novos serviços em substituição aos serviços por ela ofertados poderão impactar adversamente nossas operações.

As operações da Dexco dependem em grande parte de sistemas de informação. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso a Dexco não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, ou se a Companhia não for capaz de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, as operações e controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, avanços tecnológicos podem afetar a demanda por produtos ou exigir investimentos de capital substanciais da Companhia para que continue competitiva. Não é possível estimar quando novas tecnologias estarão disponíveis, o nível de aceitação das novas tecnologias pelos concorrentes da Dexco ou os custos associados a essas novas tecnologias. Os avanços no desenvolvimento de produtos alternativos também poderão resultar em redução da demanda ou eliminação da necessidade por produtos comercializados pela Dexco. Quaisquer avanços tecnológicos que necessitem de investimentos de capital significativo para a manutenção da competitividade ou que, de outra forma, reduzam a demanda, terão um efeito adverso relevante sobre o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Reputação

Diversos fatores podem causar danos à reputação da Companhia e provocar uma percepção negativa da instituição por parte de seus clientes, fornecedores, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros *stakeholders*, como o não cumprimento de obrigações legais, planos de investimentos, publicidade negativa, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores, falhas de terceiros na gestão de riscos, e descumprimento de compromissos públicos, como metas de sustentabilidade, inclusive.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Danos à reputação da empresa entre clientes, investidores e outros *stakeholders* podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios, nosso desempenho financeiro e nossas perspectivas. Ainda, o registro, processamento e reporte de dados inválidos, incompletos ou em desacordo com as necessidades para divulgações de informações e/ou tomada de decisões podem afetar diretamente a reputação e credibilidade da Companhia.

A dependência de sistemas de informações associada a uma gestão insatisfatória dos dados e a fatores inesperados nas operações, como falhas humanas e/ou de sistemas, vírus, ataques cibernéticos, processos inadequados, entre outros problemas, podem causar a dispersão de dados adulterados, comprometidos ou danificados, o que pode causar efeito adverso relevante sobre o desempenho operacional da Companhia e afetar diretamente sua reputação e credibilidade.

Manutenção e Obsolescência

A Companhia está exposta a perdas de equipamentos e/ou produtos em função da ausência de manutenção e/ou manutenção adequada de suas linhas de produção, como também a dependência de fatores operacionais complexos e sub ou superdimensionamento das instalações ou dos processos de negócio.

As operações das instalações e equipamentos da Companhia envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas, incluindo: indisponibilidade de equipamentos; interrupções de fornecimento; greves; paralisações trabalhistas; problemas ambientais e de engenharia não previstos.

A gestão da capacidade operacional e da demanda é um dos principais desafios gerenciais. Isto porque o dimensionamento da capacidade afeta o desempenho da Companhia, tendo impacto nos investimentos e nos custos operacionais.

Teste de *Impairment*

As aplicações do teste de *impairment* perante os ativos é especialmente relevante ao processo de gestão patrimonial da Companhia, pois propicia maior precisão na mensuração do real valor destes ativos, bem como o estado do seu patrimônio líquido. Tais testes são regularmente auditados, porém reconhece-se a existência de uma série de critérios subjetivos nas suas composições, tais como projeções econômico-financeiras, taxas de desconto e taxas de crescimento. A Companhia reconhece, também, a existência de diversos fatores de risco que podem incorrer em resultados adversos aos seus interesses, como:

- A mensuração incorreta do ágio (*goodwill*), proveniente de aquisições ou participações em outras sociedades, pode ocasionar a efetivação de negócios não vantajosos para a Companhia;
- Erros no cálculo do valor justo de marcas e licenças, bem como possíveis falhas no processo de amortização, podem provocar a divulgação equivocada de informações ao mercado;
- O não cumprimento da periodicidade mínima dos testes de *impairment* pode gerar distorções no valor contábil dos ativos, gerando reflexos negativos no seu valor de mercado.

Fusões, Aquisições e Desinvestimento

A falha em administrar os riscos provenientes de aquisições ou combinações de negócios pode afetar adversamente o crescimento da Companhia. A realização da avaliação de negócios para aquisições parciais ou integrais de outras sociedades está prevista no Estatuto Social da Companhia e compõe a execução de sua estratégia operacional e financeira. Neste contexto e considerando a existência de oportunidades de aquisição, a Companhia pode se expor a riscos adicionais que incluem, mas não se limitam a:

- O retorno do investimento e as demais métricas de avaliação de projetos, utilizados pela companhia, pode ser abaixo do esperado;
- Risco de mudanças no contexto macroeconômico, ambiente regulatório, tributário e outros, podem afetar a performance do negócio adquirido;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Eventuais sinergias podem ser superestimadas ou não capturadas por falhas de integração;
- Custos de integração podem ser subestimados ou aumentos por fatores não previstos;
- Risco de choque cultural, perda de pessoas chave e capital intelectual da empresa do negócio adquirido ao longo do processo de integração;
- Risco de passivos ocultos ou não identificados em diligência relacionado a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, que não estejam cobertos por instrumentos de garantia e indenizações negociados no contexto de uma transação.

Além disso, as operações de aquisição de participação societária e a constituição de novas sociedades, incluindo por meio de *joint ventures*, podem envolver dificuldades de integração dos negócios, como, por exemplo, de plataformas, sistemas, contabilidade e pessoas, bem como para a obtenção das licenças e autorizações necessárias. Tais eventos podem resultar em maiores custos de integração do que o estimado, e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

Gestão de Talentos e Propriedade Intelectual

A dependência de pessoa chave para execução de atividades críticas das áreas de negócio ou não ter o potencial adequado de atrair novos talentos pode ter um efeito adverso relevante sobre a Dexco. O desempenho e o sucesso da organização dependem das pessoas, talentos e liderança que transformam suas entregas em resultados de alta performance dos negócios, sustentáveis e perenes. Estes profissionais devem ser altamente qualificados, capacitados tecnicamente e alinhados à cultura organizacional. Por isso, a Companhia pode encontrar dificuldades em atrair e reter profissionais diante das competências requeridas, além da capacidade de se manter atraente aos novos talentos e os níveis de remuneração competitivos.

Acredita-se que a contratação, formação e retenção de mão de obra qualificada seja um fator crítico para o sucesso e crescimento do negócio a longo prazo. Uma implementação falha ou insatisfatória dessa estratégia pode afetar material e negativamente o negócio, os resultados das operações ou a condição financeira da Companhia. Além disso, há uma preocupação na gestão do conhecimento, já que a Companhia:

- Vive uma renovação profissional nos últimos anos e, alguns negócios dependem de saberes específicos, não encontrados facilmente no mercado e que demandam um tempo razoável de formação;
- Está se transformando digitalmente, o que requer novos saberes (*mindset* digital, centralidade no consumidor e conhecimentos de novas tecnologias, *data analytics*, e outros) também escassos na quantidade e na qualidade necessárias nos nossos mercados;
- Adquiriu novos negócios e/ou reposicionou os negócios atuais, o que poderá gerar um movimento natural de adaptação cultural e de novos processos, que se dará de forma gradual.

Atrelados a este cenário, a detenção da propriedade intelectual, o uso de informações e recursos de negócios (exemplos: desenhos, processos, informação e conhecimento, fórmulas etc.), passam a ser críticos uma vez que podem ser utilizados de maneira inadequada ou não aprovados.

A dependência da capacidade de defesa dos direitos de propriedade intelectual, inclusive patentes, marcas, segredos do negócio, indústria e *know-how*, pode comprometer o sucesso da Companhia. A Companhia não pode assegurar que as medidas adotadas para proteção de sua carteira de direitos de propriedade intelectual serão suficientes contra violação ou uso indevido, ou que o tempo hábil para renovação seja adequado.

Política de Remuneração aos Acionistas

No Brasil, as companhias abertas devem, obrigatoriamente, e, desde que compatível com a situação financeira da companhia, pagar a seus acionistas, ao menos, um dividendo obrigatório em base anual, nos termos do disposto no estatuto social da companhia e, se este for omissivo, na Lei das Sociedades por Ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, o Estatuto Social da Dexco prevê uma remuneração mínima aos acionistas, como dividendo obrigatório, não inferior a 30,0% do Lucro Líquido Ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia, os acionistas da Companhia podem deliberar pela capitalização do Lucro Líquido, utilização para compensar eventuais prejuízos ou então sua retenção conforme com a legislação aplicável, podendo não ser disponibilizado para distribuição aos acionistas. Ademais, a legislação societária brasileira permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício específico, ou exercícios, caso o Conselho de Administração informe, em Assembleia Geral de Acionistas, que a distribuição seria incompatível com a situação financeira. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nessa hipótese serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos, e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual, poderão ser revistas, impactando negativamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Diluição de Capital

Operações para captação de recursos estratégicos podem ocasionar a diluição de participação dos investidores no capital social da Companhia. Na eventual necessidade de a Companhia obter recursos adicionais para executar sua estratégia de crescimento, é possível que haja a necessidade de aumento do capital social por meio de emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações. A oferta de uma quantidade significativa de ações, ou instrumentos conversíveis, pode não prever o direito de preferência aos então acionistas da Companhia, nos termos da Lei, o que poderá afetar adversamente a cotação de mercado das ações e/ou diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Liquidez de Mercado

A decisão por parte de terceiros, não incluídos no Grupo Controlador, administradores e signatários da Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Dexco, para a aquisição de ações de emissão da Companhia no mercado é livre e independe de autorização ou anuência prévia dos administradores e controladores. Um investidor ou grupo de investidores relacionados pode adquirir, a qualquer tempo, quantidade expressiva de ações causando a redução da liquidez na negociação desta mesma ação no mercado e, por consequência, interferir na formação de preço da mesma, ou dificultar a compra ou venda destas mesmas ações por outro investidor ou grupo de investidores, independentemente da atuação do Grupo Controlador.

Conflito de Interesses

A influência na gestão da Companhia pelos acionistas controladores pode ser conflitante com os interesses dos demais acionistas. O Grupo Controlador tem poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo estatutário.

Embora o investidor seja beneficiado pela obrigação de que qualquer adquirente das ações representativas do controle acionário da Companhia tenha de realizar oferta pública de aquisição das demais ações de sua emissão, nas mesmas condições de aquisição das ações representativas do bloco de controle (*tag along*), e tenha proteções específicas relativas às operações entre a Companhia, o Grupo Controlador e partes relacionadas, o Grupo Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia e sujeitos, também – no caso de empresas localizadas fora do Brasil – aos ambientes regulatórios, fiscais e mercadológicos, dos respectivos países onde operam e mercados que atuam.

d. seus administradores

Ética e Conduta

A Dexco tem em seu Código de Conduta as principais diretrizes que devem ser seguidas não só por seus administradores e colaboradores, mas por todos os *stakeholders* com os quais a Companhia mantém relacionamento.

Atividades realizadas pelos administradores, colaboradores de todos os níveis ou terceiros atuando em nome da Companhia que violem suas políticas internas podem ser caracterizadas como corrupção no Brasil ou em outras jurisdições e poderiam expor a Companhia a sanções administrativas e judiciais, erros ou ajustes contábeis, prejuízos monetários e danos à reputação ou outros efeitos adversos.

A percepção ou as alegações de que a Companhia, seus administradores, colaboradores, coligadas ou outras pessoas ou entidades associadas à Companhia envolveram-se em alguma dessas condutas indevidas, mesmo que sem fundamento, podem causar dano significativo à reputação ou outros efeitos adversos para a Companhia.

Insider Trading

Por ser uma companhia de capital aberto listada no segmento de Novo Mercado, a Dexco é regulada por órgãos de fiscalização e controle (CVM e B3) que, conforme observado nos últimos anos no país, se posicionam de maneira rígida diante de comunicações e atos realizados pelos administradores das empresas, uma vez que estas possam prejudicar acionistas minoritários e o mercado como um todo.

A Companhia entende que o envolvimento de seus administradores em possíveis inquéritos e investigações conduzidas por esses órgãos podem afetar a reputação e a imagem da empresa, além de eventualmente envolver punições aos próprios administradores, o que poderia prejudicar a sua atuação na Companhia.

Ainda, a Companhia está exposta a possibilidade de multas e sanções por parte destes órgãos, visando garantir que, toda e qualquer negociação realizada por membros da Companhia, incluindo e não se limitando a, seus administradores, não tenham sido realizadas com a utilização de informações críticas e privilegiadas diante de acionistas que estejam fora da organização. Nesse sentido, a Companhia entende que tais situações podem impactar suas relações comerciais, financeiras e operacionais.

e. seus fornecedores

Insumos e Recursos Naturais

Variações nos preços e na disponibilidade de insumos e matérias-primas podem aumentar o custo de produção e impactar negativamente as operações da Companhia.

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis, na Divisão Madeira, metais não ferrosos, argilas, embalagens e resinas plásticas, na Divisão Deca e minerais, tintas e esmaltes para a Divisão de Revestimentos. Todas as unidades também têm significativa exposição a matriz energética (em especial ao gás natural para Deca e Revestimentos e energia elétrica para todas as Unidades de Negócio) e custos logísticos.

Qualquer interrupção, atraso ou impacto no fornecimento que represente uma redução relevante na

4.1 Descrição dos fatores de risco

disponibilidade destes insumos e que não for minimizada ou evitada pelas estratégias de gestão de risco (múltiplas fontes de fornecimento, produção própria e/ou contratos de longo prazo), poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia

Os preços da maior parte dos insumos utilizados pela Companhia estão atrelados ao câmbio e, a sua variação poderá impactar os custos das operações.

Compliance

A Companhia não pode garantir que todos os seus fornecedores cumprirão suas obrigações legais e regulatórias (incluindo, por exemplo, leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo) ou regimentos internos/políticas da Companhia as quais estão sujeitos. Diante disso, a Dexco pode ser considerada responsável (subsidiária ou solidária) por qualquer descumprimento, resultando em multas e outras sanções. Essas situações podem afetar adversamente a imagem da Companhia e seus negócios.

Além disso, a Dexco pode ser considerada responsável (subsidiária e/ou solidária) por qualquer descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte de prestadores de serviços terceirizados. Essas situações também podem resultar em multas e outras sanções e afetar adversamente os negócios, a imagem e resultados financeiros da Companhia.

Logística e Distribuição

O gerenciamento inadequado da cadeia de logística e distribuição, pode fazer com que a Companhia incorra em perda de clientes para concorrentes. Este risco pode ocorrer diante das ausências e/ou falhas de estratégias e planejamentos de malha logísticas, e do monitoramento de carga.

Nas operações da Dexco, a logística de entrega e distribuição de produtos para o território nacional é, majoritariamente, realizada por transporte rodoviário. Tal categoria tem preços atrelados à inflação interna e custo de diesel. A Dexco opera com transporte terceirizado e múltiplos fornecedores. Desta forma, este serviço está exposto ao aumento dos preços de serviços de frete, seja este em função da elevação de custos com combustíveis ou por dificuldade de estabelecimento de acordos comerciais.

Ainda, diante da maior exposição da Companhia ao mercado internacional, a Companhia pode enfrentar dificuldades advindas do cenário global de oferta de fretes marítimos, bem como pressão no preço deste serviço, de forma que custos adicionais impactem na estratégia de distribuição de seus produtos.

f. seus clientes

Satisfação do Cliente

Falhas de produto e/ou de prestação de serviços em desacordo com as necessidades dos clientes podem afetar material e negativamente a Companhia.

O processo de planejamento de vendas e operações necessita de uma conjunção de fatores, como áreas integradas, logística, manutenção, e mão de obra treinada e qualificada, para que seja implementado com êxito. Problemas na produção, como programação da fábrica e de previsão de demanda, nível de qualidade e gestão de portfólio e operação, são fatores chaves que podem impactar níveis de rentabilidade e demanda. A gestão ineficiente destes fatores pode repercutir diretamente na reputação, imagem, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Estratégia de Vendas e Marketing

Como parte de nossa estratégia, celebramos, de tempos em tempos, contratos com influenciadores digitais (*digital influencers*) com numerosos seguidores, para a divulgação de nossas marcas, produtos e serviços em redes sociais e mídias digitais. Como não temos controle sobre o conteúdo das publicações realizadas por

4.1 Descrição dos fatores de risco

influenciadores digitais parceiros e tais publicações podem, eventualmente, envolver questões polêmicas, ou até mesmo opiniões repudiadas publicamente, podemos ser vinculados a temas controversos, comprometendo nossa reputação frente aos nossos atuais e potenciais clientes. O vínculo das nossas marcas com conteúdo controverso divulgado, ou quaisquer atitudes controversas, por influenciadores digitais poderá enfraquecê-las, afetando adversamente os nossos resultados operacionais e financeiros.

Inadimplência

A inadimplência de clientes para os quais tenham sido efetuadas vendas a prazo podem afetar os resultados da Companhia, dado que esta prática é fundamental para a atuação competitiva nos diversos mercados onde a Companhia opera, sendo que, ao realizar vendas nesta modalidade, a Companhia assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, o desempenho da economia, associado à diminuição das linhas de financiamento, alta dos juros e o risco de crédito dos clientes influenciam os níveis de inadimplência, impactando os recebíveis da Companhia.

No mercado externo, grande parte das vendas possuem cobertura por apólices de seguro. Portanto, a Dexco está exposta ao risco de não recebimento desses clientes. Qualquer deterioração do risco de crédito de clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

Cenário Macroeconômico

A conjuntura macroeconômica do Brasil pode trazer instabilidade aos negócios da Companhia, impactando a realização do seu planejamento estratégico, impedindo a melhor utilização de ativos e inibindo investimentos no longo prazo. Variáveis como crescimento econômico, inflação, renda disponível para consumo e emprego, taxa de juros, condições de crédito, taxa de câmbio, política fiscal, liquidez dos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, disponibilidade de mão de obra qualificada, aumento no custo de propriedades (compra ou aluguel), infraestrutura deficiente, preço de commodities, entre outros, podem impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, possíveis cenários de recessão econômica nacional podem levar a degradação do PIB e/ou desvalorização da moeda brasileira, o que pode dificultar o monitoramento de indicadores e a previsibilidade de cenários. Além disso, instabilidades advindas de cenários políticos, com perspectivas desfavoráveis quanto a políticas tributárias e fiscais estabelecidas pelos Governos podem aumentar incertezas e reduzir fluxos de investimentos estrangeiros no país e, conseqüentemente, maiores investimentos por investidores na Companhia.

Informações sobre riscos de mercado, como taxa de câmbio, taxa de juros, derivativos e disponibilidades de crédito são apresentados no item 4.3 deste Formulário com maior riqueza de detalhes.

Mercado de Capitais

A volatilidade dos mercados pode impactar negativamente no valor médio e na atratividade das ações da Companhia. Além disso, a liquidez das ações da Companhia pode sofrer uma redução expressiva em razão de aquisições relevantes de ações por investidores não incluídos no grupo de controle.

O investimento em títulos e valores mobiliários, tais como ações de emissão da Dexco, implica inerentemente em riscos, uma vez que se trata de um investimento em renda variável. Logo, ao adquirir ações de emissão da Companhia, o investidor se sujeitará à volatilidade dos mercados de capitais. Essas características poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito adverso nos preços das ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Terrenos e Ativo Biológico

Apuração do valor justo das florestas pode não refletir o real valor do ativo, causando distorções dos relatórios financeiros da Companhia.

A existência de certa subjetividade e a possível utilização de hipóteses na adoção de critérios para realização do cálculo do valor justo podem comprometer a avaliação do real potencial de geração de riqueza do ativo e a qualidade das informações apresentadas pela Companhia. O valor justo é resultado, também, de um preço estimado e determinado em um momento específico, que utiliza evidências provenientes do mercado e que pode sofrer modificações em um curto período. Para o caso das florestas destinadas à utilização na Unidade Madeira, por exemplo, não existe um mercado ativo para as árvores na fase de crescimento, elevando a dificuldade na atribuição do seu valor. Diante dos fatores expostos, existe o risco de o valor justo apurado não refletir, no momento de colheita da madeira, o exato valor do ativo, o que pode gerar também distorções nos relatórios financeiros da Companhia.

Concorrência

O incremento de oferta, ocasionada por novos entrantes e/ou expansão da capacidade dos concorrentes para os próximos anos, pode impactar na competitividade da Companhia.

A Companhia possui concorrentes relevantes nos principais segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e sua rentabilidade. Os setores aos quais a Dexco está inserida são extremamente competitivos. Independentemente do segmento (painéis de madeira, metais, louças sanitárias e revestimentos cerâmicos) a Companhia enfrenta concorrência de um número relevante de empresas, muitas delas com custos de capital menores e amplo acesso a linhas de crédito. No geral, os produtos concorrentes da Dexco são provenientes de empresas brasileiras ligadas a grupos nacionais, sendo ainda baixa a penetração de produtos importados.

Concorrentes da Dexco estão em fase de conclusão de novas unidades de produção de painéis de madeira e revestimentos cerâmicos no Brasil. O eventual desaquecimento do volume de vendas da Dexco, associado ao aumento da capacidade produtiva dos concorrentes pode gerar ociosidade nas operações, desequilíbrio da oferta e demanda, e consequente impacto em preços e margens. A redução da participação da Companhia em *share* de capacidade pode resultar na piora dos seus resultados financeiros e operacionais.

Se a Companhia não for capaz de se manter competitiva em relação aos concorrentes no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente. Ainda, a potencial adição de capacidade produtiva dos concorrentes, aliada a não conformidade da nossa política de *price compliance* pelos clientes pode resultar em deterioração das margens operacionais.

A competitividade da empresa é influenciada por muitos fatores, como eficiência financeira e operacional, qualidade dos produtos, custo dos insumos, logística, entre outros. Os concorrentes da Dexco podem ser mais eficientes na gestão destas variáveis, aumentando a competitividade de seus produtos junto ao mercado consumidor. Além disso, a entrada de novas empresas nos setores de atuação da Companhia, bem como expansões de capacidade da indústria podem ocasionar o desbalanço da relação oferta e demanda.

As taxas de crescimento e os resultados operacionais da Companhia dependem de uma série de fatores para se manterem estáveis. Tais fatores incluem a habilidade de contratar e reter mão de obra qualificada, atrair novos clientes e manter os atuais, estabelecer e manter parcerias, expandir para novos mercados, aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes, assim como fatores externos como mudanças na economia em geral e inadimplências. Caso esses elementos forem insuficientes, sejam originados por fatores de custos, problemas ou dificuldades competitivas, eles podem limitar a eficiência da Dexco e afetar a sua concorrência no mercado, impactando negativamente os resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Disponibilidade de Madeira

A madeira é essencial para o processo produtivo de painéis e pisos, sendo que qualquer volatilidade no seu fornecimento, poderá impactar de forma direta o ritmo de produção destes produtos, assim como, as variações do preço do insumo têm efeito direto no custo de produção. Além disso, a redução de oferta de madeira também poderá limitar expansões de capacidade da Companhia devido à indisponibilidade da matéria-prima.

O fornecimento de madeira é dependente da produção de florestas, sejam elas próprias da Dexco ou de terceiros. Diante disso, a distância e disponibilidade de florestas maduras e disponíveis para o suprimento das operações da Companhia podem impactar os custos da Divisão Madeira.

A maior parte da madeira utilizada nos processos de produção é fornecida pelas próprias operações florestais, que incluem áreas florestais plantadas, localizadas nas proximidades das instalações industriais. Todavia, a Companhia também possui fornecedores com os quais celebra contratos de compra e venda de madeira em pé ou compra de madeira a ser entregue em suas unidades industriais. As condições de preço destes contratos estão sujeitas às variações cíclicas e circunstanciais da demanda de madeira nas diferentes regiões onde a Companhia atua.

Recentemente, observou-se um crescente aumento em projetos industriais que utilizam ativos florestais como matéria-prima, sendo estes não só destinados a produção de painéis, mas também a produção de produtos advindos da celulose e aos setores agropecuários. Neste sentido, ratificando os pontos citados, a Companhia está sujeita a diminuição da oferta de florestas e aumento significativo do preço dos ativos.

Mercado de Construção Civil e Indústria Moveleira

Deterioração no ritmo dos negócios da Indústria Moveleira e/ou da Construção Civil pode impactar negativamente as operações da Companhia e conseqüentemente seu nível de receita.

Ao final de 2022, 46% das receitas da Divisão Madeira foram provenientes de vendas realizadas aos fabricantes de móveis e 42% para canais de venda especializados (revendas madeireiras), com volumes concentrados em grandes redes de varejo. Em função da relevante concentração de receitas oriundas deste segmento, quaisquer eventos que ocasionem na redução ou em dificuldade no desempenho do setor, como mudanças de cenário econômico, restrições de acesso ao crédito ou desaceleração da economia, podem impactar negativamente no nível de atividade da Companhia.

Metais, Louças e Revestimentos possuem uma forte exposição ao setor de Construção Civil, tendo neste canal mais de 20% das vendas dos negócios. Desta forma, a condição financeira e os resultados operacionais da unidade são substancialmente dependentes do ritmo de negócios desse segmento que, historicamente, pode ser afetado positiva ou negativamente pela situação econômica do país e por eventuais intervenções do Governo Federal, principalmente no que tange a concessão de crédito através dos bancos públicos.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Ambiental

As instalações e operações da Companhia, de suas subsidiárias e sua base florestal estão sujeitas a diversas leis federais, estaduais e municipais, assim como aos regulamentos e autorizações exigidos no que diz respeito à proteção do meio ambiente e saúde da população. As atividades da Companhia a expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente acerca do cumprimento da regulamentação ambiental aplicável.

A possibilidade de as agências governamentais definirem novas diretrizes ou regulamentos mais restritivos que os aplicados atualmente, poderia demandar da Companhia o dispêndio de recursos superiores aos atuais ou limitar a capacidade da empresa de atuar com os mesmos processos e desempenhos já aplicados. Da mesma forma, para o desempenho normal de suas atividades, a Companhia e suas subsidiárias precisam

4.1 Descrição dos fatores de risco

obter autorizações, licenças e alvarás junto aos órgãos ambientais. A não obtenção ou a impossibilidade em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderá impactar negativamente a capacidade de exercer suas atividades e, conseqüentemente, o atingimento de seus resultados.

Adicionalmente, os temas de resíduos, ruído e poluição sonora, efluentes e recursos hídricos, emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa, e consumo de energia, além da gestão e engajamento com as comunidades ao redor das fábricas e florestas podem resultar em processos de órgãos ambientais, caso não tenham uma boa gestão.

Vale destacar que o ordenamento jurídico brasileiro prevê a responsabilidade nas esferas administrativa, civil e criminal para os infratores das normas de proteção ao meio ambiente, independentes entre si – a isenção de responsabilidade em uma delas não necessariamente isenta o agente de responsabilização nas demais. Assim, a ocorrência de um mesmo evento ou fato que incorra em degradação ambiental pode ensejar a responsabilidade (i) administrativa, que envolve sanções previstas no Decreto nº 6.514/08, incluindo multa, embargo e suspensão da atividade; (ii) civil, que consiste na obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente por meio de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias; e (iii) criminal, de acordo com o previsto na Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Cumpre ressaltar que o regime de responsabilidade ambiental adota a responsabilidade civil objetiva, extracontratual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada e solidariamente, responsável pelas obrigações de seus fornecedores.

Legislação e Jurídico

A Companhia está sujeita a uma extensa legislação federal, estadual e municipal, e regulação de agências governamentais e associações do setor dentro das indústrias em que atua. As normas referentes à qualidade de produtos, dias de armazenagem de produtos, regime de trabalho, entre outros, podem tornar-se mais rígidas ou serem alteradas com o passar do tempo, e exigirem novos investimentos ou o aumento das despesas para adequar as operações. As alterações em leis e regulamentos específicos nos setores em que a Companhia atua podem afetar negativamente as condições sob as quais opera, de tal forma que podem trazer um efeito substancialmente negativo aos negócios e resultados.

Ademais, historicamente o governo federal brasileiro promove modificações em suas políticas, desde simples alterações de alíquotas e/ou base de cálculo até a criação de novos tributos, que podem ser temporários ou definitivos. Estas alterações podem incorrer no aumento do pagamento de tributos pela Dexco, ocasionando impacto negativo nos setores em que a empresa atua, como aumento dos preços dos produtos, redução das margens e diminuição do volume de negócios. Como não é possível prever os impactos dessas alterações, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter o nível de desempenho financeiro e operacional planejados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Exportação

A volatilidade do cenário internacional pode impactar diretamente o ambiente de negócios e o resultado financeiro/operacional da Companhia. Em meio à um cenário cada vez mais globalizado, a volatilidade relativa à conjuntura política e macroeconômica mundial, agravada pelos efeitos de conflitos geopolíticos, pode impactar adversamente os negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia. Este tema ganha relevância para os negócios da Dexco dada a oportunidade estratégica que o canal de exportação detém diante de cenários locais adversos, sendo um importante gerador de receita.

Tal instabilidade pode estar ligada à: aumento nas taxas de juros, atos de terrorismo, conflitos armados, sanções, mudanças de legislações, flutuações cambiais, pandemias e as respectivas medidas restritivas, volatilidade nos preços de commodities e custos logísticos internacionais, junto à redução de disponibilidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de transporte e imposição de barreiras comerciais, podem ter impactos diretos nos custos e nos volumes de exportação da Companhia.

Operações Internacionais

As condições econômicas e de mercado dos países nos quais a Dexco tem operações, principalmente a Colômbia, podem afetar de maneira relevante a situação financeira da Companhia. A reação dos investidores e consumidores em diferentes regiões do mundo pode causar oscilações na demanda e nos preços dos produtos dos segmentos nos quais a Dexco está inserida. Ao final de 2022, as receitas advindas do mercado externo representaram aproximadamente 25,0% do resultado da Companhia, o que demonstra a relevância estratégica dos recursos obtidos em mercados externos.

Condições adversas nesses países podem afetar consideravelmente a disponibilidade de crédito e o poder de compra desses mercados, tendo como resultado reduções substanciais da demanda e a deterioração das margens e condições comerciais. Tais eventos podem afetar de maneira relevante a entrada desses recursos na Companhia e, conseqüentemente, impactar em seu resultado financeiro.

Adicionalmente, eventual alteração legislativa ou regulatória mais rigorosa nos países nos quais a Dexco atua poderia resultar em custos mais altos de conformidade e/ou de outra maneira limitar a forma como a Dexco fornece seus produtos em tais países. Tais eventos podem afetar de maneira relevante a Companhia.

j. questões sociais

Relacionamento com Comunidades e Movimentos Sociais

A deterioração das relações com as comunidades do entorno e com as entidades de classe pode incorrer em danos à imagem e ao patrimônio, além de interrupção das atividades da Companhia. Em todas as regiões onde Dexco possui unidades de produção existe o relacionamento com grupos que defendem os interesses de uma determinada classe ou de uma comunidade. A Companhia não pode garantir que não ocorrerão ações desses grupos, como invasões de propriedades ou bloqueio ao acesso às unidades, o que pode interromper as atividades industriais da Companhia. Além disso, tais eventos poderiam ser divulgados pela mídia, em termos não administráveis pela Companhia, o que poderia ter impacto na imagem da Dexco e de seus produtos junto aos seus clientes e fornecedores.

Existem diversos grupos ativistas que defendem a redistribuição de propriedades por meio da invasão e ocupação de terras privadas, o que poderia impactar as operações da Companhia nos locais afetados. Além disso, o Governo Federal possui a prerrogativa de, mediante indenização, desapropriar terras que não estejam em conformidade com suas obrigações sociais, como a utilização de recursos naturais, preservação do meio ambiente, cumprimento de leis trabalhistas, entre outros.

Eventualmente, se o Governo Federal desapropriar alguma propriedade da Companhia, o resultado das operações pode ser afetado caso a indenização do governo seja insuficiente para cobrir todas as perdas vinculadas à propriedade em questão. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a aceitar títulos da dívida pública com liquidez limitada, em vez de pagamento com entrada de valores e caixa como indenização.

Vida, Saúde e Segurança

Considerando a dinâmica das operações da Dexco, são identificados riscos à saúde e segurança dos colaboradores e terceiros. Ao longo do processo produtivo para a fabricação de seus produtos, podem ocorrer incidentes e acidentes, que coloquem em perigo o colaborador e terceiros, afetando sua integridade física. São considerados riscos geradores de acidentes: máquinas e equipamentos sem proteção, utilização de ferramentas inadequadas, não cumprimento de regras de segurança do trabalho, animais peçonhentos ou selvagens, incêndios e explosões. Estes episódios podem deixar a Dexco vulnerável a ações judiciais e impactos ao seu negócio e imagem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k. questões ambientais

Conservação do Solo e Uso da Terra

A Dexco possui uma forte operação florestal, insumo de produção de painéis e pisos de madeira. Nos últimos anos, com a escalada da preocupação mundial com o aumento das emissões de gases de efeito estufa e do aquecimento global, as operações relacionadas a Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas entraram no foco de fiscalização e controle, que combatem a exploração indevida do uso da terra, como queimadas, exploração de madeira em áreas de conservação e degradação da biodiversidade.

A Companhia não possui operações próximas a áreas indígenas, tampouco em áreas de conservação, porém, dada a abrangência de suas operações no território nacional, a Companhia pode ser questionada sobre possíveis atos irregulares ou implicação de regras estabelecidas por órgãos governamentais que tentam mitigar ações ilegais. A Companhia pode estar sujeita a ajustes de operações e estratégias, de forma a adequar-se a possíveis mudanças em legislações ambientais mais severas diante da mudança na dinâmica de mercado.

Resíduos e Efluentes

No curso normal de suas operações, as fábricas da Dexco geram resíduos e efluentes que são gerenciados seguindo normas técnicas específicas e regulamentações ambientais pertinentes ao tipo de operação e localidade. É possível que haja falhas em sistemas de gestão e operação, de forma que a Companhia seja penalizada pelo não cumprimento de tais obrigações, bem como haja mudança de legislação específica que impacte as operações e, conseqüentemente, níveis de qualidade e produtividade.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos Climáticos

Os riscos climáticos são riscos em escala global, para todos os negócios, e está no centro das discussões sobre os impactos socioambientais das atividades econômicas. A Companhia apresenta uma base florestal de mais 140 mil hectares de florestas plantadas e unidades industriais em diversas localizações geográficas no Brasil e Colômbia. Essas operações estão, em diferentes escalas, expostas a riscos climáticos, que podem afetar a sua produtividade. Entre os riscos aos quais a Dexco está exposta, listamos:

- Incêndios florestais: Risco físico de ocorrência de incêndios florestais nas áreas em que atuamos, podendo ocasionar perda de ativos florestais, em especial nos períodos de seca.
- Temperaturas extremas: Risco físico de variações extremas de temperaturas (máximas e mínimas com grandes oscilações), afetando as operações florestais.
- Riscos hídricos e secas: Risco físico de indisponibilidade dos recursos hídricos e períodos de estiagem, afetando produção florestal e possíveis interrupções das operações industriais por falta desse recurso.
- Precipitações extremas: Risco físico de aumento ou diminuição no grau de precipitação, alterando os padrões de precipitações nas florestas e ocasionando ocorrência de inundações nas instalações da Companhia.
- Vendavais: Risco físico que pode ocasionar danos significativos às instalações, estruturas e ativo florestal.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Os riscos adicionais estão contemplados no item 4.3 deste Formulário.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Alinhada as definições do Mapa de Riscos atualizado pela Dexco em 2022, abaixo estão listados os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:

1. Ataques Cibernéticos

Ataques cibernéticos provenientes de vulnerabilidades da cadeia de informações e protocolos de segurança, resultando em risco de parada operacional ou sequestro de informações estratégicas para empresa.

2. Segurança da Informação

Alteração, processamento incorreto de operações e divulgação indevida de informação confidencial ou estratégica da Companhia.

3. Cenário Macroeconômico

Alteração das condições macroeconômicas impactando diretamente as operações e os resultados da Companhia.

4. Privacidade e Confidencialidade de Dados

Acesso não autorizado a dados e informações sigilosas da Companhia e/ou definição inadequada de parâmetros de segurança, acesso e identidade, e baixa ou ausência de proteção de informações contra divulgação bem como seu vazamento.

5. Continuidade de Negócios

Rupturas na operação e no fornecimento com impacto na continuidade das operações em função da ausência de plano de continuidade de negócios formalizados da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à atividade econômica, flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Riscos Cambiais

O ambiente macroeconômico do país tem gerado variações significativas nas taxas de câmbio nos últimos anos, que podem impactar a *performance* financeira da Companhia e, em situações em que novas instabilidades sejam identificadas, tal cenário pode impactar negativamente os investimentos e resultados financeiros e operacionais da empresa, uma vez que tais oscilações podem também reduzir o poder aquisitivo da moeda local.

Majoritariamente os custos e receitas da Dexco são realizados em reais, contudo, a Companhia também possui saídas (aquisições de ativos e insumos) e entradas (receita de exportações) de recursos em moeda estrangeira.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas possuem uma Política Financeira interna que estabelece o montante máximo em moeda estrangeira a que a Companhia pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são contratados e mantidos instrumentos de *hedge* que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

Taxas de Juros

O risco de taxas de juros é aquele proveniente de efeitos e mudanças adversas das taxas de juros e índices em ativos e passivos financeiros, que podem acarretar perdas econômicas a Companhia. Além disso, as oscilações dessas taxas podem implicar em efeitos de aumento do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

As reduções significativas no CDI, por exemplo, podem afetar negativamente as receitas financeiras da Companhia oriundas de atividades de investimento, uma vez que uma parcela significativa de seu caixa é investida em instrumentos do mercado monetário brasileiro que estão vinculados ao CDI.

A Dexco e suas controladas possuem empréstimos indexados ao CDI, IPCA e PRÉ (prefixadas) e aplicações financeiras indexadas ao CDI. Atualmente, as empresas possuem contratos de *swaps* de taxa IPCA para CDI e de USD prefixado para BRL em CDI. A contratação destes derivativos tem como objetivo converter dívidas com diversos indexadores de juros e moedas estrangeiras em dívidas indexadas a BRL e CDI. Ao final de 2022, o custo médio ponderado da dívida da Dexco correspondia a 107,2% do CDI.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas. Para o cenário de sensibilidade foram adotadas as projeções para os próximos 12 meses de resultado e as curvas futuras da B3 foram usadas como referência.

Instrumento/Operação	Indexador	Taxa média	Cenário Provável
Aplicações Financeiras	CDI	13,6%	162.272
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI	13,6%	(410.247)
Empréstimos com SWAPs (IPCA para CDI)	CDI	13,8%	(178.418)
Empréstimos com SWAPs (US\$ e Taxa para R\$ e CDI)	CDI	14,0%	(123.670)
		Efeito Líquido	(550.063)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Instrumentos Financeiros e Fluxo de Caixa

A Companhia está exposta a eventuais perdas financeiras decorrentes da contratação de instrumentos financeiros derivativos de *hedge*. Os instrumentos derivativos contratados visam sempre o caráter de proteção contra exposição de riscos financeiros e nunca de especulação, sendo suas contratações alinhadas à Política Financeira aprovada pelo corpo diretivo da Companhia

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de *hedge* qualificáveis, que são designados e qualificados como *hedges* de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido, na rubrica de “outros resultados abrangentes” e acumulada na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item “objeto de *hedge*” desde o início do *hedge* da designação. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado.

A Companhia possui contratos de derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos vencimentos vão até fevereiro de 2038. Adicionalmente a Companhia é avalista de um contrato de derivativo de sua controlada Duratex Florestal Ltda., cujo vencimento final se dará em junho de 2032.

Esses derivativos têm como finalidade mitigar os riscos de exposição a indexadores de taxas juros (como o IPCA) e de exposição cambial de seus contratos de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 3 contratos de *swap*, com valor nocional agregado de R\$ 697 milhões, designados como *hedge* de fluxo de caixa trocando IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média de 96,25% do CDI.

A Companhia também possui 3 contratos de *swap*, com valor nocional agregado de R\$ 400 milhões, designados como *hedge* de fluxo de caixa, trocando IPCA + taxa prefixada + (ponta ativa) por uma posição passiva média de 107,97% do CDI.

A controlada Duratex Florestal possui um contrato de *swap* designado como *hedge* de fluxo de caixa, com o valor nocional de R\$ 200 milhões, trocando IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva de 108,65% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 2 contratos de *swap* de valor nocional de USD 150 milhões designados como *hedge* de fluxo de caixa, trocando posição ativa em dólar + taxa prefixada por posição passiva média em BRL e CDI + 1,4% a.a.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado dos swaps, conforme quadro abaixo:

	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Valor a pagar/ receber
I. Hedge de Fluxo de Caixa					
Posição Ativa					
IPCA +	1.097.000	509.901	1.069.415	511.253	(66.284)
Posição Passiva					
CDI	(1.097.000)	(509.901)	(1.135.699)	(508.933)	-
Posição Ativa - Controlada Duratex Florestal					
IPCA +	200.000	-	204.528	-	(8.180)
Posição Passiva - Controlada Duratex Florestal					
CDI	(200.000)	-	(212.708)	-	-
II. Hedge de Fluxo de Caixa					
Posição Ativa					
US\$ + Pré	835.313	-	769.822	-	(135.787)
Posição Passiva					
R\$ + CDI+	(835.313)	-	(905.609)	-	-
III. Contratos de Swaps					
Posição Ativa					
IPCA +	-	73.408	-	73.533	-
Posição Passiva					
CDI	-	(73.408)	-	(74.673)	-
IV. Contratos de Futuro (NDF)					
Compromisso de Venda					
NDF	-	144.333	-	145.626	-
Total					(210.251)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro acima foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia e da sua controlada Duratex Florestal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Commodities

Parte dos custos da empresa pode ser afetada por fatores exógenos, tais como o preço das commodities presentes na composição do custo de produção dos itens comercializados pela Companhia.

A produção de painéis de madeira, por exemplo, tem entre suas principais matérias-primas a utilização de resinas. A Dexco, além de comprar resinas de terceiros, possui uma unidade produtora de resina própria desde 2010. As principais matérias-primas para fabricação destas resinas são a ureia e o metanol que são 100,0% importados. Os preços destas matérias-primas são derivados da cotação internacional destas commodities e estão expostos à variação do dólar. A principal aplicação da ureia está na agricultura (fertilizante) e não na indústria de resinas, o que enfraquece o poder de compra da Dexco e dos atuais fornecedores de resinas.

O mercado fornecedor de resinas, para o processo de fabricação de painéis, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de *commodities*. Esta situação pode acarretar períodos de maior dificuldade financeira para o fornecedor podendo colocar em risco o fornecimento do insumo.

Ainda, os painéis produzidos podem passar por processo de revestimento, o qual utiliza papéis especiais, comercializados por empresas nacionais e estrangeiras, tendo seu preço atrelado da celulose internacional e do dióxido de titânio, insumo imprescindível usado no processo de produção de papéis decorativos, cuja produção está concentrada em poucos fabricantes no mundo.

Para a produção de Acabamentos para Construção são utilizadas, matérias-primas não ferrosas na produção de metais e louças, que possuem mercado organizado e têm seus preços atrelados às *commodities* negociadas na LME (*London Metal Exchange*) e dólar. O principal insumo é o cobre na forma de barras, tubos e fitas de latão.

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de *commodities*

A Companhia realiza a avaliação de sensibilidade para os seus insumos vinculados a *commodities*, como ureia, metanol, cobre, polipropileno e outros. Tal análise visa validar as projeções internas de custos de compõem o orçamento da Companhia, tomando por base informações disponibilizadas por empresas de serviços de *reports* internacionais que fazem o acompanhamento de tais indicadores.

Em relação ao tema de instrumentos derivativos de *commodities*, a Companhia entende que eventuais oscilações de mercado são imateriais, portanto, não tem efeito significativo em seus resultados financeiros.

Captação de Recursos e *Rating* de Crédito

A redução da oferta ou aumento de exigências para obtenção de linhas de crédito podem afetar adversamente a disponibilidade de novos financiamentos e conseqüentemente aumentar o custo de capital. Atrelada a isso, a redução da classificação de risco de crédito ("*Rating*") da Companhia pode aumentar seu custo de captação e ter um efeito adverso nos resultados financeiros da Dexco.

Situações de redução de oferta podem tornar as linhas de crédito excessivamente caras ou mesmo com nível de exigência impraticável. Nessas circunstâncias, reduz-se a possibilidade da realização de captações competitivas ou de refinanciamentos vantajosos, incorrendo na possibilidade de não obtenção, através do mercado, de recursos financeiros necessários para honrar os vencimentos vigentes, o que poderá afetar relevante e adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a classificação de risco de crédito ("*Rating*") indica a probabilidade, dadas as diferentes metodologias de avaliação por cada agência responsável, de pagamento das dívidas e outras obrigações da Companhia no seu vencimento, assim como a pontualidade e probabilidade de atraso desses pagamentos. O

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Rating atribuído à Companhia é uma indicação temporária podendo ser elevada, mantida ou reduzida em decorrência, de fatores macroeconômicos ou dentre outros fatores, da avaliação das agências de risco sobre a solidez financeira.

Portanto, a Companhia não pode assegurar que a sua classificação de risco será mantida por qualquer período ou que não será rebaixada ou cancelada. A classificação de risco pode impactar a condição da Companhia de emitir novos títulos de dívidas e de obter empréstimos no geral, incluindo a competitividade das taxas de juros sobre novas operações de dívida. Caso a classificação de risco da Companhia venha a ser reduzida e a percepção do mercado venha a ser de deterioração de sua situação financeira, os custos associados a novos financiamentos podem subir e conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia pode sofrer um impacto de forma adversa.

No início de abril de 2023, a Fitch Ratings reafirmou o rating corporativo da Companhia na escala global em “BB+”, com revisão da perspectiva de “Estável” para “Negativa”. A Fitch também reafirmou a escala nacional de longo prazo da Dexco rating “AAA (bra)” mantendo a perspectiva “Estável”. De acordo com o relatório da Fitch “Os ratings da Dexco continuam refletindo sua forte posição comercial nas indústrias brasileiras de painéis de madeira e materiais de construção, e seu compromisso de preservar uma liquidez robusta.”

Covenants

A violação de obrigações contratuais previstas em contratos de financiamento (*covenants*) pode ocasionar efeitos adversos às condições financeiras da Companhia.

A Dexco, na condução normal dos seus negócios, recorre a bancos e ao mercado de capitais na busca de crédito para o financiamento das suas operações. É praxe dos agentes financiadores incluírem dispositivos contratuais com vistas à manutenção de indicadores financeiros em determinados patamares que garantam a liquidez da Companhia para fazer frente às obrigações financeiras assumidas, ou ainda, algumas obrigações não financeiras, tais como, necessidade de informação ou, em alguns casos, pedido de anuência, acerca de, dentre outros, restrições relativas à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, alienação ou demais formas de cessão de ativos relevantes, alteração substancial da capacidade e situação econômico-financeira da Companhia, emissão de novos valores mobiliários ou a alteração de controle societário direto ou indireto e/ou movimentações societárias em geral. Esses dispositivos são conhecidos no mercado como *covenants* que, quando não observados, podem acionar cláusulas de vencimento antecipado das linhas de crédito assumidas, se assim desejarem as contrapartes que possuam contratos com tais cláusulas.

Além disso, os contratos financeiros celebrados pela Companhia podem conter cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos celebrados com aquela instituição financeira ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. Adicionalmente, a obrigação de evitar a inobservância de tais cláusulas pode implicar na limitação, pela gestão, de decidir sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo estatutário, pela alienação de bens e pela realização de operações de fusões ou aquisições.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em 3.387 processos, sendo: 2.075 processos de natureza trabalhista, 2.064 na esfera judicial e 11 na esfera administrativa, 47 processos de natureza ambiental, sendo 41 na esfera administrativa e 06 na esfera judicial, 624 processos de natureza cível, todos em trâmite na esfera judicial, e 641 processos de natureza tributária e previdenciária, sendo 431 em trâmite na esfera administrativa e 210 em trâmite na esfera judicial.

Na opinião de seus assessores jurídicos, referente aos processos judiciais, administrativos e arbitrais trabalhistas, tributários e cíveis, apenas os processos descritos nos quadros abaixo merecem destaque por sua relevância estratégica ou relevância pela sua classificação de probabilidade de perda: **i)** perda provável, cuja demanda supere o valor de R\$ 10.000 mil; **ii)** perda possível cuja demanda supere o valor R\$ 20.000 mil e; **iii)** demandas e teses de interesse estratégico da Companhia. A ordem desses processos levou em consideração as teses discutidas e, posteriormente, o valor envolvido de acordo com a tese.

Já os processos judiciais, administrativos e arbitrais **ambientais**, conforme o caso, merecem destaque por sua relevância estratégica ou por superar o valor de U\$ 10.000,00, indicados em item específico abaixo (“iv”).

A variação entre os valores provisionados neste Formulário de Referência, em comparação ao Formulário anterior, se deu pela incidência de juros no período (dez/22 vs dez/21), dos prognósticos atualizados e de entradas e encerramentos de processos.

i) Perda provável, cuja demanda ou tese supere o valor de R\$ 10.000 mil:

Ação de Arbitramento de Honorários (Cível) 0000726-81.1994.8.24.0020	
a. juízo	1ª Vara Cível de Criciúma/SC
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	14/03/1997
d. partes no processo	Autor: Felisberto Córdova Advogados, Ré: Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 47.400 mil a título de honorários advocatícios. Contingência constituída em razão da aquisição da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. Referido valor está garantido pelos vendedores da empresa, bem como garantido em juízo por depósito.
f. principais fatos	Objeto: Trata-se de ação de cumprimento de sentença, ajuizada por FELISBERTO CORDOVA ADVOGADOS em face da BALNEÁRIO CONVENTOS S/A. para executar os honorários, objeto de acordo entre as partes, realizado no processo principal (processo nº 0000726-81.1994.8.24.0020 (020.94.000726-6)). Posteriormente, a pedido do exequente, foi concedida desconsideração da personalidade jurídica do Grupo Cecrisa com a consequente inclusão da CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A (“CECRISA”) e CERÂMICA PORTINARI no polo passivo da ação. Em cumprimento à decisão proferida em 07.08.18, a qual determinou a penhora de 2,77% do faturamento mensal da CECRISA, a executada depositou, desde setembro de 2018 até agosto de 2019, o montante de R\$ 20.200 mil. Além disso, ao longo da tramitação deste processo de execução, o exequente logrou êxito em penhorar outros valores das contas da CECRISA, que somam R\$ 1.900 mil. Com o objetivo de purgar a mora da dívida enquanto se aguarda o julgamento dos recursos em trâmite perante os Tribunais Superiores, a CECRISA efetuou ainda o depósito judicial no montante de R\$ 31.800 mil – valor superior à integralidade da dívida – depositado em conta vinculada ao Juízo perante o qual tramita esta execução. Logo, como a execução foi garantida em excesso, estando integralmente purgada a mora, a CECRISA, em sua última manifestação, de 24.10.19, requereu: (i) a revogação da penhora de 2,77% sobre o

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>faturamento mensal da empresa, bem como a anulação de qualquer cobrança de eventuais juros moratórios e/ou quaisquer medidas constritivas contra o seu patrimônio; (ii) a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para informar o extrato completo das contas judiciais vinculadas à presente execução; (iii) determinação à serventia do Juízo perante o qual tramita a execução para informar a totalidade dos levantamentos feitos pelo exequente ao longo do processo, indicando as respectivas datas. Na sequência, o exequente manifestou-se dando sua aquiescência com o depósito judicial da execução. Diante disso, foi proferida decisão em 10.12.19, determinando a revogação da penhora de faturamento da CECRISA e determinando a suspensão da execução até o julgamento dos recursos em trâmite nos Tribunais Superiores.</p> <p>Referido processo é garantido por reserva contratual em razão da aquisição da Companhia Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. pelo Grupo Dexco.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A pedido do exequente, foi concedida desconsideração da personalidade jurídica do Grupo Cecrisa com a consequente inclusão da CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A ("CECRISA") e CERÂMICA PORTINARI no polo passivo da ação.
h. estágio do processo	Cumprimento de Sentença
i. chance de perda	R\$ 47.400 mil classificado como provável em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor provisionado supera R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

Salário Maternidade, 1/3 de férias e API (Dexco) (Tributário) Ação Declaratória nº 0012347-30.2010.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/06/2010
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não recolhimento da Contribuição Patronal e de Terceiros sobre as verbas previdenciárias (Sal. Maternidade, 1/3 de férias e API) = R\$ 38.200 mil, em dez./2022.
f. principais fatos	<p>Desobrigar ao recolhimento das contribuições previdenciárias referentes: salário maternidade, licença paternidade, adicional de 1/3 de férias e aviso prévio indenizado.</p> <p>07/06/2010 - Distribuída Ação Declaratória.</p> <p>07/01/2011 - Sentença parcialmente favorável, afastando a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição sobre 1/3 de férias, declarando o direito da autora em compensar os valores indevidamente recolhidos.</p> <p>05/09/2012 - acórdão manteve a decisão sobre o não recolhimento da contribuição sobre 1/3 de férias e incluiu a desoneração sobre o API.</p> <p>Inclusão da unidade Louças Recife em 1º/09/2011.</p> <p>05/03/2013- protocolizada petição informando que se deixará de depositar o valor das contribuições sobre 1/3 e API, face a suspensão de exigibilidade concedida no A.I 0025358-93.2010.4.03.0000.</p> <p>24/04/2013 - petição reiterando o pedido de levantamento dos depósitos judiciais.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>02/06/2016 - NOTAPGFN/CRJ/Nº 485/2016 reconhecendo a não incidência de contribuição previdenciária na verba de Aviso Prévio Indenizado.</p> <p>14/07/2016 - Acórdão negando seguimento ao Agravo Interno da Companhia pleiteando o levantamento parcial do Depósito.</p> <p>27/09/2016 - Pedido para o levantamento do depósito judicial foi indeferido em sede de agravo interno, devendo-se aguardar o trânsito em julgado.</p> <p>31/08/2020 - STF julgou a tese do 1/3 de férias sob o rito de Repercussão Geral (RE 1.072.485) desfavoravelmente aos contribuintes. Processo sobrestado até decisão do STF sobre as outras verbas.</p> <p>31/12/2021 – Aguarda-se desde 31/08/2020 o juízo de retratação pelo TRF3 sobre a constitucionalidade do 1/3 de férias.</p> <p>05/07/2022 - Juízo de Retratação, revertendo o julgamento favorável à companhia do 1/3 de férias.</p> <p>09/08/2022 – Rext interposto pela companhia.</p> <p>21/09/2022 – Embargos Declaratórios apresentados pela União.</p> <p>02/08/2022 – Depósito realizado pela Companhia no valor de MMR\$ 9,0 a fim de aguardar eventual modulação dos efeitos.</p> <p>03/08/2022 – Depósito realizado pela Companhia no valor de MMR\$ 3,0 a título de pagamento pelo período posterior a decisão do <i>leading case</i> do STF.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>07/01/2011 - Sentença parcialmente favorável, afastando a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição sobre 1/3 de férias, declarando o direito da autora em compensar os valores indevidamente recolhidos.</p> <p>05/07/2022 - Juízo de Retratação, revertendo o julgamento favorável à companhia do 1/3 de férias.</p> <p>05/09/2012 - acórdão manteve a decisão sobre o não recolhimento da contribuição sobre 1/3 de férias e incluiu a desoneração sobre o API.</p>
h. estágio do processo	Aguarda-se juízo de admissibilidade do RExt da Companhia pela Vice-Presidência do TRF3.
i. chance de perda	R\$ 20.800 mil classificado como provável em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam os R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

Autuação IRPJ / CSLL (Tributário)	
Processo Administrativo 10340.721054/2021-48	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em Criciúma / SC
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	27/08/2021
d. partes no processo	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 20.000 mil em dez/2022.
f. principais	Indedutibilidade de multas e encargos

4.4 Processos não sigilosos relevantes

fatos	<p>Glosa de crédito tributário decorrente da desconsideração da dedutibilidade do IR/CS de multas e encargos realizada no ano de 2017, de débitos da Ceusa reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016, sendo a referida provisão contábil revertida no ano de 2017 quando os débitos da Ceusa foram quitados.</p> <p>27/08/2021 – Ciência do auto de infração.</p> <p>28/09/2021 – Impugnação apresentada.</p> <p>27/12/2021 – Ciência da decisão da DRJ que julgou a impugnação improcedente.</p> <p>24/01/2022 - Apresentado Recurso Voluntário contra decisão da DRJ.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O entendimento da decisão da DRJ de 27/12/2021 foi de que os juros e multas sobre os tributos poderiam ser contabilizados, pelo regime de competência, no mês/exercício de sua apuração e não no momento de seu pagamento (2017).
h. estágio do processo	Processo Administrativo em trâmite no CARF (2ª instância administrativa), para julgamento de recurso voluntário.
i. chance de perda	R\$ 20.000 mil, classificado como provável em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor provisionado superou os R\$ 10.000 mil em dez./22.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 20.000 mil em dez/2022, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

PIS/COFINS sobre venda de florestas 2011 (Tributário) AA 5009315-43.2021.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	17ª Vara Cível Federal da Subseção de São Paulo
c. data de instauração	28/04/2021
d. partes no processo	Duratex Florestal Ltda. x União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 10.300 mil em dez/2022.
f. principais fatos	<p>PIS/COFINS sobre florestas Autuação lavrada em nov.2015 (P.A 10314-727.974/2015-49), para cobrança de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativo imobilizado), realizados no exercício de 2011.</p> <p>28/04/2021 - Distribuição da Ação Anulatória</p> <p>26/05/2021 - Liminar Indeferida</p> <p>15/06/2021 - Agravo de Instrumento contra indeferimento da liminar</p> <p>24/06/2021 - Tutela antecipada indeferida em Agravo</p> <p>01/07/2021 - Depósito Judicial para garantir o débito e suspender a exigibilidade</p> <p>22/07/2021 - Contestação pela União</p> <p>08/11/2021 - Réplica</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	29/11/2021 - Agravo de Instrumento julgado improcedente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª INSTÂNCIA
i. chance de perda	R\$ 10.300 mil classificado como provável em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam R\$ 10.000 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 10.300 mil em dez/2022, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

PIS/COFINS sobre venda de florestas – 2017 (Tributário) Processo Administrativo 15746-720395/2021-57	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	26/03/2021
d. partes no processo	Duratex Florestal Ltda. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 9.200 mil em dez/2022.
f. principais fatos	PIS/COFINS sobre florestas Autuação lavrada para cobrança de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativo imobilizado), realizados no exercício de 2017. 26/03/2021 – Ciência do auto de infração. 22/04/2021 – Impugnação apresentada.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Processo em trâmite na DRJ (1ª instância), no aguardo de decisão sobre a impugnação apresentada.
i. chance de perda	R\$ 9.200 mil, classificado como provável em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor provisionado da tese, levando-se em consideração a discussão objeto da AA 5009315-43.2021.4.03.6100, supera os R\$ 10.000 mil em dez./22.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 9.200 mil em dez/2022, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

PIS/COFINS glosa de créditos - 2015 Processo Administrativo 10314720530/2019-14	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
c. data de instauração	08/10/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 14.682 mil em dez/2022.
f. principais fatos	PIS/COFINS – glosa de crédito Autuação lavrada, após procedimento fiscalizatório que glosou créditos de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	bens e serviços tomados pelas unidades industriais 06/09/2019 – Ciência do auto de infração. 08/10/2019 – Impugnação apresentada. 04/06/2020 – Decisão da DRJ parcialmente favorável. 06/07/2020 – Recurso Voluntário apresentado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão da DRJ parcialmente favorável, desconstituindo a glosa sobre: locação de caminhões, andaimes e contêineres; vale pedágio e sobre notas fiscais que não foram objeto da fiscalização, mantendo-se a glosa sobre: manutenção de ativo permanente; frete e armazenagem; locação de galpão estruturado; crédito extemporâneo e por falta de comprovação documental.
h. estágio do processo	Processo em trâmite no CARF (2ª instância), no aguardo de decisão sobre o recurso voluntário apresentado
i. chance de perda	PROVÁVEL / REMOTO
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor provisionado supera os R\$ 10.000 mil em dez./22.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 10.773 mil em dez/2022, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado) e R\$ 3.909 mil em dez/2022, classificado como remoto, pela decisão favorável na DRJ (Saída de caixa com efeito no resultado)

ii) perda possível cuja demanda supere o valor MMR\$ 20:

Estrela do Sul – (Autuação 2006 – terras) (Tributário) Ação Anulatória 1007709-59.2018.4.01.3400	
a. juízo	Justiça Federal do Distrito Federal – TRF da 1ª Região
b. instância	4ª Vara Federal do Distrito Federal
c. data de instauração	17/04/2018
d. partes no processo	Estrela do Sul Participações Ltda. X União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 284.600 mil, em dez/2022.
f. principais fatos	IRPJ/CSLL ano calendário 2006: a) Cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), com incorporação dos ativos (terras) na Satipel Industrial S.A. (atual Dexco S.A., anteriormente denominada Duratex S.A.); b) Lucro Presumido - Tributação da Reserva de Reavaliação - Ganho de Capital. Autuação, por suposto ganho de capital, em operação de cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), tributada então pelo lucro presumido, através da qual bens imóveis (terras), foram vertidos à Satipel Industrial S.A. (atual Dexco S.A., anteriormente denominada Duratex S.A.), com a respectiva reserva de reavaliação. Demonstrou-se na Impugnação ao Auto de Infração a não ocorrência de ganho de capital na operação, pelos seguintes motivos: i) na cisão realizada os bens foram avaliados pelo valor contábil, sendo que o ganho de capital ocorre somente quando a avaliação for realizada a valor de mercado; ii) a reserva de reavaliação somente poderia ser computada em conta de resultado, ou na determinação do lucro real (base de cálculo do IRPJ) e da base de cálculo da CSLL, quando de sua realização (alienação, depreciação, amortização), o que não ocorreu por força da cisão, havendo, simplesmente, a transferência da reserva de reavaliação da sociedade cindida (Satipel Florestal Ltda., atual Estrela do Sul Participações Ltda.) para a sociedade receptora da parcela vertida (Satipel Industrial S.A., atual Dexco S.A.,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>anteriormente denominada Duratex S.A.); iii) não houve acréscimo patrimonial, mas apenas uma operação societária entre controladora e controlada; iv) extinção do crédito tributário pela decadência, considerando o termo inicial de contagem do prazo a tributação por ocasião da mudança do Regime de Lucro Real para o Presumido em 2004;</p> <p>Decisão de 1ª instância administrativa manteve o auto de infração. Foi apresentado Recurso Voluntário em 20/04/2012. Em julgamento realizado pela 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF, foi negado provimento ao Recurso Voluntário, por maioria de votos. Negado provimento ao Recurso Especial pelo voto de qualidade (julgamento em 19/01/2018).</p> <p>17/04/2018 – Distribuída Ação Anulatória.</p> <p>19/04/2018 – antecipação de tutela deferida para suspender a exigibilidade do débito sem o oferecimento de garantia (decisão mantida pelo TRF1).</p> <p>15/05/2018 – Contestação apresentada pela União.</p> <p>20/10/2018 – apresentada réplica pela Estrela do Sul.</p> <p>26/10/2020 – Sentença que julgou procedente a ação, anulando o débito fiscal, por força da manutenção da autuação na esfera administrativa por força do voto de qualidade.</p> <p>30/10/2020 – Apresentados Embargos de Declaração pela Estrela do Sul, discutindo verba sucumbencial, e pela Fazenda Nacional, discutindo a nulidade do julgamento no CARF.</p> <p>12/02/2021 – Impugnação da Estrela do Sul aos embargos da Fazenda Nacional</p> <p>26/10/2021 – Embargos Declaratórios da Fazenda rejeitados, enquanto os Embargos da Estrela do Sul foram acolhidos</p> <p>07/12/2021 – Recurso de Apelação apresentado pela Fazenda Nacional, o qual aguarda julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	26/10/2020 – Sentença que julgou procedente a ação, anulando o débito fiscal, por força da manutenção da autuação na esfera administrativa por força do voto de qualidade.
h. estágio do processo	Julgamento da Apelação da União no TRF1
i. chance de perda	R\$ 284.600 mil classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 284.600 mil em dez/2022.

Estrela do Sul – (Autuação 2009 - florestas) (Tributário) Ação Anulatória 0073514-44.2016.4.01.3400	
a. juízo	Justiça Federal do Distrito Federal – TRF da 1ª Região
b. instância	4ª Vara Federal do Distrito Federal
c. data de instauração	12/12/2016
d. partes no processo	Estrela do Sul Participações Ltda. e Duratex Florestal Ltda. (solidária) x União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos	IRPJ/CSLL = R\$ 36.600 mil, em dez/2022

4.4 Processos não sigilosos relevantes

envolvidos	
f. principais fatos	<p>IRPJ/CSLL ano calendário 2009: a) Cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.) com incorporação dos ativos (florestas) na Duratex Florestal Ltda.; b) Lucro Presumido - Tributação da reserva de reavaliação - Ganho de capital.</p> <p>Autuação por suposto ganho de capital em operação de cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), tributada então pelo lucro presumido, através da qual bens (florestas) foram vertidos à Durafloresta S.A (atual Duratex Florestal Ltda.), junto com a respectiva reserva de reavaliação.</p> <p>Defendeu-se, na esfera administrativa, a não ocorrência de ganho de capital na operação, pelos seguintes motivos: i) na cisão realizada os bens foram avaliados pelo valor contábil, sendo que a determinação legal para se apurar ganho de capital ocorre, somente, quando a avaliação for realizada a valor de mercado; ii) a reserva de reavaliação somente poderia ser computada em conta de resultado, ou na determinação do lucro real (IRPJ) e da base de cálculo da CSLL quando de sua realização (alienação ou exaustão), o que não ocorreu por força da cisão, havendo, simplesmente, a transferência das reservas florestais da sociedade cindida (Satipel Florestal Ltda., atual Estrela do Sul Participações Ltda.) para a sociedade receptora da parcela vertida (Duratex Florestal Ltda.); iii) não houve acréscimo patrimonial na operação societária; iv) decadência com termo inicial para tributação da mudança do Regime de Lucro Real para o Presumido em 2004; v) se devido fosse o AI, o cálculo do IR/CS deveria se dar nas regras do lucro presumido (34% de 8% da base de cálculo) e não como ganho de capital; iv) o valor do AI está superestimado pois não levou em conta os valores do IR/CS já recolhidos quando da exaustão dos ativos florestais, integralmente já realizada. A Duratex Florestal Ltda. (anterior Durafloresta S.A.), constou como solidária no processo tendo em vista que em 31/10/2009, Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.) verteu significativa parte de seu patrimônio para a mesma.</p> <p>Processo Administrativo 10880.731573/2011-35 julgado desfavoravelmente à Estrela do Sul em definitivo.</p> <p>12/12/2016 – Ajuizada Ação Anulatória, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário, sem o oferecimento de nenhuma garantia por parte das empresas.</p> <p>07/02/2017 – Contestação apresentada pela União.</p> <p>24/05/2017 – réplica apresentada pelas empresas.</p> <p>03/11/2020 – Sentença procedente, analisando o mérito da demanda e confirmando a tutela antecipada.</p> <p>09/08/2021 – Recurso de Apelação pela Fazenda Nacional</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	03/11/2020 – Sentença procedente, analisando o mérito da demanda e confirmando a tutela antecipada.
h. estágio do processo	Julgamento da Apelação da União no TRF1.
i. chance de perda	R\$ 36.600 mil classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 36.600 mil em dez/2022.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Autuação IRPJ / CSLL (Tributário) P.A 11516-722.840/2014-47	
a. juízo	Receita Federal do Brasil de Criciúma/SC
b. instância	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	24/09/2014
d. partes no processo	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 57.100 mil, em dez/2022.
f. principais fatos	<p>Cobrança de IRPJ e CSLL no calendário 2009 por suposta i) omissão de receita por suposta liquidação de débitos em anistia com prejuízo fiscal (MP 470); ii) não adição ao lucro real de despesas de passivos financeiros (empréstimos e debêntures); e iii) compensação a maior de saldo negativo de IRPJ/CSLL em 2013 pela desconsideração do saldo negativo de 2009, indicado no item i.</p> <p>03/10/2014 – Ciência do Auto de Infração.</p> <p>03/11/2014 – Impugnação apresentada para anulação total do auto de infração, pois: i) o pagamento dos débitos, com a utilização de prejuízos fiscais, possibilidade trazida pela MP 470, não caracteriza uma omissão de receita, já que o contribuinte realizou um sacrifício patrimonial – diminuição de seu prejuízo fiscal – para a quitação dos débitos; ii) a existência de passivos financeiros onerados a taxa mais alta do que aquelas aplicadas a ativos financeiros, não caracteriza qualquer hipótese de glosa das despesas financeiras; iii) a existência de passivos financeiros, com taxa de juros, concomitantes a créditos contra empresas relacionadas, sem a cobrança de juros, também não é hipótese de glosa das despesas financeiras; e iv) a compensação de 2013 teve como crédito um direito legítimo, apurado em 2009.</p> <p>30/03/2017 – Decisão da DRJ foi totalmente procedente à Companhia.</p> <p>25/07/2018 – Decisão do CARF negou provimento ao recurso de ofício da RFB, por unanimidade aos itens i, ii e iv do AIIM e por maioria de votos ao item iii.</p> <p>15/02/2019 – Decisão do CARF admitiu o Recurso Especial da União para o julgamento dos itens i e iv da autuação.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	As decisões proferidas pela DRJ (1ª instância) e CARF (2ª instância) foram integralmente favoráveis à Dexco Revestimentos Cerâmicos (antiga Cecrisa), desconstituindo-se a integralidade do auto de infração.
h. estágio do processo	Processo em trâmite na Câmara Superior do CARF (última instância administrativa) para julgamento de Recurso Especial da União.
i. chance de perda	R\$ 57.100 mil, classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da contingência possível supera R\$ 20.00 mil em dez./22.
k. análise do impacto em caso de perda do	Processo e valor garantidos (R\$ 57.100 mil em dez/2022) por

4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo	reserva contratual contra os ex-sócios em razão da aquisição da CECRISA Revestimentos Cerâmicos S.A. pela atual Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.
Manifestação de Inconformidade P.A 10880-931.588/2021-73 saldo negativo de IRPJ - 2016 (divergências na declaração de receitas financeiras e IR pago no exterior - Colômbia)	
a. juízo	Receita Federal o Brasil em São Paulo / SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	08/06/2021
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ = R\$ 21.842 mil em dez./2022
f. principais fatos	<p>Saldo Negativo de IRPJ/2016 Homologação parcial das compensações realizadas, pela RFB entender que o crédito (saldo negativo de 2016), tinha as seguintes inconsistências: a) retenções fontes: não teria sido comprovada a tributação integral dos rendimentos, objeto de retenções na fonte, pela divergência entre a DIRF e a Escrituração Contábil – ECF e; b) parte do valor de imposto pago na Colômbia não teria sido suficiente para compensação do imposto no Brasil.</p> <p>10/05/2021 – Ciência do Despacho Decisório.</p> <p>08/06/2021 – Apresentado Manifestação de Inconformidade</p> <p>15/09/2022 – Apresentado laudo elaborado pela EY, que corrobora os argumentos apresentados na Manifestação de Inconformidade.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Processo em trâmite na DRJ (1ª instância administrativa), no aguardo de decisão sobre a Manifestação de Inconformidade apresentada.
i. chance de perda	R\$ 21.842 mil, classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da contingência possível supera R\$ 20.000 mil em dez./22.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado. R\$ 21.842 mil em dez/2022

Dexco S.A. (atual denominação de Duratex S.A.) (Tributário) – (Autuação 2009-2014 – ICMS Imobilizado) Ação Anulatória 105863798.2019.82.6.0053	
a. juízo	Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	13ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
c. data de instauração	29/10/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. x Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ICMS = R\$ 29.300 mil, em dez/2022
f. principais fatos	<p>Auto de Infração originário da DRI, decorrente de créditos de ICMS sobre imobilizado. A Companhia é atuante no ramo de fabricação de painéis de MDF e MDP, de forma que para consecução de suas atividades encomenda materiais do exterior, seja para seu ativo imobilizado ou insumos. Nesse contexto, ao adquirir bens nacionalizados, foi autuada (AIIM nº 4.044.158-1) em razão do creditamento supostamente indevido de ICMS, no montante de MMR\$ 5,5, decorrente da aquisição de ativo imobilizado no período de outubro e novembro de 2009 (item I.1 do AIIM) e dezembro de 2009 a janeiro de 2014</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>(item II.2 do AIIM), cujos bens foram importados, sob encomenda, pela empresa TCI TRADING S/A situada no Estado do Espírito Santo. A Impugnação Administrativa apresentada foi julgada parcialmente procedente em relação ao item II.2. O TIT negou o Recurso de Ofício da Fazenda e deu provimento ao Recurso Ordinário da Companhia. Em Recurso Especial da Fazenda, foi determinada a devolução para novo julgamento no TIT, o qual ainda não ocorreu. Contudo, a despeito da ausência de encerramento administrativo, o Fisco Paulista inscreveu em Dívida Ativa parte do suposto débito de ICMS.</p> <p>29/10/2019 – Distribuída Ação Anulatória.</p> <p>05/11/2019 – Concedida parcialmente a tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário até a adequação dos juros lançados.</p> <p>29/11/2019 – Os Embargos Declaratórios opostos visavam suspender a exigibilidade do crédito até o julgamento do processo administrativo (art. 151, III, CTN), pois a tutela apenas compreendia a suspensão até a adequação dos juros lançados.</p> <p>17/07/2020 – Embargos Declaratórios rejeitados.</p> <p>13/08/2020 – Agravo de Instrumento interposto contra decisão que concedeu apenas parcialmente a tutela antecipada.</p> <p>25/09/2020 – Acórdão em sede de agravo de instrumento, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o julgamento do recurso administrativo.</p> <p>17/08/2021 - Intimação para as partes apresentarem quesitos e Assistente Técnico</p> <p>03/09/2021 - Apresentação de Quesitos e Assistente pela Dexco e FESP</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª INSTÂNCIA – FASE PERICIAL
i. chance de perda	R\$ 29.300 mil, classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores superam os R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de MR\$ 29.300 mil em dez/2022.

Dexco S.A. (Tributário) Ação Anulatória 0053745-23.2019.8.19.0001	
a. juízo	Justiça Estadual do Rio de Janeiro
b. instância	17ª Vara da Fazenda Pública
c. data de instauração	08/03/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. X Estado do Rio de Janeiro
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ICMS = R\$ 20.700 mil em dez/2022.
f. principais fatos	<p>Aproveitamento de Crédito de exportação oriundo da Ideal Standard (atual DX Queimados)</p> <p>Decisão do Conselho de Contribuintes que cancelou a autuação, em sede de Revisão pelo Secretário da Fazenda, a multa de 50% sobre o crédito de ICMS foi mantida na esfera administrativa.</p> <p>08/03/2019 Distribuição.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	06/09/2019 Contestação pela Fazenda 18/06/2021 Réplica da Dexco 05/09/2022 Parecer do Ministério Público
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª INSTÂNCIA
i. chance de perda	R\$ 20.700 mil, classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 20.700 mil em dez/2022.

Dexco S.A. e Duratex Florestal Ltda. (Tributário) - (Afastar a incidência de IR/CS sobre SELIC na restituição do indébito tributário.) Mandado de Segurança 5021155-50.2021.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal da Subseção de São Paulo
b. instância	7ª Vara Cível Federal de São Paulo
c. data de instauração	04/08/2021
d. partes no processo	Dexco S.A. e Duratex Florestal Ltda. X União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IR/CS = R\$ 165.600 mil, em dez/2022
f. principais fatos	Afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário. 04/08/2021 - Distribuição do Mandado de Segurança 09/08/2021 - Liminar Indeferida 03/09/2021 - Sentença denegando a segurança

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	29/09/2021 – Recurso de Apelação apresentado pelas empresas 08/07/2022 - Acórdão dando provimento à Apelação da empresa 26/07/2022 - Embargos Declaratórios da União e da Companhia
g. resumo das decisões de mérito proferidas	03/09/2021 - Sentença denegando a segurança para afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário. 08/07/2022 - Acórdão dando provimento à Apelação da empresa para afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário.
h. estágio do processo	Julgamento dos Embargos no TRF3
i. chance de perda	R\$ 165.600 mil classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Os valores superam R\$20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 165.600 mil em dez/2022.

Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. (Tributário) – (Afastar a incidência de IR/CS sobre SELIC na restituição do indébito tributário.) Mandado de Segurança 5022296-75.2021.4.04.7200	
a. juízo	Justiça Federal da Subseção de Santa Catarina
b. instância	4ª Vara Cível Federal de Florianópolis
c. data de instauração	29/07/2021
d. partes no processo	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. x União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IR/CS = R\$ 30.200 mil em dez/2022.
f. principais fatos	Afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário. 27/09/2021 - Distribuição do Mandado de Segurança 16/08/2021 - Liminar Indeferida 13/09/2021 – Interposto Agravo de Instrumento pela empresa contra indeferimento da liminar 09/12/2021 - Concessão parcial da liminar exclusivamente em decorrência do processo nº 5014095-53.2019.4.04.7204 16/02/2022 - Sentença concedendo a segurança em parte. 18/02/2022 - Apelação da União. 14/04/2022 - Recurso Adesivo. 21/09/2022 - Acórdão negando provimento a Apelação da União e Provendo o Recurso Adesivo da Empresa. 25/09/2022 - Embargos Declaratórios da União. 29/11/2022 - Embargos não acolhidos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	30/11/2022 - REsp e RExt da União
g. resumo das decisões de mérito proferidas	16/02/2022 - Sentença concedendo a segurança em parte apenas para afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC no processo nº 5014095-53.2019.4.04.7204. 21/09/2022 - Acórdão negando provimento a Apelação da União e Provendo o Recurso Adesivo da Empresa para afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário.
h. estágio do processo	Juízo de Admissibilidade dos recursos da União pela Vice-Presidência do TRF4
i. chance de perda	R\$ 30.200 mil classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores superam os R\$20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 30.200 mil em dez/2021.

Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (Tributário) - (Afastar a incidência de IR/CS sobre SELIC na restituição do indébito tributário.) Mandado de Segurança 0803839-97.2021.4.05.8500	
a. juízo	Justiça Federal da Subseção de Sergipe
b. instância	1ª Vara Cível Federal de Aracajú
c. data de instauração	29/07/2021
d. partes no processo	Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento Água Ltda. X União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IR/CS = R\$ 1.300 mil, em dez/2022.
f. principais fatos	Afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário. 27/09/2021 - Distribuição do MS 24/08/2021 - Liminar Indeferida; 15/09/2021 - Agravo de Instrumento 16/09/2021 - Liminar indeferida em Agravo 08/10/2021 - Agravo Interno pela empresa 16/12/2021 - Acórdão julgou procedente o agravo de instrumento e julgou prejudicado o agravo interno. 14/01/2022 - Sentença concedendo a segurança. 19/01/2022 - Apelação da PGFN. 02/09/2022 - Contrarrazões ao Recurso de Apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	14/01/2022 - Sentença concedendo a segurança para afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário.
h. estágio do processo	TRF5
i. chance de perda	R\$ 1.300 mil classificado como possível em dez/2022.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo somado aos dois acima da mesma tese superam os R\$ 20.000 mil.
h. análise do impacto em	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 1.300 mil em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

caso de perda do processo	dez/2022.
---------------------------	-----------

iii) demandas e teses de interesse estratégico da Companhia.

Lucro no Exterior 1996 a 2002 (Tributário) Ação Anulatória 0021541-20.2011.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	23/11/2011
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 5.900 mil em dez./2022.
f. principais fatos	<p>Lucros no Exterior Refere-se à Ação Anulatória que busca anular o crédito tributário discutido nos autos do Processo Administrativo nº 16327.000276/2006-49 - Lucros auferidos por subsidiárias no exterior, nos anos calendários de 1996 a 2001 e 2002, disponibilizados em 31.12.2002, nos termos do artigo 74, parágrafo único da MP nº 2.158-35/01, quanto ao direito à compensação, pela Companhia, dos tributos pagos no exterior pelas empresas subsidiárias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95. Valores depositados integralmente.</p> <p>04/04/2014 – Sentença julgando parcialmente procedente a ação anulatória.</p> <p>Reversão parcial da provisão em jun./14, tendo em vista decisão favorável em sede de repercussão geral no STF que afastou a exigência de IR e CS sobre os lucros apurados de 1996 a 2001 pela irretroatividade da Lei.</p> <p>24/07/2019 – PGFN retificou o valor em cobrança, com base no entendimento do STF. Assim, do valor inicialmente depositado (R\$ 16.600 mil), R\$ 11.100 mil encontra-se em excesso.</p> <p>29/05/2020 - Decisão em sede de apelação da União, julgando parcialmente procedente tão somente para alterar os honorários advocatícios, mantendo os termos da sentença que julgou procedente a ação para anular o crédito tributário.</p> <p>19/07/2020 - Agravo Interno interposto pela União em face da decisão monocrática que deu parcial provimento ao recurso de apelação.</p> <p>22/07/2020 – Agravo Interno interposto pela empresa em relação à parte da decisão monocrática que alterou o valor dos honorários de sucumbência</p> <p>12/11/2020 - Acórdão do Agravo Interno em que a sentença favorável foi mantida para anular o crédito tributário discutido no processo 16.327.000276/2006-49, tendo em vista o direito à compensação dos tributos pagos no exterior pelas empresas controladas, bem como pelo afastamento da cobrança de multa moratória. Porém, o Relator não autorizou o levantamento do depósito, procedimento que será executado após o trânsito em julgado.</p> <p>18/11/2020 – Embargos de Declaração apresentados pela Companhia.</p> <p>05/05/2021 – Acórdão rejeitou os Embargos de declaração</p> <p>25/05/2021 – Recurso Especial interposto pela Companhia e pela União.</p> <p>24/06/2021 – Contrarrazões ao Recurso Especial pela companhia.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Provisão mantida refere-se à indisponibilidade e à compensação do IR pago no exterior.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	04/04/2014 – Sentença julgando parcialmente procedente a ação anulatória. 12/11/2020 - Acórdão do Agravo Interno em que a sentença favorável foi mantida para anular o crédito tributário discutido no processo 16.327.000276/2006-49, tendo em vista o direito à compensação dos tributos pagos no exterior pelas empresas controladas, bem como pelo afastamento da cobrança de multa moratória. Porém, o Relator não autorizou o levantamento do depósito, procedimento que será executado após o trânsito em julgado.
h. estágio do processo	STJ
i. chance de perda	R\$ 3.700 mil em dez/2022 classificado como provável R\$ 2.100 mil em dez/2022 classificado como remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (Processo Administrativo 16327.000277/2006-93 e MS 0000024-37.2003.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Sem efeito.

Lucro no Exterior 1996 a 2002 (Tributário) Mandado de Segurança 000024-37.2003.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/01/2003
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 4.700 mil, em dez/2022.
f. principais fatos	<p>Lucros no Exterior Refere-se à ação que busca afastar a tributação do IRPJ e da CSLL dos lucros auferidos no exterior por subsidiárias, apurados em 2002 e nos exercícios de 1996 a 2001, enquanto não disponibilizados (e a respectiva não tributação da equivalência patrimonial), auferidos por subsidiárias no exterior para a composição da base de cálculo do IRPJ e CSLL.</p> <p>06/07/2007 – Sentença desfavorável à empresa, apresentado recurso de apelação em 24/07/2007. Valores depositados integralmente.</p> <p>27/10/2011 – Dado provimento parcial à Apelação</p> <p>28/08/2014 – Julgamento da Apelação pelo Órgão Especial do TRF manteve a decisão de provimento parcial do recurso.</p> <p>17/11/2015 – União apresentou Recurso Extraordinário e Recurso Especial.</p> <p>07/12/2017 – Inadmissão dos Recursos da União.</p> <p>29/01/2018 – União apresentou Agravo contra as decisões de não admissão dos RE e REsp.</p> <p>07/03/2019 – Recurso Especial da União rejeitado no STJ.</p> <p>13/03/2019 – Embargos Declaratórios apresentados pela União.</p> <p>02/08/2019 – Embargos Declaratórios rejeitados.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	09/09/2019 – Agravo Interno interposto pela União. Reversão parcial da provisão em jun./14, tendo em vista decisão favorável em sede de repercussão geral no STF que afastou a exigência de IR e CS sobre os lucros apurados de 1996 a 2001 pela irretroatividade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	06/07/2007 – Sentença desfavorável à empresa, apresentado recurso de apelação em 24/07/2007. Valores depositados integralmente. 28/08/2014 – Julgamento da Apelação pelo Órgão Especial do TRF manteve a decisão de provimento parcial do recurso.
h. estágio do processo	STJ
i. chance de perda	R\$ 4.700 mil em dez/2022 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (Processo Administrativo 16327.000277/2006-93 e AA 0021541-20.2011.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Sem efeito.

Lucro no Exterior 2003 (Tributário) Processo Administrativo 16327.000277/2006-93	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	09/03/2006
d. partes no processo	Dexco S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 5.300 mil em dez/2022.
f. principais fatos	Lucros no Exterior- 2003 Refere-se à Autuação recebida pela RFB requerendo o pagamento de IRPJ e CSLL decorrente de lucro de subsidiárias no exterior em 2003. Impugnado o AIIM face a ilegalidade da tributação tendo por base a equivalência patrimonial e a inconstitucionalidade da presunção de disponibilidade do lucro (art. 74 da MP 2.158-35). A provisão refere-se à possibilidade de compensação do IR pago no exterior. 20/02/2009 – Decisão da DRJ desfavorável. 11/08/2009 – Apresentado Recurso Voluntário ao CARF.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Processo em trâmite no CARF (2ª instância administrativa) para julgamento de recurso voluntário da empresa.
h. estágio do processo	Em decisão da DRJ, proferida em fev./2009 o lançamento foi julgado procedente pelos seguintes fundamentos: a) os lucros auferidos no exterior sujeitam-se à incidência do IRPJ; b) a contrapartida do ajuste do valor de investimento no exterior, avaliado pelo método da equivalência patrimonial deverá ser registrado para apuração do lucro contábil no Brasil.
i. chance de perda	PROVÁVEL / REMOTA
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (MS 0000024-37.2003.4.03.6100 e AA 0021541-20.2011.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 1.600 mil em dez/2022, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado) e R\$ 3.600 mil em dez./2022, classificado como remota (saída de caixa com influência no resultado).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

iv) Demanda ambiental que supere o valor de U\$ 10.000,00:

Ambiental Ação Civil Pública 0005775-52.2021.8.19.0067	
a. juízo	2ª Vara Cível de Queimados/RJ
b. instância	1ª Instância – Vara Cível
c. data de instauração	29/10/2021
d. partes no processo	Dexco S.A. (atual denominação de Duratex S.A.) x Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100 mil
f. principais fatos	<p>Suposto lançamento inadequado de efluentes industriais, disposição inadequada de resíduos e falha no controle de poluição atmosférica</p> <p>o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizou uma Ação Civil Pública em desfavor da Dexco, após fiscalização do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por suposto despejo irregular de efluentes industriais, disposição inadequada de resíduos e falha no controle de poluição atmosférica solicitando assim, a interdição da nossa unidade industrial localizada no Município de Queimados.</p> <p>05/11/2021 – Concessão de liminar para interditar a fábrica</p> <p>08/11/2021 – Pedido de reconsideração de liminar para liberar a fábrica</p> <p>17/11/2021 – Reconsideração deferida pela juíza para autorizar a liberação da fábrica</p> <p>19/11/2021 – Agravo de Instrumento interposto pelo MP</p> <p>23/11/2021 – Contraminuta ao Agravo interposta pela Dexco</p> <p>29/11/2021 – Apresentada Contestação pela Dexco</p> <p>02/12/2021 - A juíza reestabeleceu a liminar pelo não cumprimento das condicionantes. MP se manifestou desistindo da liminar e requereu a suspensão do processo por 90 dias, para negociação de um TAC. Dexco se manifestou concordando com a suspensão do processo.</p> <p>08/12/2021 – A juíza suspendeu o processo por 90 dias para negociação de TAC</p> <p>19/12/2022 – Homologação em Juízo do TAC.</p> <p>23/12/2022 – Pagamento do TAC no valor de R\$ 560.000,00, a título de contribuição pecuniária voluntária pela Dexco ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM. Atualmente, estamos trabalhando no atendimento das condicionantes do TAC, cujas evidências serão disponibilizadas ao órgão responsável nos meses de maio/2023 e novembro/2023.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª instância
i. chance de perda	R\$ 100 mil em dez/2022 classificado como possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese segundo o critério de relevância aplicável aos processos ambientais da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	N/A

Ambiental Ação Civil Pública 0002464-37.2016.4.01.3503	
a. juízo	Vara Federal de Rio Verde - GO
b. instância	5ª Turma – TRF1
c. data de instauração	22/09/2016
d. partes no processo	Colorminas e Cerisa x MPF-GO
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 144 mil
f. principais fatos	Suposta Extração ilegal de Siltito 22/09/2016 – Distribuição. 28/07/2017 – Contestação da Cecrisa. 28/11/2018 – Sentença julgou procedente a ACP 27/06/2019 – Apelação da Cecrisa 29/01/2020 – Autos subiram ao TRF1
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou as Rés a proceder com a reparação ambiental da área de exploração de siltito, mediante PRAD, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 reais/dia.
h. estágio do processo	2ª instância
i. chance de perda	R\$ 144 mil em dez/2022 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera. o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	N/A

Ambiental Ação Civil Pública 0003252-87.2017.4.01.3803	
a. juízo	2ª Vara Federal de Uberlândia - MG
b. instância	3ª Turma – TRF6
c. data de instauração	23/03/2017
d. partes no processo	Cerisa x MPF-mg
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 843 mil
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 23/03/2017 – Distribuição. 07/07/2017 – Contestação da Cecrisa. 11/05/2018 – Sentença julgou procedente a ACP

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	05/07/2018 – Apelação da Cecrisa 16/03/2021 – Autos subiram ao TRF6
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou a Cecrisa no pagamento de danos materiais em R\$ 300 mil e danos morais coletivos em R\$ 100 mil.
h. estágio do processo	2ª instância
i. chance de perda	R\$ 843 mil em dez/2022 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

Ambiental Ação Civil Pública 0005677-25.2010.4.01.3806	
a. juízo	2ª Vara Federal de Patos de Minas - MG
b. instância	5ª Turma – TRF6
c. data de instauração	16/12/2010
d. partes no processo	Dexco e Valdir x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 162 mil
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 16/12/2010 – Distribuição. 12/04/2011 – Contestação da Dexco. 13/11/2013 – Sentença julgou improcedente a ACP 07/01/2014 – Apelação do MPF-MG 08/05/2014 – Acórdão julgando procedente a Apelação do MPF-MG 25/09/2014 – Resp e Rext da Dexco. 13/05/2015 – Ambos os recursos não admitidos 03/06/2015 – Agravo em REsp e RExt
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão reverteu a decisão para determinar que se abstenham de trafegar com carga excessiva, sob pena de pagamento de multa no valor da carga transportada, bem assim, para condenar os promovidos no pagamento de indenização, a título de danos materiais (cujo montante deverá ser apurado na fase de liquidação do julgado) e danos morais coletivos, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pro-rata.
h. estágio do processo	Tribunais Superiores
i. chance de perda	R\$ 162 mil em dez/2022 classificado como provável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

Ambiental Ação Civil Pública 1007240-26.2022.4.01.3803	
a. juízo	Vara Federal de Uberlândia - MG

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/07/2022
d. partes no processo	Massima x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.000 mil.
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 07/07/2022 – Distribuição. 17/08/2022 – Sobrestamento pelo Tema 1.104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª Instância
i. chance de perda	R\$ 12.000 mil em dez/2022 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com influência no resultado.

Ambiental Execução 5016483-82.2021.8.13.0701	
a. juízo	4ª Vara Cível de Uberaba - MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/09/2021
d. partes no processo	Dexco x MPE-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100 mil.
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 07/07/2022 – Distribuição. 17/08/2022 – Sobrestamento pelo Tema 1.104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª Instância
i. chance de perda	R\$ 100 mil em dez/2022 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Superar o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ambiental Auto de Infração nº 3013/2022	
a. juízo	Município de João Pessoa/PB
b. instância	Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM)
c. data de instauração	13/10/2022
d. partes no processo	Dexco S.A. x Secretaria de Meio Ambiente do Município de João Pessoa/PB
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 399.903,68
f. principais fatos	<p>Suposto lançamento inadequado de efluentes industriais líquidos, conferido ao corpo receptor em desacordo com as normas da legislação vigente.</p> <p>03/11/2022 – A Dexco apresentou defesa Administrativa.</p> <p>09/03/2022 – Aguarda-se a análise da Defesa Administrativa pelo órgão fiscalizador.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A - Aguarda-se a análise da Defesa Administrativa.
h. estágio do processo	1ª Instância Administrativa
i. chance de perda	POSSÍVEL
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de valor relevante para a Companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, segundo o critério de relevância aplicável aos processos ambientais da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de multa no valor de R\$ 399.903,68.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

- a. **Tributários e Previdenciários:** R\$ 76.373 mil;
- b. **Trabalhistas:** Informamos que não temos processos trabalhistas não sigilosos relevantes.
- c. **Cíveis:** R\$ 47.400 mil;
- d. **Ambiental:** R\$ 162.000,00; e
- e. **Concorrencial e Propriedade Intelectual:** Informamos que não temos processos concorrenciais ou de propriedade intelectual não sigilosos relevantes.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Ambiental: Não há processos de natureza ambiental que sejam sigilosos e relevantes.

Cível/Tributário/Consumidor/Previdenciário: Não há processos de natureza cível, tributária, consumerista ou previdenciária que sejam sigilosos e relevantes.

Trabalhista: Não há processos de natureza trabalhista que sejam sigilosos e relevantes.

Concorrencial e Propriedade Intelectual: Não há processos de natureza concorrencial ou de propriedade intelectual que sejam sigilosos e relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia e suas controladas, não possuem outras contingências relevantes, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos dos núcleos cível, tributário, previdenciário, trabalhista, concorrencial, propriedade intelectual e ambiental.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia dispõe de uma Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2011 e vigente desde a referida data. A última revisão da política ocorreu em reunião do Conselho de Administração em 22 de março de 2023.

Além da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Companhia adota uma série de ações e procedimentos de forma a mitigar os riscos aos quais está exposta.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco tem como objetivo estabelecer as diretrizes e fundamentos do conjunto de políticas, normas, procedimentos e atividades de controle estabelecidas na Companhia, com o propósito de identificar e gerenciar riscos, visando o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Isto ocorre através da identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos inerentes aos processos da empresa de tal forma a manter os riscos residuais em níveis de apetite apropriados, assim como um ambiente de controle adequado.

Os procedimentos utilizados para a definição do Apetite e Tolerância a Riscos da Dexco estão formalizados na Metodologia de Apetite e Tolerância a Riscos.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Durante o ano de 2022, a área de riscos realizou 64 entrevistas com os principais executivos da Dexco, de conselheiros a gerentes, sobre a percepção dos riscos que a Dexco está exposta. Com base nas informações capturadas nestas entrevistas, foi proposta a atualização do Mapa de Riscos, do Dicionário de Riscos, da Régua de Riscos e do apetite e tolerância à riscos da Companhia à Comissão de Riscos, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo desta revisão é a revisão dos riscos inerentes aos processos da empresa de tal forma a manter os riscos residuais em níveis de apetite e tolerância apropriados, assim como um ambiente de controle adequado, apoiando no atingimento do plano estratégico da Dexco.

O Apetite a Riscos é o nível “confortável aceitável” de risco que a Companhia está disposta a assumir no desenvolver de suas atividades. A Tolerância a Riscos, por sua vez, é o nível máximo de risco que a Companhia está disposta a assumir no desenvolver de suas atividades como forma de alcançar seus objetivos estratégicos. Os procedimentos utilizados para a definição do Apetite e Tolerância a Riscos da Dexco estão formalizados na Metodologia de Apetite e Tolerância a Riscos aprovada pelo Conselho de Administração.

A régua de riscos possibilita a visualização do quanto determinado risco pode ser relevante e/ou o quanto a Dexco está propensa a sua materialização, para uma melhor classificação e comparação entre os riscos, de forma a criar uma referência corporativa. Já o mapa de riscos é o conjunto de riscos a que a Companhia está exposta (incluindo os seus respectivos níveis de criticidade e as unidades de Negócios responsáveis), de acordo com os processos e metodologias empregados para a identificação e avaliação de riscos e controles.

O Dicionário de riscos é a formalização individual dos tipos de riscos a que a Companhia está exposta, conforme metodologia framework COSO e subcategorizada em níveis de acordo com suas características: **Estratégicos, Financeiros, Operacionais, Cibernéticos e Regulatórios**, conforme descritos a seguir:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Estratégicos: grupo de riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, inteligência competitiva e governança da empresa considerando ambiente interno e externo associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à tomada de decisão pela Alta Administração e/ou decorrentes da falta de capacidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com o apoio dos comitês executivos.

- **Riscos de Governança:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à execução de atividades em desacordo com, ou inexistência de normas, políticas e procedimentos de controle; à definição de aspectos que podem levar à realização de ações não compatíveis com estratégias, valores ou objetivos da Companhia; ao planejamento não adequado ou inexistência de planejamento relativo a aspectos sucessórios, de executivos e acionistas da Companhia; entre outros relacionados à estrutura de Governança.
- **Riscos de Modelo de Negócios:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à informação insuficiente para tomadas de decisão de investimentos de curto e longo prazos, realização de projetos com prazos e custos maiores que os previstos ou investimentos que não agreguem valor às atividades da Companhia; a fatores relacionados a fusões e aquisições sem planejamento e execução apropriados, em tempo inadequado e desalinhados com as metas e os objetivos da Companhia; ao desenvolvimento e acompanhamento de inovações tecnológicas que não atendam às diversas áreas e necessidades de atuação da Companhia; entre outros relacionados à estrutura do Modelo de Negócios da Companhia.
- **Fatores Externos:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à mudança na política governamental e ao monitoramento inadequado ou alteração das políticas macroeconômicas que possam impactar diretamente a operação e o funcionamento da Companhia, bem como aqueles relacionados ao conjunto de ações públicas que não assegurem direitos sociais e de infraestrutura (segurança, transporte, saúde e meio-ambiente) e que impactem o atendimento aos objetivos da Companhia.
- **Imagem e Reputação:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a fragilidades com divulgações ao Mercado, Mídias Sociais, Comunicação Interna e Institucional, Marcas e Patentes, Satisfação de Clientes e Propriedade Intelectual.
- **Inteligência Competitiva:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à transformação digital, design e customização, precificações e margens operacionais, inovação tecnológica, jornada do cliente, estratégia de vendas e marketing e Terrenos e Ativos Biológicos.

Riscos Financeiros: grupo de riscos relacionados à confiabilidade do balanço patrimonial e à exposição das operações financeiras da Companhia associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à exposição das operações financeiras (mercado, crédito e liquidez). Trata-se dos riscos de fluxos de caixa para maximizar a geração de caixa operacional.

- **Riscos de Mercado:** Riscos cuja materialização resulte em perdas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.
- **Riscos de Crédito:** Riscos cuja materialização resulte em perda de valores acordados com tomadores de empréstimos ou clientes de produtos vendidos a prazo.
- **Riscos de Liquidez:** Riscos cuja materialização resulte em incapacidade de realizar transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou na falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos disponíveis e passivos vencidos.

Riscos Operacionais: grupo de riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos Riscos associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de fatores socioambientais e externos (catástrofes, greves, atos terroristas, pandemias etc.).

- **Riscos de Operação e Produção** : associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a canais de distribuição inadequadamente posicionados e com custos não competitivos, o que pode impactar a execução e o gerenciamento dos aspectos logísticos da Companhia; à obtenção de resultados que não atendam aos objetivos de negócio definidos; a custos desnecessários devido às características do fluxo de informações e à forma de execução dos processos de negócio; ao excesso, obsolescência ou perda de estoque ou outros ativos utilizados ou consumidos nos processos de negócio; entre outros relacionados aos processos da Companhia.
- **Riscos de Pessoal**: associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a procedimentos executados por funcionários sem conhecimento necessário, treinamento ou experiência suficientes para realizar as atividades de negócio definidas; à dependência de pessoa chave para execução de atividades críticas das áreas de negócio da Companhia; às atividades executadas em desacordo com os níveis/limites de alçada estabelecidos pela Companhia ou falta de definição destes, bem como aqueles relacionados a mecanismos inadequados para contratação e retenção de talentos em linha com os objetivos da Companhia.
- **Riscos Socioambientais**: associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a procedimentos nocivos ao meio ambiente e à comunidade que podem expor a Companhia a processos de órgãos ambientais; à escassez ou falta de recursos naturais usados nas operações, podendo afetar a capacidade de a Companhia prover produtos e serviços demandados pelos clientes, bem como aqueles relacionados a atividades inadequadas referentes à saúde e segurança dos colaboradores que podem expor a Companhia a passivos trabalhistas.
- **Riscos Corporativos**: associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a dependência de fornecedores, práticas comerciais, Suprimentos, Novos Canais e Atendimento e Suporte Pós-Venda.

Riscos Cibernéticos: grupo de riscos associados aos sistemas aplicativos, ferramentas, tecnologias e informações/dados:

- **Tecnologia e Segurança**: associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a acessos não autorizados a dados e informações, definição inadequada de parâmetros de segurança e informações críticas não protegidas contra divulgação; a informações não confiáveis ou falta de informações para acompanhamento dos negócios e tomadas de decisão; à impossibilidade de obter informações devido a falhas de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas, bem como aqueles relacionados ao registro, processamento e reporte de dados inválidos, incompletos ou em desacordo com as necessidades para tomada de decisões, assim como ataques cibernéticos e privacidade e confidencialidade da informação.

Riscos Regulatórios: grupo de riscos relacionados ao cumprimento de legislação trabalhista, cível, tributário/fiscal, ou que envolvem procedimentos relacionados à órgãos reguladores, como contábil, CVM/B3, entre outros associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à exposição da empresa ou de seus ativos a possíveis medidas, alterações legais e/ou de atuação em desacordo com regulamentações em vigor que possam ter impacto negativo sobre a sua atividade ou rentabilidade. Assim como riscos ligados à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

De forma a gerir adequadamente seus riscos, a Dexco aplica o Modelo das 3 (três) Linhas, desenvolvido pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), que consiste em um modelo que visa estabelecer Papéis e Responsabilidades de gestão de riscos às diversas áreas da Companhia, conforme elencado abaixo:

1ª linha: São os gestores operacionais e/ou de negócios que têm por responsabilidade o conhecimento e a gestão dos seus próprios riscos, assim como operação de seus controles internos. Devem implementar e executar ações mitigatórias (planos de ação) garantindo a conformidade das operações e estratégias.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

2ª linha: São as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, componentes da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que auxiliam a 1ª linha de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos. Ademais, orquestram no ambiente corporativo a integração dos controles internos e gestão de riscos.

3ª linha: É a área de Auditoria Interna, componente da Gerência de Governança Corporativa, que possui independência para avaliar e certificar os controles implementados pela 1ª linha, conforme previsto na Política PO.22 Auditoria Interna.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

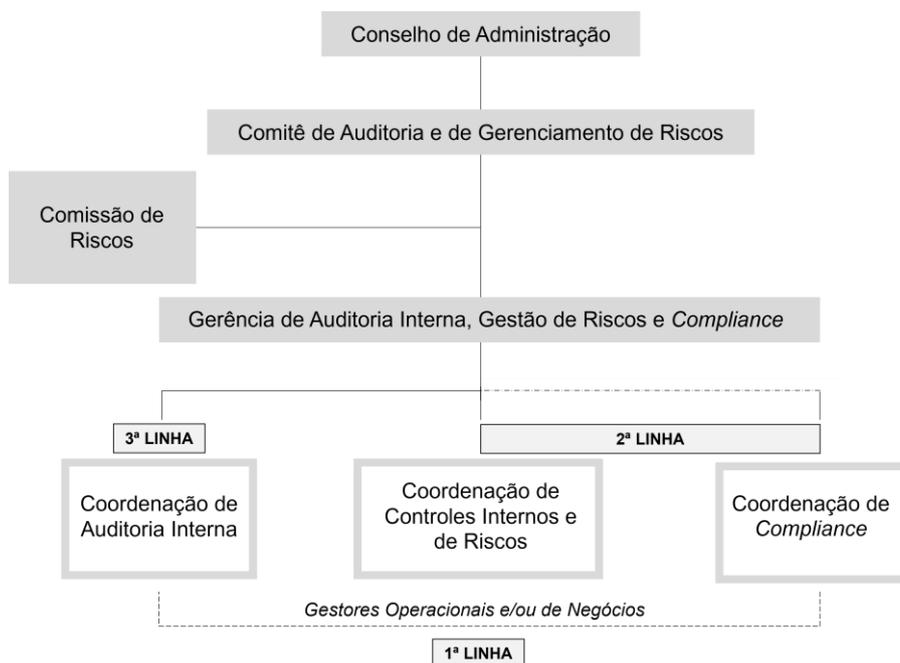
Adicionalmente às diretrizes existentes na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Dexco adota procedimentos complementares para controle e mitigação de riscos, como:

- Políticas e normas corporativas para orientar e direcionar seus públicos de relacionamento para alcançar os objetivos definidos pela Companhia;
- Apólices de seguros ativas para os principais riscos;
- Programa de Gestão de Fornecedores (GFD) com avaliação anual, financeira e socioambiental, dos parceiros considerados estratégicos pela Companhia;
- Auditoria Interna independente para aferição da efetividade nos processos administrativos, operacionais e ambientais;
- Áreas de *Compliance* e Ouvidoria para garantir a aplicação das diretrizes descritas no Código de Conduta da Dexco;
- Plano Orçamentário Anual com validação do Conselho de Administração e acompanhamento periódico;
- Realização de procedimentos de manutenção contínua e preventiva dos ativos industriais e florestais.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em setembro de 2019, foi estruturada a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que engloba a Coordenação das áreas que a compõem com equipes independentes.

Além disso, e como já descrito no ano anterior as responsabilidades na gestão dos riscos estão dispostas conforme abaixo, o que demonstra a constante gestão e preocupação dos riscos em nossa Companhia:



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração

- Aprovar os Limites de Apetite e Tolerância a Riscos da Dexco;
- Analisar e Aprovar a Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco e suas futuras revisões, quando houver.

Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter estatutário e permanente, que tem como finalidade:

- Aprovar as metodologias das 2ª e 3ª linhas;
- Validar os Limites de Apetite e Tolerância a Riscos;
- Informar os resultados dos acompanhamentos do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração.

Comissão de Riscos

- Validar a Metodologia de Apetite e Tolerância a Riscos;
- Propor e validar os Limites de Apetite e Tolerância a Riscos;
- Obter ciência e avaliar os riscos que compõem o Dicionário de Riscos;
- Propor ações mitigatórias (planos de ação) a serem adotadas para os riscos identificados, a partir dos limites definidos para Apetite e Tolerância a Riscos da Dexco;
- Acompanhar a execução das ações mitigatórias (planos de ação);
- Conscientizar a 1ª linha sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance:

Coordenação de Auditoria Interna (3ª Linha)

Área com estrutura própria, que possui independência para avaliar e certificar os controles implementados pela 1ª linha, conforme apresentado na Política PO.22 Auditoria Interna aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2023. O reporte da área é realizado direto ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos, que aprova o planejamento anual das atividades da Auditoria Interna e seu orçamento. Além disso, com base na recomendação do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Conselho da Administração em 22.03.2023: considerou suficiente o orçamento apresentado para o regular funcionamento do referido Comitê e da área de auditoria interna para 2023, assim como aprovou o plano anual da auditoria interna para 2023, cujas atribuições estão registradas na PO. 22 Política da Auditoria Interna da Companhia.

Coordenação de Controles Internos e de Riscos e Coordenação de Compliance (2ª Linha)

Auxilia a 1ª linha de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos.

A Coordenação de Controles Internos e Riscos, pertencente à estrutura da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance e com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos e administrativo à Presidência, busca de forma prioritária mapear os processos da Companhia identificando tanto os controles existentes quanto inexistentes com o objetivo de identificar os riscos residuais dos processos e prover a atualização constante do Mapa de Riscos da Dexco. O planejamento anual das atividades de Controles Internos e Riscos é aprovado pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos o qual recebe um status trimestral das atividades executadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Gestores Operacionais e/ou de Negócios (1ª Linha)

- Conhecimento e a gestão dos seus próprios riscos;
- Implementar e executar ações mitigatórias (planos de ação) garantindo a conformidade das operações;
- Realizar reporte proativo das mudanças de processos e de controles internos aos riscos identificados, a fim de garantir a constante atualização de identificação dos riscos à 2ª linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para averiguação da efetividade da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance presta esclarecimentos trimestralmente sobre a evolução dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos riscos ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Como mencionado no item 5.1, visando o atingimento dos objetivos da Companhia e dar maior robustez ao tema riscos e controles internos, em setembro de 2019, foi estruturada a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, com a abrangência de Coordenações com equipes independentes. A metodologia de Controles Internos e Riscos foi revisada e atualizada, seguindo o *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) para direcionar e estruturar os mapeamentos de processos, identificação de controles e riscos associados a eles, bem como a atualização dos riscos por processo chave da companhia.

Além disso, para aferir a eficácia destes controles, a Companhia recorre aos diagnósticos provenientes de auditorias internas e externas, que contribuem para seu aprimoramento e o direcionamento das oportunidades de melhoria.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Dexco possui a seguinte estrutura voltada para a correta estruturação, implantação e manutenção dos seus sistemas de controles internos:

- Áreas de Controle (incluindo as controladorias corporativa e de negócios);
- Riscos e Controles Internos;
- Auditoria Interna;
- *Compliance*;
- Comissão de Gestão de Riscos e *Compliance*;

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, é o responsável por supervisionar as atividades desta estrutura, composta pelas áreas responsáveis pelos processos de controles internos, de conformidade com leis, regulamentos e normativos internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas, bem como pelos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna. Adicionalmente, averigua os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente; e avalia a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Ainda, seguindo às exigências do regulamento do Novo Mercado da B3, em Assembleia Geral de Acionistas Ordinária e Extraordinária do ano de 2022, passou a ser um órgão de caráter estatutário e permanente.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia vem aprimorando suas estruturas e metodologia de mapeamento e gerenciamento de riscos e controles. Atualmente a área de Riscos e Controles Internos, conduz os trabalhos voltados para gestão de riscos baseando-se na metodologia COSO. Todos os trabalhos desenvolvidos são supervisionados pela gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. Além disso, são reportados trimestralmente para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Adicionalmente, os procedimentos utilizados para a definição do *Apetite* e *Tolerância a Riscos* estão formalizados na Metodologia de *Apetite* e *Tolerância a Riscos*, como parte da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. O resultado deste relatório não apresentou nenhuma deficiência significativa, porém, foram apresentadas à Companhia sugestões de aprimoramento de apontamentos não significativos dos controles internos inerentes aos seguintes processos:

- Fragilidades nos controles do depósito LFC (Dexco S.A);
- Controle de documentação de prontuário de colaboradores;
- Implementação da governança de SoD para o ambiente SAP S/4 (Dexco Revestimentos Cerâmicos);
- Concessão, revisão, revogação e monitoramento de acessos privilegiados, de colaboradores e terceiros aos sistemas financeiramente relevantes; e
- Escrituração extemporânea de notas fiscais de entrada (Dexco Revestimentos Cerâmicos, Duratex Florestal e Dexco S.A).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Como parte essencial da sua jornada de melhoria contínua do ambiente tecnológico em suporte a melhoria de seus processos, a Dexco está em desenvolvendo desde 2020 o projeto SAPIens, que tem como objetivo a migração do sistema SAP para a versão S4Hana em toda a Companhia. Dentre os desafios para manter a qualidade durante a migração, evitando impactos na operação de seus negócios, a Companhia vem atuando fortemente na identificação e correção das fragilidades, configurações e parametrizações, visando garantir a correção e melhoria de sistema necessárias para eliminar os impactos em seus processos críticos.

Além da revisão de procedimentos, a Dexco está atuando na otimização dos sistemas, e na orientação de seus colaboradores para o cumprimento das normas e políticas, de maneira a garantir a correta concessão e revogação de acessos privilegiados ao sistema SAP ECC, SAP S4Hana e demais sistemas relevantes em suporte aos processos mais significativos da Companhia, bem como na correta e tempestiva revisão de acessos e logs de monitoramento.

A Administração também está comprometida com a definição de papéis e responsabilidades na atuação de seus colaboradores na execução suas atividades, visando garantir que tal atuação esteja em linha com suas atribuições. A definição será referendada pelo Comitê Executivo da Companhia, e contemplará a definição de Risk Owners, da Matriz de Segregação de Função, do processo de identificação de conflitos de segregação de função, revisão de riscos associados, avaliação da criticidade, revisão de acessos e definição dos controles compensatórios.

Com o objetivo de garantir a adequada coleta e salvaguarda de documentos obrigatórios de colaboradores, para cumprimento de requisitos legais e de órgãos competentes, a Companhia segue atuando, com apoio de consultoria externa, no diagnóstico do cenário atual deste processo, para identificar e reposicionar políticas, procedimentos, práticas e normas que suportam estas atividades.

Ainda, revisitou o fluxo de entrada de notas e do lançamento em sistema para identificação das fragilidades, otimização e eliminação das causas raízes, através da apuração dos motivos que geram as pendências de conciliação e a eficácia do fluxo de tratativa tempestiva das pendências.

Em 2021, com as melhorias do processo fiscal, principalmente em função da implementação e estabilização da nova ferramenta, o processo de apuração fiscal foi executado no prazo e, como consequência, em conformidade com a legislação. Adicionalmente, o processo de escrituração de notas fiscais foi regularizado com a implementação de ferramenta auxiliar e específica, com o cruzamento mensal das notas emitidas por terceiros contra a Dexco *versus* as notas registradas, reduzindo a possibilidade, rápida identificação e tratativa de possíveis inconsistências. Além disto, desde 2022, o processo de conformidade fiscal também contempla a verificação da malha disponibilizada pela receita nos estados em que a informação é disponível.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. **se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Dexco se preocupa em atuar com integridade e em conformidade com as legislações vigentes e boas práticas de governança corporativa. Como forma de combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a Administração Pública, a Dexco possui e aplica os seguintes regramentos internos, todos disponíveis publicamente no site da Companhia (<https://www.dex.co/ri/esg/governanca-corporativa>):

- **Código de Conduta:** estabelece as regras para interação pela Companhia, seus administradores e colaboradores com seus públicos de relacionamento, em especial, neste caso, com o Poder Público. Neste documento também é institucionalizado o Programa de Integridade da Dexco.

O nosso Código de Conduta abrange diversos públicos de relacionamento, ajudando a entender as diferentes perspectivas: Acionistas e Investidores, Administradores e Colaboradores, Clientes e Consumidores, Concorrentes, Fornecedores, Comunidades e Poder Público. O Código foi atualizado ao final de 2020 e traz um conjunto de direitos e deveres dos colaboradores da Dexco, explicitando e esclarecendo a conduta esperada de todos. Nessa construção houve a participação de diversas áreas da Companhia: Riscos, *Compliance*, Ouvidoria, Auditoria Interna e RH.

- **Política de Combate à Corrupção:** em vigor desde 2015, traz os pilares que compõem o Programa de Integridade da Companhia, além dos princípios, obrigações, violações e penalidades para os administradores, colaboradores e, na medida do aplicável, aos clientes, fornecedores e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem em nome da Dexco perante a Administração Pública no âmbito comercial, administrativo ou judicial. Em 2022, esta Política foi atualizada para refletir as novas obrigações trazidas pelo Decreto Federal nº 11.129/2022, além de outros cuidados importantes envolvendo a interação com órgãos públicos.
- **Política de Auditoria Interna:** estabelece diretrizes, regras básicas e procedimentos para a função de Auditoria Interna da Dexco e suas subsidiárias, cujo conteúdo também abrange a realização de investigações internas para apuração de denúncias que envolvem fraudes, corrupção e demais desvios.
- **Política de *Compliance*:** foi criada em 2020 com o objetivo de consolidar e esclarecer os papéis e responsabilidades do *Compliance* na Dexco, auxiliando na disseminação da cultura de *Compliance* na Companhia.

Os mecanismos e procedimentos de promoção da ética da Dexco estão abarcados pelo Programa de Integridade, que atende às exigências da Lei e do Decreto Federal Anticorrupção (nº 12.846/13 e nº 11.129/2022, respectivamente), cujo objetivo é consolidar as ações e os mecanismos de integridade e prevenção à corrupção adotados pela Companhia para preservar a nossa marca, contribuindo para uma atuação ética, transparente e sustentável com seus públicos de relacionamento. A estrutura de seu Programa de Integridade busca assegurar a prevenção e detecção de riscos de corrupção nas áreas que possuem interação direta ou indireta com autoridades públicas.

Em 2020, implementamos formalmente o Programa de Integridade na Companhia, que conta com 8 pilares: i) Comprometimento da Alta Administração; ii) Monitoramento e Reporte; iii) Conformidade Legal; iv) Políticas e Procedimentos; v) Treinamentos e Comunicação; vi) Riscos e Controles; vii) *Due-diligence*; viii) Canal de Denúncias e Medidas de remediação.

5.3 Programa de integridade

O referido Programa de Integridade segue as diretrizes apresentadas pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Dexco, cujos objetivos centrais são:

- Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Dexco.
- Apoiar as áreas de negócio na prevenção de riscos legais e implementação de controles.
- Conscientizar e orientar os colaboradores sobre temas envolvendo ética, conduta, *compliance* e governança.
- Gerir as políticas e outras normas internas que consolidam procedimentos e diretrizes da empresa.

A área de *Compliance* realiza a gestão do Programa de Integridade, porém outras estruturas auxiliam no cumprimento e monitoramento das ações, a exemplo de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna, Canal de Denúncias, Recursos Humanos, Jurídico, dentre outras. Todos os procedimentos de integridade estão sujeitos à Auditoria Interna da Companhia, para verificação da sua efetividade e aderência à Lei Anticorrupção, sempre que necessário.

Isto posto, a Dexco adota como mecanismos essenciais de integridade:

- A disponibilização de canal de denúncia externo seguro, confidencial e que assegure o anonimato e a não-retaliação ao denunciante de boa-fé, além da existência de mecanismos destinados à apuração interna, ao tratamento das denúncias e aplicação de medidas disciplinares, quando pertinente.
- O Código de Conduta e as Políticas de Integridade, a exemplo das Políticas de Compliance e de Combate à Corrupção, divulgadas a todos os colaboradores e disponíveis ao público.
- A divulgação de comunicados periódicos sobre temas de Governança, além da realização de treinamentos que abordam as principais diretrizes do Código de Conduta e outros temas relevantes de *compliance* aos funcionários da Companhia, de forma a conscientizar os colaboradores sobre a conduta íntegra.
- O mapeamento de eventuais conflitos de interesses entre colaboradores, fornecedores e demais parceiros.
- Os procedimentos de due-diligence prévios à contratação de terceiros e outros públicos de risco, a exemplo das análises reputacionais, além de verificações acerca de eventuais vulnerabilidades antes de realizar fusões e aquisições.
- A realização de procedimento formal de doações e de patrocínios com utilização de renúncia fiscal.
- A garantia da independência dos processos de gestão de riscos e controles internos, *compliance*, auditoria e ouvidoria.
- A matriz de riscos de integridade, definida conforme metodologia de gestão de riscos da Companhia, contemplando os principais fatores de riscos de *compliance* aos quais a empresa está sujeita. Esta matriz foi aprovada pelo Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos em 16.08.2022 e pela Comissão de Ética em 05.09.2022.

Conforme previsto na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, os riscos são monitorados constantemente e o Mapa de Riscos da Dexco é revisado, no mínimo, anualmente. As políticas e procedimentos da Dexco são revisados conforme a necessidade de atualização dos processos e/ou data de vencimento do documento (Políticas e Regimentos – 3 anos e Normas Internas – 2 anos). A área de Compliance é responsável pelo monitoramento dos prazos de vencimento das Políticas e Normas e realiza o reporte trimestral do status ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Por fim, vale ressaltar que, como posicionamento institucional, a Dexco participa de uma série de compromissos públicos de fomento à integridade, como o Pacto Global da ONU, e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, além de participarmos do Grupo de Trabalho pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme estabelecido nas Políticas de *Compliance*, Combate à Corrupção e demais normas da Companhia, constituem a estrutura de combate à corrupção e de integridade corporativa da Dexco, juntamente com todos os níveis executivos da Companhia:

5.3 Programa de integridade

- Compliance, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, é responsável por instituir e zelar pelo Programa de Integridade e pelo Código de Conduta, conscientizar os colaboradores sobre temas de integridade e conformidade, a exemplo de práticas anticorrupção, realizar análises reputacionais de terceiros, avaliar eventuais conflitos de interesses e monitorar riscos de *compliance*. Também é a área responsável pela gestão do Canal de Denúncias da Companhia, destinado para comunicar situações que estejam em desacordo com o Código de Conduta, demais políticas e normas internas da Dexco e/ou ao descumprimento de legislações e prática de atos ilícitos, inclusive os previstos no escopo da Lei Anticorrupção.
- Grupo Técnico de Ética: é responsável por identificar/receber e levar os assuntos para deliberação, com a devida recomendação, objetivando consolidar o posicionamento da Dexco sobre os temas de ética e de necessidade corporativa, composto por membros efetivos das áreas: *Compliance*, Gente, Jurídico e Relações Trabalhistas, além de outros convidados quando pertinente.
- Comissão de Ética, formado pela Presidência e membros da Diretoria, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas do Programa de Integridade e do sistema de combate à corrupção da Companhia, além de deliberar e decidir a respeito de situações que envolvam a prática de desvios de conduta, após apurações internas.
- Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, responsável por receber o reporte das atividades das áreas acima, de forma a assessorar o Conselho de Administração (i) na supervisão dos controles internos, em conformidade com leis, regulamentos e normativos internos, e (ii) no gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas. A maioria de seus membros são membros independentes, inclusive em sua presidência.
- Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, responsável, dentre outras, por garantir a supremacia da ética na Companhia e assegurar o aconselhamento e a tomada de decisão em questões éticas relevantes, assessorando o Conselho de Administração na condução dos negócios. Este Comitê é presidido por membro independente para assegurar a imparcialidade dos processos e decisões que tramitem em seu âmbito.
- Conselho de Administração, responsável, entre outras atribuições, pela decisão sobre questões estratégicas, zelando pela perenidade da Companhia, com uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa.

Adicionalmente, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance garante a sua independência com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e hierárquico à Presidência da Dexco.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; e as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Conduta institui os valores éticos da Companhia e aborda diretrizes e regras de conduta aplicáveis a todos os seus colaboradores, o que inclui proibição à discriminação, ao assédio, a formas indevidas de trabalho, ao suborno, à fraude e a outras formas de favorecimento, conflito de interesses, dentre outros. O não cumprimento ou a violação das premissas existentes no Código pode implicar em sanções administrativas, conforme descrito na NO.44 Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais são recomendadas e aplicadas a depender da gravidade do descumprimento ou do ato praticado, podendo chegar ao desligamento de um colaborador ou à rescisão contratual, em caso de empresas contratadas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis. O Código de Conduta está disponível publicamente no site da Companhia (<https://www.dex.co/esg/etica/>).

Adicionalmente, a Dexco possui um Código de Conduta aplicável aos fornecedores e demais terceiros contendo os valores e diretrizes que devem ser seguidos por este público, compromisso este firmado via cláusula contratual. Este documento também se encontra disponível publicamente pelo site da Companhia (<https://portalfornecedores.duratex.com.br/arquivos/Guia-de-Conduta-do-Fornecedor-Dexco.pdf>).

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Dexco possui um Código de Conduta desde 2008, sendo sua última versão aprovada pelo Conselho de

5.3 Programa de integridade

Administração em 16 de dezembro de 2020. O Código vigente se aplica a todos os administradores e colaboradores da Dexco e de suas controladas, sendo entregue a todos os funcionários na sua admissão e comunicado a toda a Companhia sempre que modificações são realizadas no seu conteúdo.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; e iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia possui, desde 2012, Canal para recebimento de denúncias, inclusive de forma anônima e sigilosa, acessível por telefone, site e e-mail. Em linha com as melhores práticas, o canal atua de forma isenta e independente, sendo que o anonimato do denunciante é assegurado e o denunciante de boa-fé é sempre protegido contrarretaliações. As diretrizes relacionadas ao Canal estão previstas na Política do Canal de Denúncias.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as denúncias são devidamente apuradas pelas áreas de Auditoria Interna e Compliance e tratadas sob o mais alto nível de sigilo e, caso pertinente, os infratores estarão sujeitos à aplicação de medidas disciplinares e judiciais, conforme previsto na Norma de Aplicação de Medidas Disciplinares.

Denúncias críticas, situações de conflito de interesses ou outras que não estejam previstas no Código de Conduta ou em nossas regras institucionais são deliberadas e decididas pela Comissão de Ética ou, se envolver um membro da Diretoria, pelo Conselho de Administração, mediante parecer do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação. Os trabalhos são reportados periodicamente aos Comitês de Pessoas, Governança e Nomeação e de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Informações adicionais sobre o Canal de Denúncias podem ser adquiridas através do site <https://www.canalconfidencial.com.br/dexco/>.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não foram registrados, nos últimos três exercícios sociais, casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não foram detectadas, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos vigente.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevante a ser disponibilizada.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO						
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
6.012.228	0,733	0	0,000	6.012.228	0,733	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
304.717	0,037	0	0,000	304.717	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA						
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
6.011.057	0,733	0	0,000	6.011.057	0,733	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDREA LASERNA SEIBEL						
140.725.018-32	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
9.597.627	1,170	0	0,000	9.597.627	1,170	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FIA JEQUITIBÁ						
38.658.204/0001-97	Brasil	Não	Sim	21/03/2023		
Não						
83.705.922	10,201	0	0,000	83.705.922	10,201	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA						
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.478	0,037	0	0,000	301.478	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ITAÚSA S.A.						
61.532.644/0001-15	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
305.897.334	37,279	0	0,000	305.897.334	37,279	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
443.613	0,054	0	0,000	443.613	0,054	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY						
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIGNA II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES						
53.294.108/0001-09	Brasil	Sim	Sim	19/02/2024		
Não						
5.228.146	0,637	0	0,000	5.228.146	0,637	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OE SETUBAL S.A.						
61.074.456/0001-90	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
3.885	0,000	0	0,000	3.885	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES PARTICIPAÇÕES S.A.						
07.594.905/0001-86	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
3.056.871	0,373	0	0,000	3.056.871	0,373	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Não	Sim	21/12/2022		
Não						
509.185	0,062	0	0,000	509.185	0,062	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO EGYDIO SETUBAL						
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PSN PARTICIPAÇÕES LTDA.						
71.735.104/0001-92	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
23.765	0,003	0	0,000	23.765	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.485	0,037	0	0,000	301.485	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Sim	Não	21/12/2022		
Não						
5.753.203	0,701	0	0,000	5.753.203	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.478	0,037	0	0,000	301.478	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
5.753.199	0,701	0	0,000	5.753.199	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA						
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
113.828	0,014	0	0,000	113.828	0,014	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SALO DAVI SEIBEL						
047.345.997-34	Brasil	Não	Sim	21/12/2022		
Não						
68.880.149	8,394	0	0,000	68.880.149	8,394	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TIDE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
44.392.785/0001-60	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
1.537	0,000	0	0,000	1.537	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
12.424.043	1,514	0	0,000	12.424.043	1,514	
OUTROS						
305.906.675	37,280	0	0,000	305.906.675	37,280	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
820.566.246	100,000	0	0,000	820.566.246	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FIA JEQUITIBÁ				38.658.204/0001-97		
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VERITAS – INVESTIMENTOS NO EXTERIOR						
10.918.523/0001-75	Brasil	Não	Não	24/05/2022		
Não						
133.693.746	100,000	0	0,000	133.693.746	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
133.693.746	100,000	0	0,000	133.693.746	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO					
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
426.272.232	12,786	249.673.320	3,921	675.945.552	6,967
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL					
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.403	0,000	242	0,000	2.645	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO SETUBAL					
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
119.439.920	3,583	47.459.968	0,745	166.899.888	1,720
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA					
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
426.272.202	12,786	232.931.834	3,658	659.204.036	6,795
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL					
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
5.448.828	0,163	333.149	0,005	5.781.977	0,060
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	16/11/2022	
Sim	CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
0	0,000	319.559.515	5,019	319.559.515	3,294
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
BRUNO RIZZO SETUBAL					
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
36.123.995	1,084	21.940	0,000	36.145.935	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR					
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
36.123.996	1,084	24.473	0,000	36.148.469	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL					
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
45.350.868	1,360	5.852.174	0,092	51.203.042	0,528
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
COMPANHIA ESA					
52.117.397/0001-08	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
20.988.112	0,630	0	0,000	20.988.112	0,216
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA					
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	18/01/2023	
Não					
24.663.452	0,740	12.100.645	0,190	36.764.097	0,379
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNDAÇÃO ANTONIO E HELENA ZERRENER INSTITUIÇÃO NACIONAL DE BENEFICÊNCIA					
60.480.480/0001-67	Brasil	Sim	Não	16/11/2022	
Não					
513.137.094	15,391	127.887.904	2,008	641.024.998	6,608
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
FUNDAÇÃO ITAÚ PARA A EDUCAÇÃO E CULTURA					
59.573.030/0001-30	Brasil	Não	Não	16/11/2022	
Não					
390.019.195	11,699	47.901.674	0,752	437.920.869	4,514
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL					
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
5.448.828	0,163	333.149	0,005	5.781.977	0,060
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA					
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	18/01/2023	
Não					
24.663.576	0,740	11.626.853	0,183	36.290.429	0,374
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
103.043.896	3,091	45.417.102	0,713	148.460.998	1,530
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
45.350.868	1,360	5.852.174	0,092	51.203.042	0,528
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
36.124.000	1,084	32.267	0,001	36.156.267	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.439	0,000	336.069	0,005	338.508	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIANA LUCAS SETUBAL					
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
28.877.403	0,866	10.824.911	0,170	39.702.314	0,409
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA NUGENT SETUBAL					
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.403	0,000	242	0,000	2.645	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL					
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
5.448.828	0,163	333.149	0,005	5.781.977	0,060
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR					
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
12.091.868	0,363	48.629.912	0,764	60.721.780	0,626
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.439	0,000	336.069	0,005	338.508	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
PAULA LUCAS SETUBAL					
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
28.877.403	0,866	10.824.911	0,170	39.702.314	0,409
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO EGYDIO SETUBAL					
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
45.350.868	1,360	5.852.174	0,092	51.203.042	0,528
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
36.424	0,001	29.289.628	0,460	29.326.052	0,302
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
119.385.218	3,581	47.896.561	0,752	167.281.779	1,724
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO VILLELA MARINO					
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
213.377.930	6,400	164.795.057	2,588	378.172.987	3,898
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO EGYDIO SETUBAL					
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	23/11/2022	
Não					
62.240.172	1,867	23.329.986	0,366	85.570.158	0,882
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
RODOLFO VILLELA MARINO					
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
213.441.264	6,402	164.898.432	2,590	378.339.696	3,900
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.439	0,000	316.522	0,005	318.961	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA					
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	16/11/2022	
Não					
2.783.476	0,083	2.197.334	0,035	4.980.810	0,051
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ITAÚSA S.A.				61.532.644/0001-15	
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA					
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	22/03/2023	
Não					
24.663.958	0,740	12.759.681	0,200	37.423.639	0,386
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
318.863.098	9,564	4.737.859.599	74,407	5.056.722.697	52,124
TOTAL					
3.333.921.095	34,365	6.367.488.620	65,635	9.701.409.715	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LIGNA II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				53.294.108/0001-09		
SALO DAVI SEIBEL						
047.345.997-34	Brasil	Sim	Sim	19/02/2024		
Não						
592	100,000	0	0,000	592	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
592	100,000	0	0,000	592	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OE SETUBAL S.A.				61.074.456/0001-90	
ALFREDO EGYDIO SETUBAL					
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA ALICE SETUBAL					
570.405.408-00	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OE SETUBAL S.A.				61.074.456/0001-90	
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR					
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OE SETUBAL S.A.				61.074.456/0001-90		
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86	
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL					
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
2.403	0,000	0	0,000	2.403	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO SETUBAL					
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
119.439.920	14,768	0	0,000	119.439.920	14,768
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL					
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
5.448.828	0,674	0	0,000	5.448.828	0,674
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86	
BRUNO RIZZO SETUBAL					
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
36.123.995	4,467	0	0,000	36.123.995	4,467
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR					
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
36.123.996	4,467	0	0,000	36.123.996	4,467
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL					
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
45.350.868	5,607	0	0,000	45.350.868	5,607
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86		
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA						
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
24.663.452	3,050	0	0,000	24.663.452	3,050	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL						
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
5.448.828	0,674	0	0,000	5.448.828	0,674	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA						
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
24.663.576	3,050	0	0,000	24.663.576	3,050	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86		
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
103.043.896	12,741	0	0,000	103.043.896	12,741	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY						
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
45.350.868	5,607	0	0,000	45.350.868	5,607	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA						
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
36.124.000	4,467	0	0,000	36.124.000	4,467	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86	
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIANA LUCAS SETUBAL					
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
28.877.403	3,571	0	0,000	28.877.403	3,571
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA NUGENT SETUBAL					
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
2.403	0,000	0	0,000	2.403	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86		
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL						
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
5.448.828	0,674	0	0,000	5.448.828	0,674	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
12.091.868	1,495	0	0,000	12.091.868	1,495	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86	
PAULA LUCAS SETUBAL					
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
28.877.403	3,571	0	0,000	28.877.403	3,571
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO EGYDIO SETUBAL					
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
45.350.868	5,607	0	0,000	45.350.868	5,607
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
36.424	0,005	0	0,000	36.424	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86	
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
119.385.218	14,761	0	0,000	119.385.218	14,761
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO EGYDIO SETUBAL					
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
62.240.172	7,696	0	0,000	62.240.172	7,696
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023	
Não					
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES PARTICIPAÇÕES S.A.				07.594.905/0001-86		
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA						
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	30/03/2023		
Não						
24.663.958	3,050	0	0,000	24.663.958	3,050	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
808.766.492	100,000	0	0,000	808.766.492	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PSN PARTICIPAÇÕES LTDA.				71.735.104/0001-92		
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Não	Sim	23/12/2021		
Não						
374.041	100,000	0	0,000	374.041	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Não	Não	23/12/2021		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PSN PARTICIPAÇÕES LTDA.				71.735.104/0001-92		
374.042	100,000	0	0,000	374.042	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TIDE PARTICIPAÇÕES LTDA.				44.392.785/0001-60		
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Não	Sim	29/11/2014		
Não						
1.399.965	99,997	0	0,000	1.399.965	99,997	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Não	Não	29/11/2014		
Não						
35	0,003	0	0,000	35	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TIDE PARTICIPAÇÕES LTDA.				44.392.785/0001-60		
1.400.000	100,000	0	0,000	1.400.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO					
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
426.272.232	20,387	0	0,000	426.272.232	20,387
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL					
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.403	0,000	0	0,000	2.403	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO SETUBAL					
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
119.439.920	5,712	0	0,000	119.439.920	5,712
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA					
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
426.272.202	20,387	0	0,000	426.272.202	20,387
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL					
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
5.448.828	0,261	0	0,000	5.448.828	0,261
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BRUNO RIZZO SETUBAL					
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
36.123.995	1,728	0	0,000	36.123.995	1,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08		
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR						
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022		
Não						
36.123.996	1,728	0	0,000	36.123.996	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022		
Não						
45.350.868	2,169	0	0,000	45.350.868	2,169	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA						
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022		
Não						
24.663.452	1,180	0	0,000	24.663.452	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL					
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
5.448.828	0,261	0	0,000	5.448.828	0,261
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA					
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
24.663.576	1,180	0	0,000	24.663.576	1,180
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
103.043.896	4,928	0	0,000	103.043.896	4,928
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
45.350.868	2,169	0	0,000	45.350.868	2,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
36.124.000	1,728	0	0,000	36.124.000	1,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
MARIANA LUCAS SETUBAL					
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
28.877.403	1,381	0	0,000	28.877.403	1,381
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA NUGENT SETUBAL					
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.403	0,000	0	0,000	2.403	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL					
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
5.448.828	0,261	0	0,000	5.448.828	0,261
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR					
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
12.091.868	0,578	0	0,000	12.091.868	0,578
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULA LUCAS SETUBAL					
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
28.877.403	1,381	0	0,000	28.877.403	1,381
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
PAULO EGYDIO SETUBAL					
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
45.350.868	2,169	0	0,000	45.350.868	2,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
36.424	0,002	0	0,000	36.424	0,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
119.385.218	5,710	0	0,000	119.385.218	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
RICARDO VILLELA MARINO					
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
213.377.930	10,205	0	0,000	213.377.930	10,205
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO EGYDIO SETUBAL					
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
62.240.172	2,977	0	0,000	62.240.172	2,977
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RODOLFO VILLELA MARINO					
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
213.441.264	10,208	0	0,000	213.441.264	10,208
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08	
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.439	0,000	0	0,000	2.439	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA					
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
2.783.476	0,133	0	0,000	2.783.476	0,133
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA					
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	15/12/2022	
Não					
24.663.958	1,180	0	0,000	24.663.958	1,180
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA				52.117.397/0001-08		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.090.913.596	100,000	0	0,000	2.090.913.596	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VERITAS – INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				10.918.523/0001-75		
ALEX LASERNA SEIBEL						
356.849.588-00	Brasil	Não	Não	22/03/2023		
Não						
167.424.942	29,674	0	0,000	167.424.942	29,674	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
HELIO SEIBEL						
533.792.848-15	Brasil	Não	Não	22/03/2023		
Não						
396.787.779	70,326	0	0,000	396.787.779	70,326	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VERITAS – INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				10.918.523/0001-75		
564.212.721	100,000	0	0,000	564.212.721	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	22.094
Quantidade acionistas pessoa jurídica	184
Quantidade investidores institucionais	541

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	302.768.240	36,897%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	302.768.240	36,897%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ABC ATACADO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO S.A.	38.542.718/0001-82	10,000000
BALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO S.A.	17.856.628/0001-96	99,990000
CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A. (CONTROLADA INDIRETA)	79.655.916/0001-30	100,000000
CECRISA URUGUAY S.A. (CONTROLADA INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100,000000
CERÂMICA PORTINARI S.A. (CONTROLADA INDIRETA)	00.334.497/0001-84	100,000000
CERÂMICA URUSSANGA S.A.	86.530.318/0001-08	99,990000
DEXCO COLOMBIA S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DA TABLEMAC S.A. NA COLÔMBIA)	00.000.000/0000-00	87,830000
DEXCO ZONA FRANCA S.A.S (ANTIGA TABLEMAC MDF S.A.S) (CONTROLADA INDIRETAMENTE)	00.000.000/0000-00	100,000000
DURATEX ANDINA S.A.C.	00.000.000/0000-00	100,000000
DURATEX EMPREENDIMENTOS LTDA	44.367.258/0001-04	99,990000
DURATEX EUROPE	00.000.000/0000-00	100,000000
DURATEX FLORESTAL LTDA	43.059.559/0001-08	100,000000
DURATEX NORTH AMERICA, INC	00.000.000/0000-00	100,000000
ESTRELA DO SUL PARTICIPAÇÕES LTDA.	02.337.290/0001-99	99,990000

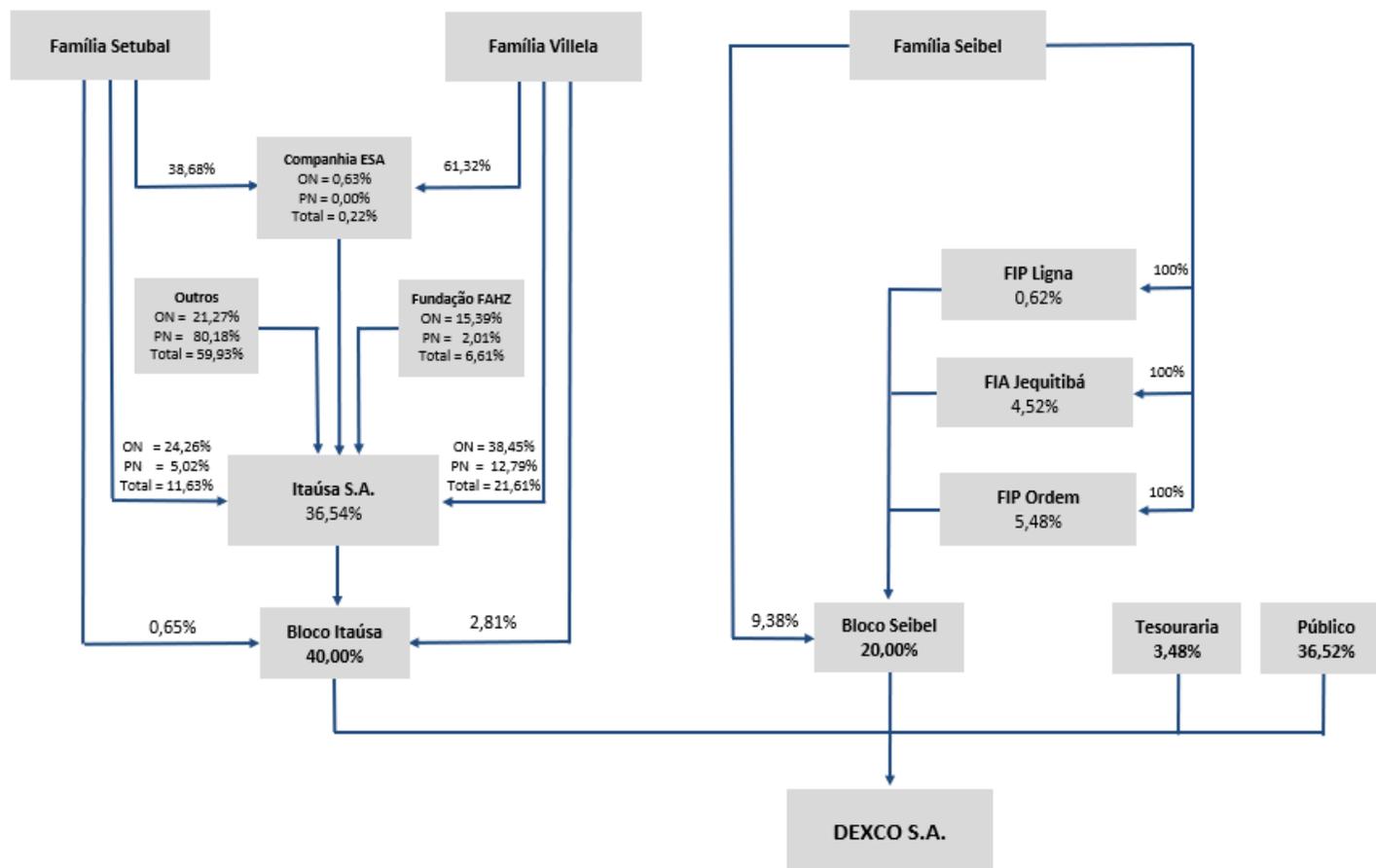
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
FORESTAL RIO GRANDE S.A.S.	00.000.000/0000-00	100,000000
HYDRA CORONA SISTEMAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA LTDA. (ATUAL DENOMINAÇÃO DA DUCHACORONA LTDA.)	62.032.180/0001-40	100,000000
LD CELULOSE S.A.	29.627.430/0001-10	49,000000
LD FLORESTAL S.A.	29.640.008/0001-02	50,000000
TRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	16.564.523/0001-09	100,000000
VIVA DECORA INTERNET S.A.	23.714.712/0001-78	100,000000
CASTELATTO	05.152.138/0001-20	100,000000
CAETEX FLORESTAL S.A	18.842.121/0001-46	60,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

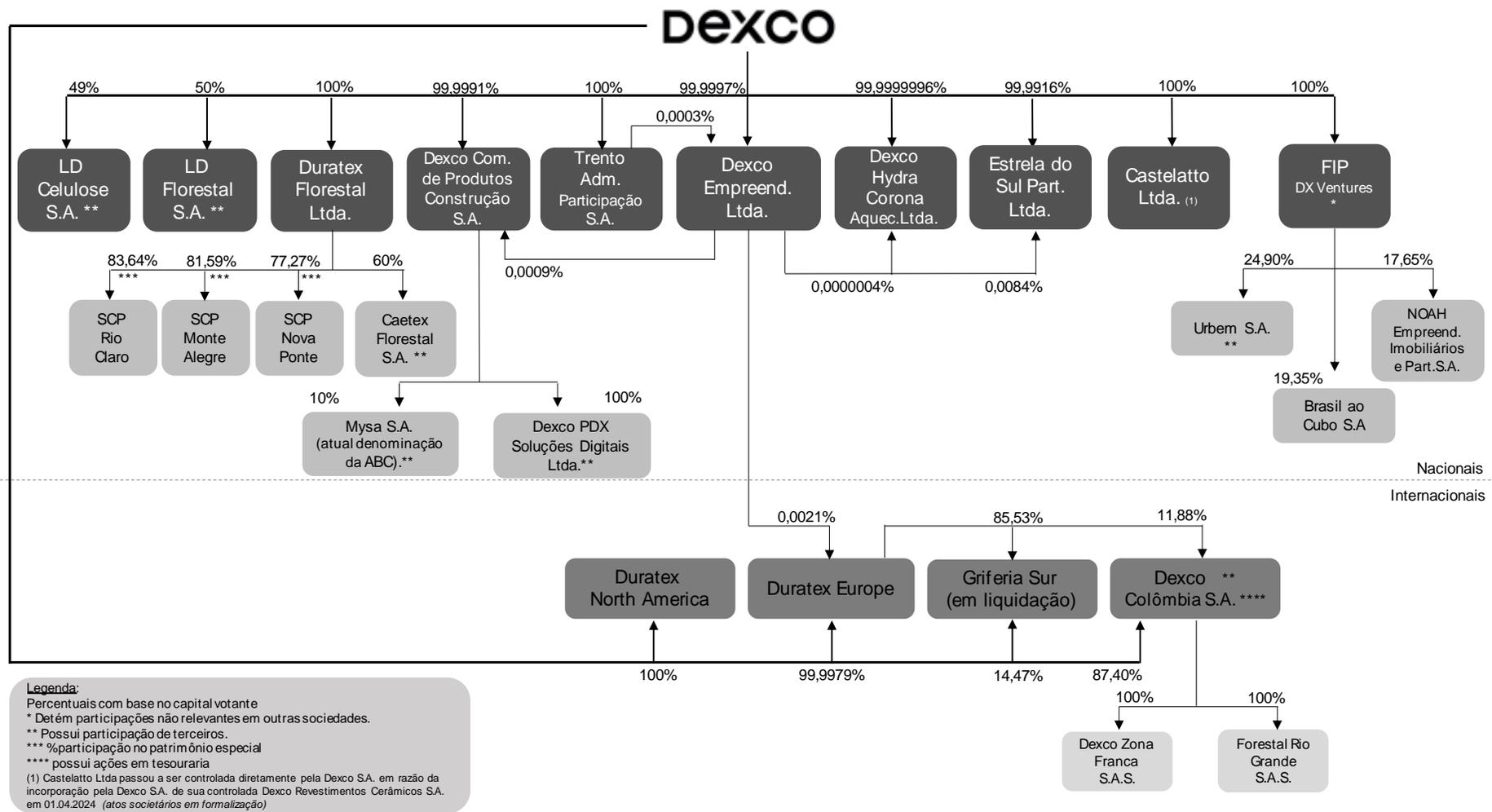
6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui informações adicionais consideradas relevantes a serem reportadas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria, aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2021 (“Política de Indicação”), que encontra-se disponível para consulta no website da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>) e nos websites da B3 (www.b3.com.br) e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

O funcionamento e a indicação de seus membros deverão observar o disposto no Estatuto Social da Companhia, nos Regimentos Internos do Conselho de Administração (“Conselho”) dos Comitês e da Diretoria, no Código de Conduta Dexco, bem como na legislação vigente.

Deverão ser indicados como administradores, profissionais altamente qualificados, com notável experiência (técnica, profissional e/ou acadêmica) e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Conduta da Dexco.

O processo de indicação também deverá considerar, dentre outros, critérios como: reputação ilibada, disponibilidade de tempo para o exercício da função, complementaridade de competências, conhecimento e diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança, com o objetivo de harmonizar os interesses da Companhia, de seus acionistas, de colaboradores e demais stakeholders, bem como da responsabilidade social e ambiental da Companhia.

A indicação de membros ao Conselho deverá obedecer aos requisitos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), incluindo mas não se limitando à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução 80”), no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, conforme alterado (Código Penal), e ainda, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (“Regulamento do Novo Mercado”).

Dentre tais requisitos, destacam-se:

- a) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- b) não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo dispensa da assembleia geral, quando aplicável;
- c) não ter interesse conflitante com a sociedade, salvo dispensa da assembleia geral;
- d) não ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta; e
- e) ter reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função para a qual serão indicadas.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho, dos Comitês e da Diretoria deverá levar em consideração os resultados do processo de avaliação anual, que deverá levar em consideração, ainda, o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

É recomendável que o Conselho, os Comitês e a Diretoria tenham em sua composição profissionais com experiência em temas diversificados.

O Conselho da Companhia será composto por no mínimo 5 e no máximo 9 Conselheiros titulares, sendo no mínimo 1/3 destes Conselheiros Independentes, e por membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, havendo 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes e os demais conselheiros, sem cargo

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ou designação específica. Na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a eleição de membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão também deliberar sobre o número efetivo de membros titulares e suplentes no Conselho de Administração para aquele exercício.

Ao eleger cada um dos suplentes, a Assembleia Geral deverá indicar um ou mais Conselheiros titulares específicos que poderão ser substituídos por cada um desses suplentes.

A caracterização do indicado ao Conselho como Conselheiro Independente será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, que poderá basear sua decisão:

- I. em processo seletivo conduzido pelo Presidente do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, levando em consideração a estratégia da Companhia, será apreciado por esse Comitê que fará as recomendações ao Conselho;
- II. na declaração, encaminhada pelo indicado a Conselheiro Independente ao Conselho, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado; e
- III. na manifestação do Conselho da Companhia, inserida na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de administradores, quanto à aderência do candidato aos critérios de independência.

De acordo com o art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e a Resolução CVM 70/22, na eleição dos Conselheiros da Companhia é facultado aos acionistas que perfaçam o percentual mínimo estabelecido nas referidas Instruções, a ser indicado no Edital de Convocação, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Além do processo de voto múltiplo acima mencionado, os parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações prevê que terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho, em votação em separado, excluído o acionista controlador, aos titulares de ações de emissão da companhia que representem, no mínimo, 10% do capital social.

Assim, o acionista que desejar indicar candidatos ao Conselho poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da assembleia geral que elegerá o novo Conselho de Administração, possibilitando a sua inclusão no Boletim de Voto a Distância.

A indicação de candidato fora do prazo previsto acima não possibilitará a inclusão do nome do candidato no Boletim de Voto a Distância e informações na Proposta da Administração. Contudo, a solicitação de inclusão será amplamente divulgada ao mercado ou, caso não haja tempo hábil, na própria assembleia pela Mesa ou pelo próprio acionista. O processo de indicação de membros para o Conselho observará, ainda, o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na Companhia, e deverá recair sobre pessoas (i) que não tenham completado 70 (setenta) anos na data de sua eleição para integrar o Conselho (o conselheiro que completar 70 (setenta) anos durante o termo de seu mandato poderá completá-lo); e (ii) de reconhecida e comprovada experiência, competência e condição para as exigências da função para a qual serão indicadas.

Nos termos do artigo 3º do Anexo K da Resolução 80, o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Resolução 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas e neste caso, explicitar as razões pelas quais entende que a ressalva não impede a eleição do indicado; e (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, e o atendimento aos requisitos do item.

Já o Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento permanente e será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Presidente e seu substituto escolhido pelos Conselheiros, entre os seus pares.

Além dos requisitos já previstos para a eleição de membro do Conselho, os indicados ao Conselho Fiscal devem

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ser pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, nos termos do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas minoritários da Companhia, se representarem mais de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, podem eleger em separado um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, com base no §4º do art. 161 da Lei das Sociedades por Ações.

Não podem ser eleitos para o conselho fiscal os indicados que forem membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia, conforme previsto no §2º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos ao Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da assembleia geral que elegerá o novo Conselho Fiscal, possibilitando a sua inclusão no Boletim de Voto a Distância.

A indicação de candidato fora do prazo previsto acima não possibilitará a inclusão do nome do candidato no Boletim de Voto a Distância e informações na Proposta da Administração. Contudo, a solicitação de inclusão será amplamente divulgada ao mercado ou, caso não haja tempo hábil, na própria assembleia pela Mesa ou pelo próprio acionista.

O acionista que submeter a indicação de membro do Conselho Fiscal deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento; e (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, e o atendimento aos requisitos legais.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Avaliação do Conselho de Administração e dos Comitês

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Nos termos do regimento interno do Conselho de Administração, a Companhia tem a prática de realizar de forma anual a avaliação do Conselho de Administração, dos seus membros e do seu Presidente, bem como dos Comitês relacionados ao Conselho, para averiguar o desempenho desses administradores, em observância às melhores práticas de governança corporativa. Vale ressaltar que, esta avaliação tem como foco identificar oportunidades e propor melhorias, sem influenciar a remuneração de seus componentes.

A reeleição dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês leva em consideração o seu bom desempenho durante o período e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, bem como sua experiência e nível de independência.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Atualmente, o processo de avaliação é conduzido por uma pessoa independente, responsável por distribuir questionários específicos para o Conselho de Administração e cada um dos Comitês, bem como por entrevistar cada um dos membros do Conselho e dos Comitês individualmente. É responsável, ainda, por analisar as respostas e compará-las com os resultados das avaliações anteriores, a fim de identificar e endereçar eventuais *gaps* relacionados ao Conselho de Administração e aos Comitês que possam ser revelados por esse processo.

O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação oferece apoio metodológico e procedimental ao processo de avaliação. Esse Comitê também discute os resultados da avaliação, bem como a composição e o plano de sucessão do Conselho de Administração. Além desse apoio fornecido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, uma pessoa independente é responsável por conduzir o processo de avaliação.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo é conduzido por uma consultoria externa, com elevada expertise em avaliação de Conselho de Administração, para garantir a máxima isenção do processo. Todos os conselheiros e membros dos comitês participam desse processo.

Resultados e próximos passos – ciclo 2022

O processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus Comitês foi finalizado em maio de 2023, com feedbacks individuais, tendo sido realizadas 21 entrevistas entre conselheiros membros e suplentes, diretores e membros especialistas dos Comitês, com posterior apresentação ao órgão colegiado. O Conselho foi avaliado de forma robusta, avaliando processos, dinâmicas e sua composição em si, de forma 360º. Entre os temas avaliados estão:

- Formas de Gestão;
- Estruturas, temas, composição, dinâmica e fluxo de informações entre os Comitês;
- Temáticas de discussão;
- Experiência, diversidade e formas de composição do órgão;
- Níveis de engajamento; e
- Alinhamento e equilíbrio entre os acionistas e executivos.

Na avaliação deste ciclo, foi diagnosticado que o Conselho da Companhia evoluiu para um olhar mais estratégico desde a última avaliação externa – que havia sido realizada em 2020. Além disso, a dinâmica entre os membros foi considerada mais fluída, eficiente e participativa, com uma boa relação e fluxo de informações com o *management*. Ainda, entendeu-se que os Comitês apresentaram evolução e tem cumprido bem o seu papel de assessoramento.

Entre os principais *insights* da avaliação conduzida, foi reconhecido que o tempo médio dos Conselheiros da Dexco na empresa é superior ao das empresas comparadas; em torno de 3-4 anos a mais, na média, porém, a Dexco apresenta uma diversidade de gênero superior às empresas de insumos e materiais de construção locais e está alinhada às internacionais, com maior percentual de conselheiros com experiência em Finanças/Mercado Financeiro e Pessoas. Ainda, Ainda, as empresas dos setores de varejo e construção civil nacionais apresentam uma proporção maior de CEOs e ex-CEOs em seus Conselhos, tipicamente próximo a 2/3 do total de conselheiros (vs 44% na Dexco). Todavia, a experiência em Tecnologia e Digital também é menos presente na Dexco (11% vs 20% a 45% na média), com oportunidades no que tange a Conselheiros Independentes. O Conselho da Dexco possui uma proporção menor de conselheiros independentes, mesmo quando comparado às empresas com acionistas controladores. A média de conselheiros independentes nas empresas dos setores que a Dexco possui correlação varia entre 50% a 65%.

Por fim, entre os pontos que ainda apresentam oportunidade de evolução foram destacados para considerações:

- 1) Oportunidades para aumentar a efetividade das reuniões do Conselho;
- 2) Ampliação do foco estratégico;
- 3) Possibilidade de evolução dos Comitês;
- 4) O processo de planejamento de sucessão do CEO pode ser mais bem estruturado; e
- 5) Existe espaço para uma composição do Conselho no futuro mais alinhada às prioridades estratégicas e desafios de negócio.

Foi-se aconselhado que os membros façam reflexões individuais, seguidas de discussões dos temas apontados, com priorização de validação e/ou ajustes para o próximo ciclo.

Avaliação da Diretoria

Anualmente, é realizada uma avaliação com base em metas organizacionais e individuais, sob aspectos relacionados ao desempenho financeiro da Companhia durante o período de atuação dos diretores (incluindo o diretor presidente) e avaliação de competências/comportamentos, conforme previsto nos artigos 2.1 e 5.1.5 do regimento interno do seu Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

Em reunião dedicada do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação é realizada calibragem e discussão colegiada da performance de cada profissional. Na sequência, referido comitê, nos termos dos itens (v) e (vi) do artigo 5.1.5 de seu regimento interno, recomenda a aprovação ao Conselho de Administração que deliberará

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

sobre as referidas avaliações. Ao final desse processo, é realizada sessão de *feedback / feedforward* individual e elaboração do plano de desenvolvimento dos diretores.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com o Estatuto Social da Companhia e com o regimento interno do Conselho de Administração, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral, relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados, obrigando-se a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Durante a realização da Assembleia Geral, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses ou interesse particular em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. O Acionista que estiver em situação de conflito de interesses ou tiver interesse particular deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto.

Assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, a pessoa conflitada não poderá tomar decisões relativas a assuntos nos quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada membro abster-se de discutir ou se envolver em matérias relacionadas ao assunto conflitante. Até que cesse a situação de conflito, não haverá qualquer intervenção, direta ou indireta, do conflitado, cuja manifestação de conflito e subsequente afastamento serão registrados em ata, conforme regimentos internos próprios de cada órgão. Nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 22 de junho de 2009, caso uma das Partes vote favoravelmente à aprovação de matéria objeto de Reunião Prévia, que tenha que ser submetida à Assembleia Geral ou a Reunião de Conselho de Administração, e a outra Parte vote contrariamente a essa aprovação, caracterizando empate (após o final do Prazo de *Lock-Up*), qualquer das Partes poderá notificar a outra Parte informando sobre seu desejo de dirimir a controvérsia amigavelmente.

Sem prejuízo do acima mencionado, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero; ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça; e iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Conselho de Administração – ano base 2024

Membro ¹	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Alfredo Egydio Setubal	Membro efetivo Presidente do Conselho de Administração	Homem	Branco	65
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Membro efetivo	Homem	Branco	54

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Andrea Laserna Seibel	Membro efetivo	Mulher	Branca	48
Helio Seibel	Membro efetivo	Homem	Branco	71
Márcio Fróes Torres	Membro efetivo independente	Homem	Branco	56
Ricardo Egydio Setubal	Membro efetivo	Homem	Branco	62
Rodolfo Villela Marino	Membro efetivo	Homem	Branco	48
Marcos Campos Bicudo	Membro efetivo independente	Homem	Branco	61
Alex Laserna Seibel	Membro suplente	Homem	Branco	38
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	Membro suplente	Mulher	Branca	50
Paula Lucas Setubal	Membro suplente	Mulher	Branca	42

1 – Conforme a AGO ocorrida em abril de 2024, o Sra. Juliana Rozenbaum não foi reeleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Dexco.

Conselho Fiscal – ano base 2024

Membro ¹	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Gustavo Amaral de Lucena	Membro suplente	Homem	Branco	50
Guilherme Tadeu Pereira Júnior	Membro efetivo	Homem	Branco	44
Vitor Zavagli Junior	Membro efetivo	Homem	Branco	62
Felício Cintra Prado	Membro titular	Homem	Branco	69
José Carlos de Brito e Cunha	Membro suplente	Homem	Branco	73
Vera Amaral Carvalho Momo	Membro suplente	Mulher	Branca	57

1 –Conforme a AGO ocorrida em abril de 2024, o Sr. Raul Penteadado de Oliveira Neto não foi reeleito, tendo sido substituído pela Sra. Vera Amaral Carvalho Momo.

Diretoria Estatutária – ano base 2024

Membro ¹	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Antonio Joaquim de Oliveira	Diretor Presidente	Homem	Branco	63
Carlos Henrique Pinto Haddad	Diretor Vice-Presidente	Homem	Branco	58
Raul Guimarães Guaragna	Diretor Vice-Presidente	Homem	Branco	52
Daniel Lopes Franco	Diretor	Homem	Branco	45
Glizia Maria Do Prado	Diretora	Mulher	Branca	46
Francisco Augusto Semeraro Neto	Diretor	Homem	Branco	42
Marina Crocomo	Diretora	Mulher	Branca	45

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não estão previstos, em relação aos órgãos de Administração, obrigações em relação à diversidade de gênero, cor ou raça, porém, conforme previsto na Política de Indicação da Companhia, deverão ser indicados como administradores, profissionais altamente qualificados, com notável experiência (técnica, profissional e/ou acadêmica) e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Conduta da Dexco. O processo de indicação também deverá considerar, dentre outros, critérios como: reputação ilibada, disponibilidade de tempo para o exercício da função, complementaridade de competências, conhecimento e diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança, com o objetivo de harmonizar os interesses da Companhia, de seus acionistas, de colaboradores e demais stakeholders, bem como da responsabilidade social e ambiental da Companhia.

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária pode ser acessada, na íntegra, no site de Relações com Investidores (<https://ri.dex.co/>).

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Dexco, em suas atividades de produção de painéis e pisos de madeira reconstituída, louças e metais

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

sanitários, sistemas de aquecimento de água, válvulas industriais, produção de revestimentos cerâmicos e manejo de plantações florestais, busca a sustentabilidade dos seus negócios, atuando na gestão responsável dos aspectos ambientais inerentes à natureza e escala de cada uma de suas unidades.

Vale destacar que a Dexco executa o mapeamento e a avaliação constante dos riscos, vulnerabilidades e oportunidades do negócio frente às mudanças climáticas, na atuação na mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adota mecanismos de adaptação frente aos seus impactos, conforme sua Política ESG, de forma que insere em seus negócios, a melhoria contínua, a inovação e a eficiência nos processos produtivos. A Política ESG foi aprovada em Reunião do Conselho de administração de 28 de julho de 2021, e pode ser consultada no site da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>) e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Para garantir a gestão dos aspectos e impactos ambientais das atividades, de forma a reafirmar o compromisso da Dexco como empresa ambientalmente responsável, em proteção ao clima, a Companhia conta com a Política Ambiental, aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2022, que encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>) e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

A Política Ambiental prevê, em seu item 4.3, a responsabilidade do Comitê Executivo, juntamente com a Gerência ESG, por fazer cumprir a referida política, com apoio de todos os colaboradores, e com o suporte da sistemática de monitoramento, medição, análise e avaliação do Sistema de Gestão Ambiental das unidades da Dexco.

Ainda, o Conselho de Administração tem como escopo de atuação a decisão sobre questões estratégicas, zelando pela a perenidade da Companhia, com uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 24	6	18	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 24	0	24	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Conforme o Estatuto Social vigente da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28.04.2022, o Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação por comitês estatutários (“Comitês Estatutários”).

A Companhia possui os seguintes Comitês Estatutários: (i) Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, (ii) Comitê de Finanças; (iii) Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, (iv) Comitê de Sustentabilidade; (v) Comitê de TI e Inovação Digital; e (vi) Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas. Os respectivos regimentos internos devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, regem, dentre outros, suas composições e atribuições, e encontram-se disponíveis para consulta no website da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>) e nos websites da B3 (www.b3.com.br) e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia contrata anualmente serviços de auditoria externa, consoante proposta da Diretoria de Administração, Finanças e RI, que após análise e seleção, envia ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos aquela que, segundo seu entendimento, atende aos interesses da Companhia observando, em caso de renovação, o prazo máximo para o rodízio dos auditores independentes estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Compete a esse Comitê recomendar a contratação da empresa de auditoria externa e solicitar a aprovação ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos proceder a avaliação formal anual da auditoria externa, principalmente, sob os aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos.

Trimestralmente, na reunião do Conselho de Administração que analisa as demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, através de seu Presidente, reporta os trabalhos desenvolvidos no período e comunica os fatos relevantes observados.

Os auditores externos comparecem às reuniões do Conselho de Administração que aprovam as demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia e reporta os trabalhos de auditoria realizados, assim como qualquer recomendação pertinente para melhoria de controles internos.

A Companhia possui uma Política de Regulamentação da Contratação dos Serviços de Auditoria Externa, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 28.05.2012, com última atualização em 22.03.2023, que zela para que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência dos auditores externos.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O presidente do Comitê Executivo (Comex) seleciona e sugere temas de destaque ao presidente do Conselho de Administração, que são propostos como pautas e discutidos nas reuniões deste órgão. Ainda, para assessorar seu Conselho de Administração, a Dexco mantém em seu Comitê de Sustentabilidade um membro especialista e independente para direcionar tais iniciativas dentro do mais alto órgão de governança.

Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é uma instância adicional de diálogo entre a empresa e seus públicos de relacionamento que recebe e trata denúncias de comportamentos em desacordo como Código de Ética da Companhia, normas e políticas internas. É também o canal para o recebimento de denúncias sobre atos ilícitos de corrupção relacionados a órgãos públicos, no escopo da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Contribui para a evolução de políticas, processos e comportamentos, zela pela prática dos Valores da empresa e pelo cumprimento do Código de Conduta. Atua de forma isenta e independente, garantindo sigilo, imparcialidade e confidencialidade. É uma atividade institucional de caráter mediador e estratégico. Subordina-se administrativamente à Presidência do Conselho de Administração, por meio da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, e essa gerência tem supervisão técnica do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ALEX LASERNA SEIBEL **CPF:** 356.849.588-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/05/1986

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril de 2021, atualmente Membro Suplente desde abril de 2021; e membro do Comitê de Sustentabilidade de maio de 2021 a abril de 2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: HS Investimentos S.A.: Sócio diretor desde 2013. Positiv.a Comercialização de Produtos e Serviços Ecológicos Ltda.: Sócio fundador e administrador desde 2015; Apolo Energia Ltda.: Fundador e sócio administrador desde 2017; Positive Ventures Participações Ltda.: Sócio administrador desde 2018; Positiva 01 Incorporação Ltda.: Sócio administrador desde 2015; Moreira e Toledo Cia Ltda. (Leo Madeiras - Feira de Santana) Sócio administrador desde 2015. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo: Conselheiro desde 2015; e ARCAH – Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade: Fundador e administrador desde 2013. Formação Acadêmica: Bacharelado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - formado em 2008

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		26/04/2024	Sim	29/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO **CPF:** 066.530.838-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 18/11/1969

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo); Membro do Conselho de Administração desde 1996 e Vice-Presidente desde agosto/2008, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio/2017, tendo sido Presidente de maio de 2017 a abril de 2022 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de fevereiro/2018 a abril/2022; Membro do Conselho de Administração de agosto/1995 a abril/2017, tendo sido Presidente de maio/2015 a abril/2017 e Vice-Presidente de maio/2011 a maio/2015; Diretor Presidente de setembro/2009 a maio/2015; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação de abril/2005 a maio/2015; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de março/2003 a abril/2017; Membro dos Comitês de Divulgação e Negociação de maio/2005 a julho/2015, de Nomeação e Governança Corporativa de junho/2009 a abril/2017, de Remuneração de fevereiro/2011 a maio/2017 e de Políticas Contábeis de maio/2008 a abril/2009. Setor de atuação: holding. Itautec S.A. – Grupo Itautec: Membro do Conselho de Administração de abril/1997 a abril/2017, tendo sido Vice-Presidente de janeiro/2010 a abril/2017; Presidente de abril/2009 a janeiro/2010 e Vice-Presidente de abril/1997 a abril/2009. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Alana: Diretor desde fevereiro/1998; Alpe Intermediações de Negócios S.A.: Diretor desde agosto/2017 e Yandeh S/A: Diretor desde dezembro/2016. Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia em 1992 e Pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração		26/04/2024	Sim	24/04/1996

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ALFREDO EGYDIO SETUBAL **CPF:** 014.414.218-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/09/1958

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde 2015 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Setor de atuação: holding. Itaú Unibanco S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2007. Setor de atuação: banco múltiplo, com carteira comercial. Alpargatas S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2017. Setor de atuação: têxtil e vestuário Copa Energia S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2020. Setor de atuação: Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Comitê Superior de Orientação, Nominação e Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI desde 2010 tendo sido Presidente do Conselho de Administração do IBRI de 2000 até 2003. Atuou como Presidente da Associação Nacional dos Banco de Investimentos de 2003 a 2008. No Conselho de Administração da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA foi membro de 1999 a 2017. Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú para Educação e Cultura -FIEC; Atua como Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo - MASP desde 2015. É Membro do Conselho de Administração da Fundação BIENAL de São Paulo desde 2009. É membro do Conselho de Administração do Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM e do Instituto de Arte Contemporânea – IAC. Formação Acadêmica: Bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com curso de especialização no INSEAD, Fontainebleau, França.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		26/04/2024	Sim	24/06/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA **CPF:** 066.530.828-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 25/10/1973

Experiência Profissional: "Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Suplente do Conselho de Administração desde abril/2024.

Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa: Vice-Presidente do Conselho de Administração (conselheira não executiva) desde 2017, Membro do Comitê de Sustentabilidade desde maio/2021, Membro da Comissão de Sustentabilidade de junho/2019 a abril/2023, tendo sido Membro da Comissão de Finanças de maio/2017 a agosto/2018. Itaú Unibanco: Membro do Conselho de Administração desde 2018, tendo ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Membro do Conselho de Administração (1996 a 2001), Membro do Comitê de Pessoas Itaú e do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Itaú desde 2018, Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática desde 2019 (anteriormente denominado Comitê de Responsabilidade Social). IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração da junho/2018.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:
 Instituto Itaúsa: Membro do Conselho de Administração desde junho/2023.
 Fundação Itaú para Educação e Cultura: Vice-Presidente do Conselho Curador desde 2020.
 Itaú Social: Membro do Conselho Orientador desde 2017.
 Itaú Cultural: Membro do Conselho Consultivo desde 1995; Membro da Diretoria Executiva desde 2017.
 AlanaLab (Maria Farinha Filmes e Flow): Cofundadora desde 2014.
 Alana Foundation: Presidente Fundadora desde 2012.
 Instituto Alana: Diretora Presidente desde 2002.
 Instituto Brincante: Membro do Conselho Consultivo desde 2001.
 Fellow Ashoka: Membro do Conselho Consultivo desde 2010.
 Participant: Membro do Conselho de Administração.
 Stanford Down Syndrome Research Center: Membro do Advisory Board desde janeiro/2022,
 UCLA Lab School: Membro do Board of Advisors desde maio/2022."

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		26/04/2024	Sim	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome ANDREA LASERNA SEIBEL **CPF:** 140.725.018-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/11/1975

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheira não Executiva) Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2009, sendo Membro Titular desde abril/2021, Membro Suplente de abril/2013 a abril/2021; Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde outubro/2018; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de abril/2015 a outubro/2018, e desde abril de 2023; foi Membro Suplente do Conselho de Administração de agosto/2009 a abril/2012, Membro Titular de abril/2012 a abril/2013, e Secretária de maio/2010 a julho/2012, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2011 a abril/2013. Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação e do Comitê de Sustentabilidade de novembro/2009 a abril/2013 e desde abril/2023 e Diretora de Recursos Humanos de abril/2006 a abril/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Leo Madeiras, Máquinas ; Ferragens Ltda.: Diretora Geral desde janeiro/2013. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo Social: Presidente desde janeiro/2017. Setor de atuação: Serviços de assistência social sem alojamento. Formação Acadêmica: Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com MBA pela Fundação Dom Cabral e especialização pela Harvard Business School.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2024	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA **CPF:** 360.473.099-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Florestal **Data de Nascimento:** 19/06/1960

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Presidente e Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio de 2017. Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de abril de 2013 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022. Foi também Diretor de Relações com Investidores de agosto de 2016 a abril de 2017, acumulou o cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira de dezembro de 2014 a outubro de 2016, Diretor Executivo de agosto de 2009 a abril de 2013 e Diretor Gerente de novembro de 2004 a agosto de 2009. Ingressou na Companhia em agosto de 1986, sendo responsável pela Área Florestal. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Formação Acadêmica: Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa, em 1984, com mestrado em Economia e Planejamento Florestal na mesma instituição, em 1986, com especialização em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, em 1994.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		26/04/2024	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS HENRIQUE PINTO HADDAD **CPF:** 074.277.098-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/01/1966

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Vice-Presidente responsável pela divisão madeira a partir de janeiro de 2023, tendo sido responsável pela diretoria de administração e finanças de maio de 2020 a janeiro de 2023, Diretor de setembro/2016 a maio/2020 e Diretor de Relações com Investidores de abril de 2017 a janeiro de 2023. Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de setembro de 2016 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Whirlpool S.A. (1994 a fevereiro de 2016): Foi responsável pelas áreas de finanças, TI, Planejamento Estratégico, RI e Auditoria Interna das operações na América Latina, com reporte para o CEO da região e funcional para o CFO Global. Ocupou também posições de CFO da Embraco - Unidade de Negócios Compressores, Controller Regional LATAM, Diretor de Tesouraria e Gerente Financeiro. Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Eletrodomésticos e Compressores. Caterpillar Brasil Ltda. (1986 a 1994): Ocupou posições nas áreas de Controle (Planejamento e Orçamentos) e Tesouraria (Gestão de Caixa, investimentos e funding). Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Equipamentos de Construção Pesada. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas, formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em 1987.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		26/04/2024	Sim	22/09/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIEL LOPES FRANCO **CPF:** 278.360.448-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/01/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor, responsável pela área de TI, Desenvolvimento dos Negócios e Inovação desde junho/2019; membro do Comitê de TI e Inovação Digital de junho/2019 a abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. Anteriormente ocupou a Vice-Presidência global da unidade de negócios de solventes da Rhodia S/A, empresa onde trabalhou por 14 anos. Formação Acadêmica: Engenheiro de produção formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia; Pós-Graduado em Administração Industrial pela USP, MBA pela École de Management à L'Université Jean Moulin (Lyon - França), Extensão Executiva em Marketing Estratégico pelo INSEAD (Fontainebleau - França) e Formação Executiva para Chief Technology Officers pela Haas School of Business, UC Berkeley.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Outros Diretores	Diretor de TI e Growth	26/04/2024	Sim	03/06/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FELÍCIO CINTRA DO PRADO JUNIOR **CPF:** 898.043.258-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 13/07/1954

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal de abril/2018 a abril/2019, e desde abril/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material de Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril/2014. Setor de atuação: holding. Outras organizações: Implamed Ltda: Membro do Comitê Financeiro e da Diretoria desde 2014; Diretor Financeiro (até junho/2022). Setor de atuação: Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Fundação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas: Membro do Conselho Curador da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas de 2013 a 2018. Setor de atuação: Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Administração de Empresas pela CEAG - Fundação Getúlio Vargas, com cursos de especialização em Advanced Management Program pelo INSEAD (França / 1989), em Strategic Human Resource Management pela Harvard Business School (EUA / 1992) e em Capital Markets Investing pelo Citibank Global Asset Management (França / 1994).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		26/04/2024	Sim	27/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO AUGUSTO SEMERARO NETO **CPF:** 224.998.878-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/04/1982

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretoria de Administração e Finanças desde janeiro de 2022, assumindo as funções de Diretor de Relações com Investidores desde fevereiro/2023. Anteriormente foi Diretor de Controladoria e CSC (2020 a 2023). Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Embraer S.A. (2019 a 2020): Diretor de Controladoria (Controller Corporativo e da divisão de Aviação Comercial). Setor de atuação: Fabricação de aeronaves e equipamentos e prestação de serviços para aviação e defesa e segurança. Husqvarna Ltda (2016 a 2018): CFO para a América Latina, responsável pelas áreas de Controladoria, Fiscal, Contabilidade e TI. Setor de Atuação: Fabricação de máquinas e equipamentos para manejo de áreas verdes e para construção civil. Formação acadêmica: Administração de Empresas pela EAESP/FGV concluída em dez/2003. Especialização (Master) em Business Economics pela EESP/FGV concluída em set/2007. MBA pela Fundação Dom Cabral concluída em out/2018.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		26/04/2024	Sim	23/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GLIZIA MARIA DO PRADO **CPF:** 034.177.626-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 27/04/1978

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: Diretora responsável pela área de Gente e ESG desde abril de 2021. Assumi a Diretoria de RH e área de Comunicação em 2019 e atuou como Gerente de Desenvolvimento Humano e Organizacional de dezembro de 2015 a 2018. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Profissional com 20 anos de experiência em Recursos Humanos, tendo atuado em empresas nacionais e multinacionais, nos segmentos de varejo, financeiro e automotivo, como Grupo Pão de Açúcar, Banco Real ABN AMRO e Fiat Chrysler Automóveis. Formação Acadêmica: Graduada em Psicologia pela PUC-MG, em 2001, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral/MG, em 2010, e Mestrado Profissional em Administração pela PUC-MG, em 2014.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Outros Diretores	Diretora de Gente	26/04/2024	Sim	06/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR **CPF:** 286.131.968-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 10/12/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro Fiscal Efetivo) Presidente desde abril/2021, tendo sido membro efetivo de abril/2018 a abril/2019. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Alpargatas S.A.: membro efetivo do Conselho Fiscal da de novembro/2018 a abril/2019. Setor: têxtil e vestuário. Itaúsa S.A.: membro efetivo do Conselho Fiscal desde dezembro/2020, tendo sido também de abril/2018 a abril/2019, bem como membro suplente de maio/2019 a dezembro/2020. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Aegea Saneamento e Participações S.A: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos desde ago/2021. Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou em organizações do terceiro setor: Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A.: membro do Conselho de Administração de Jan/2014 a abr/ 2014 e Membro do Comitê de Auditoria de Jan/14 a abr/2014. Setor de atuação: indústria e comércio de produtos e tecnologia em automação. Minuto Corretora de Seguros S.A.: Vice-Presidente de Operações (COO) desde março/2020, tendo sido Diretor Administrativo e Financeiro (CFO) de ago/2017 a fevereiro/2020 e Consultor Financeiro de ago/2015 a jul/ 2017 e, de ago/2017 a mar/22. Setor de atuação: corretora de seguros. Athie Wohnrath Associados, Projetos, Construção e Gerenciamento S.A: Chief Operating Officer desde fev/2023. Formação Acadêmica: Graduado em Administração Pública formado pela Unisul em 2008, MBA em Finanças com ênfase em Controladoria e Auditoria pela FGV em 2011, cursos de Especialização em Negócios realizados na Holanda, especialização em Governança Corporativa pela Universidade de Wharton e formação em Comitê de Auditoria pela Universidade de Harvard.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		26/04/2024	Sim	10/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUSTAVO AMARAL DE LUCENA **CPF:** 143.652.328-19 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista e Contador **Data de Nascimento:** 10/08/1973

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras organizações:OLX Group.: Diretor de Riscos desde 2021.Setor de atuação: comércio eletrônico. Deloitte Brazil: Sócio de 2012 a 2021. Setor de atuação: prestação de serviços de audit ; assurance. PwC Brazil: Gerente/Gerente Senior e Diretor da Consultoria de Riscos de 1999 – 2012. Setor de atuação: prestação de serviços de audit ; assurance.Nações Unidas Brasil: Membro permanente do Comitê Consultivo do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU Brasil.Formação Acadêmica: Graduado em Economia (UniSantanna 1996), MBA em Marketing (UniSantanna 1998), MBA em Bancos (FGV 1998), Graduado em Contabilidade (Luizwell 2003) e MBA em Estratégia e Mercado Disruptivo (FIAP Corporate - 2019).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		26/04/2024	Sim	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HELIO SEIBEL **CPF:** 533.792.848-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/01/1953

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo) Membro do Conselho de Administração desde 1999, atualmente Vice-Presidente desde abril/2021, Membro Titular desde abril/2013, tendo sido também de 1999 a abril/2012 e Membro Suplente de abril/2012 a abril/2013, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a abril/2015, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a maio/2011 e Presidente do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Ligna Florestal Ltda.: Diretor Superintendente desde 1983. Setor de atuação: holding não financeiro. HS Investimentos S.A.: Diretor Presidente desde novembro/2013. Setor de atuação: Companhia de Investimentos de bens e finanças. Leo Madeiras, Máquinas ; Ferragens Ltda.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro/2015. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. GNP S.A.: Membro do Conselho de abril/2010 a abril/2018. Setor de atuação: energético. Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: Diretor desde setembro/2002. Setor de atuação: incorporação de empreendimentos imobiliários. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo: Membro do Conselho desde dezembro/2008, tendo sido Presidente de 2007 a 2008. Klabin S.A.: Membro do Conselho de Administração de 2015 a 2019. Pinacoteca de São Paulo: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017. MASP: Membro do Conselho de Administração desde 2016; MAM: Vice-Presidente do Conselho desde 2019; MUBE: Membro do Conselho de Administração desde 2016; Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A: Membro do Conselho de Administração desde novembro/2020; e Young Presidents Organization- YPO/WPO: Membro desde 1995. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas /SP, em 1975.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração		26/04/2024	Sim	30/04/1999

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA **CPF:** 286.405.947-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bancário e Economista **Data de Nascimento:** 07/05/1951

Experiência Profissional: Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa: membro do conselho fiscal de abril/2012 até abril/2016. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras organizações: Professor Tutor no curso OI Academia de Relações Institucionais (2012) e Coordenador de Disciplina e Professor Tutor no curso de MBA Executivo em Negócios Financeiros por Tutoria à Distância (2006, 2007, 2010 e 2011) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - IAG - A Escola de Negócios da PUC-Rio. Membro do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. de 2009 a 2011; Membro do Conselho Fiscal da Bombril S.A. de 2005 a 2009, tendo sido Membro Suplente de 2003 a 2005, e, também, profissional da área financeira do Banco do Brasil S.A. de 1973 a 2004. Formação Acadêmica: Graduado em Ciências Administrativas (1974) e Ciências Contábeis (1976) pela Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis/RJ; Especialista em Gestão Pública (2002) pela FUNDACE - Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia, vinculada à FEA-RP/USP; Especialista Master em Finanças Corporativas (2000) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - IAG - A Escola de Negócios da PUC-Rio; cursou Aperfeiçoamento em Finanças Corporativas (1997) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - IAG - A Escola de Negócios da PUC-Rio e Formação Básica para Altos Executivos (1996) na Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - FGV EBAPE.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		26/04/2024	Sim	27/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MÁRCIO FRÓES TORRES **CPF:** 983.816.797-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 12/05/1968

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos:
 Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração desde outubro/2020. Presidente do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde outubro/2020 . Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde outubro/2020. Membro do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.
 DX Ventures: Membro do Comitê de Investimento do DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multi Estratégia Investimento no Exterior desde agosto/2021;

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:
 Gerdau S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril/2019 a abril/2021 e membro do Comitê de Remuneração desde julho/2020 a abril/2021;
 Falconi Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde dezembro/2019;
 FRST Falconi: Membro do Comitê de Administração desde dezembro/2019;
 Falconi Capital: Membro do Comitê Consultivo desde outubro/2018; e
 Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e na AB-Inbev: atuação por 25 anos, exerceu funções em diferentes áreas até abril/2017, tendo sido Vice-Presidente de Gente e Gestão e VP de Supply para a America Latina e America do Norte, Vice-Presidente de Vendas do Canadá, CEO da Labatt Brewing Company, e em 2014 assumido concomitantemente as posições de CEO da Cerveceria y Malteria Quilmes, Zone President da AB-Inbev para os países da América do Sul exceto Brasil e Executive Board Member na AB-Inbev.

Formação Acadêmica: Engenheiro Químico formado pela UFRJ em 1993 e master em Tecnologia Cervejeira pela Universidad Politécnica de Madrid em 1998. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		26/04/2024	Sim	29/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCOS CAMPOS BICUDO **CPF:** 075.620.507-75 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/11/1962

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos:
 Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração, desde junho/2023. Presidente do Comitê de Sustentabilidade desde agosto/2023. Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:
 Vedacit do Nordeste S.A (Grupo Otto Baumgart): Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas.
 Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Setor de atuação: organização do terceiro setor voltada a questões relacionadas a desenvolvimento sustentável.

Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC.

Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		26/04/2024	Sim	23/06/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARINA CROCOMO **CPF:** 218.118.118-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 23/02/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretoria de Marketing ; Design, desde janeiro de 2021 responsável pelas marcas da Vice-presidência de Deca e Revestimento Cerâmicos, assumindo a função de Diretora de Marketing e Design desde 01.02.2023. Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Affinity PetCare: Diretora de Marketing e Trade de 2014 a 2020. Setor de atuação: Bens de Consumo / PetFood. Whirlpool SA (de 2001 a 2013): período que iniciou como trainee e encerrou como Diretora de Marketing. Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Eletrodomésticos e Compressores. Formação Acadêmica: Graduação em Administração de Empresas pela FGV/ EAESP em 2000 e Bachelor of Business Administration (BBA) pela HEC Paris. Pós Graduação com Extensão em Marketing, Administração e Negócios pela FGV/ EAESP em 2004 e Executive MBA Program pela FGV/ EAESP em 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Outros Diretores	Diretora de Marketing e Design	26/04/2024	Sim	01/02/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULA LUCAS SETUBAL **CPF:** 295.243.528-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 09/06/1982

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheira não Executiva): Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2020 a março/2022 e do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido Ouvinte do (i) Conselho de Administração de fevereiro/2020 a maio/2020 e (ii) do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de fevereiro/2020 a maio/2020 e durante o ano de 2017 e Membro do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Ouvinte do Conselho de Administração desde fevereiro/2020. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú Social: Membro do Conselho Consultivo (Grupo Orientador) desde fevereiro/2017; Family Office: Membro do Conselho Familiar de 2011 a 2016, tendo sido Coordenadora de 2012 a 2014; Colégio Santa Cruz: Professora de Educação Infantil de 2011 a 2016. Formação Acadêmica: Pedagoga formada, em 2003, e pós-graduada em Psicopedagogia, em 2006, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		26/04/2024	Sim	30/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAUL GUIMARÃES GUARAGNA **CPF:** 109.566.958-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 27/06/1971

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Vice-Presidente, responsável pela divisão Deca e Revestimentos a partir de janeiro de 2023, sendo que foi responsável pela divisão Madeira de junho de 2021 a janeiro de 2023. Setor de Atuação: Construção Civil, Material de Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. - Diretor de Operações Operações Agri-Industrial de 2016 a maio/2021. Setor de atuação: açúcar. International Paper: Diretor de Operações de 2013 a 2016 e International Business Unit Director de 2010 a 2012. Setor de atuação: papel e celulose. Amata na Cidade S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 29 de outubro de 2021. Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Noah Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 10 de dezembro de 2021. Castelatto Ltda.: Diretor desde 30 de maio de 2022. Setor de atuação: Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes. LD Celulose S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 09 de setembro de 2022. Setor de atuação: Cultivo de eucalipto. Caetex Florestal S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 27 de dezembro. Setor de atuação: Cultivo de eucalipto Formação Acadêmica: Graduação em administração pela FGV/ EAESP em 1994. Especialização em Supply Chain pela Fundação Vanzolini/ USP em 2001 e International Executive MBA Program pela FIA/USP em 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2024	1 ano	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		26/04/2024	Sim	06/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO **CPF:** 049.330.058-93 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 24/02/1958

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Fundação Itaúsa Industrial: Membro do Conselho Deliberativo (indicado pelos assistidos desde 2017. Setor de atuação: planos de aposentadoria. Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou em organizações do terceiro setor: Green Building Council Brasil: Presidente do Conselho de Administração desde set/2020. Setor de atuação: construção civil. New Energies Comercializadora S.A.: membro do Conselho desde agosto/2019. Setor de atuação: desenvolvimento e investimento em projetos de energia renovável. Anjo Tintas S.A.: membro do Conselho de Administração desde maio/2019. Setor de atuação: fabricação de tintas. Mineração Buritirama – Grupo Bonsucex: membro do Conselho de Administração desde maio/2017. Setor de atuação: manganês. Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie – 1985

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2023	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	25/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO EGYDIO SETUBAL **CPF:** 033.033.518-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/04/1962

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008, tendo sido Vice-Presidente de abril/2009 a abril/2017; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a maio/2020; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde abril/2018; Membro do Comitê de Finanças desde agosto/2023; Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de maio de 2020 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022, tendo sido também de abril/2018 a maio/2019, de abril/2016 a maio/2017, de abril/2014 a abril/2015, de abril/2012 a abril/2013 e de março/2010 a maio/2011. Setor de atuação: construção civil, material para construção e decoração.

Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril/2009; Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de maio/2021 a abril/2022; Membro dos Comitês de Governança e Pessoas e de Auditoria desde agosto/2022; Cooordenador interino do Comitê de Sustentabilidade e Riscos desde agosto/2022 e Membro desde maio/2021; Membro da Comissão de Auditoria e Riscos desde abril/2017; Membro das Comissões de Mercado de Capitais desde maio/2009, de Finanças, de Investimentos, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020, e de Sustentabilidade desde junho/2019, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a maio/2010. Setor de atuação: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec: Membro do Conselho de Administração, tendo sido Presidente de fevereiro/2010 a agosto/2019, Conselheiro Suplente de abril/2009 a janeiro/2010 e Efetivo de abril/1999 a abril/2008; Membro do Comitê de Divulgação de setembro/2010 a agosto/2019, Diretor Vice-Presidente Executivo de abril/1999 a janeiro/2010; Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Pessoas e Governança de setembro/2010 a janeiro/2015. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Conselho de Administração de março/2014 a março/2019, tendo sido Vice-Presidente de março/2016 a março/2018 e Presidente de março/2018 a março/2019.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2024	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RODOLFO VILLELA MARINO **CPF:** 271.943.018-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis** Administrador de **Data de** 14/11/1975
são: Empresas **Nascimento:**

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008 e Membro Titular desde agosto/2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido membro de abril/2018 a maio/2019, e de novembro/2009 a maio/2017, Presidente do Comitê de Sustentabilidade de maio/2019 a agosto de 2023 e membro desde novembro/2009; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio/2019 a maio/2020, tendo sido também de maio/2017 a abril/2018, de abril/2015 a abril/2016, de abril/2013 a abril/2014, de maio/2011 a abril/2012 e de novembro/2009 a abril/2010 e Membro do Comitê de Finanças de dezembro/2021 a agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.

Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abr/11; Diretor Vice-Presidente Executivo desde mai/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de mai/2015 a abr/2022; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação (hoje Comissão de Mercado de Capitais) desde mai/2009. Setor de atuação: holding. Alpargatas S.A.: Membro do Conselho de Administração desde set/2017, Membro dos Comitês de Estratégia e de Gente desde out/2017, e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário desde abr/2018. Setor: têxtil e vestuário. Copa Energia S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde dez/2020. Setor de Atuação: distribuição de gás liquefeito de petróleo. Aegea Saneamento e Participações S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração desde jul/2021. Setor de atuação: serviços de saneamento básico. Rudric Ith Participações Ltda.: Diretor Gerente desde abr/05. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Fundação Itaú para Educação e Cultura: Membro do Conselho Curador desde maio/2019;
 Instituto Unibanco: Membro do Conselho de Administração desde abril/2014;
 Instituto PDR: Membro do Conselho Consultivo e Fiscal desde fevereiro/2014;
 Associação Pró-Dança: Presidente do Conselho Consultivo desde setembro/2019;
 Sociedade de Cultura Artística: Membro do Conselho Consultivo desde junho/2020;
 IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro da Comissão de Sustentabilidade desde agosto/2019;
 IEDI - Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial: Membro do Conselho de Administração desde agosto/2015;
 Todos pela Educação: Membro do Conselho de Governança desde abril/2019;
 Instituto Yandeh: Membro do Conselho Fiscal desde agosto/2017;
 IBÁ – Instituto Brasileiro de Árvores: Membro do Conselho Consultivo desde dezembro/2017;
 Young Presidents Organization - YPO/WPO: Membro desde dezembro/2011;
 Associação Comunitária Despertar: Diretor Presidente desde abril/2020;
 Todavia Livros: Membro do Conselho de Administração desde março/2018;
 Tempo Livre PTE Ltd (“Cariuma”): Membro do Conselho de Administração desde dezembro/2017;
 Instituto Alicerce Educação: Conselheiro e Membro do Comitê de Impacto – desde janeiro/2021;
 Livraria Dois Pontos Comércio Eletrônico S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março/2021.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela FGV. Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela LSE ±London School of Economics and Political Science.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2024	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2024	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome VICTOR ZAVAGLI JUNIOR **CPF:** 011.047.858-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 14/08/1960

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril/2022. Gerente de Imposto – Corporativo de novembro 2018 a agosto 2020. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: ZCT – Zavagli Consultoria Tributária: Sócio Administrador desde jan/2021. Setor de atuação: consultoria tributária. Membro Titular do Conselho Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial, entidade de previdência privada fechada das indústrias do conglomerado Itaúsa, de abril/2006 a abril/2022. Formação Acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu – 1983 e Especialização em Direito tributário pela Fundação Getúlio Vargas – 2003.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		26/04/2024	Sim	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ADJARBAS GUERRA NETO **CPF:** 181.842.828-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado e Contador **Data de Nascimento:** 01/06/1976

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Especialista em contabilidade societária no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde maio/2022. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Na Veracel Celulose S.A., atuou como membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria de 2016 a 2019. Fez parte também do Comitê de Auditoria na Votorantim Cimentos S.A. de 2018 a 2019, onde atua como Diretor Global de GRC, Auditoria Interna e Ouvidoria desde fevereiro de 2019. Na Fibria Celulose S.A., atuou como Gerente Geral de Controladoria Corporativa de agosto de 2012 a julho de 2016, Diretor de GRC e Auditoria Interna de agosto de 2016 a janeiro de 2019, Secretário do Conselho Fiscal de 2012 a 2016 e Secretário do Comitê de Auditoria Estatutário de 2016 a 2019. Também fez parte como membro titular do Comitê de Auditoria de 2014 a 2017 na Votorantim Siderurgia S.A. Na Fibria Trading International na Áustria, atuou como membro titular do Supervisory Board de 2012 a 2019. Embraer S.A - Membro suplente do Conselho Fiscal - mandato entre maio de 2023 a abril de 2024. Formação Acadêmica: Graduado em Direito e Contabilidade, tem MBA em Mercado de Capitais pela USP, Mestrado em Finanças e Controladoria pela PUC/SP e Corporate Governance: Effectiveness and Accountability in the Boardroom pela Kellogg School of Management. Declara que não é diretor da companhia, suas controladas, coligadas ou de seu acionista controlador.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/04/2024	1 ano			26/04/2024	Sim	17/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO **CPF:** 066.530.838-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 18/11/1969

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde 1996 e Vice-Presidente desde agosto/2008, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio/2017, tendo sido Presidente de maio de 2017 a abril de 2022 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de fevereiro/2018 a abril/2022; Membro do Conselho de Administração de agosto/1995 a abril/2017, tendo sido Presidente de maio/2015 a abril/2017 e Vice-Presidente de maio/2011 a maio/2015; Diretor Presidente de setembro/2009 a maio/2015; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação de abril/2005 a maio/2015; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de março/2003 a abril/2017; Membro dos Comitês de Divulgação e Negociação de maio/2005 a julho/2015, de Nomeação e Governança Corporativa de junho/2009 a abril/2017, de Remuneração de fevereiro/2011 a maio/2017 e de Políticas Contábeis de maio/2008 a abril/2009. Setor de atuação: holding. Itaútec S.A. – Grupo Itaútec: Membro do Conselho de Administração de abril/1997 a abril/2017, tendo sido Vice-Presidente de janeiro/2010 a abril/2017; Presidente de abril/2009 a janeiro/2010 e Vice-Presidente de abril/1997 a abril/2009. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Alana: Diretor desde fevereiro/1998; Alpe Intermediações de Negócios S.A.: Diretor desde agosto/2017 e Yandeh S/A: Diretor desde dezembro/2016. Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia em 1992 e Pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	08/05/2024	1 ano	Presidente do Comitê de TI e Inovação Digital		08/05/2024	Sim	30/05/2017
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		08/05/2024	Sim	04/11/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ALFREDO EGYDIO SETUBAL **CPF:** 014.414.218-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/09/1958

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde 2015 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Setor de atuação: holding. Itaú Unibanco S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2007. Setor de atuação: banco múltiplo, com carteira comercial. Alpargatas S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2017. Setor de atuação: têxtil e vestuário Copa Energia S.A: Membro do Conselho de Administração desde 2020. Setor de atuação: Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI desde 2010 tendo sido Presidente do Conselho de Administração do IBRI de 2000 até 2003. Atuou como Presidente da Associação Nacional dos Banco de Investimentos de 2003 a 2008. No Conselho de Administração da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA foi membro de 1999 a 2017. Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú para Educação e Cultura -FIEC; Atua como Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo - MASP desde 2015. É Membro do Conselho de Administração da Fundação BIENAL de São Paulo desde 2009. É membro do Conselho de Administração do Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM e do Instituto de Arte Contemporânea – IAC. Formação Acadêmica: Bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com curso de especialização no INSEAD, Fontainebleau, França.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		08/05/2024	Sim	03/07/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANDREA LASERNA SEIBEL **CPF:** 140.725.018-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/11/1975

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheira não Executiva) Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2009, sendo Membro Titular desde abril/2021, Membro Suplente de abril/2013 a abril/2021; Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde outubro/2018; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de abril/2015 a outubro/2018, e desde abril de 2023; foi Membro Suplente do Conselho de Administração de agosto/2009 a abril/2012, Membro Titular de abril/2012 a abril/2013, e Secretária de maio/2010 a julho/2012, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2011 a abril/2013. Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação e do Comitê de Sustentabilidade de novembro/2009 a abril/2013 e desde abril/2023 e Diretora de Recursos Humanos de abril/2006 a abril/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Leo Madeiras, Máquinas ; Ferragens Ltda.: Diretora Geral desde janeiro/2013. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo Social: Presidente desde janeiro/2017. Setor de atuação: Serviços de assistência social sem alojamento. Formação Acadêmica: Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com MBA pela Fundação Dom Cabral e especialização pela Harvard Business School.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de TI e Inovação Digital		08/05/2024	Sim	31/10/2018
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		08/05/2024	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA **CPF:** 360.473.099-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Florestal **Data de Nascimento:** 19/06/1960

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Presidente e Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio de 2017. Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de abril de 2013 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022. Foi também Diretor de Relações com Investidores de agosto de 2016 a abril de 2017, acumulou o cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira de dezembro de 2014 a outubro de 2016, Diretor Executivo de agosto de 2009 a abril de 2013 e Diretor Gerente de novembro de 2004 a agosto de 2009. Ingressou na Companhia em agosto de 1986, sendo responsável pela Área Florestal. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Formação Acadêmica: Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa, em 1984, com mestrado em Economia e Planejamento Florestal na mesma instituição, em 1986, com especialização em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, em 1994.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de TI e Inovação Digital		08/05/2024	Sim	30/05/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL LOPES FRANCO **CPF:** 278.360.448-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/01/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor, responsável pela área de TI, Desenvolvimento dos Negócios e Inovação desde junho/2019; membro do Comitê de TI e Inovação Digital de junho/2019 a abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. Anteriormente ocupou a Vice-Presidência global da unidade de negócios de solventes da Rhodia S/A, empresa onde trabalhou por 14 anos. Formação Acadêmica: Engenheiro de produção formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia; Pós-Graduado em Administração Industrial pela USP, MBA pela École de Management à L'Université Jean Moulin (Lyon - França), Extensão Executiva em Marketing Estratégico pelo INSEAD (Fontainebleau - França) e Formação Executiva para Chief Technology Officers pela Haas School of Business, UC Berkeley.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro do Comitê de TI e Inovação Digital		08/05/2024	Sim	08/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: FREDERICO DE SOUZA QUEIROZ PASCOWITCH **CPF:** 310.154.298-74 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 30/05/1983

Experiência Profissional: "É Diretor Gerente da Itaúsa S.A., desde setembro/2019, Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, e de Investimentos desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020 e de Sustentabilidade desde maio/2023; e foi Consultor de Investimentos de fevereiro/2016 a abril/2017. É Membro Suplente do Conselho de Administração da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, desde abril/2017; Membro do Comitê de Finanças da Alpargatas S.A, desde setembro/2017; Membro do Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos da AEGEA Saneamento e Participações S.A., desde maio/2022; e Membro do Conselho Consultivo da Wise Plásticos S.A. desde agosto/2019. Foi Diretor Gerente da Itaúsa Empreendimentos S.A. de maio/2017 a agosto/2019 e Sócio na Gávea Investimentos de 2008 a 2015; Membro do Conselho de Administração da Energisa; e Membro do Conselho de Administração da Cell Site Solutions. Graduação em Administração de Empresas pela Insper (2005)."

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano			08/05/2024	Sim	08/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: HELIO SEIBEL **CPF:** 533.792.848-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/01/1953

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo) Membro do Conselho de Administração desde 1999, atualmente Vice-Presidente desde abril/2021, Membro Titular desde abril/2013, tendo sido também de 1999 a abril/2012 e Membro Suplente de abril/2012 a abril/2013, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a abril/2015, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a maio/2011 e Presidente do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Ligna Florestal Ltda.: Diretor Superintendente desde 1983. Setor de atuação: holding não financeiro. HS Investimentos S.A.: Diretor Presidente desde novembro/2013. Setor de atuação: Companhia de Investimentos de bens e finanças. Leo Madeiras, Máquinas ; Ferragens Ltda.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro/2015. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. GNP S.A.: Membro do Conselho de abril/2010 a abril/2018. Setor de atuação: energético. Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: Diretor desde setembro/2002. Setor de atuação: incorporação de empreendimentos imobiliários. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo: Membro do Conselho desde dezembro/2008, tendo sido Presidente de 2007 a 2008. Klabin S.A.: Membro do Conselho de Administração de 2015 a 2019. Pinacoteca de São Paulo: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017. MASP: Membro do Conselho de Administração desde 2016; MAM: Vice-Presidente do Conselho desde 2019; MUBE: Membro do Conselho de Administração desde 2016; Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A: Membro do Conselho de Administração desde novembro/2020; e Young Presidents Organization- YPO/WPO: Membro desde 1995. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas /SP, em 1975.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	08/05/2024	1 ano			08/05/2024	Sim	13/12/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JOSÉ MARIA RABELO **CPF:** 232.814.566-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 03/08/1955

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Membro do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos Efetivo) desde março/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Conselheiro Fiscal de abril/2016 a julho/2020. Norte Energia S.A.: Conselheiro de Administração de fevereiro/2021 a abril/2022. Aliança Geração de Energia S.A.: Presidente do Conselho de Administração de março/2018 a abril/2020. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.: Presidente do Conselho de Administração de abril/2018 a abril/2020. Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1981, com LL.M em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2016 a 2019. MBA Formação Geral para Altos Executivos, pela UFMG, em 1995. Declara que não é diretora da companhia, suas controladas, coligadas ou de seu acionista controlador.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/04/2024	1 ano			26/04/2024	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO DE CAMARGO FURTADO **CPF:** 054.087.568-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/11/1963

Experiência Profissional:

xperiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Especialista do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro de 2021, sendo Membro desse Comitê desde maio de 2018. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou em organizações do terceiro setor: Fibria/Suzano: Membro do Comitê de Sustentabilidade desde março de 2018; Instituto Arapyáú, Diretor Executivo de 2013 a 2017; WRI – World Resource Institute no Brasil: Presidente do Conselho; Conectas Direitos Humanos: Membro do Conselho; Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura: Facilitador desde 2016; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas: Membro do Grupo de Trabalho de Longo Prazo, também co-liderou o grupo de Agricultura e Florestas; Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow Program, nomeado em 2011; Organização Ambientalista Greenpeace: Diretor Executivo do Greenpeace Brasil de 2008 a 2013, Diretor de Campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima;Energia e Poluição de 2005 a 2008, Greenpeace Internacional de 1990 a 2005. Formação acadêmica: Engenheiro Químico com mestrado na USP/POLI em Energias Renováveis.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Membro Especialista do Comitê de Sustentabilidade		08/05/2024	Sim	30/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: MÁRCIO FRÓES TORRES **CPF:** 983.816.797-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 12/05/1968

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos:

Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração desde outubro/2020. Presidente do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde outubro/2020 . Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde outubro/2020. Membro do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.

DX Ventures: Membro do Comitê de Investimento do DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multi Estratégia Investimento no Exterior desde agosto/2021;

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Gerdau S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril/2019 a abril/2021 e membro do Comitê de Remuneração desde julho/2020 a abril/2021;

Falconi Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde dezembro/2019;

FRST Falconi: Membro do Comitê de Administração desde dezembro/2019;

Falconi Capital: Membro do Comitê Consultivo desde outubro/2018; e

Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e na AB-Inbev: atuação por 25 anos, exerceu funções em diferentes áreas até abril/2017, tendo sido Vice-Presidente de Gente e Gestão e VP de Supply para a America Latina e America do Norte, Vice-Presidente de Vendas do Canadá, CEO da Labatt Brewing Company, e em 2014 assumido concomitantemente as posições de CEO da Cerveceria y Malteria Quilmes, Zone President da AB-Inbev para os países da América do Sul exceto Brasil e Executive Board Member na AB-Inbev.

Formação Acadêmica: Engenheiro Químico formado pela UFRJ em 1993 e master em Tecnologia Cervejeira pela Universidad Politécnica de Madrid em 1998. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	08/05/2024	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		08/05/2024	Sim	29/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionada		08/05/2024	Sim	29/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê Digital		08/05/2024	Sim	08/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCOS CAMPOS BICUDO **CPF:** 075.620.507-75 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/11/1962

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos:

Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração, desde junho/2023. Presidente do Comitê de Sustentabilidade desde agosto/2023. Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Vedacit do Nordeste S.A (Grupo Otto Baumgart): Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas. Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Setor de atuação: organização do terceiro setor voltada a questões relacionadas a desenvolvimento sustentável.

Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC.

Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	08/05/2024	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		08/05/2024	Sim	02/08/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê para Avaliação com Partes Relacionadas		08/05/2024	Sim	02/08/2023
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	26/04/2024	1 ano			26/04/2024	Sim	26/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: PAULA LUCAS SETUBAL **CPF:** 295.243.528-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 09/06/1982

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheira não Executiva): Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2020 a março/2022 e do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido Ouvinte do (i) Conselho de Administração de fevereiro/2020 a maio/2020 e (ii) do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de fevereiro/2020 a maio/2020 e durante o ano de 2017 e Membro do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Ouvinte do Conselho de Administração desde fevereiro/2020. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú Social: Membro do Conselho Consultivo (Grupo Orientador) desde fevereiro/2017; Family Office: Membro do Conselho Familiar de 2011 a 2016, tendo sido Coordenadora de 2012 a 2014; Colégio Santa Cruz: Professora de Educação Infantil de 2011 a 2016. Formação Acadêmica: Pedagoga formada, em 2003, e pós-graduada em Psicopedagogia, em 2006, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano			08/05/2024	Sim	13/12/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		08/05/2024	Sim	06/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RICARDO EGYDIO SETUBAL **CPF:** 033.033.518-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/04/1962

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008, tendo sido Vice-Presidente de abril/2009 a abril/2017; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a maio/2020; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde abril/2018; Membro do Comitê de Finanças desde agosto/2023; Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de maio de 2020 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022, tendo sido também de abril/2018 a maio/2019, de abril/2016 a maio/2017, de abril/2014 a abril/2015, de abril/2012 a abril/2013 e de março/2010 a maio/2011. Setor de atuação: construção civil, material para construção e decoração.

Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:

Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril/2009; Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de maio/2021 a abril/2022; Membro dos Comitês de Governança e Pessoas e de Auditoria desde agosto/2022; Cooordenador interino do Comitê de Sustentabilidade e Riscos desde agosto/2022 e Membro desde maio/2021; Membro da Comissão de Auditoria e Riscos desde abril/2017; Membro das Comissões de Mercado de Capitais desde maio/2009, de Finanças, de Investimentos, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020, e de Sustentabilidade desde junho/2019, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a maio/2010. Setor de atuação: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec: Membro do Conselho de Administração, tendo sido Presidente de fevereiro/2010 a agosto/2019, Conselho Suplente de abril/2009 a janeiro/2010 e Efetivo de abril/1999 a abril/2008; Membro do Comitê de Divulgação de setembro/2010 a agosto/2019, Diretor Vice-Presidente Executivo de abril/1999 a janeiro/2010; Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Pessoas e Governança de setembro/2010 a janeiro/2015. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Conselho de Administração de março/2014 a março/2019, tendo sido Vice-Presidente de março/2016 a março/2018 e Presidente de março/2018 a março/2019.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		08/05/2024	Sim	27/04/2018
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano			08/05/2024	Sim	02/08/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RODOLFO VILLELA MARINO **CPF:** 271.943.018-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 14/11/1975

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008 e Membro Titular desde agosto/2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido membro de abril/2018 a maio/2019, e de novembro/2009 a maio/2017, Presidente do Comitê de Sustentabilidade de maio/2019 a agosto de 2023 e membro desde novembro/2009; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio/2019 a maio/2020, tendo sido também de maio/2017 a abril/2018, de abril/2015 a abril/2016, de abril/2013 a abril/2014, de maio/2011 a abril/2012 e de novembro/2009 a abril/2010 e Membro do Comitê de Finanças de dezembro/2021 a agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.

Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:

Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abr/11; Diretor Vice-Presidente Executivo desde mai/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de mai/2015 a abr/2022; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação (hoje Comissão de Mercado de Capitais) desde mai/2009. Setor de atuação: holding.

Alpargatas S.A.: Membro do Conselho de Administração desde set/2017, Membro dos Comitês de Estratégia e de Gente desde out/2017, e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário desde abr/2018. Setor: têxtil e vestuário.

Copa Energia S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde dez/2020. Setor de Atuação: distribuição de gás liquefeito de petróleo.

Aegea Saneamento e Participações S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração desde jul/2021. Setor de atuação: serviços de saneamento básico.

Rudric Ith Participações Ltda.: Diretor Gerente desde abr/05. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras.

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Fundação Itaú para Educação e Cultura: Membro do Conselho Curador desde maio/2019;

Instituto Unibanco: Membro do Conselho de Administração desde abril/2014;

Instituto PDR: Membro do Conselho Consultivo e Fiscal desde fevereiro/2014;

Associação Pró-Dança: Presidente do Conselho Consultivo desde setembro/2019;

Sociedade de Cultura Artística: Membro do Conselho Consultivo desde junho/2020;

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro da Comissão de Sustentabilidade desde agosto/2019;

IEDI - Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial: Membro do Conselho de Administração desde agosto/2015;

Todos pela Educação: Membro do Conselho de Governança desde abril/2019;

Instituto Yandeh: Membro do Conselho Fiscal desde agosto/2017;

IBÁ – Instituto Brasileiro de Árvores: Membro do Conselho Consultivo desde dezembro/2017;

Young Presidents Organization - YPO/WPO: Membro desde dezembro/2011;

Associação Comunitária Despertar: Diretor Presidente desde abril/2020;

Todavia Livros: Membro do Conselho de Administração desde março/2018;

Tempo Livre PTE Ltd ("Cariuma"): Membro do Conselho de Administração desde dezembro/2017;

Instituto Alicerce Educação: Conselheiro e Membro do Comitê de Impacto – desde janeiro/2021;

Livraria Dois Pontos Comércio Eletrônico S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março/2021.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela FGV. Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela LSE ±London School of Economics and Political Science.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		08/05/2024	Sim	04/11/2009

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação	08/05/2024	Sim	06/05/2020
----------------	----------------------------	------------	-------	--	------------	-----	------------

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RICARDO VILLELA MARINO	252.398.288-90	ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
PAULA LUCAS SETUBAL	295.243.528-69	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	
Conselheira Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL	007.738.228-52	ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
HELIO SEIBEL	533.792.848-15	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Conselheiro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Administrador do emissor ou controlada

ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	
Conselheiro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Pessoa relacionada

HELIO SEIBEL	533.792.848-15	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Administrador do emissor ou controlada

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	066.530.838-88	DEXCO S.A.	97.837.181/0001-47	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Pessoa relacionada

ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA	066.530.828-06	ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretoria Vice-Presidente Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela é Diretora Executiva "B" da Companhia ESA (CNPJ: 52.117.397/0001-98)

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

ALFREDO EGYDIO SETUBAL	014.414.218-07	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008

Administrador do Emissor

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	066.530.838-88	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Diretor Vice-Presidente da Itaúsa

Administrador do Emissor

HELIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LIGNA FLORESTAL LTDA.	10.696.007/0001-43		
Diretor Superintendente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Hélio Seibel é Diretor Superintendente desde 1983			
Administrador do Emissor			
HELIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS AMP; FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Hélio Seibel é Presidente do Conselho de Administração da Léo Madeiras, Máquinas amp; Ferragens desde novembro de 2015			
Administrador do Emissor			
HELIO SEIBEL	533.792.848-15	Subordinação	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MELNICK EVEN DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A	12.181.987/0001-77		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Hélio Seibel é Membro do Conselho de Administração desde nov/2020 Vendas realizadas para a Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A via canal Engenharia			
Administrador do Emissor			
ANDREA LASERNA SEIBEL	140.725.018-32	Subordinação	Cliente
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS AMP; FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Diretora Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Andrea Seibel é Diretora Geral da Léo Madeiras, Máquinas e Ferragens desde jan/2013			
Administrador do Emissor			
RICARDO EGYDIO SETUBAL	033.033.518-99	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2009 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022			
Administrador do Emissor			
RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abr/2011 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022			
Administrador do Emissor			
ALEXANDRE DE BARROS	040.036.688-63	Subordinação	Cliente
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04		
Membro do Comitê de Auditoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Membro do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco desde dez/2019
A Companhia atende o Itaú de forma indireta por meio do canal Engenharia

Administrador do Emissor

PAULA LUCAS SETUBAL	295.243.528-69	Controle	Controlador Direto
Membra Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Ouvinte do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Ouvinte do Conselho de Administração da Itaúsa desde fev/2020

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

ALFREDO EGYDIO SETUBAL	014.414.218-07	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008

Administrador do Emissor

ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	Controle	Controlador Direto
---------------------	----------------	----------	--------------------

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Sócio Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Alex Seibel é Sócio Diretor da HS Investimentos S.A desde 2013			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HELIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Hélio Seibel é Diretor Presidente da HS Investimento desde nov/2013			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor**

ALFREDO EGYDIO SETUBAL	014.414.218-07	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A.	61.532.644/0001-15		
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia mantém vigente seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), que tem por objeto garantir aos administradores da Emissora e de todas as sociedades nas quais a Emissora detêm participação societária, direta ou indiretamente, nos termos da apólice, o pagamento ou reembolso de despesas caso o patrimônio pessoal dos administradores seja atingido em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluído, mas não limitado, àqueles de natureza cível, trabalhistas, tributária, consumerista ou previdenciária, em função de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica, relacionados às atividades da Emissora, bem como em decorrência de qualquer reivindicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral, imputando descumprimento de leis ou normativos federais, estaduais e/ou municipais, ou normas estrangeiras, reguladoras de valores mobiliários.

Referida apólice exclui de cobertura a prática de:

- (i) atos que assegurem ao administrador a obtenção de lucro ou vantagem pessoal à qual ele legalmente não tenha direito; e
- (ii) atos dolosos ou culpa grave equiparável ao dolo praticados por administrador ou por qualquer terceiro em benefício desse administrador.

A atual apólice prevê como limite de cobertura o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sujeito a sublimites e franquias para cada cobertura contratada.

Em 2022, o valor negociado do prêmio do seguro de responsabilidade civil para os administradores, com vigência da apólice de: 22.05.2022 a 22.07.2023, foi de R\$ 454 mil, incluído o IOF.

Adicionalmente, a Companhia informa que não há contratos de indenidade celebrados com os administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Informações sobre as Assembleias Gerais realizadas nos 3 últimos exercícios sociais:

Data de Realização das Assembleias	Instalação em 2ª Convocação	Quórum de Instalação
		Ações Ordinárias
AGE de 31.01.2020	Não	81,95%
AGO de 30.04.2020	Não	80,96%
AGE de 30.04.2020	Não	82,77%
AGE de 29.10.2020	Não	75,17%
AGO de 29.04.2021	Não	85,56%
AGE de 29.04.2021	Não	87,26%
AGE de 18.08.2021	Não	87,15%
AGE de 28.04.2022	Não	86,13%
AGO de 28.04.2022	Não	86,12%
AGO de 27.04.2023	Não	85,42%
AGE de 27.04.2023	Não	87,9%
AGE de 23.06.2023	Não	77,61%

Informações sobre as reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento realizadas no último exercício social:

Conselho/Comitê	Nº de reuniões em 2022
Conselho de Administração	25 ¹
Conselho Fiscal	5
Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos	11
Comitê de Finanças	4
Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação	8
Comitê de Sustentabilidade	8
Comitê de TI e Inovação Digital	10
Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas	4

¹ Média de presença nas 25 reuniões do Conselho de Administração em 2022: 100%

7.8 Outras informações relevantes

Informações sobre a média de mandatos consecutivos do Conselho de Administração:

2022	13,44 anos
2021	13,33 anos
2020	11,56 anos

Histórico de cálculo da média de mandatos consecutivos calculados conforme as eleições dos respectivos membros na Companhia, inclusive as eleições desses na Duratex S.A. (CNPJ 61.194.080/0001-58), empresa incorporada pela Companhia em 31.08.2009, independentemente da nomenclatura dos cargos nesses órgãos.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia, aprovada em 28 de abril de 2021 pelo Conselho de Administração e divulgada no site da Comissão de Valores Mobiliários, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no website da Companhia (<https://ri.dex.co/>), visa a atrair, reter e engajar os melhores profissionais possibilitando, assim, que a Companhia atinja um desempenho superior. A remuneração é estabelecida e atualizada com base em pesquisas de mercado que considera as grandes empresas de diversos setores, a fim de manter o pacote de remuneração competitivo.

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária, o pacote de remuneração, além da parcela fixa mensal, contempla a parcela variável, que propicia aos seus membros compartilhar os riscos relativos à gestão do negócio e aos seus resultados, permitindo, assim, um maior alinhamento de interesses entre os administradores e acionistas da Companhia, no esforço conjunto de assegurar a sua perenidade.

Nos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração apenas os presidentes e especialistas são remunerados e o montante dispendido é considerado na verba global anual do Conselho de Administração aprovado pela Assembleia Geral.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

O processo decisório é conduzido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Companhia baseando-se nos estudos de posicionamento a mercado e avaliação de performance.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos a metodologia de job pricing ou comparação do conteúdo do cargo e, com base nisso, buscamos as práticas de mercado por meio de um painel de empresas definidas para o ano. O estudo visa comparar o potencial de ganho do RDA (Remuneração Direta Alvo / Salário Base + Incentivos de Curto Prazo Target + Incentivos de longo prazo Target) dos executivos da Dexco frente aos executivos do painel de empresas selecionadas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem “ii” acima conduzido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Remuneração Fixa: A remuneração fixa é definida pelo valor mensal pago a título de honorários para remunerar os administradores da Dexco em função do cargo exercido.

Os valores pagos a título de honorários normalmente ficam alinhados com a mediana do mercado, permitindo assim que a Companhia direcione parte significativa da remuneração total para os incentivos variáveis de curto e longo prazos.

Elegibilidade: Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e não Estatutária, bem como presidentes e especialistas dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Remuneração Variável: Compõe-se de Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo (Plano de Outorga de Opções de Ações de agosto/2009 a dezembro/2019 e Plano de Incentivo de Longo Prazo a partir de 2020).

O objetivo dos Incentivos de Curto Prazo é reconhecer e recompensar os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária pelo resultado do ano (período de 12 meses), estimulando-os a atingir e superar metas e resultados, de acordo com o desempenho individual, da respectiva área de atuação e o desempenho global da organização.

Nos termos do Regulamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovado na AGO/E de 26.04.2019 conforme alterado nas AGO/Es de 30.04.2020 e de 29.04.2021 ("Novo Plano ILP"), com vigência a partir de 2020, que substitui o Plano de Outorga de Opções de Ações, aprovado na Assembleia Geral de 31.08.2009, e alterado em 25.04.2012 ("Plano de Opções"), parte do Incentivo de Curto Prazo poderá ser investido pelo participante/beneficiário elegível do incentivo "*Matching*", nos termos nele estabelecidos.

Elegibilidade: Diretoria Estatutária e não Estatutária

O objetivo dos Incentivos de Longo Prazo, pagos com base no novo Plano ILP, é reconhecer e recompensar os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária pelos resultados obtidos em períodos superiores a um ano, integrando-os no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, e permitindo-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação que trouxeram para as ações de emissão da Dexco.

A parcela variável contempla desde o exercício de 2020, os incentivos de *Performance Shares* e *Matching* previstos no regulamento do novo Plano ILP, sendo que da remuneração total dos administradores para posicionar os elegíveis na estratégia da empresa de P75 do mercado, poderá representar em torno de 25% do pacote de remuneração total.

Uma vez que o regulamento do novo Plano ILP tem vigência a partir do exercício de 2020, é importante ressaltar que o Plano de Opções segue contemplado e referenciado como Incentivo de Longo Prazo até o exercício de 2019, em decorrência das outorgas ativas, conforme verificaremos abaixo.

Benefícios: Compõe, ainda, o pacote de remuneração da Dexco um conjunto de benefícios que visam melhorar a qualidade de vida e prover os administradores e seus dependentes legais de planos adequados de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida em grupo.

Elegibilidade: Membros do Conselho de Administração (exceto os independentes) e membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária.

8.1 Política ou prática de remuneração

É importante ressaltar que a Dexco possui, no âmbito do Conselho de Administração, o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação que avalia a estratégia e a remuneração a ser adotada para captação, retenção e engajamento de novos profissionais, e que, posteriormente, é aprovada pelo Conselho de Administração.

A composição da remuneração definida para os administradores da Dexco está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos, sendo que a remuneração fixa reflete a mediana de mercado, e a composição da remuneração fixa adicionada à variável de curto prazo pode chegar no terceiro quartil de mercado. Esta combinação visa a atração e retenção de profissionais, com foco no alcance e superação de resultados. A parcela variável sofre os impactos diretos dos resultados obtidos no curto prazo (períodos de 12 meses) e no longo prazo (períodos superiores a um ano). Em linhas gerais, o pacote de remuneração total dos Diretores Estatutários contempla de 30% a 40% na parte fixa, conseqüentemente, de 70% a 60% na parte variável, formada pelos incentivos de curto e de longo prazos.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

ANO 2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	99,9%	29,6%	99,9%
Incentivos de Curto Prazo	0,0%	38,9%	0,0%
Incentivos de Longo Prazo	0,0%	29,9%	0,0%
Benefícios	0,1%	1,5%	0,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

ANO 2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	99,9%	28,5%	100,0%
Incentivos de Curto Prazo	0,0%	45,0%	0,0%
Incentivos de Longo Prazo	0,0%	25,0%	0,0%
Benefícios	0,1%	1,5%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

ANO 2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	98,6%	29,9%	0,0%
Incentivos de Curto Prazo	0,0%	47,6%	0,0%
Incentivos de Longo Prazo	0,0%	15,3%	0,0%
Benefícios	1,4%	7,1%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	0,0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os valores de remuneração pagos pela Dexco aos seus administradores são definidos em função da importância e do peso relativo do cargo na estrutura organizacional e da estratégia de posicionamento frente ao mercado.

O reajuste ocorre periodicamente, se aplicável, após a realização de pesquisas de remuneração, realizadas anualmente por empresas especializadas no assunto, por meio das quais são comparados os valores praticados pela Dexco com o mercado e aferidos o grau de competitividade e necessidade de ajuste dos valores praticados.

Essas pesquisas englobam todos os elementos da remuneração.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

8.1 Política ou prática de remuneração

Os principais indicadores de desempenho estão atrelados aos resultados financeiros da Companhia, EBITDA e Fluxo de Caixa Livre, além de projetos e metas específicas de cada área de negócio, bem como um conjunto de metas individuais de cada administrador, no conceito de contrato de metas. As metas incluem questões ASG, em cumprimento à sua Política ESG que traça a estratégia de Sustentabilidade, a estrutura de Governança, como também, o tratamento do Social

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Dexco busca, com a atual composição da remuneração, proporcionar atratividade em relação ao mercado, retenção e engajamento dos profissionais em relação à perenidade e à criação de valor para a Companhia. Para tanto adota um modelo no qual atrela reconhecimento e recompensa à obtenção de resultados significativos para o negócio.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros da administração são remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,92	8,08	3	23,00
Nº de membros remunerados	11,92	8,08	3	23,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.851.264,00	11.137.892,00	410.400,00	16.399.556,00
Benefícios direto e indireto	3.384,32	662.378,07	420,48	666.182,87
Participações em comitês	1.497.312,00	0,00	0,00	1.497.312,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	22.920.266,25	0,00	22.920.266,25
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	75.600,00	2.612.480,60	0,00	2.688.080,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.687.380,43	0,00	9.687.380,43
Observação		Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.		
Total da remuneração	6.427.560,32	47.020.397,35	410.820,48	53.858.778,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,33	9	3	24,33
Nº de membros remunerados	12,33	9	3	24,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.803.266,67	12.239.369,00	399.680,00	17.442.315,67
Benefícios direto e indireto	3.337,60	625.061,88	396,24	628.795,72
Participações em comitês	1.360.000,00	0,00	0,00	1.360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	16.086.453,99	0,00	16.086.453,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	75.600,00	2.612.480,60	0,00	2.688.080,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.355.317,91	0,00	12.355.317,91
Observação		Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.		
Total da remuneração	6.242.204,27	43.918.683,38	400.076,24	50.560.963,89

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	8,83	3	24,58
Nº de membros remunerados	12,75	8,83	3	24,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.281.500,00	11.159.336,00	256.800,00	16.697.636,00
Benefícios direto e indireto	4.418,00	601.204,00	208,00	605.830,00
Participações em comitês	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	16.074.554,00	0,00	16.074.554,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	75.600,00	2.146.882,00	0,00	2.222.482,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.758.250,00	0,00	9.758.250,00
Observação		Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.		
Total da remuneração	6.561.518,00	39.740.226,00	257.008,00	46.558.752,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,58	9	0	21,58
Nº de membros remunerados	12,58	9	0	21,58
Esclarecimento			Não houve instalação de Conselho Fiscal neste ano.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.818.000,00	11.023.068,00	0,00	15.841.068,00
Benefícios direto e indireto	9.550,00	584.274,71	0,00	593.824,71
Participações em comitês	693.833,00	0,00	0,00	693.833,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.575.887,64	0,00	17.575.887,64
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	66.150,00	2.052.281,63	0,00	2.118.431,63
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.660.994,13	0,00	5.660.994,13
Observação	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.		
Total da remuneração	5.587.533,00	36.896.506,11	0,00	42.484.039,11

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,08		8,08
N° de membros remunerados		8,08		8,08
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		853.519,00		853.519,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		22.920.266,00		22.920.266,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12.224.142,00		12.224.142,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		9		9,00
N° de membros remunerados		9		9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		974.841,00		974.841,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		27.356.874,00		27.356.874,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		14.573.674,00		14.573.674,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		16.086.453,99		16.086.453,99

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,83		8,83
N° de membros remunerados		8,83		8,83
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		4.319.364,00		4.319.364,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		19.437.138,00		19.437.138,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12.958.092,00		12.958.092,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		16.074.554,00		16.074.554,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		9		9,00
N° de membros remunerados		9		9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		4.174.356,00		4.174.356,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		18.784.602,00		18.784.602,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12.523.068,00		12.523.068,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		17.575.888,00		17.575.888,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia aprovou um Plano de Outorga de Opções de Ações (“Plano de Opções”), conforme aprovado na Assembleia Geral de 31.08.2009 e alterado em 25.04.2012, dentro do pacote de remuneração em vigor no último exercício social à época, que era composto da parcela fixa mensal e da parcela variável que contemplava Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo, para as quais são observadas as outorgas vigentes sob sua regência.

A partir do exercício de 2020, a remuneração variável ocorreu sob a vigência do Regulamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovado na AGO/E de 26.04.2019 e rerratificado na AGOE de 30.04.2020 (“novo Plano ILP”), que substituiu o Plano de Opções acima mencionado.

O novo Plano ILP instituído pela Companhia e em vigor, confere aos diretores da Companhia o direito, de observadas as condições estabelecidas no Plano ILP, no Estatuto Social da Companhia e na regulamentação em vigor, subscrever ações ordinárias da Dexco, dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao novo Plano ILP são propostos por comitê designado pelo Conselho de Administração da Companhia para os fins do cumprimento do novo Plano ILP (“Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação”).

b. data de aprovação e órgão responsável

Periodicamente, o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação submeterá à aprovação do Conselho de Administração, as propostas relativas à aplicação do novo Plano ILP, incluindo a indicação de qual diretor da Companhia se aplicará o incentivo de *Performance Shares* e/ou *Matching*, bem como a respectiva quantidade de ações a que terá direito.

As ações serão pessoais e intransferíveis, salvo por sucessão “causa mortis”.

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

c. número máximo de ações abrangidas

No novo Plano ILP, a quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% da totalidade das ações da Companhia que os acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

De acordo com o Plano de Opções, a quantidade total de opções à época outorgadas em cada exercício não ultrapassava o limite máximo de 0,5% da totalidade das ações da Companhia que os acionistas majoritários e minoritários possuíam na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

No novo Plano ILP não oferece opções.

e. condições de aquisições de ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Uma vez cumprido o período de carência, o titular das opções avisava à época à área responsável pelo gerenciamento do Plano de Opções na Companhia a data em que exerceria as opções, com antecedência mínima de 48 horas.

O titular de mais de uma série de opções exercitáveis poderia exercer, total ou parcialmente, as opções a que tinha direito.

As ações adquiridas pelo referido Plano faziam jus a dividendos e demais proventos.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

No âmbito do Plano Performance shares, serão transferidas ações de emissão da Dexco aos diretores em caso de atingimento da meta de performance, com base no planejamento estratégico da Dexco para o período de 5 anos.

A meta de Performance será definida pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Dexco anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração.

Novo Plano ILP: *Matching*

A Dexco convidará o Beneficiário a investir percentual líquido recebido do seu incentivo de curto prazo ("ICP"), mediante a compra de ações da Companhia.

O *Matching* das ações será efetuado na forma a seguir descrita: (i) ao completar 4 anos de investimento a Dexco procederá a transferência 50% das ações ao Beneficiário, somente as ações transferidas poderão ser comercializadas pelo Beneficiário (ii) ao completar 5 anos de investimento a Dexco concluirá a integralidade do aporte de 100% do *Matching* através da transferência dos 50% restante das ações ao Beneficiário.

Para ter direito ao *Matching* completo, o Beneficiário não poderá comercializar as ações compradas por ele no momento do investimento até que se complete a carência de 5 anos, ou seja, caso o Beneficiário venda as ações antes do prazo de 5 anos, perderá o direito ao *Matching*.

A transferência está condicionada à permanência do Beneficiário na Dexco e à manutenção do investimento efetivado com a compra das ações.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções (última outorga em 2019)

O preço de exercício a ser pago à Companhia, era fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção.

Para a fixação do preço de exercício das opções em geral, o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação considerava a média dos preços das ações ordinárias da Companhia nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da outorga das opções, sendo facultado, ainda, ajuste de até 30% para mais ou para menos.

Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação designar, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Não há exercício de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência. O valor de referência para a outorga das ações é a média do valor dos últimos 30 pregões na B3.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Novo Plano ILP: *Matching*

Não há.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As opções, sem prejuízo do prazo de vigência, só poderiam ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

O período de carência de cada série era fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na emissão, podendo sua duração variar entre os prazos de AE+1 ano e AE+5 anos, sendo AE o ano civil de emissão, de modo que a carência sempre terminava no último dia do último ano civil desse prazo.

O período de carência se extinguirá se ocorrer o desligamento do titular nas condições previstas ou o seu falecimento.

Os períodos de suspensão do exercício de opções eram determinados, quando necessário, para ordenar os trabalhos de subscrição.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Não há exercício de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência. O valor de referência para a outorga das ações é a média do valor dos últimos 30 pregões na B3.

Período de carência: 5 anos da data da outorga.

Novo Plano ILP: *Matching*

Não há.

Período de carência: 50% das ações transferidas ao executivo ao completar 4 anos da outorga e os outros 50% ao completar 5 anos da outorga.

h. forma de liquidação

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As Opções têm vigência pelo prazo que o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação fixar ao outorgá-las, ficando automaticamente extintas no término desse prazo.

A vigência de cada série tinha início na data da respectiva emissão e término no final de um período que podia variar entre o mínimo de AE+5 anos e o máximo de AE+10 anos, entendendo-se por AE (Ano da Emissão) o ano civil da emissão, de modo que a vigência sempre terminasse no último dia útil do último ano civil desse prazo.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Não há liquidação de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência.

Novo Plano ILP: *Matching*

Não há liquidação de ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

i. restrições à transferência das ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

O titular podia dispor livremente de metade das ações que tivesse subscrito mediante o exercício da opção.

A outra metade ficava indisponível pelo prazo de 2 anos contado a partir da data do exercício de opção, averbando-se essa indisponibilidade na forma e para os fins previstos no artigo 40 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

A indisponibilidade da metade das ações submetidas não era aplicada na subscrição de ações mediante exercício de opção no último semestre do prazo de vigência.

No início do último semestre de vigência da outorga, todas as ações até então indisponíveis referente a respectiva outorga ficavam liberadas.

A indisponibilidade de metade das ações exercidas, também não era aplicada com relação às ações subscritas, a qualquer tempo, por titular desligado nas condições previstas no plano ou por sucessores de titular falecido.

As ações gravadas com indisponibilidade ficavam liberadas se e quando ocorresse o desligamento nas condições previstas ou o falecimento do titular.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Observada a carência para o recebimento, não há restrições à transferência.

Novo Plano ILP: *Matching*

Observada a carência para o recebimento, não há restrições à transferência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opções (última outorga em 2019)

Para preservar a finalidade do Plano de Opções, as quantidades de opções outorgadas e ainda não exercidas, ou seu preço de exercício, podiam ser ajustados para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados, quando o patamar das cotações das ações da Companhia na B3 se alterava de forma significativa, em razão de decisões do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da Companhia sobre (a) desdobramento, grupamento ou bonificação de ações; (b) emissão de quantidade elevada de ações para aumento de capital; (c) distribuição de dividendos, juros remuneratórios do capital e/ou bonificações em dinheiro, em montantes excepcionais; (d) fusão, incorporação, cisão ou aquisição do controle de instituições de grande porte; (e) outros procedimentos de semelhante natureza e relevância.

O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação apresentava as propostas de ajustes para aprovação do Conselho de Administração.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

Novo Plano ILP: *Matching*

Só haverá opção de *Matching*, que é a compra de ações por parte do executivo, se houver pagamento da remuneração variável, onde ele poderá dispor de 25% a 75% (conforme nível) para efetuar a compra das ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As Opções cujos titulares que se desligaram ou foram desligados da Companhia e/ou de empresas controladas tem sua vigência extinta de pleno direito. As Opções de diretores se extinguem na data em que deixam o exercício do cargo, seja por renúncia, seja por iniciativa do órgão que os elegeu.

O Conselho de Administração pode aprovar a não extinção se o desligamento do diretor se der em razão de não reeleição. Nesse caso, as opções de titularidade do beneficiário podem ser exercidas até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 anos contados a partir da data de desligamento, prevalecendo o que primeiro expirar.

Falecendo o titular das Opções antes do desligamento, os sucessores podem exercê-las até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 anos contados a partir da data do óbito, prevalecendo o prazo que primeiro expirar.

Se o falecimento se der após o desligamento, os sucessores podem exercer as opções durante o prazo de vigência que restar para o titular.

Novo Plano ILP: *Performance shares*

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 37º mês, o diretor receberá, ao final do período de 5 anos, ações em quantidade proporcional ao período trabalhado. Ocorrendo o desligamento voluntário (renúncia), o diretor perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

Novo Plano ILP: *Matching*

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 13º mês da concessão, o diretor terá direito ao *Matching pro rata temporis* a ser quitado ao final do 5º ano. Ocorrendo o desligamento voluntário, o diretor perderá o direito ao *Matching*.

Em relação ao novo Plano ILP, ele se insere como parte essencial e relevante da remuneração total dos administradores para posicionar os elegíveis na estratégia da empresa de P75 do mercado, podendo representar em torno de 25% do pacote de remuneração total.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,08		8,08
N° de membros remunerados		8,08		8,08
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,17%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		13,90		13,90
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		9		9,00
N° de membros remunerados		9		9,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,17%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		15,42		15,42
Perdidas e expiradas durante o exercício social		15,97		15,97
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,83		8,83
N° de membros remunerados		8,83		8,83
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,19%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		15,01		15,01
Perdidas e expiradas durante o exercício social		17,24		17,24
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		9		9,00
N° de membros remunerados		9		9,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,26%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		11,94		11,94
Perdidas e expiradas durante o exercício social		14,63		14,63
Exercidas durante o exercício social		10,40		10,40

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não foram feitas outorgas de opções de compra de ações nos últimos 3 exercícios sociais, a última outorga de opções foi feita em 2019.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opção em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas às outorgas de 2016, 2018 e 2019

	2016	2018	2019
	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	11,00	9,00	9,17
Nº de membros remunerados	11,00	9,00	9,17
Opções ainda não exercíveis¹			
Quantidade	A Companhia não possui opções que ainda não são exercíveis		
Data em que se tornarão exercíveis			
Prazo máximo para exercício das opções			
Prazo de restrição à transferência das ações			
Preço médio ponderado de exercício			
Valor justo das opções no último dia do exercício social			
Opções exercíveis			
Quantidade	-	550.799	1.139.490
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2024	31/12/2026	31/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,60	R\$ 15,67	R\$ 15,43
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 4,00	R\$ 5,19	R\$ 5,17
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 2.858.646,81	R\$ 5.891.163,30

1. Não existem "Opções ainda não exercíveis".

Conforme esclarecido no item 8.1, não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, razão pela qual não há informação a ser prestada neste item em relação a estes órgãos.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos exercícios sociais de 2021 e 2022 não foram exercidas opções outorgadas pela Companhia para a diretoria estatutária, contudo, em 2020 foram exercidas opções conforme tabela abaixo, considerando ano de outorga.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11
Nº de membros remunerados	5
Número de ações	382.568
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	10,40
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$)	18,49
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	3.094.975,12

Conforme esclarecido no item 8.1., não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, razão pela qual não há informação a ser prestada neste item em relação a estes órgãos.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	Ações			
	Ano da outorga de ações	2020	2021	2022
Nº. total de membros	9,00	8,83	9,00	8,08
Nº. de membros remunerados	9,00	8,83	9,00	8,08
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,12%	0,08%	0,12%	0,13%

Este item não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por não possuir remuneração variável. O número de membros na tabela a seguir leva em conta o período de mandato.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações entregues – outorgas realizadas nos meses de abril 2020, abril 2021 e abril 2022 bem como previsão para abril de 2023

	2020	2021	2022	PREVISÃO 2023 Previsão
	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros (1)	9,00	9,00	9,00	8,08
Nº de membros remunerados (2)	9,00	9,00	9,00	8,08
Data de outorga	01/04/2020	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	815.947	501.438	878.584	1.081.991
Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2024	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Valor justo das ações na data da outorga	12,22	18,61	13,74	6,82
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	9.970.872	9.331.756	12.071.748	7.379.179

(1) Número de membros da Diretoria Estatutária ativos no quadro previsto na data da outorga

(2) Número de diretores que possuíam opções outorgadas no último dia do exercício social.

O reconhecimento contábil das outorgas foi realizado de acordo com o CPC10.

A informação não contempla Conselho de Administração e Conselho Fiscal uma vez que estes órgãos não são elegíveis a este módulo de pagamento. Ainda, o número de membros na tabela acima leva em conta o período de mandato.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram entregues efetivamente ações aos Diretores Estatutários nos últimos três exercícios sociais. As outorgas entregues nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, ainda estão em período de carência. Ainda, conforme descrito no item 8.1, Conselho de Administração e Conselho fiscal não são elegíveis a remunerações variáveis, logo, não possuem informações a serem reportadas neste item.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

As outorgas realizadas sob a regência do Plano de Outorga de Opções de Ações vigente até o final de 2019, utilizavam o modelo Binomial para as opções que pressupunha a existência de duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, era construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determinasse o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo foi realizado pelo método *Backward Induction* (indução para trás), partindo do último ponto no vencimento até o ponto de partida.

Para os planos de *Performance Shares* e *Matching*, as informações detalhadas constam do item 8.4.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação Binomial adotado no Plano de Opções levava em consideração na precificação as premissas de preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade, taxa de retorno de dividendos, taxa livre de risco, prazo de carência e prazo de vida da opção, e eram utilizadas as seguintes premissas:

- Preço do Ativo-objeto: o preço das ações da Dexco (DXCO3) utilizado para o cálculo era o preço de fechamento da B3;
- Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utilizava-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;
- Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários de fechamento da ação DXCO3, divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M;
- Taxa de Dividendos: utilizada a taxa de 2%;
- Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada era o cupom de IGP-M;
- Prazo de vida da opção: o prazo de vida da opção era estabelecido na ocasião de sua emissão;
- Prazo de carência da opção: o prazo de carência da opção era estabelecido na ocasião de sua emissão.

Para os planos de *Performance Shares* e *Matching*, as informações detalhadas constam do item 8.4

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano de Opções da Dexco vigente até o final de 2019, previa um período de carência para cada série outorgada que poderia variar de 1 a 5 anos, a contar do ano da emissão da opção. Até o final do período de carência, não podia ocorrer o exercício das opções. O período de carência era definido quando da emissão das séries de opções. A partir do final do período de carência, a opção podia ser exercida a qualquer momento até o final do período de vigência fixado. A precificação das opções realizada através da árvore binomial levava em conta o período de carência do exercício das mesmas.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

8.12 Precificação das ações/opções

Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários dos preços de fechamento da ação DXCO3, ajustados pelo IGP-M.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A série histórica era ajustada em razão de desdobramentos, bonificações e grupamentos.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

A tabela abaixo contempla o total de valores mobiliários de emissão da Companhia e de sua Controladora, em 31 de dezembro de 2022:

	Categoria	Conselho de Administração ¹	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária ²
Emissor				
Dexco S.A.	Ações Ordinárias	22.013.366	471.000	2.872.291
Controlador				
Itaúsa S.A.	Ações Ordinárias	907.416.037	-	-
	Ações Preferenciais	520.753.192	19.011	-
Total		1.450.182.595	490.011	2.872.291

1 – Inclui posição de acionistas controladores que fazem parte do Conselho de Administração | 2 – Informação referente apenas aos membros da Diretoria Estatutária da Dexco, não contemplando pessoas vinculadas.

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	12,33	9
c. Número de membros remunerados	12,33	9
d. nome do plano	Plano PAI-CD	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1	2
f. condições para se aposentar antecipadamente	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.515.718	14.770.219
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	75.600	2.386.434
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições	

1. Plano PAI-CD refere-se ao plano de previdência privada da Dexco, é o plano de aposentadoria individual (PAI) com contribuição definida (CD).

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	9	8,83	9	12,33	12,75	12,58	3	3	0
Nº de membros remunerados	9	8,83	9	12,33	12,75	12,58	3	3	0
Valor da maior remuneraçãoReal	14.984.243,00	14.799.429,00	12.810.155,00	1.080.000,00	1.080.083,00	952.503,00	136.811,07	85.669,00	0
Valor da menor remuneraçãoReal	2.359.298,80	2.333.507,00	1.371.762,00	180.000,00	178.583,00	103.373,00	136.811,07	85.669,00	0
Valor médio da remuneraçãoReal	4.879.854,00	4.498.893,00	4.099.612,00	409.091,00	514.629,00	444.042,00	136.811,07	85.669,00	0

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2022; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros da Diretoria Estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2022; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2021	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2021; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros da Diretoria estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2021; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2020	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2020; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros da Diretoria estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2020; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2022; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2022; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento, além dos benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2021	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2021; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2021; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento, além dos benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2020	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2020; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2020; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento, além dos benefícios suportados pela Companhia.	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2023 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2022.	
31/12/2021	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2022 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2021.	
31/12/2020		Não houve instalação de Conselho Fiscal neste ano.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Abaixo, os percentuais da remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal reconhecida no resultado da Companhia que sejam partes relacionadas:

ANO 2023 - PREVISÃO	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	55,03%	0,00%	0,00%
ANO 2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	53,22%	0,00%	0,00%
ANO 2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	51,84%	0,00%	0,00%
ANO 2020	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	58,24%	0,00%	0,00%

Estão sendo considerados apenas membros do Conselho de Administração que também fazem parte do Bloco de Controle da Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram reconhecidos no resultado da Companhia, valores correspondentes a outras remunerações aos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que por qualquer razão pudessem ter sido exercidos fora da função que ocupam.

Não há previsão para o exercício social corrente, de qualquer pagamento de valores por outras funções que porventura possam eles ocupar.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

Não há previsão para o exercício corrente, de pagamento ou reconhecimento de valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Em complementação às informações do item 8.2., que apresenta a remuneração global dos administradores e membros do conselho fiscal, líquidos de encargos sociais de ônus do empregador, e em conformidade com a recomendação do Ofício-Circular/CVM/SEP 2023, destacamos a seguir os montantes dos encargos sociais incidentes de responsabilidade da Companhia.

ANO 2023 Previsão	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	6.348.576	34.058.158	410.400	40.817.134
INSS s/ Remuneração Fixa	1.269.715	2.227.578	82.080	3.579.374
INSS s/ Remuneração Variável	-	4.584.053	-	4.584.053
TOTAL INSS	1.269.715	6.811.632	82.080	8.163.427

ANO 2022	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	6.163.267	28.325.823	399.680	34.888.770
INSS s/ Remuneração Fixa	1.232.653	2.447.874	79.936	3.760.463
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.217.291	-	3.217.291
TOTAL INSS	1.232.653	5.665.165	79.936	6.977.754

ANO 2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	6.481.500	28.735.224	256.800	35.473.524
INSS s/ Remuneração Fixa	1.296.300	2.231.867	51.360	3.579.527
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.515.178	-	3.515.178
TOTAL INSS	1.296.300	5.747.045	51.360	7.094.705

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	5.511.833	28.598.956	-	34.110.789
INSS s/ Remuneração Fixa	1.102.367	2.204.614	-	3.306.980
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.515.178	-	3.515.178
TOTAL INSS	1.102.367	5.719.791	-	6.822.158

Ainda, com relação ao item 8.15 (Remuneração mínima, média e máxima), o montante descrito no “Valor da maior remuneração real” da Diretoria Estatutária, diz respeito a remuneração do Diretor Presidente da Companhia (CEO), no período em questão.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2020	01/01/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Em 2020, prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e revisão dos arquivos da Escrituração Contábil e Fiscal (ECF) e laudo de avaliação contábil para aporte na LD Celulose. Em 2021, prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e consultoria em projetos. Em 2022, prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e consultoria em projetos.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2020, totalizaram R\$ 2.147.000,00 (R\$ 1.858.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e na Colômbia e R \$289.000,00 referente aos serviços relativos à auditoria); Revisão dos arquivos da Escrituração Contábil e Fiscal (ECF) no montante de R\$ 169.000; Laudo de avaliação contábil para aporte na LD Celulose, contratado em 2020 no montante de R\$ 223.000,00; e Laudo de avaliação contábil de controlada, contratado em 2020 no montante de R\$ 165.000,00. Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2021, totalizaram R\$ 2.674.000,00 (R\$ 2.360.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e na Colômbia e R\$ 314.000,00 referente aos serviços relativos à auditoria) e serviços de consultoria R\$ 347.000,00. Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2022, totalizaram R\$ 2.715.000,00 (R\$ 2.449.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e na Colômbia e R\$ 266.000,00 referente aos serviços relativos à auditoria) e serviços de consultoria R\$ 345.000,00.			
Justificativa da substituição			
Período de rotação obrigatória, nos termos da regulamentação aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2024	01/01/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de Auditoria das informações trimestrais - ITR e demonstrações financeiras controladora e consolidada do ano de 2024			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

Tendo em vista que o exercício social de 2024 será o primeiro ano de serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. como auditoria independente da Companhia, ainda não houve a realização de qualquer remuneração a esta empresa.

Justificativa da substituição

Não Aplicável

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não Aplicável

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

(Item 9.3 com redação dada pela Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022)

Procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas.

A política de atuação da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2022, os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa:

- Consultoria em projetos, valor adicional ao contratado em 1 de julho de 2021, no valor de R\$ 344,6 mil.

O montante da contratação representa 12,7% do total de honorários de auditoria global das demonstrações financeiras para 2022.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa prestados à Companhia e suas controladas. A política de atuação com a Companhia e suas controladas na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

i. identidade autodeclarada de gênero

Homens	Mulheres	Total ¹
9.895	3.101	12.996

1 – Considera apenas as operações brasileiras, sem Castelatto

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

Cor ou Raça	Número de Empregados ¹	Percentual
Branca	7008	54%
Parda	4348	33%
Amarela	105	1%
Preta	1286	10%
Indígena	28	-
Não informado	221	2%
Total	12.996	100%

1 – Considera apenas as operações brasileiras, sem Castelatto

iii. faixa etária

Categoria Funcional	Até 30 anos	Entre 31 e 50 anos	A partir de 51 anos	Total
Conselho¹		7	13	20
Diretoria		6	8	14
Gerência		80	15	95
Coordenação	18	280	45	343
Superior	462	1109	104	1675
Supervisão	60	250	26	336
Técnico	89	405	60	554
Operacional	2327	5140	896	8363
Administrativo	378	656	87	1121
Aprendiz	473	1	1	475
Total	3807	7934	1255	12.996

1 - Considera membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e Fiscal, além de membros remunerados dos comitês de assessoramento ao Conselho.

10.1 Descrição dos recursos humanos

iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Categoria Funcional	Homens	Mulheres	Total¹
Conselho²	16	4	20
Diretoria	12	2	14
Gerência	67	28	95
Coordenação	240	103	343
Superior	1055	620	1675
Supervisão	244	92	336
Técnico	499	55	554
Operacional	6988	1375	8363
Administrativo	608	513	1121
Aprendiz	166	309	475
Total	9895	3101	12.996

1 – Considera apenas as operações brasileiras, sem Castelatto | 2 – Considera membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e Fiscal, além de membros remunerados dos comitês de assessoramento ao Conselho.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Localização Geográfica¹	Terceirizados
Nordeste	525
Sudeste	2.964
Sul	443
Exterior	-
Total	3.932

1 – A Companhia não possui colaboradores terceirizados na região Norte e Centro-Oeste do país

c. índice de rotatividade

Ano	Índice de Rotatividade
2020	29,1%
2021	29,4%
2022	31,1%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Estratégia de Sustentabilidade: Lideranças Femininas

Em 2021 a Dexco anunciou a sua Estratégia de Sustentabilidade 2025, a qual elenca as principais iniciativas da Companhia em frentes de atuação para o desenvolvimento sustentável. Entre os compromissos assumidos, a Dexco se comprometeu a elevar para 35% o percentual de mulheres em cargos de liderança, até 2025.

Em 2020 (baseline) a Companhia detinha 19% de mulheres em cargos de lideranças e em seu Relato Integrado 2021 a Dexco anunciou a evolução para 25%. Em 2022 a Companhia atingiu a meta prevista para o ano de 30%.

Destaque para mais de 7 mil participações de colaboradores em campanhas de conscientização, letramentos, painéis, papos abertos de Diversidade & Inclusão. Foi lançado o Programa DELAS, para desenvolvimento de lideranças femininas para que assumam cargos de supervisão; o Programa de aceleração de carreira DEXtination, com vagas exclusivas para mulheres; além do programa de Desenvolvimento para Liderança Feminina. Mantivemos nossa participação em fóruns e movimentos, como REIS – Rede Empresarial de Inclusão Social/Movimento Mulheres 360º e recebemos o Selo Paulista de Diversidade, que reconhece organizações sobre práticas inclusivas, por meio de apresentações de evidências ao Governo de São Paulo.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Dexco tem como política de remuneração a mediana para a definição do salário fixo, contudo a composição da remuneração fixa adicionada à variável de curto prazo pode chegar no terceiro quartil de mercado. Esta combinação visa a atração e retenção de profissionais com foco no alcance e superação de resultados.

Tal prática estrutura-se a partir do Plano de Cargos e Salários que contempla todos os níveis da organização: gerencial, administrativo e operacional. O Plano de Cargos e Salários é construído com base no peso relativo dos cargos, nos valores praticados pelo mercado e no equilíbrio interno das funções, possibilitando a progressão salarial tanto horizontal, a título de mérito (progressão dentro da mesma faixa salarial), quanto vertical, a título de promoção (progressão dentro da estrutura organizacional).

Anualmente, realizam-se pesquisas salariais, que contemplam as práticas de remuneração de Companhias nacionais e multinacionais dos mais diversos ramos de atividades e nas diversas regiões do país. Com base nestas pesquisas, a prática em vigor é analisada e, se aplicável, são efetuados os ajustes, de forma a manter a competitividade da Companhia frente ao mercado e dar sustentação para a atração e a retenção dos melhores profissionais. A Companhia efetua, também, os reajustes salariais anuais em conformidade com os índices definidos nos Acordos Coletivos de Trabalho negociados com cada uma das respectivas categorias de trabalhadores.

A remuneração variável objetiva incentivar seus colaboradores na busca de atingir e superar as metas e os resultados em todos os níveis da organização. É aplicada de forma diferenciada, para os diversos níveis da organização, buscando um alinhamento entre as atividades desenvolvidas, os desafios aplicáveis a cada um dos níveis e os resultados esperados. Para os funcionários da área comercial, mais especificamente os que compõem a força de vendas, a Companhia confere uma remuneração variável mensal a partir dos resultados obtidos em relação às metas de faturamento, receita líquida total / unitária, volume de vendas, linhas de produtos e clientes.

Além disso, todos os funcionários são elegíveis ao Programa de Participação nos Resultados, que visa incentivar o desempenho individual, o trabalho em equipe e o engajamento de todos no esforço de crescimento e criação de valor para a Companhia. O regulamento do programa, que traz todas as condições de aplicação dele, é negociado com os diversos sindicatos que representam as categorias de trabalhadores da Companhia.

O Plano de Outorga de Opções de Ações, apresentado no item 8 deste formulário, foi descontinuado em 2020, entretanto as outorgas vigentes foram aplicadas para alguns gerentes, sempre vinculado à avaliação de desempenho e aprovado pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração.

O novo programa de incentivos de longo prazo contempla 3 planos: *performance shares*, *matching* e ações restritas, detalhado no item 8 do formulário. Os objetivos deste plano são: reconhecer e recompensar os colaboradores pelos resultados obtidos em períodos superiores a um ano, integrando-os no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, e permitindo-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Dexco.

b. política de benefícios

Com relação aos benefícios, destacam-se:

- **Assistência Médica:** para todos os funcionários e seus dependentes legais até 24 anos, concedendo diferentes padrões de cobertura e diferentes níveis de participação individual de acordo com o nível hierárquico e o plano escolhido;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- **Vale-refeição ou alimentação no local de trabalho:** para todos os funcionários, com valores diferentes por região geográfica e com contribuição individual de acordo com a faixa salarial e tempo de empresa;
- **Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais:** para todos os funcionários, com valores diferenciados de cobertura e com participação individual de acordo com a faixa salarial;
- **Plano de Previdência Complementar:** para todos os funcionários que aderirem à Fundação Itaúsa Industrial. Seu regulamento prevê a contribuição da Companhia em percentual de 50% a 100% do recurso aportado pelos funcionários.

Além dos descritos acima, a Companhia ainda oferece auxílio funeral, cesta básica, transporte, convênio previdenciário, antecipação e complementação do auxílio-doença e acidentário, empréstimo parcelado/especial, cesta de Natal, brinquedos para filhos até 12 anos e facilidade para aquisição de medicamentos a partir de convênios com farmácias.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Regras gerais de pagamento de planos de remuneração baseados em ações:

i. grupos de beneficiários

Todos os colaboradores da Dexco e Controladas são elegíveis ao recebimento de ações restritas, entretanto a nomeação e distribuição destas está condicionado a um número máximo de 30 pessoas por ano. Excepcionalmente, as ações poderão ser outorgadas a administradores de Companhias controladas ou a funcionários categorizados da Dexco ou das mencionadas Companhias.

As ações poderão ainda ser atribuídas a pessoas altamente qualificadas no ato de sua contratação para a Dexco ou Companhias controladas.

ii. condições para exercício

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas

iii. preços de exercício

Não há preço de exercício nesta modalidade, uma vez que as ações serão transferidas da Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que atendidos todos os termos e condições da concessão de ações restritas

iv. prazos de exercício

As ações serão transferidas após o prazo de 3 (três) anos da concessão.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas majoritários e minoritários possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício

Plano de Opções de Ações

i. grupos de beneficiários

Condições para exercício das opções dos programas que ainda estão vigentes. Esta concessão de opções teve sua última outorga no ano de 2019.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

ii. condições para exercício

As opções, sem prejuízo do prazo de vigência, só poderão ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

O titular das opções avisará à área responsável pelo gerenciamento do Plano, na Companhia, a data em que exercerá as opções, com antecedência mínima de 48 horas, podendo ser as mesmas exercíveis total ou parcialmente. As ações adquiridas farão jus a dividendos e demais proventos como se houvessem sido compradas, na mesma data, na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”).

iii. preços de exercício

O preço de exercício, a ser pago à Dexco, será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para a fixação do preço de exercício das opções em geral, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério do Comitê de Pessoas, facultado, ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice designado pelo Comitê de Pessoas, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”).

iv. prazos de exercício

O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê de Pessoas na emissão, podendo sua duração variar entre os prazos de AE+1 ano e AE+5 anos, sendo AE o ano civil de emissão, de modo que a carência sempre termine no último dia do último ano civil desse prazo.

O período de carência se extinguirá se ocorrer o desligamento do titular nas condições previstas ou o seu falecimento.

Os períodos de suspensão do exercício de opções serão determinados, quando necessário, para ordenar os trabalhos de subscrição.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas majoritários e minoritários possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Com uma operação essencialmente fabril, a Dexco encerrou o ano de 2022 com cerca de 72% de seus colaboradores alocados em cargos de nível operacional, técnico ou de entrada, e, conseqüentemente, com uma remuneração mais próxima do piso salarial da categoria. Com isso, a relação entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados no Brasil é de 340,88 vezes. Importante destacar que a Dexco conta com 89% dos seus colaboradores no Brasil cobertos por acordos de negociação coletiva, garantindo que todos os direitos deste grupo sejam resguardados.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

O relacionamento da Companhia com os sindicatos patronais que a representa e com os sindicatos laborais que representam seus colaboradores é institucional, alicerçado em condutas ética e legalista. A Companhia procura manter e aperfeiçoar o contato com as entidades de forma a imprimir transparência e prover condições sustentáveis na relação entre o capital e trabalho.

Além das reuniões de negociação de data-base e de demandas pontuais, empresa e sindicatos se reúnem ao menos mais 4 (vezes) ao longo do ano, especificamente para acompanhar os indicadores, atingimentos e resultados Programa de Participação nos Lucros, ocasião em que são debatidos e compartilhados resultados das unidades, dos negócios e da Corporação, sempre acompanhados da comissão interna de trabalhadores do PLR.

Atualmente a Companhia se relaciona com os seguintes sindicatos profissionais:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Cimento e seus Produtos no Estado de Pernambuco; Sindicato dos Trabalhadores Ceramistas de Jundiá e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Piso e Revestimentos Cerâmicos Esmaltados, Louças Sanitárias e Porcelanatos Polidos e Esmaltados do Estado da Paraíba;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para Construção de Nova Iguaçu;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Cerâmica para Construção do Fibrocimento e outras fibras minerais e sintéticas, da Construção Civil do Mobiliário e Artefatos de madeira de Criciúma e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Taquari;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Uberaba;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção, Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bauru e Região;
- Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias, Tornearias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeiras, de Móveis de Junco e Vime, de Vassouras, de Cortinados e Estofa de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi das Cruzes;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jundiá;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Estado de Sergipe;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agudos – SP;
- Sindicato dos Empregados Rurais de Botucatu, Anhembí, Itatinga e Bofete – SP;
- Sindicato dos Empregados Rurais de Itapetininga, Angatuba, Alambari e Campina do Monte Alegre;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis Paulista – SP;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberaba;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Peças e Pré-Fabricados em Concreto do Estado de São Paulo
- Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Da Construção E do Mobiliário de Botucatu

A Companhia possui instrumentos coletivos negociados direta (Acordo Coletivo) ou indiretamente (Convenção Coletiva) com praticamente todos os sindicatos profissionais acima relacionados, exceto em relação aos sindicatos de Botucatu e Criciúma, que ainda estão em negociação. Em Botucatu estamos negociando o primeiro acordo coletivo fábrica de revestimentos que está em construção e em Criciúma para substituir a Convenção Coletiva, que não foi fechada nos últimos anos.

Em 2020, além dos acordos regulares, a empresa negociou mais de 12 acordos coletivos, emergenciais para enfrentamento da Covid-19, permitindo a adoção de medidas para preservar o nível de empregabilidade e renda dos trabalhadores.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Em 2021 foi decretado estado de greve com tentativa de paralisação na unidade RC1 (Revestimentos Cerâmicos de Criciúma), movimento que foi julgado abusivo pela justiça do trabalho local, sendo concedido interdito proibitório em razão dos excessos cometidos pelos dirigentes sindicais. Em 2022 não houve qualquer paralisação ou greve em razão de conflitos sindicais.

Em 2022 as negociações em todos os negócios foram conduzidas de forma pacífica, prezando pelo diálogo e pela construção de acordos e condições sustentáveis às relações dos trabalhos. Em todas as unidades a empresa concedeu reajuste salarial aderente a prática de mercado e aos limites econômicos de cada operação

Durante o último ano foram negociados aproximadamente 80 instrumentos coletivos entre as unidades da Dexco e os respectivos sindicatos laborais. Além dos acordos e convenções de data-base, foram negociados ou renovados os programas de participação nos lucros e resultados, os regulamentos das comissões de trabalhadores do PLR, acordos específicos relacionados a jornada, licenças sindicais etc.

Ainda, neste ano, apenas com os Ceramistas de Criciúma (SC) não foi possível concluir a negociação do acordo coletivo, o tema foi judicializado e a justiça do trabalho indeferiu o pedido de dissídio do sindicato por ausência de mútuo acordo. O Sindicato local condiciona a negociação a adoção da prática de abono exclusivo aos sócios do sindicato, prática que a legislação entende discriminatória e ilegal. Mesmo sem acordo, a empresa concedeu a reposição integral da inflação e o abono a todos colaboradores, mantendo, provisoriamente, todas as condições mais benéficas do instrumento coletivo vencido.

10.5 Outras informações relevantes

Informações adicionais sobre o item 10.1A Descrição dos recursos humanos

Percentual de empregados por gênero

	Brasil	%	Colômbia	%	Total	%
Homens	10.076	76%	443	77%	10.519	76%
Mulheres	3.155	24%	136	23%	3.291	24%
Total	13.231	100%	579	100%	13.810	100%

Percentual de empregados por declaração de cor ou raça¹

	Branco		Pardo		Amarelo		Preto		Indígena		Prefere não responder ou Não Informado		Total	
Liderança	556	8%	93	2%	6	6%	14	1%	0	0%	14	6%	683	5%
Não Liderança	6.452	92%	4.255	98%	99	94%	1.272	99%	28	100%	207	94%	12.313	95%
Total	7.008	100%	4.348	100%	105	100%	1.286	100%	28	100%	221	100%	12.996	100%
Percentual total de colaboradores	54%		33%		1%		10%		0%		2%		100%	

¹ – Considera apenas operações brasileiras

Informações adicionais sobre o item 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Dexco analisa, acompanha e divulga as diferenças salariais entre gêneros considerando duas óticas distintas: No Relato Integrado 2022 (GRI 405-2 / Pág. 39), elaboramos uma visão considerando o posicionamento médio entre gêneros frente nossa estratégia salarial (tabela salarial), aplicando ainda uma quebra por tempo no cargo (importante frisar que posições com um único ocupante são desconsiderados). Com essa estratégia, mitigamos diferenças promovidas em decorrência do tempo que os colaboradores estiveram desempenhando a mesma atividade. Essas diferenças podem acontecer devido a aplicação de acordos coletivos e/ou período de maturação na posição com impacto em performance. Entretanto, se analisarmos os valores médios/medianos simples (sem quebras e especificações) de todo o quadro de colaboradores (Brasil), desconsideramos fatores que equiparam colaboradores em níveis funcionais e um possível *gap* salarial entre gêneros pode ser identificado.

10.5 Outras informações relevantes**Tabela 1:****Avaliação de gap salarial entre gêneros, sem análise crítica**

Indicador	Diferença entre homens e mulheres
Média Diferença Salarial	3%
Mediana da Diferença Salarial	18%
Média da Diferença de Bonificação	11%
Mediana da Diferença de Bonificação	18%

Tabela 2:**Avaliação de gap salarial entre gêneros, com análise crítica**

	(<2 ANOS s/ mov.		2 A 4 ANOS s/ mov.		>4 ANOS s/ mov.	
	F	M	F	M	F	M
Média IP	89,1	88,6	86,8	85,2	94,5	92,9
Diferença	0,5		1,6		1,6	
Média Diferença	1,2					

IP: Índice de posicionamento salarial em relação à faixa salarial definida pelo JG (nível funcional da Companhia para fins salariais)

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações partes relacionadas / 11.1 - Regras políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O CPC 5 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas, é o pronunciamento técnico que requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, inclusive aplicado às demonstrações contábeis individuais, de transações e saldos existentes, incluindo compromissos, nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas de controladora ou investidores em conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 35 – Demonstrações Separadas e CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Em 28 de junho de 2011, o Conselho de Administração instituiu o Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas com o objetivo de estabelecer que as transações com partes relacionadas sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e que visem a assegurar que essas transações sejam desenvolvidas por meio de um processo transparente que alinhe os interesses da Companhia às melhores práticas de governança corporativa. Esse referido comitê é composto apenas por membros independentes do Conselho de Administração.

A Dexco possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração desde 28/05/2012, disponibilizada na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores. Essa política estabelece, dentre outros pontos, que a Diretoria da Companhia atuará de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

- Sejam formalizadas, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características: preços, quantidades, descontos, prazos, garantias, impostos e taxas, direitos e responsabilidades;
- Sejam realizadas em condições de mercado levando em consideração, em primeiro lugar, os interesses da Organização, observando condições estritamente comutativas, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente;
- Estejam claramente refletidas e divulgadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência, conforme determinado na Deliberação CVM 642, de 7 de outubro de 2010.
- Que o Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, análise, previamente, as transações que serão submetidas ao Conselho de Administração, conforme estabelecido no “Regimento do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas”. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre um potencial Transação Relevante com Parte Relacionada.

Nas situações nas quais membro do Conselho de Administração envolvido na aprovação da transação esteja impedido de deliberar a respeito da matéria em virtude de potencial conflito de interesse, este deverá declarar-se impedido e não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas ao assunto, bem como deverá explicar seu envolvimento na transação e fornecer detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata que deliberar sobre a transação. Quando se tratar de Transação com Parte Relacionada que deva ser aprovada pela Assembleia Geral de acionistas por determinação legal, a transação deverá ser examinada pelo Comitê.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Dexco está disponível no link <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Unibanco S.A.	31/12/2021	21.000.000,00	17.500.000,00	0	Até abril de 2027	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Prestação de serviços e pagamentos					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Se qualquer PARTE descumprir qualquer obrigação prevista no contrato, não justificada e sanada após 30 (trinta) dias da respectiva notificação, o convênio poderá ser automaticamente resolvido pela parte prejudicada.					
Natureza e razão para a operação	Convênio de cooperação técnica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Itaúsa S.A	30/03/2021	482.522.000,00	482.522.000,00	0	Até 15/02/2038	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aval concedido a Dexco S.A. nos financiamentos BNDES.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	A liquidação do contrato de financiamento junto ao BNDES.					
Natureza e razão para a operação	Garantia do sócio controlador, proporcional a sua participação no bloco de controle, de forma a avalizar operação de crédito junto ao banco BNDES.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
LD Celulose S.A.	31/12/2022	27.915.000,00	3.135.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da controlada Duratex Florestal no mercado interno.					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento.					
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de produtos da controlada Duratex Florestal no mercado interno.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
LD Celulose S.A.	31/12/2022	60.534.000,00	0	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Venda de Florestas					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento, conforme clausulas contratuais.					
Natureza e razão para a operação	Vendas de florestas da controlada LD Celulose para controladora Duratex Florestal.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
LD Celulose S.A.	31/12/2022	2.492.000,00	2.492.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Compra de insumos de manejo florestal					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento, conforme clausulas contratuais.					
Natureza e razão para a operação	Compra de insumos de manejo florestal da empresa LD Celulose					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
XP Investimentos	29/12/2022	1.436.779,40	1.438.418,03	0	30 dias	Compromissada 93% CDI
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Aplicações financeiras dos valores disponíveis no Caixa da Dexco S.A com taxas normais de mercado.					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Itaú Unibanco S.A.	16/03/2020	622.589.178,99	622.589.178,99	0	Até 16/03/2023	CDI + 1,45% a.a.
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Empréstimo da Dexco S.A efetuado nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração. Considerada Principal + Juros apropriados ao longo do exercício.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Liquidação da operação em seu vencimento contratual ou de forma antecipada de acordo com as clausulas previstas em contrato.					
Natureza e razão para a operação	Nota de crédito a exportação cujos recursos do financiamento foram destinados a produção de mercadorias para exportação.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Salo Davi Seibel e Hélio Seibel	30/03/2021	273.822.000,00	273.822.000,00	0	Até 15/02/2038	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aval concedido nos financiamentos BNDES para a Dexco S.A.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	A liquidação do contrato de financiamento junto ao BNDES					
Natureza e razão para a operação	Garantia do sócio controlador, proporcional a sua participação no bloco de controle, de forma a avalizar operação de crédito junto ao banco BNDES.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Itaú Corretora de Valores	31/12/2022	503.000,00	0	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Despesas com escrituração de ações.					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Rescisão voluntária do contrato e adoção de um novo prestador de serviço para realizar a atividade.					
Natureza e razão para a operação	Escrituração, compra e venda de valores mobiliários, realização de pagamentos, custódia e transferência de titularidade.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Liquigás	31/12/2022	3.255.000,00	3.255.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Aquisição de gás para uso na produção de produtos					
Garantia e seguros	Não Aplicável					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de gás para uso na produção de produtos					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Itaúsa S.A.	31/12/2022	4.770.000,00	357.000,00	0	36 meses	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aluguel com respectivas garagens do Edifício Luiz de Moraes Barros, na Avenida Paulista nº 1938, onde está localizado a sede da Companhia.					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	A locatária poderá rescindir imotivadamente o contrato com notificação prévia á locadora, com sessenta dias de antecedência, sem que sejam impostas quaisquer penalidades a locatária. O contrato ficará rescindido, sem direito a indenização para qualquer das partes, nos casos de desapropriação, incêndio, catástrofe, enchentes de proporção descomunais, ou de qualquer evento político, social, ou militar, ou qualquer outro fato que impeça a utilização do imóvel.					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Leo Madeiras Máquinas e Ferragens Ltda	31/12/2022	261.686.000,00	49.546.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da Dexco S.A. da área madeira (Painéis de MDF e MDP)					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Comércio de painéis de madeiras em MDF/MDP					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ligna Florestal Ltda	31/12/2022	3.367.000,00	34.226.000,00	0	Vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos.	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento rural firmado com a Duratex Florestal Ltda. controlada da Dexco S.A., relativo à terrenos que são utilizados para reflorestamento e saldo de passivos de arrendamento					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Contrato de arrendamento de terras em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Itaú Unibanco S.A.	30/11/2022	0,00	28.534.000,00	0	Diária	2% do CDI a.m.
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Aplicações financeiras dos valores disponíveis no caixa da Dexco S.A. com taxas normais de mercado.					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
XP Investimentos	27/12/2022	5.702.638,95	4.519.581,31	0	30 dias	Compromissada 93% CDI

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Aplicações financeiras dos valores disponíveis no Caixa da Dexco S.A com taxas normais de mercado					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Conforme descrito no item 11.1 deste material, A Dexco possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem por objetivo consolidar procedimentos e estabelecer regras que visem assegurar que as transações envolvendo partes relacionadas sejam desenvolvidas por meio de um processo comutativo e transparente, que alinhe os interesses da Dexco S.A. às melhores práticas de Governança Corporativa.

No caso de conflito de interesse, bem como descrito na Política, o membro do Comitê e/ou Conselho de Administração que se manifestar quanto ao tema, deverá declarar-se impedido e não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas ao assunto, bem como deverá explicar seu envolvimento na transação e fornecer detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata que deliberar sobre a transação.

Ainda, conforme descrito no item 6.2 desta Política, a Companhia atuará de forma a garantir que as transações com partes relacionadas sejam realizadas em condições de mercado, levando em consideração, em primeiro lugar, os interesses da Organização, observando condições estritamente comutativas, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente.

Esta afirmativa se aplica para todos os contratos descritos no item 11.2 deste Formulário de Referência.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/05/2023		3.370.188.626,80	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
820.566.246	0	820.566.246	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/05/2023		3.370.188.626,80	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
820.566.246	0	820.566.246	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/05/2023		3.370.188.626,80	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
820.566.246	0	820.566.246	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/08/2009		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
920.000.000	0	920.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui emissões fora de seu país de origem.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade Unidade	600.000
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	603.229.066,07
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora ("Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais"). A Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 187ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	17/05/2019
Data de vencimento	17/05/2026
Quantidade Unidade	120.000
Valor nominal global R\$	1.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.220.573.364,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação e Escriturador e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração ou do Valor Nominal Unitário, deverá ser desconsiderado os valores pagos em tais datas) correspondente a 0,3% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures e a Data de Vencimento.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo Investidores Profissionais. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros da Companhia e para o reforço de caixa e capital de giro da Companhia.</p> <p>As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.</p> <p>As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente de Liquidação e Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.</p> <p>As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.</p> <p>Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo: (i) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 17 de maio de 2024; e (ii) a segunda parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.</p> <p>A remuneração das Debêntures será a seguinte: (i) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (ii) juros remuneratórios: sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 108,00% (cento e oito por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 17 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de novembro de 2019 e o último, na Data de Vencimento.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há.

Outras características relevantes Não há.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial
Data de emissão	31/03/2022
Data de vencimento	31/03/2028
Quantidade Unidade	300.000
Valor nominal global R\$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	310.885.206,30
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 31 de março de 2024, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais e a Data de Vencimento

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nas condições previstas no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Dexco S.A.” a ser celebrado entre, de um lado, a Emitente, e, do outro, o Coordenador Líder, conforme definido abaixo (“Contrato de Distribuição”).

As Notas Comerciais poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores em geral depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), nos termos do §1º do art. 15 da Instrução CVM 476, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Emitente de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Notas Comerciais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Notas Comerciais referido acima não será aplicável ao Coordenador Líder, na hipótese do exercício da garantia firme, conforme previsto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) o Investidor Profissional (conforme definido abaixo) adquirente das Notas Comerciais observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder; (ii) o Coordenador Líder verifique o cumprimento das regras previstas nos art. 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Notas Comerciais seja realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta, podendo o valor de transferência das Notas Comerciais ser atualizado pela respectiva Remuneração (conforme abaixo definida).

Garantias: As Notas Comerciais não serão garantidas por garantias reais ou fidejussórias.

Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente.

Remuneração

Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,7055% (um inteiro e sete mil e cinquenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há.

Outras características relevantes

Não há.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade Unidade	625.000
Valor nominal global R\$	625.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	625.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2033
Quantidade Unidade	375.000
Valor nominal global R\$	375.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	375.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 308ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	7
Nota Comercial	0	2	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o *ticker* DXCO3 e estão listadas no Novo Mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais

Não foram destinados recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios nos últimos três exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 12.3/12.7

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade (Unidades)	600.000
Valor nominal global (Reais)	600.000.000,00
Saldo devedor em aberto	603.229.066,07
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, (i) a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, ou seja, de 11 de junho de 2025 (inclusive), em relação às Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e (ii) a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, ou seja, 11 de junho de 2026 (inclusive), em relação às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série a serem resgatadas, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate Antecipado Facultativo, calculado <i>pro rata temporis</i> desde a data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o valor Nominal Unitário e (ii) de prêmio <i>flat</i> incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e a respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, calculado de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) ("Prêmio de Resgate Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da</p>

12.9 Outras informações relevantes

Segunda Série" e, em conjunto com o Prêmio de Resgate Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, "**Prêmio de Resgate Facultativo**"): (A) ao Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série.

Resgate	Antecipado	Obrigatório
----------------	-------------------	--------------------

A qualquer momento a partir da primeira Data de Integralização, caso seja observada a hipótese da Cláusula 6.1.2(vi)d, a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("**Resgate Antecipado Obrigatório**").

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e (ii) de prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e a respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, calculado de acordo com a seguinte fórmula ("**Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série**").

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos

12.9 Outras informações relevantes

critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) ("**Prêmio de Resgate Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série**"):

(A) ao Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula abaixo, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, em conjunto ou individualmente, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima ("**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**"), com 20 (vinte) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio e sua fórmula de cálculo, que não poderá ser negativo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário

A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar

12.9 Outras informações relevantes

	<p>uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”).</p> <p>No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, conforme o caso, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p>
<p>Características dos valores mobiliários de dívida</p>	<p>i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto neste Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, da Oferta de Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais: (i) as Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série terão prazo de vigência de 2.192 (dois mil cento e noventa e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de junho de 2028 (“Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série”); e (ii) as Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série terão prazo de vigência de 3.651 (três mil, seiscentos e cinquenta e um) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de junho de 2032 (“Data de Vencimento das Notas Comerciais Estruturais da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, “Data de Vencimento”).</p> <p>A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares dos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”).</p> <p>A Securitizadora deverá convocar, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência da respectiva hipótese, observado</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>ii. juros</p> <p>Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, limitada a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série”). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), até a Data de pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série em questão ou a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de vencimento antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, “Remunerações”). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série em questão ou a data de pagamento em</p>
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	<p>razão de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, o que ocorrer primeiro (exclusive). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série não será atualizado monetariamente.</p> <p>Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto Não aplicável.</p> <p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável.</p> <p>v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor
--	--

12.9 Outras informações relevantes

	<p>contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora ("Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais"). A Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 187ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.</p>

12.9 Outras informações relevantes

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade (Unidades)	625.000
Valor nominal global (Reais)	625.000.000,00 (Valor considerando eventual exercício de Lote Adicional)
Saldo devedor em aberto	625.000.000,00 (Valor considerando eventual exercício de Lote Adicional)
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 15 de outubro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo"):</p> <p>(A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Estruturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento das Notas Comerciais Estruturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada mais próxima à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>Resgate Antecipado Obrigatório</p> <p>A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Obrigatório"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Obrigatório"):</p> <p>(A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior,</p>

12.9 Outras informações relevantes

conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada mais próxima à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (**"Oferta de Resgate Antecipado"**). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma: A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (**"Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado"**), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário

A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate (**"Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário"**).

No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da Remuneração calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.

12.9 Outras informações relevantes

<p>Características dos valores mobiliários de dívida</p>	<p>i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, do resgate antecipado decorrente da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de outubro de 2033 (“Data de Vencimento”).</p> <p>A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”).</p> <p>A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>ii. juros Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual equivalente ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2032, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela ANBIMA, acrescida exponencialmente de spread de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto Não aplicável.</p> <p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado</p>
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	<p>Não aplicável.</p> <p>v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no
--	--

12.9 Outras informações relevantes

	qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (" Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais "). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2033
Quantidade (Unidades)	375.000
Valor nominal global (Reais)	375.000.000,00
Saldo devedor em aberto	375.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 20 de dezembro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dentre os apurados conforme os critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo"):</p> <p>(A) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (B) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, utilizando como taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com</p>

12.9 Outras informações relevantes

número de dias corridos mais próximo à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula presente no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver.

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("**Resgate Antecipado Obrigatório**").

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dentre os apurados conforme os critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("**Prêmio de Resgate Obrigatório**"): (A) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (B) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, utilizando como taxa de desconto a taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à duration remanescente das Notas Comerciais Escriturais, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula presente no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima ("**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**"), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (ii) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais

12.9 Outras informações relevantes

	<p>Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (iv) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário</p> <p>A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”).</p> <p>No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (i) da Remuneração calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</p> <p>Observado o disposto neste Termo de Emissão, e ressalvado (a) o vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, (b) o resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, (c) o Resgate Antecipado Facultativo, (d) o Resgate Antecipado Obrigatório ou (e) o Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência até 20 de dezembro de 2033 (“Data de Vencimento”).</p> <p>A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”).</p> <p>A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>ii. juros Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios prefixados a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, correspondente ao percentual equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), conforme taxa referente ao preço de ajuste verificado na data de realização do Procedimento de Bookbuilding, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet, correspondente ao contrato futuro com vencimento em 02 de janeiro de 2031 (DI1-F31), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Escriturais ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração").</p> <p>iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto Não aplicável.</p> <p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável.</p> <p>v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii)
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	<p>independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é a incorporada) ou incorporação de ações da Emitente, exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (v) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (vi), as operações societárias (1) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (2) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (3) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 308ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

12.9 Outras informações relevantes

As informações abaixo ilustram outros Valores Mobiliários emitidos pela controlada Duratex Florestal S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor nominal global (Reais)	200.000.000,00
Saldo devedor em aberto	201.028.292,15
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Vórtx DTVM Ltda
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p><u>Resgate Antecipado Facultativo</u></p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 11 de junho de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”).</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (“Prêmio de Resgate Facultativo”): (A) o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com <i>duration</i> aproximada equivalente à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p> <p><u>Resgate Antecipado Obrigatório</u></p> <p>A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso seja observada a hipótese da Cláusula 6.1.2(vi)(i)a.i(i)d, a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Obrigatório”).</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) (“Prêmio de Resgate Obrigatório”): (A) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, se houver, e</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com <i>duration</i> aproximada equivalente à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p> <p><u>Oferta de Resgate Antecipado</u></p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:</p> <p>A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”), com 20 (vinte) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio e sua fórmula de cálculo, que não poderá ser negativo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p><u>Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário</u></p> <p>A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”).</p> <p>No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>i.vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</p> <p>Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.651 (três mil, seiscentos e cinquenta e um) dias, contados</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de junho de 2032 ("Data de Vencimento").</p> <p>A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada <i>pro rata temporis</i>, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático").</p> <p>A Securitizadora deverá convocar, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as "Hipóteses de Vencimento Antecipado", em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência da respectiva hipótese, observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>ii. juros</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, divulgada pela ANBIMA em sua página na <i>internet</i> (https://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da primeira Data de Integralização, inclusive, calculada de forma exponencial e <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Aniversário (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de cálculo ("Atualização Monetária"), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>iii.garantia e, se real, descrição do bem objeto</p> <p>Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e deste Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 e seguintes do Código Civil ("Valor Garantido"), a Avalista, neste ato, se obriga, solidariamente com a Emitente, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Securitizadora, como Avalista e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emitente ou pela Avalista, independentemente de</p>
--	--

12.9 Outras informações relevantes

	<p>outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emitente no âmbito da Oferta dos CRA (“Aval”).</p> <p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável.</p> <p>v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, conforme o caso; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente, a Avalista e qualquer das Controladas Relevante, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Avalista, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Avalista e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Avalista, conforme o caso, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras, conforme o caso, ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Avalista. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente e/ou Avalista seja a incorporada) ou incorporações de quotas da Emitente e/ou ações da Avalista exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente e/ou a Avalista, conforme o caso, mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	Emitente ou pela Avalista (no qual a Emitente ou a Avalista seja a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente ou pela Avalista (no qual a Emitente ou a Avalista seja a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas respectivas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer momento, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (" Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais "). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 31ª pela True Securitizadora S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade (Unidades)	1.250.000
Valor nominal global (Reais)	1.250.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.250.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p><u>Resgate Antecipado Facultativo</u></p> <p>A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 15 de outubro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo"): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, <i>pro rata temporis</i>, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Estruturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento das Notas Comerciais Estruturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com <i>duration</i> aproximada mais próxima à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp)</p>

12.9 Outras informações relevantes

apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“**Resgate Antecipado Obrigatório**”).

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (“**Prêmio de Resgate Obrigatório**”): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada mais próxima à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (“**Oferta de Resgate Antecipado**”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário

A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA,

12.9 Outras informações relevantes

	<p>com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”).</p> <p>No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da Remuneração calculada, <i>pro rata temporis</i>, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusivo); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.</p>
<p>Características dos valores mobiliários de dívida</p>	<p>i.vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</p> <p>Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, do resgate antecipado decorrente da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de outubro de 2033 (“Data de Vencimento”).</p> <p>A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração devida, calculada <i>pro rata temporis</i>, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”).</p> <p>A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático”) e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais.</p> <p>ii.juros</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual equivalente ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2032, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, divulgada pela ANBIMA, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão.</p> <p>iii.garantia e, se real, descrição do bem objeto Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e deste Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 e seguintes do Código Civil ("Valor Garantido"), a Avalista, neste ato, se obriga, solidariamente com a Emitente, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Securitizadora, como Avalista e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emitente ou pela Avalista, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emitente no âmbito da Oferta dos CRA ("Aval").</p> <p>iv.na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável.</p> <p>v.eventuais restrições impostas ao emissor em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso,
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	<p>até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora ("Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais"). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.</p>

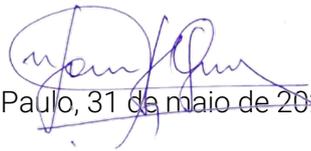
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Francisco Augusto Semeraro Neto	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Antonio Joaquim de Oliveira	Diretor Presidente	Registrado	

Declaração

Antonio Joaquim de Oliveira, na qualidade de Diretor Presidente da Dexco S.A., declara para os fins do disposto da Resolução CVM nº 80, que:

- (i) reviu este formulário de referência 2023 (ano base 2022);
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) que as informações contidas neste documento retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



São Paulo, 31 de maio de 2023.

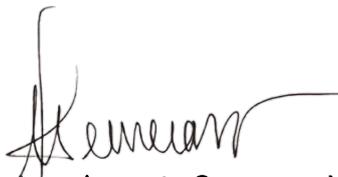
Antonio Joaquim de Oliveira
Diretor Presidente

Declaração

Francisco Augusto Semeraro Neto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Dexco S.A., declara para os fins do disposto da Resolução CVM nº 80, que:

- (i) reviu este formulário de referência 2023 (ano base 2022);
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) que as informações contidas neste documento retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 31 de maio de 2023.



Francisco Augusto Semeraro Neto
Diretor de Relações com Investidores